



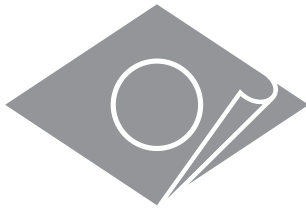
*história
econômica
&
história
de empresas*



vol. XVIII nº 1

jan.jun 2015





ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Conselho de Representantes

Região Norte: 1º Titular – Siméia de Nazeré Lopes; 2º Titular – Fábio Carlos da Silva; Suplente

Região Centro-Oeste: 1º Titular – Hamilton Afonso de Oliveira; 2º Titular – Paulo Roberto Cimó de Queiroz; Suplente – Teresa Cristina de Novaes Marques

Região Nordeste: 1º. Titular – João Rodrigues Neto; 2º. Titular – Ana Paula Sobreira Bezerra, Suplente

Região Sudeste: 1º. Titular – Carlos Eduardo Suprinyak; 2º. Titular – Rita de Cássia da Silva Almico; Suplente – Rogério Naques Faleiros

Região São Paulo: 1º. Titular – Fábio Alexandre dos Santos; 2º. Titular – Cláudia Heller; Suplente – Fábio Antonio Campos

Região Sul: 1º. Titular – Maria Heloisa Lenz; 2º. Titular – Alcides Goularti Filho; Suplente – Ary César Minella

De acordo com os Estatutos, também fazem parte do Conselho os ex-presidentes da ABPHE: Tamás Szmrecsányi (1995-1997) †, Luiz Carlos Soares (1997-1999), Carlos Roberto Antunes dos Santos (1999-2001), Wilson Suzigan (2001-2003), João Antonio de Paula (2003-2005), Carlos Gabriel Guimarães (2005-2007), Josué Modesto dos Passos Subrinho (2007-2009), Pedro Paulo Zahluth Bastos (2009-2011), Armando Dalla Costa (2011-2013)

Diretoria (2013-2015)

Presidente: Angelo Alves Carrara – UFJF

Vice-Presidente: Alexandre Macchione Saes – USP

Primeiro Secretário: Thiago Fontelas Rosado Gambi – UNIFAL

Segundo Secretário: Felipe Pereira Loureiro – USP

Primeiro Tesoureiro: Afonso Alencastro de Graça Filho – UFSJ

Segundo Tesoureiro: Cláudia Tessari – UNIFESP

Capa: Mangá Ilustração e Design Gráfico

Editoração eletrônica: Eva Maria

Revisão de texto: Vilma Aparecida Albino



história
econômica

&

história
de empresas

vol. XVIII nº 1
jan.jun 2015

SUMÁRIO

5 Apresentação

André Guimarães Augusto

9 Modo de produção Asiático: considerações teóricas à luz do debate historiográfico

Claudio Marsilio

39 The genoese exchange fairs and the bank of Amsterdam: comparing two financial institutions of the 17th century

Rodrigo da Costa Dominguez

61 Das finanças locais às finanças do estado: as cartas de quitação em Portugal entre os séculos XIV e XVI

Stanley L. Engerman

93 40 years of slavery studies

Carlos Engemann e Adriana Ribeiro Ferreira da Silva

127 Acumulação de fortuna e negócio de fornecimento indireto de mão de obra escrava na corte, Rio de Janeiro, a partir do inventário de Vicente Pereira da Silva Porto (1865)

Leonardo Milanez de Lima Leandro,

Renato Leite Marcondes e Fábio Carlos da Silva

153 Crédito hipotecário na expansão e auge da economia da borracha: características da praça de Belém do Pará (1870-1899)

Lélio Luiz de Oliveira

191 A cafeeicultura, a economia de abastecimento e as transações imobiliárias no setor rural – município de Franca (SP), 1890-1920

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Mário Danieli Neto

215 Santos, Nilton Pereira dos. A Fábrica de Ferro S. João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889). Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

SUMMARY

- 5** *Presentation*
André Guimarães Augusto
- 9** *Asiatic mode of production: theoretical considerations
in the light of historiographical debate*
Claudio Marsilio
- 39** *As feiras genovesas de câmbio e o banco de Amsterdam:
comparando duas instituições financeira do século XVII*
Rodrigo da Costa Dominguez
- 61** *From local accounting to state finances: the portuguese medieval
acquittance letters between XIV and XVI centuries*
Stanley L. Engerman
- 93** *40 anos de estudos sobre a escravidão*
Carlos Engemann e Adriana Ribeiro Ferreira da Silva
- 127** *Fortune accumulation and indirect supply business of slave labor to
the court, Rio de Janeiro, based on Vicente Pereira da Silva Porto's
inventory (1865)*
Leonardo Milanez de Lima Leandro,
Renato Leite Marcondes e Fábio Carlos da Silva
- 153** *Mortgage credit in the expansion and the boom of the rubber economy:
Belém do Pará features market (1870-1899)*
Lélio Luiz de Oliveira
- 191** *The coffee, the supply economy and real estate transactions in the
rural sector – the city of franca, brazil, 1890-1920*

BOOK REVIEW

- Mário Danieli Neto
- 215** Santos, Nilton Pereira dos. *A Fábrica de Ferro
S. João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas
do Segundo Reinado (1860-1889)*. Rio de Janeiro:
Multifoco, 2013.

apresentação

presentation

Dando continuidade ao seu papel de ser um dos principais veículos de divulgação da pesquisa científica em História Econômica Geral e do Brasil produzida no país e, em parte do exterior, este número da revista História Econômica & História de Empresas vem a público com sete artigos e uma resenha. Mais uma vez, a revista é vitrine da diversidade de temáticas e de recortes geográficos de que é feita a História Econômica. Passando por discussões teóricas e metodológicas e por discussões empíricas baseadas em fontes documentais inéditas, por meio deste número os leitores poderão ter um panorama das novas pesquisas na área.

Assim, o artigo *Modo de produção asiático: considerações teóricas à luz do debate historiográfico*, de André Guimarães Augusto, analisando o debate sobre o modo de produção asiático a partir dos anos 1960, argumenta sobre a validade deste modo de produção como abstração adequada para os estudos em história econômica. Para isso, discute as questões teóricas envolvidas no debate: a formação do Estado, a existência de classes, o conceito de modo de produção e o caráter unilinear ou multilinear do desenvolvimento histórico. Discute também as questões historiográficas relativas à hipótese hidráulica, à inexistência de propriedade privada, ao caráter estagnado do modo de produção asiático e ao despotismo oriental.

O artigo *The Genoese exchange fairs and the Bank of Amsterdam: Comparing two Financial Institutions of the 17th century*, de Claudio Marsilio, por sua vez, trata das feiras de câmbio genovesas e do Banco de Amsterdam de modo comparativo. No século XVII, mais do que o comércio internacional, o motor principal das feiras de câmbio genovesas foi o enorme volume de transações geradas pela dívida pública da coroa espanhola e as especulações financeiras dos operadores financeiros europeus mais influentes, sobretudo os genoveses. Para o autor, o banco holandês foi apoiado pela classe mercantil para atuar como regulador não só do mercado monetário local, mas também para dar suporte ao sistema internacional de pagamentos por quase dois séculos.

O estudo da temática econômica e fiscal nos finais da Idade Média tem crescido vigorosamente e ganhado corpo dentro do debate historiográfico europeu atual. Assim, este número traz *Das finanças locais às finanças do estado: as cartas de quitação em Portugal entre os séculos XIV e XVI*. Neste artigo, Rodrigo da Costa Dominguez analisa uma parte fundamental da constituição do Estado português: as suas finanças. Utilizando-se de documentos específicos da contabilidade régia portuguesa – as cartas de quitação – analisa as finanças locais no seu processo de transição rumo a um contexto mais amplo de finanças de Estado em formação e, por outro lado, em sua utilização enquanto ferramenta de consolidação dinástica e elemento fundamental para assegurar o equilíbrio político.

Tema clássico nos estudos de história econômica no Brasil e nos Estados Unidos, a revista oferece ao leitor dois textos sobre escravidão. A conferência *40 years of slavery studies*, de Stanley L. Engerman, proferida no VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 5ª Conferência Internacional de História Econômica, promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), realizados na Universidade Federal Fluminense, em 2014, examina 30 tópicos relativos aos estudos sobre a instituição social da escravidão. Analisa desde os primeiros estudos, que enfatizavam os aspectos morais das formas de trabalho compulsório e livre no mundo moderno, aos estudos sobre o funcionamento dos sistemas escravistas nas Américas, e dedica especial atenção aos recentes desdobramentos desse campo do saber histórico. Já o texto *Acumulação de fortuna e negócio de fornecimento indireto de mão de obra escrava na Corte, Rio de Janeiro, a partir do inventário de Vicente Pereira da Silva Porto (1865)*, de Carlos Engemann e Adriana Ribeiro Ferreira da Silva, detalha os mecanismos envolvidos no fornecimento e utilização indireta de mão de obra cativa, analisando especialmente duas modalidades deste tipo de fornecimento de mão de obra: o escravo ao ganho e o escravo de aluguel. Sua análise é centrada num estudo de caso do Rio de Janeiro, baseada em inventário de Vicente Pereira da Silva Porto (1865).

Em âmbito dos estudos regionais, trazemos *Crédito hipotecário na expansão e auge da economia da borracha: características da praça de Belém do Pará (1870-1899)*, de Leonardo Milanez de Lima Leandro, Renato Leite Marcondes e Fábio Carlos da Silva. Com o objetivo de analisar o

crédito hipotecário em Belém do Pará os autores coletaram informações do Livro de Registro de Hipotecas encontrado no Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém. Os resultados da pesquisa apontaram para uma dinâmica de crédito altamente dependente de capital local, com pouca participação de agentes ou capitais de fora do país ou mesmo da região amazônica.

Ainda no âmbito regional, o leitor encontrará *A cafeicultura, a economia de abastecimento e as transações imobiliárias no setor rural - município de Franca-SP (1890-1920)*, de Lélío Luiz de Oliveira, texto que analisa as transações imobiliárias no setor rural de Franca-SP frente ao incremento da cafeicultura e da economia de abastecimento interno. A expansão da cafeicultura no município de Franca teve papel dinamizador das diversas atividades econômicas rurais, incluindo a produção de abastecimento. Seguindo a mesma tendência, o ritmo das transações imobiliárias rurais foi impactado pela cafeicultura, a qual ditou nova lógica econômica, sendo influenciado também por diversos fatores, entre eles o acesso ao crédito por parte dos proprietários (bem como os custos do crédito), o crescimento populacional somado à entrada de imigrantes e o ingresso de novos capitais. O artigo evidencia que as transações de venda e compra fundiárias eram diretamente influenciadas pelos aumentos e recuos dos preços do café no mercado internacional: melhores preços dos produtos resultavam em mais negócios de venda e compra de terras e vice-versa.

Fechando este número de *História Econômica & História de Empresas*, temos a Resenha de Mário Danieli Neto sobre o livro de Nilton Pereira dos Santos, *A Fábrica de Ferro S. João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Sorocaba (SP) analisada dentro do escopo de projetos políticos do Estado imperial brasileiro.

Boa leitura!

Comissão Editorial



modo de produção asiático: considerações teóricas à luz do debate historiográfico*

asiatic mode of production: theoretical considerations in the light of historiographical debate

André Guimarães Augusto**

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O artigo procura fazer um balanço crítico inicial do debate sobre o modo de produção asiático a partir dos anos 1960. São apresentadas as questões teóricas envolvidas no debate: a formação do Estado, a existência de classes, o conceito de modo de produção e o caráter unilinear ou multilinear do desenvolvimento histórico. São apresentadas também as questões historiográficas relativas à hipótese hidráulica, à inexistência de propriedade privada, ao caráter estagnado do modo de produção asiático e ao despotismo oriental. Chega-se a uma primeira conclusão acerca da validade do modo de produção asiático reformulado e dinamizado como uma boa abstração.

Palavras-chave: Modo de produção. Materialismo histórico. Estado. Classe. Marx.

ABSTRACT

The paper shows a initial critical appreciation of the controversy from the 1960's to date about the Asiatic mode of production. It is appreciated the theoretical arguments against the Asiatic mode of production: the formation of the State, the existence of classes, the concept of mode of production and the unilinearity or multilinearity of the historical development. The historiographical arguments are also appreciated: the "hydraulic hypotheses", the existence of private property, the stagnation of Asiatic mode of production and the "oriental despotism". A conclusion about the validity of a modified and dynamical version of the Asiatic mode of production is outlined in the end of the article.

Keywords: Modes of production. Historical materialism. State. Class. Marx.

Introdução

No Prefácio do *Contribuição à crítica da economia política*, Marx define os modos de produção "asiático, antigo, feudal, burguês moderno" como

* Submetido: 4 de março de 2015; aceito: 15 de agosto de 2015.

** Professor associado do Departamento de Economia da UFF e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). *E-mail:* andre@economia.uff.br

“épocas progressivas da formação econômica”. A inclusão do modo asiático como uma época da formação econômica e sua caracterização foi objeto de uma longa controvérsia ao longo do século XX, que adentra o século XXI. Este artigo procura retomar os principais pontos dessa controvérsia a partir dos debates que se iniciam na década de 1960 e que prosseguem até os dias atuais, fazendo um balanço crítico inicial do conceito.

Um balanço dessas controvérsias não tem um interesse meramente acadêmico ou antiquário. Se tudo é história, pelo menos tudo que é humano, o presente é parte de um processo histórico vinculado ao passado, que abre possibilidades para o futuro. A história é ela mesma um objeto histórico; as controvérsias em relação aos objetos históricos remetem não só ao avanço da disciplina, como também às diferentes necessidades postas pelo presente.

O interesse pelo passado dos modos de produção não europeus se refere primeiramente, de uma forma mais ou menos direta, às realidades contemporâneas, nas quais foi objeto de debate: da formação do auto-designado socialismo soviético à emancipação política das colônias no século XX e mais recentemente à consolidação e expansão do capitalismo no assim chamado Terceiro Mundo. Compreender o passado dessas sociedades é elemento fundamental para entender o modo de desenvolvimento do capitalismo nessas regiões. Mas o interesse pelos modos de produção não europeus anteriores ao capitalismo fornece também elementos para compreender as possibilidades que se abrem para um futuro para além do capital.

O debate sobre o modo de produção asiático também coloca problemas e soluções para a teoria marxista da história. As especificidades do desenvolvimento histórico das sociedades não europeias ocidentais sempre foram um elemento que não se adequava a uma leitura determinista da história. Além disso, constitui um fértil campo de debates para a validade e o refinamento do conceito de modo de produção como unidade básica do desenvolvimento histórico na teoria da história de Marx, o materialismo histórico.

Visando a um balanço do debate em seus elementos principais, sem de forma alguma esgotar todos seus aspectos, o artigo inicia com a caracterização feita por Marx das “formações asiáticas” nos artigos sobre a dominação britânica na Índia, nos *Grundrisse* e em *O capital*, e nos

esboços da carta a Vera Zaslitch. Nas seções seguintes são apresentadas respectivamente as controvérsias teóricas e historiográficas recentes acerca do modo de produção asiático. A conclusão apresenta um balanço crítico inicial das controvérsias.

1. Marx e o “modo de produção asiático”

Nos textos do *New York Daily Tribune* sobre o domínio britânico na Índia, Marx fornece pela primeira vez elementos sobre a especificidade de modos de produção fora da Europa Ocidental. Nesses textos Marx coloca como ponto determinante das formações orientais a centralização governamental decorrente das condições geográficas que impunham a necessidade de obras de irrigação para a agricultura (Marx; Engels, 1979, v. 12, p. 127). A essa característica do Oriente se adicionaria a união da agricultura e manufatura doméstica, com o comércio disperso e aglomerado em pequenos centros (Marx; Engels, 1979, v. 12, p. 128).

A conjunção do governo centralizado com a função econômica de prover obras públicas e a união entre agricultura e manufatura nas unidades produtivas teria resultado no sistema de aldeias (Marx; Engels, 1979, v. 12, p. 128). Esse sistema de aldeias traria como consequência o “despotismo oriental”, um governo central pairando acima das aldeias com total domínio sobre estas. Outra consequência do sistema de aldeias seria a vida “vegetativa e estagnada”, a imutabilidade do Oriente. O isolamento das aldeias as colocaria em um “equilíbrio” por repulsão, sendo a história da Índia – e do Oriente de uma forma geral – resumido em sucessivas conquistas por povos estrangeiros com intervalos em que se formariam reinos fragmentados. Em meio a essa sucessão de tormentas políticas, o modo de vida das aldeias permaneceria passivo e inalterado (Marx; Engels, 1979, v. 12, p. 217).

Nas anotações das “formas que precedem a produção capitalista” nos *Grundrisse*, Marx retoma o tema da forma de propriedade asiática. Aqui o ponto determinante das formações orientais já não é mais a centralização da comunidade em uma forma governamental, e sim o sistema de propriedade comunitária organizada em vilas autossustentáveis. A relação entre o governo central e as aldeias está vinculada agora à forma da propriedade: a propriedade da comunidade está centralizada na uni-

dade representada pelo rei e/ou pelos deuses, sendo as aldeias apenas possuidoras da terra. Não haveria propriedade privada, apenas propriedade coletiva e posse privada. A ausência de propriedade privada, com a unidade da comunidade concretizada no governo central, é apresentada nesse texto como a chave para a compreensão da forma de propriedade asiática.

Um outro ponto que aparece nesse texto e que estava ausente nos textos do *New York Daily Tribune* é a apropriação do excedente das comunidades aldeãs pelo governo central, seja pelo rei, seja pelos “deuses” – isto é, pelos templos na figura dos sacerdotes –, sob a forma de tributos e/ou renda em trabalho. Sendo uma formação basicamente rural, em que há unidade de agricultura e manufatura nas comunidades aldeãs, as cidades seriam apenas pontos de comércio ou de troca do excedente produzido pelos membros das comunidades, sem uma vida produtiva independente (Marx, 2011, p. 389).

Nos *Grundrisse*, Marx estende a formação asiática para além da localização geográfica do Oriente. Aqui são incluídos o México (astecas), o Peru (incas) e os celtas. Marx também se refere às comunidades eslavas como uma variante do modo asiático, sem maiores especificações (Marx, 2011, p. 390).

Essa ampliação da base geográfica da forma de propriedade asiática, combinada com as diferentes possibilidades de organização do trabalho, leva Marx a rever a identificação direta dessa forma de propriedade com o “despotismo”. Na propriedade comunitária desse tipo, o trabalho pode ser executado separadamente por família em lotes alocados pela comunidade, com um trabalho coletivo complementar ou como renda para o governo central. O trabalho na propriedade comunitária poderia também ser organizado imediatamente na forma comunitária. Assim, afirma Marx, essa forma de propriedade pode ter um caráter mais democrático ou mais despótico (Marx, 2011, p. 390).

Apesar de rejeitar nesse texto a identificação da propriedade comunitária em sua forma asiática com o despotismo, Marx identifica a situação dos indivíduos nas comunidades asiáticas como de escravidão generalizada. Embora não se desenvolva a escravidão de tipo ocidental nessas formações, devido à unidade de agricultura e manufatura, o indivíduo é propriedade da unidade central, uma vez que é parte da terra (Marx, 2011, p. 406).

Nos *Grundrisse*, Marx reafirma o caráter estagnado do modo de produção asiático. Essa imutabilidade seria primeiramente uma decorrência, por um lado, da ausência de autonomia dos indivíduos em relação à comunidade – ou seja, da decorrência da ausência de propriedade privada, embora Marx não coloque diretamente nesses termos. Um segundo fator que levaria à imutabilidade dessas formações seria a unidade de agricultura e manufatura, tornando as comunidades aldeãs autossustentáveis e portanto perpetuando o seu isolamento e a sua repulsão recíproca, notados nos textos sobre a Índia (Marx, 2011, p. 398). Dessa forma, Marx implicitamente reafirma a impossibilidade de desenvolvimento endógeno dessas formações, sendo qualquer revolução social obra de dominação externa.

Em *O capital*, elementos adicionais são formulados na caracterização do modo asiático. Além do caráter comunal da propriedade da terra – com a observação adicional de que “variam as formas de comunidade nas diferentes regiões da Índia”, sendo a mais simples aquela em que há o cultivo comum da terra – e da união entre agricultura e manufatura, a imutabilidade da divisão do trabalho aparece como elemento característico das formações asiáticas. Ao lado do trabalho comum nas unidades familiares, Marx lista uma série de ocupações de caráter artesanal e administrativo que é dependente da produção da própria comunidade, em que cada artesão se ocupa de forma independente sem uma divisão manufatureira na oficina. Tal divisão do trabalho simplificada se reproduziria a cada expansão da comunidade, sendo mais um elemento na explicação de Marx para a “imutabilidade das sociedades asiáticas” (Marx, 1987a, p. 409–410).

Um outro elemento do modo de produção asiático que aparece mais desenvolvido em *O capital* é a extração e apropriação de excedente das comunidades camponesas pelo Estado. Aqui a forma do excedente é caracterizada como renda da terra, que, sendo apropriada pelo Estado, se confunde com os tributos (Marx, 1987b, p. 907). Marx assinala que no modo asiático a renda da terra assume a forma de renda em trabalho e principalmente de renda em produtos.

Marx também indica elementos relativos à destinação desse excedente apropriado pelo Estado. Se, por um lado, as comunidades aldeãs são autossuficientes, não sendo seus produtos mercadorias, por outro, a troca mercantil estaria presente na sociedade indiana como um todo.

Essa combinação de comunidades autossustentáveis com a troca mercantil externa a ela se deve à transformação da renda apropriada pelo Estado em mercadoria (Marx, 1987b, p. 409).

A extração do excedente apropriada pelo Estado sobre a forma de renda em produtos fornece uma explicação mais substantiva do “despotismo asiático”, porém novamente atenuada. Como a posse da terra está com as comunidades aldeãs, sendo o excedente extraído sob a forma de renda em produtos, a própria comunidade exerce o controle sobre a sua atividade. No entanto, estando a propriedade da terra nas mãos do Estado, a extração de excedente requer uma coação extraeconômica – como em todas as circunstâncias em que posse e propriedade da terra estão dissociadas. Mas, nas condições do modo asiático, a relação de dependência “não precisa assumir a forma mais dura que a observância e subordinação de todos ao Estado” (Marx, 1987b, p. 907), em lugar da subordinação e dependência pessoal direta requeridas, quando a renda da terra é apropriada por proprietários particulares. Ademais, sendo a renda fornecida em produtos, “a coerção não se exerce mais com a brutalidade antiga” (Marx, 1987b, p. 912), como quando a renda é extraída diretamente em trabalho sob a coação direta do proprietário da terra ou de seu representante.

Apesar desses refinamentos, Marx sustenta ainda o caráter estacionário das formas asiáticas, fundamentando-as na economia natural – novamente, nas comunidades autossustentáveis e sua independência em relação ao mercado – e na extração de renda da terra sob a forma de produtos (Marx, 1987b, p. 912).

Nos esboços da carta a Vera Zasulitch, Marx retoma o tema da propriedade comunitária, base do modo de produção asiático. Aqui não há referência ao modo de produção asiático mas às “formas arcaicas” de propriedade comunitária. Essa comuna arcaica teria conhecido um desenvolvimento na Europa Ocidental – a forma germânica – da forma diretamente comunal à divisão parcelar da terra entre clãs e tribos, e posteriormente entre famílias camponesas, transformando-se em “comunhas agrícolas” e servindo de transição para a propriedade privada (Marx, 2013a, p. 92). Esse desenvolvimento comum a Europa Ocidental e Oriental, no entanto, não teria ocorrido na Índia que teria permanecido na forma original da comunidade arcaica (Marx, 2013a, p. 92).

Assim, embora Marx afirme aqui a possibilidade do desenvolvimento

dessa comuna arcaica em outras direções, o caráter estacionário das formações asiáticas – ou, pelo menos, das Índias Ocidentais – é reafirmado. Do mesmo modo, o despotismo é reafirmado aqui – com a observação de que este pode ser “mais ou menos central” (Marx, 2013a, p. 95) – e novamente relacionado ao isolamento das comunas sem as referências ao modo de extração do excedente como em *O capital* (Marx, 2013a, p. 95).

2. Controvérsias teóricas sobre o modo de produção asiático

As análises de Marx sobre a especificidade do desenvolvimento histórico das sociedades não europeias ocidentais, sintetizada no conceito de modo de produção asiático, foram substituídas pela análise do imperialismo como causa do atraso, tendo esses países até então seguido o curso normal – isto é, europeu ocidental – do desenvolvimento histórico (Sawer, 1977, p. 79). Apesar disso, um intenso debate sobre o modo de produção asiático se deu entre os anos de 1925 e 1931, na URSS, especialmente relacionado à possibilidade da revolução socialista na China (Sawer, 1977, p. 80).

Esse primeiro debate sobre o modo de produção asiático terminou com o expurgo oficial do conceito na doutrina soviética em 1931 (Sawer, 1977, p. 76). Afirmando não existir diferenças entre o desenvolvimento histórico das formações ocidentais e orientais, a doutrina oficial adotou um modelo unilinear que supunha a existência universal do feudalismo. O desenvolvimento histórico do Oriente era tido no máximo como uma variação do feudalismo europeu, denominada de feudalismo asiático (Sawer, 1977, p. 76-77).

A retomada do conceito de modo de produção asiático se dá primeiramente com o trabalho de Karl Wittfogel, *Oriental despotism*, em 1957. Ao mesmo tempo a rejeição ao conceito de modo de produção asiático origina-se do estudo da história asiática por parte de marxistas do próprio continente, em especial no trabalho de Kosambi, *An introduction to the study of Indian history*, publicado originalmente em 1956.

A retomada do conceito de modo de produção asiático na doutrina soviética se dá em 1964, diante do confronto com o modelo de socia-

lismo chinês (Sawer, 1977, p. 102). A retomada do conceito também é promovida por marxistas franceses, em especial Maurice Godelier (Sawer, 1977, p. 193). Ao mesmo tempo a tradução inglesa das *Formas que antecedem a produção capitalista* em 1964 recoloca a discussão sobre o modo de produção asiático sob uma nova perspectiva, para além da hipótese hidráulica defendida por Wittfogel (Hobsbawn, 2011, p. 124). A partir da década de 1960, o conceito de modo de produção asiático volta a ser objeto de debate na teoria da história e na historiografia marxista.

A nova aceitação do conceito de modo de produção asiático passa a enfrentar argumentos contrários na década de 1970. A primeira linha de frente do ataque foi formada por autores que de alguma forma adotaram a perspectiva althusseriana. Perry Anderson, em *As linhagens do Estado absolutista* (1985), sugere que o modo de produção asiático seja enterrado por não se adequar à realidade histórica das sociedades orientais. Hinder e Hirst (1975) apontam para suposta inadequação teórica do modo de produção asiático em relação ao materialismo histórico. Samir Amin (1977) propõe que o conceito de modo de produção asiático seja abandonado e substituído pelo conceito de modo de produção tributário. O ataque final vem com a obra de Edward Said, *Orientalismo* (1979), que, através da análise do discurso, avança argumentos da história das mentalidades, para defender que a visão de Marx sobre o Oriente é um mito que se origina de um eurocentrismo e a decorrente defesa do colonialismo.

Perry Anderson aponta a existência de uma contradição teórica: um Estado centralizado supõe uma divisão de classes já desenvolvida, enquanto a propriedade comunal (e a ausência de propriedade privada) exclui a existência de classes (Anderson, 1985, p. 489). O argumento em si não é novo, já estava presente no debate soviético dos anos 1920 (Sawer, 1977 p. 87, 101). Nesse debate mais antigo, a classe dominante do modo de produção asiático foi qualificada como “burocracia” por alguns, enquanto outros a classificam como um *status* que adquire a função de classe dominante.

Amin (1977) apresenta uma solução com fundamentação althusseriana para o problema da suposta incompatibilidade entre o Estado – e a conseqüente existência de classes dominantes – e a propriedade comunal. A base do argumento é a distinção entre posse, a capacidade de organizar a produção, e propriedade (Balibar, 1980). Segundo Amin,

classe é definida pelo seu papel na produção e não pode ser reduzida à propriedade dos meios de produção. Assim se pode falar em classe estatal como dominante pelo seu papel de organizadora da produção (Amin, 1977, p. 23).

O avanço da pesquisa antropológica revelou que diferenciações de *status* podem surgir no interior de comunidades. Alguns membros de uma comunidade baseada no parentesco podem acumular bens de prestígio – bens raros e que funcionam como marca de *status* – e criar uma posição desigual nas relações de reciprocidade que regulam o modo de vida social dessas comunidades (Godelier, 1977, p. 109). A desigualdade, no entanto, tem inicialmente um caráter distributivo; a formação do Estado surge quando os grupos com *status* diferenciados passam a organizar o trabalho sem participar diretamente dele, formando então estruturas estatais de maior ou menor estabilidade (Godelier, 1977, p. 111).

O surgimento do Estado no interior das comunidades pode ser incompatível com versões esquemáticas do materialismo histórico, mas não é com as formulações de Marx. Em *A ideologia alemã* – escrito antes de Marx começar seus estudos sobre as formações asiáticas, na década de 1850 –, Marx e Engels apontam a família como a primeira forma de propriedade. Segundo os autores, a contradição entre os interesses de famílias e o interesse coletivo pode levar a que este último assumira a forma autônoma de Estado. O interesse coletivo sob a forma de Estado, no entanto, não é somente uma ilusão decorrente da propriedade privada, mas é forma de organizar um interesse real que decorre da dependência recíproca decorrente da divisão do trabalho (Marx; Engels, 2007, p. 37). Assim, a existência do Estado resultante da necessidade de organizar obras públicas que são do interesse real da comunidade no caso da versão marxiana do modo de produção asiático não é incompatível a princípio com o materialismo histórico marxiano.

Mas isso é apenas parte da solução do problema. Se o Estado no materialismo histórico marxiano não é apenas o resultado do domínio de uma classe sobre outras, o que o faz ser Estado é o seu caráter político, isto é, a dominação de classe. Uma divisão do trabalho no interior de uma comunidade pode ser marcada por diferenciação de *status*, mas não de classes, e por isso o “Estado” no modo de produção asiático não seria propriamente “Estado” no sentido político.

Mas isso remete ao conceito de classe como uma forma em que os

homens estabelecem suas relações. Nas versões esquemáticas do materialismo histórico, a classe é entendida como um conceito puramente econômico. Mas no materialismo histórico marxiano, a classe vai além de determinações econômicas e se determina realmente como classe em um processo que se estabelece nas relações com outras classes. Assim no *18 de brumário*, por exemplo, Marx afirma que os camponeses, embora estejam em uma condição econômica de classes pela sua posição na distribuição dos meios de produção, não são uma classe (Marx, 2013b, p. 142-143). Em *A ideologia alemã*, Marx é claro ao definir uma classe não só pelas condições em comum, mas também pela oposição a outras classes por interesses e costumes em comum (Marx; Engels, 2007, p. 63).

Desse modo, uma classe se define por um processo histórico que se estabelece em determinadas condições históricas. Marx não apreende a classes como uma posição definida no modo de produção e na qual possam ser diretamente encaixados diferentes grupos sociais em diferentes condições históricas. Para além disso, se a condição de classe se define de forma econômica, a posição econômica pode decorrer de outras circunstâncias; nas sociedades pré-capitalistas a condição de classe (econômica) é mediada por outras determinações. Em outras palavras, uma classe chega a sua posição econômica passando por outras posições sociais não econômicas¹.

Marx é claro nas passagens de *O capital* sobre a gênese da renda da terra (Marx, 1987b, cap. XLVII), em que, no modo de produção asiático, o Estado – e, portanto, os grupos que o controlam – estava em posição de extrair excedente das comunidades camponesas devido ao seu controle das obras públicas necessárias à produção; de outra maneira, estavam em uma condição de classe na qual se estabelecia uma relação de exploração com as comunidades dos produtores diretos. A condição de classe aqui é mediada pela representação da unidade das comunidades pelos grupos que ocupam o Estado; é a posição como controlador das obras públicas mediada por essa representação da unidade que os deter-

¹ A despeito de a dialética não oferecer definições que fixam o caráter processual dos objetos em um momento rígido, uma formulação sintética da mediação pode ser encontrada na *Enciclopédia das ciências filosóficas*, v. I: *A ciência da lógica*, de Hegel: “Com efeito, mediação é um começar, e um ser-que-se-foi para um segundo [ser], de modo que esse segundo só é na medida em que se chegou até ele desde um Outro em oposição a ele” (Hegel, 1995, p. 52).

mina como classe. Em outras palavras, não é a propriedade privada dos meios de produção por grupos situados no controle do Estado que os fazem uma classe, mas seu papel de representantes e membros da comunidade, a verdadeira proprietária dos meios de produção (Harman, 1999, p. 27).

Uma segunda objeção ao modo de produção asiático levantada por Perry Anderson é de que esse conceito foi inflacionado após sua retomada na década de 1960, abrangendo todas as regiões geográficas e épocas as mais recuadas possíveis (Anderson, 1985, p. 484-485). Anderson se refere aqui especificamente ao entendimento de Godelier (1969), do modo de produção asiático como uma fase universal de transição entre as sociedades primitivas baseadas no parentesco e as sociedades de classe.

O modo de produção asiático entraria assim em um esquema classificatório dos modos de produção, com abrangência universal e de caráter linear. Do ponto de vista da teoria da história, tratar-se-ia apenas de uma revisão do esquema linear universalista abstrato da doutrina soviética do feudalismo universal.

Mas diversos autores apontam que o enquadramento do modo de produção asiático em um esquema linear do desenvolvimento histórico não encontra base na sua formulação marxiana. Como nota Sawyer, Marx apresenta uma “percepção multilinear das sociedades pré-capitalistas” nos *Grundrisse* (Sawyer, 1977, p. 207-209), ou ainda, como afirma Kevin Anderson, referindo-se ao conjunto dos textos de Marx sobre as sociedades não capitalistas, “uma dialética multilinear do desenvolvimento social” (Anderson, 2010, p. 245). Além disso, como aponta Hobsbawm (1986, p. 22), o materialismo histórico não necessita nem implica uma ordem preestabelecida dos modos de produção. Encontrar modos de produção pré-definidos em uma sucessão histórica pré-determinada seria enquadrar a história em uma fórmula, mas “não é possível fazer história com fórmulas” (Marx, 1985, p. 128).

Uma versão atenuada desse esquema abrangente é proposta por Amin (1977). Nesse autor, por razões historiográficas e teóricas, o modo de produção asiático é substituído pelo modo de produção tributário – um conceito ainda mais abrangente, que inclui o feudalismo como sua variação limítrofe. Mas o esquema não é totalmente universal e linear devido à distinção entre modos de produção e formações sociais, de origem althusseriana, que o autor adota. Modos de produção são en-

tendidos como entidades teóricas de caráter estrutural, em que seus elementos estão combinados de formas diferentes, mas não apresentam sucessão. Já as formações sociais são combinações de diferentes modos de produção, em que um deles é dominante e que apresentam uma ordem de sucessão.

Segundo Amin, as formações sociais teriam se sucedido em duas linhas paralelas. Uma linha principal de extensa abrangência geográfica, em que o modo de produção tributário combinado de diferentes formas com outros modos de produção seria o dominante. Paralela a essa linha principal, teria se desenvolvido uma linha secundária, restrita à Europa e que teria resultado no desenvolvimento do capitalismo (Amin, 1977, p. 21-22).

A diferenciação entre modos de produção e formações sociais é outro meio de encaixar a história em uma fórmula. Marx não apreende os modos de produção como categorias kantianas do entendimento, que servem apenas como instrumentos do pensamento para organizar dados empíricos, segundo regras lógicas transcendentais. As categorias “expressam formas de ser, determinações da existência” (Marx, 2013a, p. 59). Em outras palavras, Marx assume uma postura realista no que se refere à categoria modo de produção.

Sendo uma categoria que expressa determinações da existência, o modo de produção não é algo puramente abstrato, mas reproduz o concreto no pensamento. E o concreto é sempre “uma síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (Marx, 2013a, p. 54). Assim, o modo de produção, tal como apreendido por Marx, é um complexo processual. Em cada situação histórica concreta, elementos presentes em outros modos de produção se apresentam “de modo desenvolvido, atrofiado, caricato, etc., mas sempre com uma diferença essencial” (Marx, 2013a, p. 59). Elementos de outros modos de produção também podem se apresentar ainda não plenamente desenvolvidos, “em germe” ou “em devir”, ou seja, à luz do desenvolvimento histórico posterior.

O mais importante na caracterização realista de um modo de produção não é a presença de um elemento – propriedade comunitária, escravidão, capital, trabalho assalariado – em uma determinada situação histórica, mas sim as relações entre eles. É ao modo de relação entre os elementos realmente existentes em uma situação histórica concreta que

Marx designa quando se refere à diferença essencial; a dialética da essência se refere às relações².

Por exemplo, o capital comercial e o usuário se relacionam de forma subordinada e pouco desenvolvida, à luz do processo histórico posterior, com os outros elementos que compõem os modos de produção pré-capitalistas. Trata-se de capital, tem a forma de um processo de expansão do valor, mas expressa uma outra relação de exploração, redistribuindo um trabalho excedente que não foi produzido por ele.

Do mesmo modo o assalariamento, a troca de trabalho vivo por dinheiro, por si só não constitui uma relação de produção capitalista. Em diversos casos não se trata de “trabalho ponente de valor, mas atividade criadora de utilidade, de valor de uso” (Marx, 2013a, p. 383), um serviço que é trocado por uma renda e não por capital. Esse é o caso, por exemplo, do Exército, em que o serviço é trocado pelos tributos apropriados pelo Estado e não por capital (Marx, 2013a, p. 385); aqui se trata de uma redistribuição do trabalho excedente e não de sua extração. Mesmo quando ocorre a compra de serviços visando à produção e não o consumo, trata-se do consumo de luxo, uma compra de trabalho que visa indiretamente ao consumo. Nesses casos, o assalariamento ocupa posição subordinada no modo de produção.

Marx assinala também que a “economia escravista” “apresenta graduações, indo do regime patriarcal, voltado antes de mais nada para o consumo doméstico, até ao sistema de plantações propriamente dito, que trabalha para o mercado mundial” (Marx, 1987b, p. 921). Dessa forma a escravidão patriarcal guarda uma diferença essencial com a escravidão colonial do capitalismo, na qual mantém uma relação subordinada com processo de autoexpansão do valor.

Bastante significativo no que se refere ao modo de produção asiático é a observação de Marx, de que “pode-se compreender o tributo, a dízima, etc. quando se conhece a renda da terra. Porém não se pode identificá-los” (Marx, 2013a, p. 58). A diferença essencial aqui é que a renda da terra capitalista ocupa uma posição subordinada *vis-à-vis* a

² Hegel se refere a categorias da dialética da essência da seguinte forma: “Essas categorias não são mais puramente independentes uma da outra, mas cada uma é marcada por seu reflexo no interior da outra, por sua referência à outra. Todas contêm a marca da referência a outras, e com isso tudo se torna algo posto ou mediado por outro, de forma que só é por meio de outro” (Hegel, 2008, p. 129).

posição central ocupada pelo tributo no modo de produção asiático. Mais adiante esse ponto será retomado com referência à renda feudal e aos tributos.

Se o modo de produção não pode ser identificado em cada situação histórica concreta com a presença de uma única relação de produção fundamental, o que define ou não sua validade é o fato dessa relação determinar o movimento de uma dada sociedade. O que define o caráter central, intermediário ou subordinado e a forma desenvolvida ou atrofiada de uma relação de produção em um modo de produção tal como apreendido por Marx não é um elemento de caráter estrutural ou topológico, mas sim processual.

Desse modo o capital comercial, presente como relação subordinada em outros modos de produção, não é capaz de determinar a dinâmica destes. Se o desenvolvimento do capital comercial tem uma “ação dissolvente” sobre os modos de produção, isso por si só não determina a dissolução dessas formas de organização de produção nem mesmo o que resulta dessa possível dissolução. A dinâmica desses modos de produção é determinada pelas suas relações fundamentais (Marx, 1987b, p. 380–381).

Isso ocorre também nas formas pré-capitalistas de assalariamento, os serviços dos homens livres. Aqui mesmo, quando o pagamento é determinado economicamente, por oferta e demanda de serviços ou pelos seus custos de produção, “essa própria determinação é produzida por outras relações” (Marx, 2013a, p. 386). Quando o assalariamento de trabalhadores livres prolifera e não se dá diretamente para o consumo, mas para a produção, trata-se de um indicador da dissolução de um modo de produção e “esses serventes livres também podem surgir e desaparecer novamente [...] sem que o modo de produção se altere” (Marx, 2013a, p. 386), ou sem que ele seja sucedido pelo modo de produção capitalista. Em todas essas situações, é a relação principal que caracteriza um modo de produção que determina sua dinâmica, sendo a processualidade do assalariamento derivada dela. O mesmo é válido para escravidão. É a dinâmica das relações de produção capitalistas que impulsiona e dá forma as relações escravistas e de servidão, quando o mercado mundial passa a ser uma fonte da acumulação capitalista (Marx, 1987a, p. 266).

Os elementos fundamentais de um modo de produção apresentam sempre “infinitas variações e gradações” nas formas particulares em que

existem (Marx, 1987b, p. 907). Desse modo, ao lado da variedade de relações que têm papéis diferentes na processualidade concreta de um modo de produção, há uma variedade na própria forma da relação fundamental. Apreendido em seu movimento real, ou seja, de forma dialética, não poderiam existir de outra forma, pois o universal concreto só pode existir em muitos particulares.

A validade de um modo de produção, no entanto, depende de este capturar o que realmente existe em comum nas diversas situações históricas, isto é, de constituir uma “boa abstração”. A abstração é boa se ela não abandona os elementos concretos de uma determinada situação histórica, mas se apreende os seus traços fundamentais suspendendo temporariamente as relações subordinadas, secundárias e as variações de forma das relações fundamentais, para explicá-las no “retorno ao concreto”, apreendido no pensamento.

Essa compreensão teórica do que são os modos de produção no materialismo histórico marxiano responde parcialmente a argumentação de Perry Anderson (1985, p. 486), de que a inflação do conceito de modo de produção asiático se encontra no próprio Marx. Objeção semelhante se encontra em Said, segundo o qual Marx teria tratado o Terceiro Mundo de forma homogênea (Said, 1979, p. 325). É certo que nos *Grundrisse* Marx faz referências ao modo de produção asiático de forma abrangente, incluindo nele não só as sociedades da Ásia, mas também as da América e as eslavas. A questão fundamental, no entanto, consiste em saber se essa é uma boa abstração para todos os casos indicados por Marx.

Em segundo lugar, a abordagem de Amin de forma modificada se tornou dominante no tratamento teórico dos modos de produção pré-capitalistas, marcando o ocaso do modo de produção asiático. Os modos de produção já não são compreendidos da forma althusseriana, mas ainda como construções mentais, como tipos ideais no sentido weberiano (Haldon, 1993, p. 63–64). Entender os modos de produção como tipos ideais, no entanto, tem as mesmas deficiências do ponto de vista da teoria da história de Marx, da compreensão althusseriana. De acordo com Haldon, modos de produção “não são uma realidade social concreta” (Haldon, 1993, p. 87); “modos de produção não existem em qualquer forma real – eles representam meras exposições teóricas de um conjunto específico de relações econômicas” (Haldon, 1993, p. 97). Como na versão althusseriana, trata-se de apreender o modo de produção não como

uma forma de ser, mas como uma categoria subjetiva do entendimento nos moldes kantianos. Os modos de produção aqui são entendidos como constructos que reproduzem apenas o pensamento do investigador e não a realidade objetiva, independentemente de sua apreensão pelo pensamento, que ele observa e procura apreender mesmo que de forma aproximada.

Ao lado disso, o modo de produção tributário é aceito como o tipo ideal abrangente para explicação dos modos de produção pré-capitalistas. Aqui a história, pelo menos a dos tipos ideais e de sua série “na ideia”, volta a seguir a tão criticada unilinearidade do dogmatismo stalinista, a despeito da crítica de Haldon ao teleologismo fatalista. A história dos tipos ideais segue assim uma única trajetória: das formas comuniais de propriedade ao todo abrangente modo tributário – que inclui em si não só o antigo modo asiático, como o feudalismo e a escravidão (Haldon, 1993, p. 87-88) –, até o modo de produção capitalista. Novamente a história se encontra encaixada em uma fórmula, mesmo que seja meramente ideal.

Quanto ao uso universalista do modo de produção tributário, é necessário saber em que casos este constitui uma boa abstração. Se é certo que, em todas as sociedades pré-capitalistas, o Estado, em que estava presente, se apropriava diretamente do excedente (Haldon, 2009, p. 25), a questão do ponto de vista do modo de produção tal como caracterizado anteriormente é saber se essa apropriação é o que determina a dinâmica dessas sociedades. O ponto fundamental aqui é descobrir se não há uma diferença essencial entre renda feudal e tributos apropriados pelo Estado no modo de produção asiático. Mais adiante essa questão será retomada à luz do debate historiográfico.

Para finalizar esta seção, é preciso fazer algumas observações sobre as críticas de Said ao “orientalismo” de Marx. De princípio é preciso assinalar que não é possível incluir Marx em uma definição de orientalismo que parte da diferenciação ontológica entre Ocidente e Oriente (Said, 1979, p. 3). Ao contrário de Hegel, Marx não parte de uma diferenciação no “espírito do povo” em sua análise do Oriente. Ao contrário, Marx parte de que todos os homens – tanto no Oriente como no Ocidente – têm sua vida condicionada pelo modo como a reproduzem, e isso depende das condições materiais que aí encontram. Nesse sentido não há diferenciação ontológica entre Oriente e Ocidente em Marx. O que

Marx aponta é apenas a diferenciação das condições históricas em que esses povos reproduzem sua vida material.

Mais importante na crítica de Said é o caráter das fontes de Marx sobre o Oriente. Segundo Said, as fontes de Marx “controlavam suas afirmações sobre o Oriente” (Said, 1979, p. 155) e tais fontes são viciadas pela visão eurocêntrica e colonialista do Oriente. A ausência de propriedade privada, a distinção entre o sistema oriental e o feudalismo europeu e a impossibilidade de desenvolvimento da manufatura se encontram em Bernier e Richard Jones (Sawer, 1977, p. 10-11). O conceito de despotismo Oriental e sua ligação com as circunstâncias geográficas, a imagem de passividade e indolência do Oriente, remontam a Montesquieu (Sawer, 1977, p. 13-15). A imagem estática do Oriente como tendo uma “história anistórica” se encontra em Hegel (1975, p. 199); a hipótese de que as formações econômicas do Oriente são determinadas pela realização de obras públicas pelo Estado e a apropriação do excedente por este se originam de Adam Smith (Sawer, 1977, p. 29). A imagem mais próxima das primeiras formulações do modo de produção asiático em Marx se encontra na descrição do “despotismo oriental” de Richard Jones (Sawer, 1977, p. 35-36).

Não se pode negar as limitações dessas fontes de Marx. A maioria delas – senão todas – projetam no Oriente uma imagem que atende às necessidades do desenvolvimento do capitalismo na Europa: tanto Montesquieu usa o conceito de despotismo oriental para combater o absolutismo na Europa, quanto Smith usa a imagem da estagnação associada a intervenção estatal no Oriente para defender a implantação da “ordem natural” do mercado na Europa.

No entanto, seria equivocado apresentar a apreensão do “Oriente” em Marx como uma mera compilação e repetição de suas fontes. Marx era um homem de sua época, mas era também um crítico de sua época. Marx sempre tratou criticamente suas fontes, não só na filosofia e na economia política, como também na história. Em um trabalho minucioso, Kevin Anderson (2010) demonstra que a imagem do “Oriente” de Marx vai progressivamente se afastando de suas fontes, ao aprofundar sua crítica ao capitalismo – muitas vezes chamado de “despotismo civilizado” por Marx – e ao adicionar novas fontes em sua visão sobre os povos “orientais” e não europeus de uma forma geral. Do estudo de Kevin Anderson, emerge da totalidade da obra de Marx uma visão mais

dialética e favorável do que a presente no texto sobre o domínio britânico na Índia – único texto de Marx referenciado diretamente por Said.

3. Controvérsias historiográficas

Nesta seção será realizado um balanço das principais objeções da historiografia ao modo de produção asiático. As objeções analisadas se referem à hipótese hidráulica, à inexistência de propriedade privada – ponto central do modo de produção asiático –, ao seu caráter estacionário, especialmente em relação às forças produtivas, e ao despotismo das formações asiáticas.

Perry Anderson assinala que os dados empíricos então disponíveis negavam o que seriam as hipóteses fundamentais do modo de produção asiático. Anderson afirma que a descrição das aldeias indianas feitas por Marx seria “empiricamente falsa” (Anderson, 1985, p. 486-488). Mais importante, Anderson afirma que a associação da construção de grandes obras públicas de irrigação com o monopólio da terra pelo Estado e as pequenas aldeias autossuficientes não se verifica historicamente. Desse modo a historiografia negaria a validade do modo de produção asiático, tal como teria sido formulado por Marx.

A hipótese das grandes obras de irrigação como causa da centralização da propriedade das terras no Estado é contestada em várias situações. Perry Anderson (1985) contesta a importância das obras de irrigação e o papel da agricultura na formação e manutenção dos impérios islâmicos, incluindo a Índia sob o império mongol (Anderson, 1985, p. 498-500, 517). Amin ressalta a pouca importância da agricultura nos impérios muçulmanos, caracterizando-os como impérios tributários comerciais em que a classe dirigente era essencialmente urbana (Amin, 1977, p. 49). Do mesmo modo Cardoso (1982) contesta a hipótese de que a centralização e a unificação do império egípcio na Antiguidade possam ser atribuídas à necessidade de obras de irrigação, embora reafirme a importância destas. Cardoso também contesta a validade da hipótese hidráulica para a América pré-colombiana (Cardoso, 1981, p. 108).

A hipótese hidráulica, portanto, parece não ser uma boa abstração ou ainda ter uma validade bem mais restrita, espacial e temporalmente, do que a atribuída no modo de produção asiático. Perry Anderson, por

exemplo, afirma a necessidade das obras de irrigação no caso da formação do império chinês (Anderson, 1985, p. 490), embora negue que a China se enquadre no modo de produção asiático devido à existência de propriedade privada.

A questão principal é saber se a hipótese hidráulica é fundamental na caracterização que Marx faz do funcionamento do modo de produção asiático. Tal hipótese formulada no artigo sobre o domínio britânico na Índia desaparece quase que completamente nos textos posteriores em que Marx volta a tratar do tema. O elemento principal aqui é que, por algum motivo variável de acordo com as circunstâncias históricas, a necessidade de cooperação em larga escala leve à unificação das comunidades por meio de sua representação no Estado (Godelier, 1977, p. 118). Em outras palavras, o central na caracterização do modo de produção asiático é a estrutura da propriedade.

Sob esse último aspecto, a descrição do modo de produção asiático também é fortemente contestada. A combinação de monopólio da propriedade pela comunidade representada pelo Estado, a posse comunitária na base e a ausência de propriedade privada são negadas em inúmeras situações que supostamente se enquadrariam no modo de produção asiático.

Perry Anderson aponta a existência de propriedade privada na China, desde o império Sung no século X, embora a propriedade teoricamente ainda fosse do Estado (Anderson, 1985, p. 526). Kosambi aponta a existência de propriedade privada na Índia, desde os anos 700 d.C., que se consolida com as conquistas árabes, resultantes da concessão de terras pelo imperador em troca do serviço militar. Alguns desses proprietários de terra não pagavam tributo ao império (Kosambi, 1975, p. 364), enquanto outros coletavam tributos para o imperador e para si. As aldeias continuavam existindo como unidade econômica básica, mas a sua propriedade era concedida pelo imperador; em alguns casos as aldeias pagavam diretamente o tributo ao imperador (Kosambi, 1975, p. 354). Terras livres separadas das aldeias eram possuídas de forma privada (Kosambi, 1975, p. 354) e no sul era possível vender, transmitir por herança ou arrendar o título de propriedade da terra (Kosambi, 1975, p. 385).

Esse mesmo sistema de concessão de terras se encontrava no Egito, já no reino antigo, 2686–2181 a.C. (Cardoso, 1982, p. 14). Terras eram concedidas não só aos templos, mas também a funcionários do Estado;

no reino novo (1550-1069 a.C.), também havia concessão de terras aos militares. A propriedade de muitas dessas terras tinha caráter vitalício e elas poderiam ser vendidas ou transmitidas por herança. Cardoso, no entanto, assinala a continuidade das aldeias comunitárias durante esse período (Cardoso, 1982, p. 14). Amin observa que, já no período da conquista árabe (641-969 d.C.), essas aldeias comunitárias não existiam mais, sendo a produção organizada em torno da propriedade familiar (Amin, 1977, p. 45).

Não há dúvidas, portanto, de que a estrutura de propriedade nas regiões do modo de produção asiático era mais complexa do que a forma exclusiva da propriedade comunitária das aldeias com sua unidade representada no monopólio estatal da terra. No entanto, a definição de um modo de produção depende não somente da descrição precisa de cada detalhe de uma situação histórica, mas também, conforme assinalado anteriormente, de quais relações de produção estabelecem a dinâmica de uma época histórica.

Nesse sentido não caberia, por exemplo, caracterizar uma época histórica como feudal, pelo simples fato de haver concessões de terra pelos governantes, como o faz Kosambi no caso da Índia (Kosambi, 1975, p. 295-296, 354-355). Como afirma Kosambi, as comunidades aldeãs permanecem como a base da unidade produtiva, e não algo como a *demesne* europeia; ademais, nas terras que não estavam organizadas em aldeias, o trabalho era realizado por escravos (Kosambi, 1975 p. 354). Desse modo, mesmo que não seja válida a afirmação de Marx a respeito da ausência completa de propriedade privada, suas notas sobre a interpretação de Kovalevsky acerca do caráter feudal da Índia ainda são válidas:

Porque as “concessões”, “a subcontratação dos funcionários” [mas isso não é feudal de forma alguma, como atesta Roma] e “comendas” são encontradas na Índia, Kovalevsky encontra aqui o feudalismo nos sentido da Europa Ocidental. Kovalevsky esquece, entre outras coisas, a servidão, que não existe na Índia e que é um momento essencial. (Marx, apud Anderson, 2010, p. 210)

Portanto, como aponta Cardoso, a existência de propriedade privada não altera a dinâmica da sociedade do Egito Antigo definida pelo estrito controle estatal (Cardoso, 1982, p. 40). Aqui o Estado permanece como

o principal agente que controla a produção, se apropria do excedente e o redistribui (Cardoso, 1982, p. 14). Outras situações históricas parecem também ter pontos em comum com a dinâmica apresentada por Cardoso para o Egito Antigo, que se aproxima do modo de produção asiático de Marx: o império aquemênida da Pérsia (Wiesehöfer, 2009), o império mauryan na Índia (Kosambi, 1975, p. 226-229) e o império T'ang na China (Anderson, 1985, p. 522). Wickham aponta a coexistência entre “Estados tributários” e a “propriedade feudal” (Wickham, 1985, p. 182). Mas, tanto no caso da China (Wickham, 1985, p. 175), quanto dos impérios árabes (Wickham, 1985, p. 177-178) e do império otomano (Wickham, 1985, p. 181), a propriedade feudal, quando existente, não foi capaz de superar o Estado tributário. Nos termos colocados na seção anterior, pode se falar de um feudalismo em germe ou em devir no interior desses modos de produção, mas ocupando uma posição subordinada em sua dinâmica. Essa proposição, no entanto, remete à possibilidade de descobrir uma diferença essencial entre o modo asiático ou o tributário do feudal.

Delimitar a diferença essencial entre o modo tributário ou asiático e o feudal requer a distinção de suas relações fundamentais, isto é, da extração de trabalho excedente sob a forma de tributos e renda feudal. Na versão abrangente do modo de produção tributário como tipo ideal, a extração do excedente pelo Estado por meio de tributos é conflagrada com a renda feudal. Haldon (2009, p. 77) argumenta que, em ambos os casos, a renda é extraída de uma “classe produtora camponesa ocupando e trabalhando suas posses – sejam esses camponeses arrendatários dependentes alugando a terra como meros usuários, não como proprietários legais, seja como proprietários livres agregados em comunidades aldeãs independentes, ou uma mistura em grau variável das duas”. Em outras palavras, o modo de relação que caracteriza a forma da propriedade camponesa pouco importa para Haldon, apagando a diferença essencial. Nesse ponto a estrutura do argumento de Haldon é semelhante à de Kovalevsky.

Wickham (1985) argumenta contra essa identificação entre renda e tributo apontando que o explorador direto dos camponeses torna diferente as condições de exploração. Enquanto a taxação pelo Estado mantém este distante da sociedade, sem exercer o controle direto da produção na propriedade camponesa, os proprietários feudais exercem

seu poder diretamente sobre os produtores, controlando de forma imediata as condições da produção camponesa (Wickham, 1985, p. 185-186).

Nos termos aqui colocados, isso significa que a extração de excedente diretamente dos camponeses se dá por meio de relações diferentes, ou “na relação entre grupos exploradores alternativos e os camponeses” (Wickham, 1985, p. 183-184), e, portanto, trata-se de uma diferença essencial. Da mesma forma que não é possível identificar a renda da terra capitalista pelo simples fato de ela ser extraída de exploradores capitalistas daqueles que trabalham na terra com o tributo, também não é possível, no que se refere ao modo de relação, identificar a renda feudal com o tributo.

Outras afirmações de Marx sobre o modo de produção asiático, no entanto, embora explicáveis, não são defensáveis do ponto de vista historiográfico sem alterações e precisões. Trata-se aqui de seu caráter estagnado e do despotismo, que são as “partes mortas” do modo de produção asiático (Godelier, 1977, p. 120-121).

Não há como afirmar a existência de uma estagnação das forças produtivas nas situações históricas que corresponderiam ao modo de produção asiático, se considerados prazos longos e o atendimento das necessidades daquelas sociedades. Conforme afirma Cardoso, não é possível falar de estagnação tecnológica no Egito Antigo (Cardoso, 1982, p. 10). A estagnação cabe ainda menos para caracterizar o desenvolvimento das forças produtivas na China, cujas realizações no campo das forças produtivas são resumidas em Perry Anderson (1985, p. 520-521). No estágio atual de nosso conhecimento historiográfico, não é errado afirmar que na Idade Média a China era o país mais desenvolvido tecnologicamente e há a hipótese de que vários de seus inventos no campo da produção foram adotados na Europa medieval por mecanismos de transmissão ainda não completamente conhecidos.

Da mesma forma, a despeito da unidade entre agricultura e manufatura no campo, um artesanato urbano, ainda que limitado ao atendimento das necessidades de consumo da classe que controlava o Estado, é algo recorrente nas sociedades que poderiam ser caracterizadas pelo modo de produção asiático (Cardoso, 1982, p. 13; Wiesehöfer, 2009, p. 82).

Poderia se multiplicar as várias instâncias que negam a estagnação das forças produtivas nas circunstâncias históricas que corresponderiam ao modo de produção asiático. Como afirma Amin, essas sociedades –

que ele denomina de modos de produção tributários – foram compatíveis com diversos níveis de desenvolvimento das forças produtivas (Amin, 1977, p. 54). Claro está que esse desenvolvimento das forças produtivas não pode ser tomado por um padrão universal abstrato, que corresponderia ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (Cardoso, 1982, p. 13); essas sociedades desenvolveram suas forças produtivas no ritmo e na forma que atendia suas necessidades.

É sempre possível remeter a imagem estagnada do modo de produção asiático assinalada por Marx às limitações de suas fontes disponíveis na época. A despeito das limitações das fontes, no entanto, não se poderia imputar a uma historiografia eurocêntrica a atribuição de um caráter estagnado das forças produtivas no modo de produção asiático, como o faz Said. Marx observa em diversos momentos o maior desenvolvimento das sociedades asiáticas em relação aos europeus, no que se refere a outros aspectos que não o econômico. Marx, por exemplo, assinala a superioridade ética dos chineses diante dos britânicos na Guerra do Ópio (Marx; Engels, 1979, v. 16, p. 16) e se refere aos indianos como “mais refinados e habilidosos que os italianos” (Marx; Engels, 1979, v. 12, p. 221).

Por outro lado, é preciso assinalar sempre que o interesse de Marx pelos modos de produção não europeus ocidentais foi despertado especialmente pelo colonialismo britânico na Índia e pela Guerra do Ópio. Marx estava interessado em investigar a possibilidade de as guerras coloniais levarem a uma revolução proletária na Europa; sua investigação das guerras colonialistas e da autonomia nacional nunca esteve dissociada da luta de classes. Diante disso, é possível ver a “estagnação” das forças produtivas no modo de produção asiático como relativa ao desenvolvimento destas no capitalismo.

O caráter estagnado que Marx assinalava como existente no modo de produção asiático se referia fundamentalmente à ausência de transformação na sua base social, nas relações de produção entre as comunidades e o Estado. Como aponta Kosambi, no entanto, embora as aldeias tenham permanecido como a unidade básica de produção desde o império mauryan até o domínio britânico, sua forma e sua relação com o Estado se modificaram – mesmo permanecendo a apropriação estatal do excedente e independentemente da caracterização dessas mudanças como passagem de um “feudalismo pelo alto” para um “feudalismo pela base” (Kosambi, 1975, p. 295-296). Também na China, como aponta

Perry Anderson (1985, p. 520-546, 527-529), o modo de organização das comunidades e sua relação com o poder imperial apresenta diversas mudanças.

A despeito dessas modificações, há a persistência de uma propriedade comunitária na base, que se modifica indo desde as formas mais diretamente comunitárias até a divisão em lotes por famílias, ou mesmo a associação de famílias, como já apontava Marx nos esboços das cartas a Vera Zaslitch. Outra característica persistente é a extração de excedente pela classe que controla o Estado – desde o pagamento de tributo diretamente ao Estado até a intermediação desse pagamento por meio de governantes locais e agentes do próprio Estado central. Desse modo, se não cabe caracterizar essas sociedades como imutáveis e com uma vida vegetativa, ou seja, como fundamentalmente estáticas, elas podem ser caracterizadas pelo conceito dinâmico de estabilidade. Tal estabilidade é resultado de um equilíbrio dinâmico que permite a adaptação às mudanças (Goldstone; Haldon, 2009, p. 25).

Mas, se não há imutabilidade e sim uma estabilidade resultante de um equilíbrio dinâmico, como explicar a transformação desses modos de produção em outros modos de produção? Em outras palavras, é possível uma explicação endógena para a superação desses modos de produção a partir da teoria da história de Marx? Essa é uma questão em aberto, especialmente se o modo de produção asiático em uma versão modificada, a partir dos debates teóricos e historiográficos apontados neste artigo, pode ser considerado uma boa abstração para várias circunstâncias históricas em períodos mais recuados.

A ausência de dinamismo interno e de um mecanismo endógeno de superação do modo de produção asiático é em geral atribuída, nos quadros do materialismo histórico, à ausência de luta de classes. Em não havendo classes e, portanto, luta de classes, o mecanismo fundamental de superação dos modos de produção estaria ausente e o modo de produção asiático se reproduziria endogenamente em uma temporalidade infinita, a menos que fosse atingido por modificações externas. Assim o modo de produção asiático seria caracterizado pela ausência de história devido à ausência de luta de classes (Sawer, 1977, p. 52).

No entanto, se as classes não são apreendidas como pura e imediatamente econômicas, e, portanto, como vinculadas exclusivamente ao predomínio da propriedade privada, é possível afirmar a existência de

classes nesse modo de produção. Mas, se há luta de classes nesse modo de produção, ela tem dinâmica e forma dependentes das condições específicas em que ocorre.

Uma hipótese plausível dentro desse quadro é a de que a decadência de grandes impérios da Antiguidade, que poderiam ser caracterizados pelo modo de produção asiático em uma versão modificada, se deveu a essas lutas de classes. A luta entre as comunidades camponesas e as classes que controlavam o Estado, e no interior desta última, é uma hipótese explicativa plausível para esse declínio. Por outro lado, se tais civilizações simplesmente entraram em colapso e regrediram a formas anteriores de organização econômica, não gerando endogenamente nenhum outro modo de produção, isso pode se dever às condições em que se davam as lutas entre essas classes (Harman, 1999, p. 35–38).

A hipótese da luta de classes no interior do modo de produção asiático só é incompatível como uma versão esquemática do materialismo histórico. Nessa versão qualquer luta de classes em qualquer situação histórica resulta necessariamente em um modo de produção superior. No entanto, toda explicação universal que não considere que o universal só pode existir em formas particulares, que todo universal é um universal concreto, é uma má abstração. Assim nunca é demais lembrar, como faz Harman (1999, p. 39), que a luta de classes não tem um resultado predeterminado e válido para toda e qualquer circunstância, e que pode terminar na ruína mútua das classes em conflito (Marx; Engels, 1998, p. 40).

Assim como a imutabilidade, o “despotismo oriental” é outro aspecto do modo de produção asiático que não encontra sustentação ampla. O despotismo oriental era uma noção bastante difundida na Europa, na época de Marx. Para Montesquieu, o Oriente se caracterizava pelo poder absoluto encarnado na pessoa do rei, sem elementos intermediários entre o rei e a massa atomizada (Sawer, 1977, p. 13). O “despotismo oriental” pode ser resumido na afirmação de Hegel, de que no Oriente apenas um é livre, mas a sua liberdade é “arbitrariedade, selvageria e paixão brutal”, e o rei é um déspota (Hegel, 1975, p. 54). Para Hegel, os Estados orientais constituíam teocracias, sendo estas de caráter despótico no Extremo Oriente (Hegel, 1975, p. 200). Aqui o Estado exerceria um papel paternalista, agindo por meio de punições e repreensões e regulando todas as questões da vida privada dos indivíduos (Hegel, 1975, p. 198).

A imagem do Estado como concentrado exclusivamente na pessoa do rei e sem intermediários, no entanto, não corresponde à realidade de diversas situações históricas classificadas como “orientais”. Muitos dos Estados “orientais” absorviam representantes locais ou contavam com agentes que o representavam junto às comunidades, inclusive com cessão de terras por parte do Estado e participação nos tributos coletados, como no caso da Índia (Kosambi, 1975) e do império aquemênida (Wiesehöfer, 2009, p. 80). Ao invés da imagem de um déspota contrastado a um conjunto de átomos individuais, pode se falar aqui de uma classe estatal clivada por conflitos internos.

Da mesma forma não se pode afirmar um poder absoluto do rei, mesmo na ausência dos mecanismos de equilíbrio imaginados por Montesquieu. De diversos modos a classe estatal era forçada a se utilizar de mecanismos de redistribuição do excedente, para se manter no poder (Goldstone; Haldon, 2009, p. 14). O grau de interferência do poder estatal na vida das comunidades também era variável, indo desde a sua manutenção intacta – como, por exemplo, a absorção das religiões e dos costumes locais na unidade superior do Estado, como no império aquemênida da Pérsia (Goldstone; Haldon, 2009, p. 24) – até o controle mais restrito e coercitivo da vida das comunidades, inclusive com deslocamentos de comunidades e destruição de sua orientação ideológico-religiosa, como no império assírio (Goldstone; Haldon, 2009, p. 24).

Em resumo, a estrutura do poder político no modo de produção asiático não era necessariamente despótica segundo a imagem europeia do século XVIII. O ponto essencial aqui é a existência de mecanismos extraeconômicos que garantam a apropriação do excedente pelo Estado. Tais mecanismos podem ter caráter religioso ou ainda de coerção física em maior ou menor grau e se exercem não apenas na pessoa do governante, mas por meio de uma rede de instituições religiosas, governantes locais e agentes do governo.

Nesse sentido cabe lembrar as observações de Marx sobre o caráter despótico do modo de produção asiático; apesar de manter o termo, Marx oferece uma imagem progressivamente atenuada e nuançada do despotismo. Marx não fornece uma definição do termo. Se este é referido à necessidade de coação extraeconômica para a apropriação do excedente, faz tanto sentido falar de um despotismo oriental como de um despotismo antigo ou feudal, já que essa é uma característica de todos,

de modo de produção não capitalistas até o presente. Além do mais, Sawyer observa que o despotismo do modo de produção asiático teria um sentido econômico – ligado ao monopólio da terra pelo Estado – e não político, lembrando que, nos artigos de 1853, Marx ressaltava que o Estado pouco interferia no modo de vida das comunidades (Sawyer, 1977, p. 47). Independentemente da interpretação que se dê ao significado do despotismo oriental em Marx, certamente a imagem monolítica de um absolutismo pessoal em que o Estado é governado exclusivamente pelo capricho do governante não é válida.

Conclusão

Um balanço das possibilidades contidas nas indicações de Marx sobre o modo de produção asiático deve partir do reconhecimento de que estas são exatamente indicações e não uma fórmula. O único modo de produção de que Marx investigou de forma profunda e apresentou uma explicação detalhada de seu modo de funcionamento foi o capitalista. Defende-se aqui que Marx examinou os outros modos de produção para melhor compreender o caráter histórico do modo de produção capitalista, suas especificidades em relação a outros modos de produção. Apreendendo o modo de produção capitalista como histórico e não como algo natural – o que constitui um dos elementos centrais de sua crítica à economia política –, Marx procura entender as condições que o originou tanto no sentido positivo, isto é, onde e como elas estiveram presentes, como no negativo, onde e como elas estiveram ausentes. Entende-se aqui que o modo de produção asiático se situa nesse conjunto de questões postas por Marx na sua investigação, e não em uma fórmula ou em um estudo detalhado de seu modo de funcionamento.

Defendeu-se aqui que o modo de produção asiático não invalida a teoria da história de Marx. Ao contrário, as indicações de Marx sobre esse modo de produção servem para melhor compreensão de sua teoria da história, sejam quais forem as suas deficiências deste como uma boa abstração para determinadas situações históricas. O modo de produção asiático só é incompatível com versões esquemáticas de sua teoria da história que procuram uma fórmula a ser aplicada na história. Isso levou

o conceito tanto a expurgos como a ser entendido como um universal abstrato.

Este artigo não pretendeu dar uma resposta acabada sobre a questão da validade do modo de produção asiático como uma boa abstração. O que ressalta de um exame inicial do debate é que, se tomado apenas como um conjunto de indicações, o modo de produção asiático tal como formulado por Marx pode ser retomado em uma versão modificada e dinamizada à luz do conhecimento historiográfico e do debate teórico. Sob essa luz, a denominação de asiático poderia ser renunciada – tanto pela limitação geográfica como especialmente pela carga ideológica que o termo carrega. A denominação de tributário parece mais adequada ao que Marx indicava pelo modo de produção asiático. Aqui se vai ao ponto fundamental, que define o modo de produção como um complexo processual, a extração de trabalho excedente sob a forma de tributos pela classe estatal. Mas o modo de produção tributário é aqui entendido como uma boa abstração nos termos de Marx e não como um tipo ideal amplamente abrangente.

Referências bibliográficas

- AMIN, S. *Unequal development*. An essay on the social formations peripheral capitalism. Sussex: The Haverst Press, 1977.
- ANDERSON, K. *Marx at the margins*. On nationalism, ethnicity and non-western societies. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- ANDERSON, P. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985 (1974).
- BALIBAR, E. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: ALTHUSSER, L. et al. *Ler O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- CARDOSO, C. F. S. *América pré-colombiana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, C. F. S. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GODELIER, M. *Sobre el modo de producción asiático*. Barcelona: Martínez Roca, 1969.
- GODELIER, M. *Perspectives in Marxist anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- GOLDSTONE, J.; HALDON, J. Ancient States, empires, and exploitation problems and perspectives. In: MORRIS, I.; SCHEIDEL, W. *The dynamics of ancient empires: State power from Assyria to Byzantium*. New York: Oxford University Press, 2009.
- HALDON, J. *The State and the tributary mode of production*. London: Verso, 1993.
- HALDON, J. Towards a social history of Byzantium. In: HALDON, J. (ed.). *The social history of Byzantium*. Oxford: Blackwell, 2009.

- HARMAN, C. *A people's history of the world*. London: Bookmarks, 1999.
- HEGEL, G.W.F. *Lectures on the philosophy of world history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. V. I: *A ciência da lógica*. São Paulo: Loyola, 1995.
- HEGEL, G.W.F. *Lectures on logic*. Bloomington: Indiana University Press, 2008.
- HINDESS, Barry; HIRST, Paul Q. *Pre-capitalist modes of production*. London: Routledge & Kegan Paul, 1975.
- HOBBSBAWN, E. Introdução. In: MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 (1964).
- HOBBSBAWN, E. *How to change the world*. Reflections on Marx and marxism. New Haven: Yale University Press, 2011.
- KOSAMBI, D.D. *An introduction to the study of Indian history*. Mumbai: Popular Prakashan, 1975.
- MARX, K. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, K. *O capital*. Livro I. São Paulo: DIFEL, 1987a (Crítica da Economia Política).
- MARX, K. *O capital*. Livro III. São Paulo: DIFEL, 1987b (Crítica da Economia Política).
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. Carta a Vera Zasulitch. Primeiro esboço. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works*. New York: International Publishers, 1979, 50 v.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SAID, E. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1979.
- SAWER, M. *Marxism and the question of the Asiatic mode of production*. Hague: Martinus Nijhoff, 1977.
- WICKHAM, C. The uniqueness of the East. *Journal of Peasant Studies*. London: Routledge, v. 12, n. 2-3, jan. 1985.
- WIESEHÖFFER, J. The Achaemenid empire. In: MORRIS, I.; SCHEIDEL, W. *The dynamics of ancient empires: State power from Assyria to Byzantium*. New York: Oxford University Press, 2009.
- WITTFOGEL, K. *Oriental despotism*. A comparative study of total power. New Haven: Yale University Press, 1957.





the genoese exchange fairs and the bank of amsterdam: comparing two financial institutions of the 17th century*

as feiras genovesas de câmbio e o banco de amsterdam: comparando duas instituições financeiras do século xvii

Claudio Marsilio**

Gabinete de História Económica e Social (GHES), Unidade de Investigação em Ciências Sociais e Gestão (CSG), Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

ABSTRACT

In the 17th century, the prime mover of the Genoese exchange fairs was – more than International commerce – the huge volume of transactions generated by the Spanish Crown's public debt and the financial speculations of the most influential European financial operators (Genoese above all). The purpose of this article is to carry out a comparative analysis of the main dimensions of the Genoese exchange fairs and the Bank of Amsterdam seems to be the logic continuation of the Italian exchange fairs. The

RESUMO

No século XVII, mais do que o comércio internacional, o motor principal das feiras de câmbio genovesas foram o enorme volume de transações geradas pela dívida pública da Coroa espanhola e as especulações financeiras dos operadores financeiros europeus mais influentes, sobretudo os genoveses. O objetivo deste artigo é realizar uma análise comparativa das principais dimensões das feiras de taxas genovesas e do Banco de Amsterdam, que parece ser a continuação lógica das feiras de câmbio italianas. O banco holandês deve ser

* A draft version of this article in Marsilio (2012). The author would like to thank this journal's anonymous referees. The usual disclaimers apply.

Submetido: 11 de fevereiro de 2014; aceito: 3 de julho de 2014.

** Postdoctoral fellow of the Fundação para a Ciência e a Tecnologia of Portugal linked to the Gabinete de História Económica e Social (GHES), Unidade de Investigação em Ciências Sociais e Gestão (CSG), Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade de Lisboa. This research was supported by the post-doc grant (SFRH/BPD/72316/2010) and by the Spanish Proyecto de Investigación del Plan Nacional de I+D+i del Ministerio de Economía y Competitividad “Los extranjeros y las reformas en la España borbónica: actitudes y respuestas de las naciones a las reformas carolinas desde una perspectiva comparada (1759-1793)”, Ref. HAR2012-36884-C02-02. *E-mail*: clamarsilio@gmail.com



Dutch bank should be considered as the final point of a long process of evolution of the domestic monetary market. In fact, it was strongly backed by the merchant class in order to regulate not only the national monetary market, but also to support the International payments system for almost two centuries.

Keywords: Credit markets. International payments system. European early modern financial history. Exchange fairs of Genoa. Bank of Amsterdam.

considerado como o ponto final de um longo processo de evolução do mercado monetário doméstico. Na verdade, ele foi fortemente apoiado pela classe mercantil, a fim de regular não só o mercado monetário nacional, mas também para dar suporte ao sistema internacional de pagamentos por quase dois séculos.

Palavras-chave: Mercados de crédito. Sistema internacional de pagamentos. História financeira do início da Europa moderna. Feiras de câmbio de Gênova. Banco de Amsterdam.

Introduction

In the 17th century the Genoese exchange fairs picked up the legacy of a secular institution improved through the successive stages of the fairs of Geneva, Lyon and Piacenza (15th-16th centuries). The driving force of these meetings turned out to be not only the International commercial exchanges, but also the huge amount of money involved in the public debt of the Spanish crown. In fact, the loans to the Spanish kings – the *asientos* – for almost two centuries generated an endless chain of payments which was mainly managed by the Genoese bankers who can be considered the leaders of the financial market of that time.

On the other hand, the Bank of Amsterdam (1609) – also called *Wisselbank* – seems to be the logic continuation of the exchange fairs, becoming one of the major protagonists of European financial market at least since the second half of the seventeenth century. The *Wisselbank* must be seen as the result of a long process of evolution of the monetary market of the United Provinces. In fact, it was strongly backed by the merchant class in order to regulate not only the domestic monetary market, but also to support the International payments system.

This article will try to show and explain the different characteristics and functioning mechanisms of these two financial institutions in a comparative perspective in order to better understand the development of the international payments system of early modern Europe.

1. The exchange fairs: a revolutionary financial institution

In its early times the fair, whose medieval origins are certain, gave rise to a very large circuit where goods were exchanged and several events of international implication – such as the Fair of Champagne – were held. These exhibitions acquired their modern features only after the seat of the fair was transferred to Lyon in the 16th century; here they became progressively specialized until trade in goods and money neatly separated into fairs of goods, such as the well-known ones of Champagne, and exchange fairs.

Cassandro underlines that “during the Medieval Age, the fairs could have been found everywhere, without any geographical or political limit” (Cassandro, 2001a, p. 12, note 5). The 11th and 12th century Flemish fairs were the first examples of trade events carried out on an international scale, promoting commercial flows in the town of Bruges as years went by. Another example was the town of Antwerp (Van Houtte, 1952, 1966; Van der Wee, 1963; Van der Wee; Materné, 1993) which inherited, in a certain sense, the tradition of Bruges, though it adopted procedures that better fitted the requirements of a modern economy (Cornaert, 1957; Verlinden, 1978; Van der Wee, 1976).

The Italian “moneychangers”, who often operated abroad, grouped in a single guild organization, deserve a separate consideration. The guild was regulated by statutes for the protection of its members’ rights and had accredited consuls to the town authorities where the fairs were held (Molle, 1954). The Italian merchants from Asti were the first ones to reach the trading centres on the other side of the Alps in the 13th century, very soon followed by the Tuscan (at first from Siena, than from Florence and Lucca) Lombard and Genoese merchant-bankers (Reynolds, 1931). The earliest testimonies of the massive presence of Italian traders in fairs of international significance relate to trade events held in the French region of Languedoc (Combes, 1958), though the fairs of Champagne¹ are definitely the most studied cases where the Italian merchants were protagonists. On these occasions, commercial exchanges were carried out together with banking brokerage, which developed credit and cur-

¹ The most important works are: Bautier (1970), Face (1958).

rency exchange related tools (Cassandro, 1988). The Italian businessmen played a central role in this process thanks to their strong entrepreneurial abilities, as much as to influence the institutions of the fair and the trade of different goods that reached the French region from many European countries. The presence of the Genoese merchants, who took part in the Champagne events starting from the 15th century, became more intense the following century, when they were counted among the protagonists of this new type of fairs where financial bills of exchange (Cassandro, 1985, 2001b) were the only negotiated values.

The American economic historians North, Milgrom and Weingast remind us that the Earls of Champagne, feudatories in the region, had granted the early privileges and safe-conducts to merchants already in 1209, and those benefits were determined more in detail in 1290, by the end of the 13th century. Trade operators who wanted to establish a permanent representation in the area were offered both personal and property protection by the authority of the earldom; safety was guaranteed not only during the fair days but also all along the long journey that took the merchants from their countries to the towns of the French region (Milgrom; North; Weingast, 1990). The legal protection accorded to agreements and contracts initialled in these fairs was indeed the main reason for their success (Epstein, 1994, 2001; Munro, 2001).

The role of the merchant-bankers, who more and more turned their attention to financial operations, became more incisive with the fairs of Geneva in the 15th century (Bergier, 1960, 1963; Körner, 1980, 1989). Here, most of the Italian operators, though still partially devoted to the trade of luxury products, turned into professionals specialised in banking and all its different facets. The presence of Italian bankers was massive in Geneva; operators from Florence, Genoa and Lucca were the most influential ones. It is worthwhile to observe that at this point in time these economic operators were less “merchants” in the most traditional meaning of the word and more bankers working at high level on a European scale. As Cassandro widely explained, Geneva was “a bridge between the old and the new, between the medieval fairs – almost completely commercial meetings – and the new fairs of the beginning of Early Modern Times which will deal mainly with exchanges” (Cassandro, 2001b, p. 768-769).

In parallel with the events unfolding in Geneva, the fairs of Lyon² took off in the middle of the 15th century, until they completely supplanted the first venues within a few decades. Thanks to the Italian merchant-bankers, Lyon became the beating heart of the European economy in the 15th century: silk drapes, wool cloths, spices and other luxury goods were exchanged along the Rhone (Boyer-Xambeau; Deleplace; Gillard, 1991). The rapid growth of these fairs has frequently been ascribed to French public finance (Bonney, 1992, 1995; Dent, 1973), but it is likely to presume that their success could be attributed to the efforts of the Genoese and other Italian bankers as well (Cassandro, 1979). In fact, it important to remember that in France during those years many drastic measures in monetary policies actually tended to weaken the institution of the fair, but provoked repercussions in the region's domestic economy instead (Spooner, 1956; Bonney, 1981). Therefore, around the Thirties of the 16th century, as French merchants and the Italian colleagues alike were clearly boycotting the Ligurian financial operators, the Genoese bankers were impelled to set up other fair locations. In 1535, a Genoese senate act established that exchange fairs were to be held in Besançon, in the Free County, under the protection of the emperor Charles V³. Starting from 1562 several fair locations followed one another, along an ideal route approaching the Italian territory, until the seat of the fair was transferred to Piacenza, under the protection of the Farnese Dukes, in 1579. The exchange fairs reached their maximum splendour in the following forty years; Piacenza became the main operating market, an increasing number of operators coming from all the European trading markets were gathered there together and the volume of trade was multiplied. Yet, in 1621, the Genoese bankers decided in a high-ended manner to transfer the seat of the fair to Novi, on their territory⁴. This act marked the beginning of a series of splits within the “*contrattatione*” of the bankers operating in the Italian fairs,

² Some classical works are: Brésard (1914), Doucet (1933, 1934, 1951), Silva (1959) and Gascon (1956, 1971). Also very useful, the monographical issue *Les foires de Lyon: passé, présent, perspectives* (1960). Some recent researches in Cassandro (1979).

³ Giaccherio (1979, p. 39, 59), Gioffré (1960, p. 117). For this reason we speak of *Bisenzone fairs*.

⁴ On the Genoese fairs see the classical book by Silva (1969). For a new updated work see Marsilio (2008).

in the first decades of the 17th century⁵. In these years, the history of the exchange fairs was characterized by the simultaneous presence of different credit markets. Some Italian financial operators, first of all the Tuscans and Lombards, did not participate in the fair of Novi, they rather decided to continue to hold their meetings in Piacenza, thus actually creating a secession in 1622. Nor the Venetians agreed on the decision to take part in the Novi fairs and, starting from 1631, they too set up a “parallel” meeting in the town of Verona. Starting from the 1630s, a whole network of Italian interacting but independent exchange fairs was thus created⁶.

In Venice, they were discussing the advisability of setting up fairs of goods and fairs of exchange on the Republic territory as an alternative to the Count of Tyrol, suggesting Verona as the most suitable place, already since a few years. In January 1631, after a nearly 20-year debate, the Venetian authorities passed a law proclaiming an independent fair of exchange, though still leaving a certain freedom of action to their bankers residing in the Dominion. This fair was, with many vicissitudes, a rather weak institution due to the scarce presence of operators; it received a cold welcome from both the domestic and – especially – the foreign circuit, and was therefore doomed to failure.

At the end of the twenties of the 17th century, the merchants of Bolzano too had been granted a first series of privileges by the town authorities in order to stimulate commerce in their town⁷. The efforts to reorganize the town old fairs – personally supported by archduchess Claudia de’ Medici of Tyrol – intensified during the first years of the following decade, and led to the establishment of the Merchant Magistrate in 1633. Nevertheless, in the following two years, the town authorities and the merchants agreed to make a few amendments to the fair regulation, whose final draft would be drawn up in Italian and German in September 1635⁸.

⁵ An example of a Genoese company operating on the exchange fairs during these years is in Álvarez Nogal, Lo Basso and Marsilio (2007).

⁶ Details on these sessions of the bankers’ group are in Marsilio (2007).

⁷ Canali (1942). The most recent works are Denzel (2006) and Denzel and Bonoldi (2007).

⁸ Canali (1942). A copy of the laws of the fairs of Bolzano is available at the Bayerische Staatsbibliothek (*Privilegium...*, 1649).

The decline of the Genoese fairs started from the second half of the 17th century, when they began to lose their monopoly on the European credit market, although still having a strong influence in the money market, at least until the meetings were temporary transferred to Sestri Levante in 1693 and, definitively, to Santa Margherita Ligure in 1708. The choice of two small centres of the Eastern Ligurian Riviera confirms then the more local scale of the Genoese fairs at the end of the 17th century.

As far as the operation of this complex credit market is concerned, exchange fairs may be defined as a credit market through which a considerable amount of money was moved from one place to another. These flows of money generated large profits when the lucrative investments reached maturity. The fairs were well-established institutions that rhythmically and cyclically marked the time of the European financial calendar. The fair allowed to concentrate a large amount of money in a few days time and in a single place and to put it at once at the disposal of the circuit of credit in forms of loans that would be refunded after three months during the following meeting.

Each of these fairs lasted eight days and could not be anticipated, but only extended according to needs; the extensions were decided on in Genoa and must be approved of and ratified by the Senate. The “*trattanti*”, the bankers who took part in the works, usually met at the consul’s residence, where he was given hospitality. They wrote notes on their “*scartafaccio*”, the fair register where credit and debit operations were posted, which was afterwards handed over to the chancellor of the fair⁹ in order to allow negotiations to start. The second day, bankers came to an agreement to offset their positions and to draw up a first provisional balance. The third day the prices of currencies coming from the main European marketplaces and the bills of exchange due date calendar were fixed. The fourth day, the letters of exchange and the price lists (*listini*) were sent, and the message previously sent containing notice of acceptance of the bills of exchange settled the first fair day were answered¹⁰. The fifth day a book (*libro del calcolo*) with places and dates of acceptance, the exchange rates, and the marketplaces where those

⁹ The Genoese notary supervising the fair’s work.

¹⁰ The best price lists are pointed out in McCusker and Gravesteyn (1991).

operations would be settled was filled in. The sixth day was devoted to draw up the final balance; the incoming answers to the letters previously sent allowed to offset many positions, in particular the outstanding transactions; the Chancellor went to see the bankers and made a note of all protested and outstanding entries on his book. The seventh day each operator audited the figures on his fair register (*scartafaccio*), wrote down the addresses of the bankers, swapped bills of exchange duly signed and registered the payments received. The eighth day the bankers handed “the balance-sheet” over to the consul, who declared the fair officially over¹¹.

Fairs transactions were possible as the agents were given instructions about how to comply with the necessary procedures. These messages were communicated through two particular type of commercial letters: the letters of fair (*spacci*) and the bills of exchange (*tracta*). The letters of fair contained the operating instructions required to settle the exchange agreement. The letter of exchange, which in its early phase was only a complement to the agreement, acquired in time an increasing value. The physical exchange was actually carried out and settled only through the bill of exchange containing the order of payment sent to the agent in the fair (Felloni, 1999, p. 94). The exchange agreement stated that the party receiving a certain amount of currency present on the marketplace was bound to have someone to pay an amount of currency of different monetary quality but equal value in another marketplace.

Being the fair the “market” where the compensation in different International currencies took place, we must underline that the exchange fairs had a peculiar “monetary system”¹². This system was based on a “fixed ratio” between the currency unit – the “*scudo di marco*”, a kind of “imaginary money”, and the “*scudo d’oro delle cinque stampe*” (“five towns’ gold coins”), which represented the “real coin”¹³.

¹¹ For a full description of the calendar of the exchange fair’s works see Marsilio (2009).

¹² The best description of the monetary differences between the Lyon and Novi exchange fair is in Amato (2008, p. 143–153).

¹³ On the “imaginary money” see Einaudi (1936), Fantacci (2005a, 2005b, p. 197–205, 2008).

2. The establishment of the Bank of Amsterdam: new ideas in the North

Another important financial institution – the Amsterdam Exchange Bank (Quinn; Roberds, 2005, 2006, 2007) – was established within the European credit market to coincide with the development of the Genoese fairs. This bank was meant to be a definite achievement in the development of monetary policy of the United Provinces¹⁴. The Bank of Amsterdam, whose institution had been strongly supported by the merchant class, was created in the wake of the establishment of several other European public banks¹⁵ in order to facilitate payments, which had become chaotic due to the large amount of different currencies circulating in the United Provinces (De Simone, 2002, p. 67).

The rapid and hasty growth of international trade¹⁶, which brought heavy repercussions on the United Provinces business, paved the way towards the creation of the Bank. The Republic was showing a growing need for an “international currency” caused by the sudden rise of commercial transactions with Eastern countries carried out by the newly-born India Companies, in particular the Vereenigde Oostindische Compagnie. A stable currency, “universally” accepted and with a fine-metal content, in one word “reliable”, was the fundamental factor of the new *emporium universalis* that Holland was rapidly preparing (Israel, 1989; Wallerstein, 1980, p. 25–71; Braudel, 1977). Therefore, the Amsterdam money market found itself, in the beginning of the 17th century, in the *Confusión de confusiones* (De la Vega, 1688), as the monetary circulation in each State was, in the modern age, made up by both domestic money and a multitude of “foreign” currencies (Vilar, 1974).

With the Union of Utrecht in 1579, the United Provinces made an attempt to establish common coinage standards concerning new coins to be put on the domestic market, but those laws were often unenforced (Hart, 1993). After the revolt against Spain, none of the Provinces wanted to relinquish their mints and a certain degree of independence

¹⁴ For a general reference see the classical work by Van Dillen (1933).

¹⁵ The “Banco di San Giorgio” in Genoa, the “Banco di Rialto” in Venice and the public banks of Naples, Hamburg and Nuremberg.

¹⁶ In particular, see Spufford (2005, p. 18–30). See also Spufford (1995).

as far as monetary policy decisions were concerned. More tangible interests, such as seigniorage collection, were adding to ostentation of independence and freedom. Hence, it is easy to understand that the most urgent need was to order and limit the chaos generated by the excessive coinage. Notwithstanding the commitment to reduce to a minimum the authorized mints, they could only be cut down to a number of 14; this overproduction led to a galloping monetary debasement (Sargent; Velde, 2002). Monetary tension came at its height right in the years of the greatest military effort of the young United Provinces (Fritschy, 2003). The almost chronic state of war which saw the Provinces at first rebelling against the Hapsburg domination (1568-1609) and then taking part in the “global” Thirty Years’ War (1621-1648) was heavily affecting the Dutch public finance (Neal, 2000).

A further hindrance to the money market was the simultaneous presence, in those years, of moneychangers and cashiers. Moneychangers, coming daily in contact with a large amount of different currencies minted in the various countries, had the opportunity to legalize the ancient and very common practice of *bicquetteeren* that was the custom of hoarding and withdrawing from circulation full-weight coins with high intrinsic value in order to exchange them for light coins.

The Amsterdam town council did consequently consider, in 1606, the request made by many financial operators concerning the advisability of establishing a public bank (Puncuh; Felloni, 1991) based on the model of the Rialto Bank (Romano, 1962, 1964, 1980)¹⁷ opened in Venice in 1587, thus following the examples of Venice and Seville. Three years later, the town council passed a law establishing the *Amsterdamsche Wisselbank* – Amsterdam Exchange Bank (De Simone, 2002, p. 67) –, with the purpose of taking over a public service monopoly. The bank mission was to preserve metal integrity of the coins circulating within the United Province, so that the florin intrinsic value would not diverge too much from the official foreign exchange value (Gillard, 2004, p. 302-304).

As De Simone sums up, public banks functions in those years could be synthesized as follows:

¹⁷ The best essay on the European economic and monetary trend of the first years of the 17th century is Kindleberger (1991).

- a) Acceptance of deposits of money that they undertook to keep in safe and to return on customer's request without any interest allowed on deposits.
- b) Issuance of endorsable receipts to depositors, their credit with the bank could thus be transferred to third parties.
- c) Payment of sums of money to third parties on customer's written order.
- d) Payment to third parties by means of "giro" systems (De Simone, 2002, p. 60).

The Bank of Amsterdam activity was as well essentially based on deposits and giros; operations relating to single records were carried out in "bank money"¹⁸. There was a neat difference between current money and bank money – the Bank internal unit of account with a fixed metal equivalent (Fantacci, 2005a, 2005b, 2008; Amato 1999).

According to the establishing law, the Bank's tasks were the enhancement of the liquidity of the economy and of contract reliability. Opening an account with the Bank was furthermore interesting for operators because the local government was bound *in solidum* with the debtor. The main objectives of the new Dutch institution were currency exchange recovery and fluidity of commercial transactions. Besides that, the bank undertook, in particular, the responsibility to regulate the quality and quantity of the monetary reserves spent in international payments (Gillard, 2004, p. 71), but it was forbidden to keep bullions in its coffers, the gold and silver collected were therefore to be sent to all country mints, by rotation (Van Dillen, 1964, p. 88).

The statutory regulation provided, all along the 17th century, that the Bank could grant advances on securities and discount bills of exchange only to the two India Companies and the town municipality (Vilar, 1974, p. 270-276). It is worthwhile to be mentioned, as a further proof of the international dimension of the Bank, the opportunity of opening an account granted to all foreigners, unlike what happened at the bank of Hamburg (Gillard, 2004, p. 77) in the same years. As the Bank didn't open credit lines through current account overdrafts, it can be viewed

¹⁸ On the money of account in the Netherlands in the long run see Jonker and Gelderblom (2014).

as a simple clearing house providing services for account holders' commercial transactions with the important effects of reducing transaction costs¹⁹ and increasing money circulation velocity. Estimates made by De Vries and Van der Woude show, for instance, that in the middle of the 18th century the value of transactions settled with the Wisselbank exceeded 10 million florins per day (De Vries; Van der Woude, 1997, p. 700-702).

In conclusion, the Bank of Amsterdam could benefit of a triple "institutional" backing: political, as the town authorities protected its independence; judicial, as the Bank business was not subject to ordinary law; moral, due to currency convertibility guarantees covering customers' funds (Gillard, 2004, p. 65-72). However, the most interesting and innovative aspect of the Dutch town monetary market was that any bill of exchange whose value was equal to or greater than 600 florins had to be paid at the Bank; this measure of regulation had already been adopted by the Venetian Bancogiro (Banco del Giro).

Within a twenty-year period, the example of the Bank would be followed by other towns such as Middleburg (1616), Delft (1621) and Rotterdam (1635). Originally conceived as competing institutions based on the model of the Bank, they ended up forming, together with the Wisselbank, a banking network with ramifications all over the Provinces. Once recognized the international supremacy of Amsterdam, all the other marketplaces – with Rotterdam in the lead – afterwards started a dynamic domestic exchange market. Whereas on the one hand this new banking network helped to concentrate customers on pole of Amsterdam, on the other hand it was highly appreciated by the clientele (Gillard, 2004, p. 74).

The Amsterdam Stock Exchange was, together with the Bank, another basic institution of the town. Established in 1561, it was the most important stock exchange in Europe, and dealt in government securities, bonds issued by both East and West India Company, transferable bonds and shares issued by different companies operating in the international trade sector, the insurance industry, and various businesses such as paper manufacturing and sugar production (De Simone, 2002, p. 58-60). In the beginning, the Exchange building could contained 500 people, among

¹⁹ No commission was requested by the bank.

which 300 were – already in its first years – official brokers dealing in money exchange, each with a portfolio of about 15 important customers. Together with those “sworn” brokers (as they hold a municipal license) there was a proliferation of pedlars operating in the town coffee houses where *rumors* of the Stock Exchange played an important role. Those unofficial brokers supplied their transaction services to less-demanding customers as to their professional qualities and solvability of buyers (they didn’t have any town authority backing nor bank guarantees).

Technically, exchange quotation on the Amsterdam Stock Exchange followed very precise rules, which became international operating standards and were then adopted by the other European markets. The swear brokers used to gathered around two pillars placed in the stock exchange hall and reserved for them in the afternoon – every 15 days in its early times and, starting from the 18th century, every week – with the purpose of checking the supply and demand of foreign credit. There, they fixed the official price according to the volume of payment or collection orders received from abroad and the prices for all market-places in accordance with the order of importance set by the operators. This procedure involved a certain degree of uncertainty in currency prices due to the information asymmetry relating to initial quotations. The hours spent to carry out this delicate fixing process might offer interesting opportunities of speculation to operators; besides, there also might be at times situations of extreme uncertainty where, on the basis of the exchange lists, they were obliged to fix a maximum and minimum price spread for certain currencies.

Within the Bank of Amsterdam, the counter was entrusted to a new figure: the official cashier, an evolution of the simple private money-changer. Together with the cashier, a new category appeared in the exchange market and became the main protagonist of the 17th century: the merchant-banker of private statute. This figure was like something between the broker – which in the beginning simply carried out Stock Exchange orders – and the cashier – who was only responsible for the collection of overdue bills. The most important duty of a banker was, in all countries, the issuing of letters of exchange on behalf of importers and exporters of goods in order to facilitate payments in foreign currencies. He was then mainly involved in writing the letter of conversion of one currency into another and in paying or collecting the equivalent

in the local currency the client wanted to exchange. Bankers also offered advances against very short-dated securities (especially to brokers) and received many foreign letters of attorneys authorizing them to purchase shares on the Amsterdam Stock Exchange (Gillard, 2004, p. 240).

Thanks to the growing role of these great bankers, Amsterdam had the merit of regulating the multilateral arbitrage system for international payments. This new bank's presence made the town an extremely safe – and thus attracting – market of payments through which monetary interconnection spread all over Europe contributing to the creation of numberless bills of exchange agreements among the members of this international financial network and prompting them to work out – thanks to the information in their possession – strategies for continuous exchange on the different markets (Gillard, 2004, p. 240-242).

As J.-P. Ricard, a witness of the time, told us in 1723²⁰, thinking of the knowledge required to deal with the subject matter, very few were the operations that escaped the attention of merchant-bankers. They had to know usages and customs of the various commercial market-places (Gillard, 2004, p. 240-242), their accounting techniques and the possible insolvency risks of the international markets.

The exchange market can operate properly only when supported by a network of information and agents as much widespread and reliable as possible. The development of payment networks started in Europe from the moment when letters of exchange circulation was granted legal protection and professional relationships became more stable and cohesive. The network was built through a socialization procedure where neither automatism nor anonymity were possible; here a small number of individuals recognized one another by reason of their family or community ties and exchanged favours in business. Reliability and strength of the habits acquired was another reason for the network long lasting success; it was a mechanism that eased socialization and experience valorisation, and the benefits obtainable grew according to the number of participants. Differences of price for the same currency quoted on different markets were then brought to light by these relationships, which also helped to reduce risks relating to solvency guarantee of the bills of exchange issued in foreign markets.

²⁰ The work of Jean-Pierre Ricard, *Le négoce d'Amsterdam* (Amsterdam, 1722), is cited in Gillard (2004, p. 240).

3. Comparing two key financial institutions

Two distinct scenarios arise from the analysis of these two institutions – characterized more by their divergences than by their similarities. Even if both institutions operated on the same financial scenario, the two systems started from different backgrounds. The Genoese fairs, that inherited the features of a time-honoured institution which improved itself through the subsequent stages of Geneva, Lion and Novi, represented the final stage. They reached their highest level of success between the end of the 16th century and the beginning of the 17th century; almost all European international transactions were settled right in Piacenza every three months. The prime mover of the Besançon fairs was above all and more than international commerce, the enormous volume of transactions generated by the Spanish Crown's public debt. The Castilian *asientos*, generating a chain of payment that kept financial operators busy for decades, were undoubtedly the flywheel of the fair. On the other hand, the Bank of Amsterdam should be considered the new protagonist of the early seventeenth century European finance as far as the Genoese exchange fairs were no longer able to stand the pace of the new economic and financial scene of the century and started, therefore, a constant and definite decline. The beating heart of European commerce and trade moved then to the north where the recent, intense colonial expansion and the increase of commerce required more and more effective, reliable and quicker financial tools. The international market could no longer afford to be dependent on an institution such as the fair, where currency-prices fixing occurred every three months while in Amsterdam it was a daily process on which a very modern credit market was based. Therefore, as far as the exchange operations were concerned time was of the utmost importance: as a matter of fact, all payments were to be concentrated and settled within the few fair days, with a quarterly deadline, already at the time of Lion and, again, of the Genoese fairs of Novi. In Amsterdam, the Bank offered a daily clearing service, so that operators did not longer worry about the strict bills collection/payment due date/register.

When compared with the Besançon fairs²¹, the Bank is a new insti-

²¹ See Amato (2008).

tution that strengthened the European financial system through a more incisive and, somehow, modern regulation of the market of money. The Bank, thanks to its capability of granting a fixed exchange rate between deposits of metal coins and their accounting value (bank money), tried to meet two urgent requirements of the Dutch world of commerce and finance: the need for a bank of deposit and change, but above all for a “guarantor” of foreign trade and international payments. As an “exchange bank”, the *Wisselbank* could be compared with the centralised exchange fairs of the Renaissance.

The most manifest characterizing element of both institutions was the variety of abilities required to operate on the two distinct markets. Exchange operators thoroughly embodied all of the professional skills necessary in modern age finance. The studies carried out by economic historians have rarely highlighted the significance of their role, even though the way they operated supplies information also useful to understand the profession of a modern banker. The skills required were: understanding of fluctuations of both the financial market and the political situation, sagacity, foresight and, last but not least, the ability to make rapid decisions in order not to lose interesting profit opportunities. The finance professional had to be able to interpret the market signals about a series of economic indicators, such as trends of currency exchange and interest rate, and to put them into practice in a tangible and efficient way. This action, moreover, had to be respectful of the principles shared by a professional group where the operator’s skills were judged most of all on the esteem and confidence with which he was regarded.

Primary sources

DE LA VEGA, Joseph. *Confusión de confusiones: diálogos curiosos entre un philosopho agudo, un mercader discreto, y un accionista erudito, describiendo el negocio de las acciones, su origen, su ethimología, su realidad, su juego y su enredo*. Amsterdam: s.n., 1688.

PRIVILEGIUM über diejenigen Capitul, Regl und Ordnungen, so durch die Fürstl. Durchl. Herzogin Claudia zu Oesterreich [...] denen auff die Botzner Märckt negociierenden Teutsch- und Welschen Kauff- und Handelsleuthen [...] zu halten gnedigste bewilligt [...] worden [...]. Ynßprugg: Paur, 1649. Bayerische Staatsbibliothek, München, 4 MERC. 135, 8.

Bibliographical references

- ÁLVAREZ NOGAL, Carlos; LO BASSO, Luca; MARSILIO, C. La rete finanziaria della famiglia Spinola: Spagna, Genova e le fiere di cambio (1610-1656). *Quaderni Storici*, v. 124, n. 1, p. 97-110, 2007.
- AMATO, Massimo. *Il bivio della moneta: problemi monetari e pensiero del denaro nel Settecento italiano*. Milano: EGEEA, 1999.
- AMATO, Massimo. *Le radici di una fede: per una storia del rapporto fra moneta e credito in Occidente (secoli IX-XIX)*. Milano: Bruno Mondadori, 2008.
- BAUTIER, R.-H. The fairs of Champagne. In: CAMERON, Rondo (ed.). *Essays in French economic history*. Illinois: Homewood, 1970, p. 42-63.
- BERGIER, J.-F. Genève et la Suisse dans la vie économique de Lyon au XV^e-XVII^e siècles. *Cahiers d'Histoire*, v. 5, n. 1, p. 34-44, 1960.
- BERGIER, J.-F. *Genève et l'économie européenne de la Renaissance*. Paris: SEVPEN, 1963.
- BONNEY, Richard. *The king's debt: finance and politics in France, 1589-1661*. Oxford: Clarendon Press, 1981.
- BONNEY, Richard. The State and its revenues in Ancien-Régime France. *Historical Research*, v. 65, p. 150-176, 1992.
- BONNEY, Richard. Revenues. In: BONNEY, Richard (ed.). *Economic systems and State finance*. Oxford: Clarendon Press, 1995, p. 423-505.
- BOYER-XAMBEAU, Marie-Thérèse; DELEPLACE, Ghislain; GILLARD, Lucien. *Banchieri e principi: moneta e credito nell'Europa del Cinquecento*. Torino: Einaudi, 1991.
- BRAUDEL, Fernand. *Afterthoughts on material civilization and capitalism*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1977.
- BRÉSARD, Marc. *Les foires de Lyon aux XV^e et XVI^e siècles*. Paris: Auguste Picard, 1914.
- CANALI, Guido. Il Magistrato Mercantile di Bolzano e gli statuti delle fiere. *Archivio per l'Alto Adige*, v. 37, p. 5-197, 1942.
- CASSANDRO, Michele. *Le fiere di Lione e gli uomini d'affari italiani nel Cinquecento*. Firenze: Baccini & Chiappi, 1979.
- CASSANDRO, Michele. Strategia degli affari dei mercanti-banchieri italiani alle fiere internazionali d'Oltralpe (secoli XIV-XVI). In: MELIS, Federigo. *Aspetti della vita economica medievale*. Firenze: L. S. Olschki, 1985, p. 140-150.
- CASSANDRO, Michele. Credito e banca in Italia tra Medioevo e Rinascimento. In: Società Italiana degli Storici dell'Economia (SISE). *Credito e sviluppo economico in Italia dal Medioevo all'età contemporanea*. Verona: Fiorini, 1988, p. 131-145.
- CASSANDRO, Michele. Le fiere nell'economia europea medievale e della prima età moderna. *Studi Storici Luigi Simeoni*, v. 51, p. 9-27, 2001a.
- CASSANDRO, Michele. Uomini d'affari ed economia delle fiere tra XIII e XVI secolo. In: CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.). *Fiere e mercati nella integrazione delle economie europee secc. XIII-XVIII*. ATTI DELLA XXXII "SETTIMANA DI STUDI"



- DELL'ISTITUTO INTERNAZIONALE DI STORIA ECONOMICA "F. DATINI". Firenze: Le Monnier, 2001b, p. 755-778.
- COMBES, Jean. Les foires en Languedoc au Moyen Âge. *Annales ESC*, v. 13, n. 2, p. 231-259, 1958.
- CORNAERT, Emile. Caractères et mouvement des foires internationales au Moyen Âge et au XVI^e siècle. *Studi in onore di Armando Saporì*. V. 1. Milano: Istituto Editoriale Cisalpino, 1957, p. 357-371.
- DENT, Julien. *Crisis in finance*. Crown, financiers, and society in seventeenth century France. New York: David & Charles, 1973.
- DENZEL, Markus A. *Die Bozner Messen und ihr Zahlungsverkehr (1633-1850)*. Bolzano: Athesia, 2006.
- DENZEL, Markus A.; BONOLDI, Andrea. *Bozen im Messenetz Europas (17-19 Jahrhundert)*: Bolzano nel sistema fieristico europeo (secc. XVII-XIX). Bolzano: Athesia, 2007.
- DE SIMONE, Ennio. *Moneta e banche attraverso i secoli*. Milano: Angeli, 2002.
- DEVRIES, Jan; VAN DER WOUDE, Ad. *The first modern economy: success, failure and perseverance of the Dutch economy, 1500-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- DOUCET, Roger. Le grand parti de Lyon au XVI^e siècle. *Revue Historique*, v. 171, n. 3, p. 473-513, 1933.
- DOUCET, Roger. Le grand parti de Lyon au XVI^e siècle. *Revue Historique*, v. 172, n. 1, p. 1-41, 1934.
- DOUCET, Roger. La banque en France au XVI^e siècle. *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, v. 29, p. 115-123, 1951.
- EINAUDI, Luigi. La teoria della moneta immaginaria nel tempo da Carlo Magno alla Rivoluzione Francese. *Rivista di Storia Economica*, v. 1, p. 1-35, 1936.
- EPSTEIN, Stephan. Regional fairs, institutional innovation, and economic growth in late-medieval Europe. *Economic History Review*, v. 4, n. 3, p. 459-462, 1994.
- EPSTEIN, Stephan. Fairs, towns, and States in Renaissance Europe. In: CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.). *Fiere e mercati nella integrazione delle economie europee secc. XIII-XVIII*. ATTI DELLA XXXII "SETTIMANA DI STUDI" DELL'ISTITUTO INTERNAZIONALE DI STORIA ECONOMICA "F. DATINI". Firenze: Le Monnier, 2001, p. 71-90.
- FACE, R. D. Techniques of business in the trade between the fairs of Champagne and the South of Europe in the XIIth and XIIIth centuries. *Economic History Review*, v. 10, p. 427-439, 1958.
- FANTACCI, Luca. Complementary currencies: a prospect on money from a retrospect on premodern practices. *Financial History Review*, v. 12, n. 1, p. 43-61, 2005a.
- FANTACCI, Luca. *La moneta*. Storia di un'istituzione mancata. Venezia: Marsilio, 2005b.
- FANTACCI, Luca. The dual currency system of Renaissance Europe. *Financial History Review*, v. 15, n. 1, p. 55-72, 2008.
- FELLONI, Giuseppe. *Moneta, credito e banche in Europa: un millennio di storia*. Genova: Brigati, 1999.





- FRITSCHY, W. A “Financial Revolution” reconsidered: public finance in Holland during the Dutch Revolt, 1568–1648. *Economic History Review*, v. 56, n. 1, p. 57–89, 2003.
- GASCON, Richard. Nationalisme économique et géographie des foires. La querelle des foires de Lyon (1484–1494). *Cahiers d’Histoire*, v. 2, p. 253–287, 1956.
- GASCON, Richard. *Grand Commerce et vie urbaine: Lyon et ses marchands* (environs de 1520–environs de 1580). Paris: La Haye, 1971.
- GIACCHERO, Giulio. *Il Seicento e le Compere di San Giorgio*. Genova: SAGEP, 1979.
- GILLARD, Lucien. *La Banque d’Amsterdam et le florin européen au temps de la République néerlandaise (1610–1820)*. Paris: Éditions de l’EHESS, 2004.
- GIOFFRÉ, Domenico. *Gênes et les foires de changes: de Lyon à Besançon*. Paris: SEVPEN, 1960.
- HART, Marjolein C. ‘t. (ed.). *The making of a bourgeois State: war, politics and finance during the Dutch Revolt*. Manchester: Manchester University Press, 1993.
- ISRAEL, Jonathan. *Dutch primacy in world trade, 1585–1740*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- JONKER, Joost; GELDERBLOM, Oscar. *Smoothing the flow, currency circulation and payment techniques in the Low Countries, 1500–1800*. Utrecht University, 10 de abril de 2014. Disponível em <vkc.library.uu.nl>. Acesso em 20 de maio de 2014.
- KINDLEBERGER, Charles P. The economic crisis of 1619 to 1623. *Journal of Economic History*, v. 51, p. 149–175, 1991.
- KÖRNER, Martin. *Solidarités financières suisses au XVI^e siècle: contribution à l’histoire monétaire, bancaire et financière des Cantons Suisses et des États voisins*. Lausanne: Payot, 1980.
- KÖRNER, Martin. Investissements en Suisse au XVI^e siècle: repartition sectorielle. In: GUARDUCCI, A. (ed.). *Investimenti e civiltà urbana, secoli XIII–XVIII*, Firenze: Le Monnier, 1989, p. 949–981.
- LES FOIRES de Lyon: passé, présent, perspectives*. Lyon: Cahiers d’Histoire, 1960 (Cahiers d’Histoire, v. 1).
- MARSILIO, Claudio. *Dove il denaro fa denaro: gli operatori finanziari genovesi nelle fiere di cambio del XVII secolo*. Novi Ligure: Città del Silenzio, 2008.
- MARSILIO, Claudio. Le utopie dei genovesi: contabilità e skill professionale nelle fiere di cambio dei secoli XVI–XVII. *Cheiron*, n. 51, p. 47–65, 2009.
- MARSILIO, Claudio. Four times a year for so many years: the Italian exchange fairs during the XVIth–XVIIth century – Comparing financial institutions. *Bankhistorisches Archiv – Banking and Finance in Historical Perspective*, v. 36, n. 2, p. 151–165, 2010.
- MARSILIO, Claudio. Las ferias genovesas de cambio y el banco de Ámsterdam: reflexiones sobre dos instituciones financieras del siglo XVII. In: CASALILLA, Barolomé Yun; PALENCIA, Fernando Ramos (eds.). *Economía política desde Estambul a Potosí. Ciudades estados, imperios y mercados en el Mediterráneo y en el Atlántico ibérico, c. 1200–1800*. Valencia: Universidad de Valencia, 2012, p. 89–107.



- McCUSKER, John J.; GRAVESTEIJN, Cora. *The beginning of commercial and financial journalism: the commodity price currents, exchange rate currents, and money currents of early modern Europe*. Amsterdam: NEHA, 1991.
- MILGROM, Paul R.; NORTH, Douglas C.; WEINGAST, Barry R. The role of institutions in the revival of trade: the law merchant, private judges, and the Champagne fairs. *Economics & Politics*, v. 2, n. 1, p. 1-23, 1990.
- MOLLE, Luciano dalle. *Il contratto di cambio nei moralisti dal secolo XIII alla metà del secolo XVII*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1954.
- MUNRO, John H. The “New institutional economics” and the changing fortunes of fairs in Medieval and early modern Europe: the textile traders, welfare, and transaction costs. In: CAVACIOCCHI, Simonetta (ed.). *Fiere e mercati nella integrazione delle economie europee sec. XIII-XVIII*. ATTI DELLA XXXII “SETTIMANA DI STUDI” DELL’ISTITUTO INTERNAZIONALE DI STORIA ECONOMICA “E. DATINI”. Firenze: Le Monnier, 2001, p. 405-451.
- NEAL, Larry. How it all began: the monetary and financial architecture of Europe during the first global capital market, 1648-1815. *Financial History Review*, v. 7, p. 117-140, 2000.
- ORLANDI, Angela. *Le grand parti*. Fiorentini a Lione e il debito pubblico francese nel XVI secolo. Firenze: Olschki, 2002.
- PUNCUH, D.; FELLONI, G. (eds.). *Banchi pubblici, banchi privati e monti di pietà nell’Europa preindustriale*. Amministrazione, tecniche operative e ruoli economici. ATTI DEL CONVEGNO GENOVA, 1-6 ottobre 1900. Genova: Società Ligure di Storia Patria, 1991, 2 v.
- QUINN, Stephen; ROBERDS, William. The big problem of large bills: the Bank of Amsterdam and the origins of central banking. *Working Paper Series 2005-16*, Federal Reserve Bank of Atlanta, 2005. Disponível em <<https://www.frbatlanta.org/-/media/Documents/research/publications/wp/2005/wp0516.pdf?la=en>>. Acesso em 3 de julho de 2014.
- QUINN, Stephen; ROBERDS, William. An economic explanation of the early Bank of Amsterdam, debasement, bills of exchange, and the emergence of the first Central Bank. *Working Paper Series 2006-13*, Federal Reserve Bank of Atlanta, 2006. Disponível em <<https://www.frbatlanta.org/-/media/Documents/research/publications/wp/2006/wp0613.pdf?la=en>>. Acesso em 3 de julho de 2014.
- QUINN, Stephen; ROBERDS, William. The Bank of Amsterdam and the leap to Central Bank money. *American Economy Review*, v. 97, n. 2, p. 262-265, 2007.
- REYNOLDS, R. L. Genoese trade in the late twelfth century, particularly in cloth, from the fairs of Champagne. *Journal of Economic and Business History*, v. 3, n. 3, p. 362-381, 1931.
- ROMANO, Ruggiero. Tra XVI e XVII secolo; una crisi economica: 1619-1622. *Archivio Storico Italiano*, v. 7, n. 3, p. 480-531, 1962.
- ROMANO, Ruggiero. Encore la crise de 1619-1622. *Annales ESC*, v. 24, n. 1, p. 31-37, 1964.

- ROMANO, Ruggiero. *L'Europa tra due crisi. XIV e XVII secolo*. Torino: Einaudi, 1980.
- SARGENT, Thomas J.; VELDE, François R. *The big problem of small change*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- SILVA, José Gentil da. Marchandises et finances à Lyon. Données nouvelles des livres marchands (XVI^e siècle). *Bulletin Philologique et Historique du Comité des Travaux Historique et Scientifique*, v. 42, p. 311-326, 1959.
- SILVA, José Gentil da. *Banque et crédit en Italie au XVII^e siècle*. Paris: Klincksieck, 1969.
- SPOONER, Frank C. *L'économie mondiale et les frappes monétaires en France (1493-1680)*. Paris: SEVPEN, 1956.
- SPUFFORD, Peter. Access to credit and capital in the commercial centres of Europe. In: DAVIDS, Karel; LUCASSEN, Jan (eds.). *A miracle mirrored. The Dutch Republic in European perspective*, Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 303-337.
- SPUFFORD, Peter. From Antwerp to London: the decline of financial centres in Europe. *Ortelius Lecture*. Antwerpen, Netherlands Institute for Advanced Study in the Humanities and Social Sciences, n. 4, 2005. Disponível em <https://www.nias.knaw.nl/Publications/Ortelius_Lecture/Ortelius_04_Spufford>. Acesso em 3 de julho de 2014.
- VAN DER WEE, Herman. *The growth of the Antwerp market and the European economy (fourteenth-sixteenth centuries)*. Den Haag: Nijhoff, 1963, 3 v.
- VAN DER WEE, Herman. Sistemi monetari, creditizi e bancari. In: RICH, E. E.; WILSON, C. H. (eds.). *Storia economica di Cambridge*. V. 5. Torino: Einaudi, 1976, p. 349-385.
- VAN DER WEE, Herman; MATERNÉ, Jan. Antwerp as a world market in the sixteenth and seventeenth centuries. In: VAN DER STOCK, Jan (ed.). *Antwerp: story of a metropolis, 16th-17th century*. Gent: Snoeck-Ducaju & Zoon, 1993, p. 19-31.
- VAN DILLEN, Johannes Gerard. *Bronnen tot de Geschiedenis van het Bedrijfsleven en het Gildevezen van Amsterdam*. V. 2. Den Haag: Instituut voor Nederlandse Geschiedenis, 1933.
- VAN DILLEN, Johannes Gerard (ed.). *History of the principal public banks*. London: Routledge, 1964.
- VAN HOUTTE, J. A. Bruges et Anvers marchés “nationaux” ou “internationaux” du XIV^e au XVI^e siècle. *Revue du Nord*, v. 34, p. 89-109, 1952.
- VAN HOUTTE, J. A. The rise and decline of the market of Bruges. *Economic History Review*, 2nd ser., v. 19, p. 29-47, 1966.
- VERLINDEN, Charles. Mercati e fiere. In: POSTAN, M. M.; RICH, E. E.; MILLER, E. (eds.). *Storia economica di Cambridge*. V. 3. Torino: Einaudi, 1978, p. 137-175.
- VILAR, Pierre. *Or et monnaie dans l'histoire: 1450-1920*. Paris: Flammarion, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system*. V. 2. London: Emerald Group Publishing Limited, 1980 (Mercantilism and the European World-Economy, 1600-1750).



das finanças locais às finanças do estado: as cartas de quitação em portugal entre os séculos xiv e xvi*

from local accounting to state finances: the portuguese medieval acquittance letters between xiv and xvi centuries

Rodrigo da Costa Dominguez**

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal

RESUMO

O estudo da temática econômica e fiscal nos finais da Idade Média tem crescido vigorosamente e ganhado corpo dentro do debate historiográfico europeu atual. Dentro desse panorama, e mais especificamente de um ponto de vista dos estudos medievais portugueses, propomos neste ensaio a análise de um pequeno conjunto de fontes que nos permite compreender uma parte fundamental da constituição do Estado português: as suas finanças. Para tal, neste texto, trabalharemos sobre uma pequena série de documentos específicos da contabilidade régia: as cartas de quitação. O estudo terá três partes: a primeira dedicada a um panorama da atual produção europeia acerca dessa temática e um balanço historiográfico da história fiscal medieval de Portugal; uma segunda parte, destinada à análise e crítica das fontes selecionadas, indicando possíveis abordagens; uma terceira e última focada mais direta-

ABSTRACT

The study of the economic and fiscal history in the later Middle Ages has grown vigorously and gained relevance within the current European historiographical debate. Within this framework, and more specifically from the point of view of Portuguese medieval studies, we propose in this paper the analysis of a small set of sources that allows us to understand a fundamental part of the constitution of the Portuguese State: its finances. To this end, in this essay, we will work on a small number of specific documents of the royal accounts: the letters of discharge, known also as acquittance letters. The study will have three parts: the first one devoted to an actual European panorama about this topic and a historiographical overview about the Portuguese fiscal history; a second one, destined to the analysis and the criticism of the sources selected, indicating some possible approaches; the

* Agradeço o esforço e a dedicação da professora doutora Maria Cristina Cunha, que muito colaborou no desenvolvimento deste trabalho.

Submetido: 8 de julho de 2014; aceito: 2 de junho de 2015.

** Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, investigador associado ao CITCEM. *E-mail*: up200403865@letras.up.pt

mente nas finanças locais, em sua orgânica e no seu processo de transição rumo a um contexto mais amplo de finanças de Estado em formação e, por outro lado, em sua utilização enquanto ferramenta de consolidação dinástica e elemento fundamental para assegurar o equilíbrio político.

Palavras-chave: História fiscal. Fiscalidade medieval. Carta de quitação. Finanças medievais. Fiscalidade portuguesa.

third and last focused more directly on the local finances, its organics and its transition process towards to a broader context of the State finances' formation and, on the other hand, its utilization as a dynastic consolidation tool and key element in ensuring the political balance.

Keywords: Fiscal history. Medieval taxation. Acquittance letters. Medieval finances. Portuguese medieval taxation.

1. A economia e a fiscalidade europeias na Baixa Idade Média: alguns pontos de referência e estado da questão

Ainda que um excelente balanço da fiscalidade na economia europeia entre a medievalidade e a modernidade já tenha sido feito e editado (Grohmann, 2008, p. 5-50), atrevemo-nos aqui a deixar algumas pistas sobre o que se tem produzido nessa linha de investigação. Para além disso, fazer algumas indicações acerca de trabalhos, projetos e outras iniciativas com as quais tivemos contato e conhecimento recentemente em algumas situações e colóquios internacionais. Hoje, o desenvolvimento dos estudos fiscais medievais, em termos europeus, tem tido grande apelo em vários centros. Quanto à Península Ibérica, o CSIC-Barcelona/Institución Milá y Fontanals e as universidades de Valência, Zaragoza e Girona dão um contributo muito significativo nos estudos dessa área, com foco nas instituições e nos mecanismos fiscais e de crédito da Coroa de Aragão. A abordagem principal consiste na análise dos vários grupos sociais (tesoureiros, arrendadores ou rendeiros, coletores, banqueiros, financiadores etc.) e do progresso dos diferentes sistemas fiscais (regional, municipal ou nacional).

Ao mesmo tempo, observa-se a formação de uma verdadeira elite financeira, que molda aspectos centrais da sociedade e do Estado na Coroa aragonesa em função de seus interesses privados. Destaca-se a temática acerca da criação e evolução dos mecanismos de dívida pública¹, que, numa escala ibérica, desenvolveu-se de maneira pioneira. Mais ao

¹ Martínez (2009), Rubinat (2009).

norte da península, as universidades de Valladolid, do País Basco (UPV) e da Cantábria possuem centros de relevância no que tange aos estudos fiscais medievais, seja investigações de envergadura local ou regional², embora este último dê maior ênfase para a economia e fiscalidade na época moderna³.

Na capital espanhola, a fiscalidade medieval tem também na Universidade Complutense de Madrid outro centro de excelência, com uma análise mais apurada das condições fiscalizadoras e financeiras do reino de Castela. O caso castelhano é, de fato, o de maior proximidade com o caso português em termos comparativos, tendo em vista os respectivos desenvolvimentos fiscais, em particular nos finais do século XIV e princípios do XV. Ambas as Coroas assentavam as bases de uma nova fiscalidade (Quesada, 2011, p. 96-97), derivada de um novo momento diplomático e econômico, diretamente relacionado com o grande desenvolvimento da atividade mercantil, do aumento do consumo, da circulação monetária e do comércio de mercadorias. Nos dois casos, nota-se uma tentativa clara de forçar o aumento da arrecadação, assim como de melhorar o mecanismo e a dinâmica das fontes de renda, de modo a tentar não deixar escapar nada do alcance dos respectivos fiscos régios, que já havia muito tempo não mais viviam apenas das rendas das terras reais.

Ainda na península, outro centro de grande importância está localizado em Málaga, cuja pesquisa está bastante difundida, com vários projetos de investigação desenvolvidos e outros em curso acerca da fiscalidade e sociedade na Coroa castelhana ao sul do Tejo, no Al-Andalus, englobando investigadores de outros centros próximos no sul de Espanha, como Sevilha, Granada e Múrcia, com uma consistente produção científica. Unindo todos esses polos, encontra-se a rede de investigação Arca Comunis, que exerce o papel fundamental de integração de todos os projetos espanhóis de investigação acerca da história da Fazenda e fiscalidade entre os séculos XIII e XVIII, e que atua em intensa cooperação com o Instituto de Estudos Fiscais da Espanha⁴ na promoção de congressos, publicações e outras atividades.

² Fernández (2006), Casado (2012), Hernando (2013).

³ González (2002).

⁴ <www.arcacomunis.uma.es>. Em 18/2/2013, existiam 11 iniciativas em curso registradas, entre grupos de investigação em desenvolvimento, projetos e ações complementares, sob a tutela da rede.

Na França, desde os trabalhos pioneiros de Jean Favier (1966, 1971), os estudos fiscais têm em Paris, na EHESS, o seu ponto de apoio central a partir de onde os demais projetos e grupos de investigação se articulam. Também ali, na Universidade de Paris 1 – Sorbonne, atua o LAMOP (Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris), com várias linhas de investigação que vão desde preços, salários e assalariados na Idade Média, passando pela formação das comunidades e vilas até as questões relacionadas com a circulação da riqueza e tributação. Encontram-se também integrados com a Faculdade de Direito da Universidade de Paris 2 – Panthéon-Assas, com investigação de grande relevância sob o prisma do direito real de impor taxas e tributos. Outros pontos de apoio fundamentais, ainda nessa temática legislativa, têm sido a Universidade de Auvergne/Clermont-Ferrand, com uma vertente voltada para a análise dos mecanismos legais que regeram e regem a construção e consolidação dos organismos fiscais, assim como a Universidade de Perpignan, com trabalhos também na área da história das instituições.

Acerca de outros temas, a Universidade de Lyon 2 – Lumière possui uma pesquisa em história fiscal muito ativa, no que destacamos a temática do dinheiro, trocas e dinâmicas fiscalizadoras. Relativamente à Normandia, as universidades de Caen/Basse-Normandie e de Rouen, atuando em parcerias por meio do Centro Michel de Boüard-CRAHAM (Centre de Recherches Archéologiques et Historiques Anciennes et Médiévales) e do GRHIS (Groupe de Recherche d'Histoire), respectivamente, também possuem investigação e produção nessa área, com foco nos efeitos políticos produzidos pelas dinâmicas fiscais regionais e estatais. Para além disso, outros trabalhos acerca da dívida pública francesa na Idade Média e seu desenvolvimento têm surgido e suscitado diversas pesquisas nessa linha. Em grande medida, são impulsionados desde 1986 por um forte comitê pela história econômica e financeira da França, que apoia publicações e a organização de obras de conjunto e de colóquios, e que, por lei, é associado desde 2006 a um instituto de gestão pública e de desenvolvimento econômico (IGPDE)⁵, subordinado diretamente ao Ministério da Economia, Finanças e do Comércio Exterior daquele país.

No que diz respeito à produção científica acerca da história econô-

⁵ <<http://www.economie.gouv.fr/igpde-editions-publications>>.

mica e fiscal medieval na Itália, um desses núcleos está na Universidade de Cassino e do Lazio Meridional, cuja pesquisa está direcionada para estudos sobre dívida pública e estruturação econômica da Igreja e dos Estados pontífices, tanto para a Idade Média quanto para a Idade Moderna. Embora mais ligada ao período moderno, mas com algumas referências importantes para o século XVI, Roma 3 também é outro centro importante. Seus trabalhos referenciam localidades da região central da península itálica e outros que atualmente tratam da importância do crédito privado e das finanças públicas. No norte, também são dignos de menção vários centros como Milão, Veneza, Siena e Florença, com uma produção sobre temas múltiplos e variados, desde o crédito e a sua relação com gestão da dívida pública nas várias cidades-estado do norte, passando pelas redes de crédito público e privado na transição da Idade Média para a modernidade e os primórdios do fundraising na Itália, até a dinâmica dos impostos diretos e da dívida pública nos reinos setentrionais. Além disso, a Fondazione Istituto Internazionale di Storia Economica Francesco Datini⁶, sediada em Prato, incentiva e organiza uma semana de estudos acerca dessa temática. Com mais de 40 anos de tradição e várias atas de colóquios publicados sobre uma enorme variedade de temas e assuntos dentro da história econômica, também coopera e edita obras em conjunto com investigadores de várias universidades do norte, em particular da região da Toscana.

Quanto à Inglaterra, pode-se afirmar que a evolução nos estudos nesse campo vem já de longa data, desde as grandes sínteses pioneiras das décadas de 1960 e 1970, que privilegiavam as relações de produção, os produtos produzidos e comercializados e os agentes envolvidos, até as mais recentes e específicas sobre a economia e fiscalidade⁷. Cambridge⁸, com um departamento forte e consolidado, cuja produção sobre Idade Média está relacionada a temas transdisciplinares que tocam temas fiscais e de economia, é um exemplo. Para além disso, há ali uma linha de investigação própria em história econômica e social. Vários assuntos, como o desenvolvimento do crédito nas zonas rurais inglesas na Idade

⁶ <<http://www.istitutodatini.it/>>.

⁷ Bonney (1995, 1999); Ormrod, Bonney e Bonney (1999); Yun-Casalilla, O'Brien e Comín Comín (2012).

⁸ <<http://www.econsoc.hist.cam.ac.uk/index.html>>.

Média e suas implicações sociais, estudos numismáticos, história comparada, análises estatísticas e trabalhos na área político-constitucional são alguns exemplos.

Em Oxford⁹, há também uma linha de estudos que segue os mesmos moldes, com uma equipe multidisciplinar associada à Saïd Business School e à Faculdade de Economia, com estudos interessantes acerca dos índices de preços das propriedades na Idade Média. York também segue pelo mesmo caminho, tendo como referência os estudos de Mark Ormrod. Na London School of Economics, há um departamento próprio de História Econômica, no qual o estudo da fiscalidade na Baixa Idade Média tem suscitado alguns trabalhos acerca das políticas medievais do reino inglês¹⁰ e das bases econômico-financeiras das instituições políticas inglesas. Outros temas, como o mercado financeiro e de crédito nos finais da Idade Média¹¹, sua integração no contexto de formação dos reinos da Europa Central e estudos monetários também aparecem como linhas de pesquisa em curso. Por outro lado, mais centros vão surgindo e destacando-se e, nesse sentido, o caso de Reading¹² é emblemático. Com um centro bastante desenvolvido e “dividido” entre os departamentos de História e de Economia, desenvolvem linhas de pesquisa bastante variadas, sobre economia e finanças, taxas de juros¹³, o crédito aos monarcas ingleses¹⁴ e poder de compra¹⁵ na Baixa Idade Média, amparados pela Henley Business School e pelo ICMA Centre.

Em Portugal, a associação entre história e economia, em especial no que diz respeito à organização de centros de investigação em temas econômico-fiscais específicos, ainda engatinha e esbarra em algumas dificuldades de ordem institucional, nomeadamente uma maior integração entre essas cadeiras e suas respectivas faculdades, assim como um maior intercâmbio de seus estudantes e professores. Projetos de investigação acerca dessa temática, comparativamente ao que vem sendo feito na Europa atualmente, é algo que não sai do papel, pelo menos desde

⁹ <<http://www.economics.ox.ac.uk/index.php/groups/economic-history>>.

¹⁰ Gardner (2008).

¹¹ Chilosi e Volckart (2011).

¹² <<http://www.reading.ac.uk/economic-history/>>.

¹³ Bell, Brooks e Moore (2008).

¹⁴ Bell et al. (2011).

¹⁵ Bell, Brooks e Moore (2014).

os finais da década de 90 do século passado¹⁶. Há muito potencial e muito por se explorar nessa trilha. No Gabinete de História Econômica e Social do ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) da Universidade Técnica de Lisboa, as finanças públicas foram mais exploradas por projetos de investigação em contextos modernos e contemporâneos. Recentemente, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, uma equipe de pesquisadores do IEM (Instituto de Estudos Medievais), coordenada por Amélia Andrade, integrou um projeto franco-espanhol que resultou na contribuição, com algumas entradas, na construção de um glossário crítico de fiscalidade medieval¹⁷. De resto, os centros de investigação em Portugal observaram algumas iniciativas isoladas e dispersas, donde alguns resultados surgiram graças a esses esforços individuais¹⁸. Outra forma foi o acolhimento de teses de mestrado ou de doutoramento com financiamento próprio individual ou não, que foi o modo como se conseguiu juntar alguns investigadores em economia medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que resultou em um conjunto de teses¹⁹, boa parte delas já defendidas. Juntam-se a isso as teses de doutorado de António Castro Henriques (2008), em York, e de mestrado de Ricardo Vicente (2013), em Coimbra. Entretanto, pouco mais foi desenvolvido para além disso em termos de uma iniciativa própria de estudos fiscais em âmbito português, no que diz respeito às finanças de Estado. No que concerne à fiscalidade eclesiástica em Portugal, depois de alguns trabalhos pioneiros entre as décadas de 1960 e 1980, esse ramo encontra-se novamente em evidência, com exemplos nos trabalhos de Hermínia Vilar (2011) e de Mário Farelo (2013).

Na escola de economia da Universidade Nova de Lisboa, os trabalhos de Maria Eugénia Mata (1994, 2011), ainda que contemplem a linha econômico-social em perspectiva cronológica mais alargada, têm contribuído com alguns escritos que tocam a economia e a fiscalidade nos finais da Idade Média. No ICS (Instituto de Ciências Sociais) da Universidade de Lisboa, dentro dos eixos temáticos, há a linha de estudos

¹⁶ Rodrigues (2010).

¹⁷ <<http://www.1minut.info/glosariofiscalidad.org/index.php?lang=pt>>.

¹⁸ Marques (1989), Coelho e Duarte (1996), Duarte (2006).

¹⁹ Ferreira (2007), Marques (2012), Miranda (2012), Sequeira (2012), Dominguez (2013).

sobre preços, salários e rendas em Portugal²⁰ entre os séculos XIV e XX, coordenada por Jaime Reis, que contempla, essencialmente, os estudos dos níveis de vida e de produtividade dentro da economia lusa.

Contudo, a fiscalidade portuguesa propriamente dita, ao menos no que diz respeito à Idade Média, ainda continua carente de mais estudos aprofundados, sistemáticos e de conjunto. Do ponto de vista estritamente historiográfico, as finanças do Estado em Portugal e as questões políticas e administrativas mantiveram-se circunscritas pelos autores nos anos 80 e 90 do século XX a um ponto de vista “essencialmente institucional” (Barata; Henriques, 2011, p. 277).

O debate em torno desse ponto fulcral para o desenvolvimento português, e a escolha da via das instituições como eixo norteador do mesmo debate, serve para ilustrar um outro aspecto: o de que, desde sempre, o estudo da fiscalidade não competia, pelo menos no início, à gente de formação “pura” em história ou ciências sociais. Esse papel cabia a quem melhor percebe essa dinâmica, isto é, quem as criava e regulamentava. Em outras palavras, essa tarefa cabia, no princípio, aos estudiosos das leis, da história do direito e, ao que parece, aos economistas, funcionários públicos e outros que se interessaram pela temática fiscal, com um maior background econômico do que histórico. No mínimo, demonstra o “desconforto” causado aos historiadores, ao tirar o pesquisador/autor da sua zona de conforto, por ver-se forçado a dominar ferramentas científicas de trabalho e conceitos que não lhe são familiares e que nem lhe foram ensinados originalmente. Uma mudança no panorama historiográfico ocorreria entre os anos 1930 e 1950, que, daí em diante, passaria pelas mãos de historiadores de outras bases, como António Sérgio e Jaime Cortesão, que ainda não dariam particular atenção aos temas fiscais propriamente ditos, mas sim a outros aspectos da economia.

A história fiscal portuguesa só veria as suas primeiras páginas escritas por historiadores “de ofício e de formação” nos anos 1940 e 1950, com os trabalhos de Virgínia Rau (1951), ainda bastante marcados pelo viés institucional no seu início; de Vitorino Magalhães Godinho (1962, 1963-1970, 2009), mais dedicados ao fenômeno da expansão ultramarina e aos preços e às moedas, ainda que as suas informações acerca dos

²⁰ <<http://www.ics.ul.pt/Instituto/?ln=p&mm=3&ctmid=1&mnid=1>>.

montantes de riqueza sejam da maior relevância para a percepção global de uma receita extraordinária a que a Coroa teve acesso e que condicionou, em boa medida, os caminhos financeiros seguidos; e de Marques (1980), que procurou repensar os percursos então seguidos por uma produção historiográfica essencialmente voltada, até então, para a produção e distribuição, sugerindo, portanto, uma nova “agenda” e apontando possíveis novos itinerários e técnicas de investigação.

Dessa nova onda, já nos anos 1960, surgiriam os trabalhos de Iria Gonçalves (1964b), os quais se tornariam em marcos efetivamente importantes do ponto de vista dos estudos da fiscalidade na Idade Média em Portugal. Nesse momento, teríamos então o primeiro aspecto das finanças medievais – as receitas extraordinárias –, analisado com base em números e dados levantados de documentação original. Para além destes, outro estudo fundamental surgiria nessa mesma década, completando o “tripé essencial” da bibliografia fiscal para quem quisesse, a partir de então, seguir esse trilho: a análise das receitas e despesas da Fazenda Real entre os séculos XIV e XV de Jorge Faro (1965). Depois disso, teríamos um hiato de alguns anos até a conjuntura da criação da APHES²¹ e do surgimento de um novo contexto acadêmico pós-1974, dinamizado pela grande demanda discente. Contudo, a história fiscal não tirou proveito dessa ocasião, não contagiando os historiadores, menos ainda os medievalistas em particular, no que elementos primordiais da economia portuguesa que, naquela altura, permaneciam desconhecidos, ainda permanecem em boa medida olvidados: Portugal havia caído numa arapuca, isto é, “havia sido seduzido pelo canto da sereia da segunda geração dos Annales e da sua História das mentalidades” (Duarte, 2005, p. 5-6).

Os anos 1980 e 1990 testemunhariam uma retoma inibida e confundida dessa temática, ainda muito marcada por este “institucionalismo” enquanto legado deixado aos historiadores que, consciente ou inconscientemente, foram “beber” nessas fontes para produzir grandes obras de conjunto, que, de fato, marcariam a historiografia portuguesa, nomeadamente a Nova história de Portugal, dirigida por Oliveira Marques e Joel Serrão, e a História de Portugal, dirigida por José Mattoso. Mas o essencial ainda estava – e está – por se fazer, isto é, a perspectiva de con-

²¹ Associação Portuguesa de História Econômica e Social, <www.aphes.pt>.

junto é válida, sem dúvida, desde que não se ignore a evidência de faltarem ainda muitas peças no puzzle da fiscalidade medieval e moderna. Coleções desse vulto, sem um trabalho de reconstituição mais preciso das condições concretas em que se colhem receitas e se processam despesas, significam, para o estudo dessa temática, muito pouco ou nada em face do que ainda não foi feito. Torna-se, portanto, fundamental uma visão agregada e quantitativa, sem ter em conta a inércia das instituições e das práticas, sobretudo locais.

A mais recente produção historiográfica sobre esse assunto tem procurado contrariar esse cenário. No entanto, as dificuldades com fontes primárias e a utilização de modelos conceituais relativamente novos são algumas das dificuldades a serem superadas. Além disso, o fenômeno do entesouramento, o real impacto das cunhagens e da desvalorização monetária, e a controvérsia sobre o verdadeiro potencial das sisas como instrumento de acomodação da carga fiscal sobre a população são temas discutidos pelos pesquisadores com algumas dúvidas e reticências.

2. Um debate a partir da crítica das fontes: O que nos oferecem as cartas de quitação?

A base empírica que permeia a discussão neste trabalho assenta-se em um tipo de documentação pouco explorada – e de enorme potencial – pela historiografia portuguesa, assim como pelos historiadores e pesquisadores de história econômica portuguesa de uma forma mais genérica. Poucos estudos utilizaram esse tipo de fontes de forma sistemática, para a produção de um estudo em série ou mesmo de uma obra de conjunto que tratasse das finanças do Estado e da fiscalidade de maneira mais ampla, do crédito, ou mesmo da orgânica local da coleta dos impostos, embora se saiba da existência de alguma produção²² que perpassa por esses documentos, ainda que não tratem diretamente dessa temática.

De toda forma, aqui nos cabe uma função fundamental enquanto historiador que é o questionamento acerca das possibilidades de trabalho

²² Rodrigues (1982), Duarte (1995), Nunes (2010).

que as fontes nos permitem alcançar. Em primeiro lugar, compreender o que é e o que significa uma quitação, o que se pode sacar de um diploma desse tipo, quais são os elementos que a constituem, qual a sua “trajetória evolutiva” no período tratado e que tipo de perspectiva, por si só, pode oferecer para o estudo das finanças. Em segundo lugar, observar uma dinâmica fiscal entre o centro e as localidades, caracterizada por uma relação de supremacia, de apropriação, por parte da Coroa, das iniciativas tributárias concelhias, que, ainda que uma concessão régia, eram originalmente de “caráter municipal”. Em particular a taxação sobre o consumo (as sisas), que viria a ser a base da arrecadação do Estado já nos finais do século XIV e no transcorrer do século XV (Faro, 1965, p. LXXVII-LXXXV).

O próprio termo “quitação” já é indicativo da sua importância para um estudo de ordem econômica, isto é, diz respeito a um ato pelo qual o credor se declara satisfeito do seu direito, exonerando o devedor da obrigação. Em termos práticos, constitui um recibo, ou seja, é um documento ou anotação em documento, por meio do qual o credor reconhece ter sido pago. Em termos jurídicos, põe fim a uma relação entre ambos, sob o ponto de vista de uma desoneração ou liberação legal ou convencional de uma dívida, obrigação ou encargo. No caso específico dessa tipologia documental, trata-se de uma liberação do rei àqueles responsáveis pelas finanças, de maneira geral e parte elevada no corpo de funcionários da Coroa, isto é, os almoxarifes. Também diz respeito àqueles responsáveis pela coleta dos impostos e/ou dos dinheiros, de maneira específica e localizada – os recebedores, contadores, rendeiros, feitores, tratadores ou cambiadores –, que lidam diretamente com as quantias levantadas e estão encarregados de dar conta acerca desses recursos aos seus superiores e às testemunhas designadas para receber essa prestação de contas – fosse o escrivão dos contos, os contadores das comarcas, os vedores da Fazenda, ou outro oficial²³ qualquer.

Do ponto de vista da diplomática, esse documento não possuía uma estrutura muito rígida ou, ao que tudo indica, passou por um processo evolutivo, sendo emitido de várias formas, mais ou menos completo, e com variações que nos permitem fazer alguns questionamentos. Nesse sentido, mais do que definir ou determinar a sua autenticidade e valor

²³ Homem (1990).



probatório, interessa-nos observar os muitos elementos que as constituem nesse período em estudo. Em primeiro lugar, o protocolo inicial que, em grande medida, esquivava-se da invocação e salta diretamente para o rei enquanto autor do ato jurídico – particularmente as de finais do século XV e início do século XVI. Característica importante dessas fontes é o esquecimento da devoção, simplificando a escrita do instrumento ao máximo, recorrendo frequentemente ao “etc.”, determinando efetivamente um perfil de recibo, diferentemente das cartas produzidas nos séculos XIII (Cunha, 2009, p. 228) e XIV²⁴, ainda que aquelas tivessem sido produzidas para finalidades diferentes. Em segundo lugar, a exposição é bastante uniforme no que diz respeito à fiscalização dos almoxarifés em particular, tratando de informar logo aos interessados do que se trata, por meio do “a quantos esta nossa carta de quitação virem fazemos saber que mandamos ora tomar conta a...”, indicando logo o nome do destinatário e, em várias ocasiões, mencionando o estatuto social dele – cavaleiro da Casa Real, escudeiro, criado etc. – ou a proveniência do indivíduo – “morador em...” –, assim como o cargo que ocupa e a duração do exercício daquela função – “nosso almoxarifé nos anos de...” –, e dando fê dos valores totais recebidos e despendidos.

Relativamente ao texto, a documentação é razoavelmente uniforme no que diz respeito ao assunto tratado, seja o total recebido pelo “devedor” e a especificação dos valores arrecadados, a isenção de algum tributo, um privilégio, uma doação ou até mesmo com a lista de tudo o que foi arrecadado em cada ano, em particular, em algumas situações. Importa observar que a forma, em boa medida, será transformada e adaptada, para que possa cumprir com o seu objetivo principal, que é a transição de relatos de escambos, transações e pagamentos que diziam respeito a atividades de defesa (Marques, 1985, p. 71) ou que envolviam propriedades e posses sob controle direto ou indireto do monarca²⁵.

²⁴ Carta de quitação dada pela Ordem de Cristo a D. Dinis, de todos os bens móveis que o monarca recebera do património dos Templários, de que o papa fizera doação à respectiva ordem. ANTT, *Gavetas*, gav. 7, mç. 2, n. 6.

²⁵ Carta de quitação pela qual João Anes, foreiro de Alcobça, morador em Torres Vedras, ficara isento de pagar jugada por semear trigo nas herdades do respectivo mosteiro, segundo privilégios concedidos por D. Beatriz, por D. Dinis e confirmados por D. Afonso IV. ANTT, Ordem de Cister, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, 2. incorporação, mç. 2, doc. n. 58.



Também diz respeito à exposição de uma contabilidade a que se pretendia que se tornasse “de Estado”, ilustrando a passagem de uma Monarquia “feudal” para uma Monarquia “estatal” (Mattoso, 2006, p. 297-298), tendo em conta o aumento da pressão sobre os contribuintes. As queixas contra os supostos abusos dos almoxarifes podem também ser interpretadas nesse sentido. Ou seja, o que existe na verdade é, por um lado, as tentativas de fuga ao fisco por parte dos cidadãos e, por outro, a tentativa de “materialização” da presença régia nas várias localidades, com a atuação dos almoxarifes (Mattoso, 2006, p. 304), dentro da lógica de dissolução da hierarquia e da sobreposição de jurisdições, do emaranhado de competências e da proliferação dos foros especiais (Hespanha, 1982, p. 166-167).

Entretanto, essa designação pode variar, dependendo do caso – por exemplo, uma prestação de contas de um almoxarife, um arrendamento das rendas em determinada localidade ou o recebimento de receitas extraordinárias –, e isso pode interferir na análise, positiva ou negativamente, tendo em vista a especificidade de cada caso e os elementos a que se reporta. Nesse sentido, é importante compreender a tipologia dos impostos que são indicados na receita, quanto pode render cada cobrança em lugares específicos e em datas determinadas, quanto pode arrecadar o Estado com os pedidos e empréstimos²⁶ em locais diferentes e, a partir desses valores, pensar em estimativas e projeções regionais e nacionais.

Quanto aos valores e receitas envolvidas, primeira componente que surge nessa tipologia documental, observamos um formato bastante uniforme já na segunda metade do século XIV, com a menção, em primeiro lugar, apenas de valores totais, caso de quitação dada por D. Fernando, em 1375, à vila de Torre de Moncorvo pelo pagamento de parcela das sisas (Carqueja, 2007, p. 118, doc. n. 22). Em seguida, passa-se à especificação das quantias, sendo este o caso, como, por exemplo, em quitação a Lourenço Durães, almoxarife da mesma vila de Torre de Moncorvo, que recebe carta de quite de D. Pedro I pelo recebimento de 800 libras em 1364, na qual diz que recebeu “as quatro centas per Steuam Domingues Grangjnh e as trezentas e satenta e noue par Beeiito Perez que forom seos procuradores e as vjnte e hua libras per Affonso

²⁶ Gonçalves (1964).

Mateos que e ora hera seu procurador” (Carqueja, 2007, p. 107). Na medida em que passamos a metade do século XV, estas passam a ser mencionadas, com maior frequência, apenas na sua totalidade, sem serem devidamente discriminadas como eram até antes de 1450, fato este que denota um cuidado rigoroso com cada tostão, essencial para a contabilidade régia, que, a partir de então, revela uma certa despreocupação tanto por parte de quem “deve”, quanto por parte de quem deveria receber. No século seguinte, essa tendência se mantém e até se agrava, sem maiores cuidados com os pormenores da arrecadação. Nem sempre as coisas corriam bem. Podemos, aqui, observar alguns exemplos.

Em uma quitação de 1457 passada a Álvaro Vaz, almoxarife de Abrantes e reposteiro-mor, por tudo o que fora recebido e despendido em nome da infanta D. Catarina, temos uma ideia de algumas dificuldades administrativo-organizacionais²⁷: não se tomara conta do dinheiro arrecadado por causa do desaparecimento dos livros; entretanto, deu-se quitação mesmo assim. Convém também esclarecer o fato de que os almoxarifes, recebedores dos almoxarifados e dos pedidos, e demais oficiais, em boa parte da documentação compilada para essa investigação, no fim das contas prestadas, são dados como devedores. E o que isso significa em termos práticos? O total recebido, que surge no início de cada quitação, refere-se, na verdade, a uma estimativa feita pelos avaliadores a partir dos contratos de arrendamento da coleta dos impostos celebrados entre os rendeiros e o monarca. Daí que, em muitos casos, os oficiais não conseguiam receber dos arrendatários as quantias estipuladas nos acordos, o que obrigava a que se fizesse um “desconto” nas contas, como, por exemplo, na quitação dada a João Rodrigues Costa, almoxarife de Beja, quando

“ssom lhe descontados dezooyto mjll e trinta e noue rreaes dos çinquenta mjll rreaes das Rendas de mourom e monssaraz”, porque as rendas daquela

²⁷ “Dos quaaes dinheiros e coussas lhe foram filhadas suas comtas de todo aquello que no tempo que teue os ditos ofiços Reçebeo e despendeo E das sobreditas coussas ao presente nom podemos seer em conhecimento porque suas Recadaçoões nom som todas achadas pera auermos certo conhecimento de suas comtas Porem sem embargo de todo a nos praz de as avermos por vistas e determinadas e serem boas e tomamos em nos toda Reçepa E despessa com entrega sem faleçemdo delle coussa alguua.” ANTT, Leitura Nova, *Livro dos extras*, fl. 91-91v.

localidade não haviam rendido “mais que vinte e dous mjl e quinhentas e oytenta e sseis rreaes”²⁸.

E quando se encontrasse bens que fossem executados, para cobrir os prejuízos. E, caso o total despendido não batesse certo com o total recebido, o almoxarife seria dado como devedor, e deveria restituir aquele valor de alguma maneira, fosse abrindo mão de parte dos seus rendimentos, como na quitação dada a Gonçalo Anes²⁹, almoxarife da Guarda, ou transitando a soma como parte da receita do ano seguinte – saindo do bolso do almoxarife –, como no caso de Vasco Afonso, recebedor dos pedidos (receitas extraordinárias) cobrados no almoxarifado de Torre de Moncorvo³⁰. Ou então podia ser dado como quite, enquanto mercê concedida pelo monarca, como no caso de Afonso Cerqueira³¹, recebedor do almoxarifado de Lamego. Por fim, a Coroa via-se forçada, em algumas ocasiões, a abrir mão de somas importantes.

No que diz respeito a outra componente essencial das fontes, as despesas, durante a centúria de Trezentos não parecem ser a principal preocupação dos monarcas, seja em quitação dada por D. Afonso IV a João da Feira, sacador dos direitos dos mouros forros de Lisboa (Marques, 1992, v. II, p. 108). Ou ainda em outro documento de 1338 a Vidal Durães de Infesta, pelo recebimento de dinheiros de Caminha e Viana do Castelo (Marques, 1992, v. II, p. 229-230). Tampouco notamos esse cuidado em documento de quite passado a João Gordo, almoxarife do Porto entre os anos de 1324 e 1339 (Marques, 1992, v. III, p. 219), segundo o qual o monarca, por achar que “el deu a mjm boom Conto e boom Recado de todo”, dá o referente oficial “por liure e por quite pera todo sempre el e todos seus susçesseres [sic]”. Nessa fonte, também é possível observar a organização da contabilidade, com o controle das suas prestações de conta “en quatro recadações”, registradas “en dous liuros da alem Doiro que chamam terceiro e quarto que som nos meus Coutos”, em Lisboa, denotando ainda um esforço de intendência ativa das contas por parte do poder régio. Isso em meio a um processo de

²⁸ ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 27, fl. 65-65v.

²⁹ ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 18, fl. 63-65.

³⁰ ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 3, fl. 13v-15.

³¹ ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 27, fl. 116v.

estruturação de um modelo que se pretendia mais presente nas respectivas localidades, por meio da presença dos almoxarifes. Posteriormente, enxergamos esse mesmo fenômeno através da “supervisão” dos vedores da Fazenda, que passariam a dedicar-se mais às questões fiscais e da administração, deixando mais a cargo dos juizes dos feitos de el-rei os julgamentos dessas respectivas matérias (Homem, 1990, p. 130-131).

Mais adiante, esses gastos já são meticulosamente apontados nos documentos de meados do Quatrocentos, salvo em algumas exceções, em que não é possível identificá-los por falhas de escrita ou de conservação, o que reforça a tese de um governo muito cuidadoso ao gastar e sempre preocupado em manter um saldo positivo. De toda maneira, fundamentalmente a partir da década de 80 desse século em diante, a despesa deixa de ser reportada, trazendo reiteradas vezes a indicação genérica no seu escatocolo de que “o quall dinheiro o dito almoxarife, por exemplo, despemdeo per desembargos cartas e mandados nossos cotheudos nas ditas suas recadações as quaaes fiquem em nossa fazemda”³². Em termos de estrutura, o que as fontes transmitem é que não existe nenhuma inquietação em relação a esse elemento fiscal, ao menos por parte do maior interessado, isto é, do monarca enquanto credor principal que era, dado que, invariavelmente, os dava “por quite e livre como dito he e por sua guarda lhe mandamos dar esta nossa carta de quitaçam assinada per nos e assellada do nosso ssello pependente”, o que pode dar a entender que, naquela altura, os seus rendimentos eram mais que suficientes para ter de desempenhar um controle mais ativo daquilo que era despendido tanto pelos seus oficiais quanto pelos rendeiros das rendas ou pelos recebedores das ajudas extraordinárias.

Mesmo sem dispor de elementos em quantidade e em série que nos permitam traçar um perfil completo das finanças, especialmente das despesas a partir dos finais do século XV e início do XVI, há elementos mais que suficientes que nos indicaram alguns caminhos possíveis de pesquisa. Um deles foi o perfil e evolução da receita nesse período crucial da expansão e de definição da orgânica administrativa ultramarina. O que é que predominava na arrecadação: impostos de cunho senhorial ou diretos, ou impostos sobre o consumo ou indiretos? Para

³² Quitação a Vasco Carneiro, almoxarife de Vila Real. ANTT, Leitura Nova, *Além-Douro*, liv. 1, fl. 138v-139.

além disso, pode-se, em relação às receitas ordinárias, cotejar os valores recebidos pelos arrendamentos das rendas, para que se pudesse ter alguma noção, de relevância e de escala, desses montantes e da importância de cada unidade local dentro do contexto da economia portuguesa. Ou seja, comparar em concreto, dentro de uma cronologia semelhante, valores de impostos arrecadados, como a sisa do vinho, por exemplo, em Lisboa e em outras cidades, como a Guarda, Setúbal, Lamego, Beja e outras, para quantificar as capacidades de arrecadação, as dinâmicas regionais e o “comportamento” de cada concelho. O papel efetivo das receitas extraordinárias nos “orçamentos” régios e a sua importância dentro das contas do Estado também é outro aspecto que tentamos elucidar a partir das informações recolhidas dessas mesmas fontes, uma vez que, em algumas situações, trazem a descrição detalhada de receitas ordinárias e extraordinárias no mesmo documento, isto é, aparecem os valores de coletas de impostos regulares daquele concelho, como os vários tipos de sisas (do vinho, da carne, do pão ou dos panos), e os pedidos extraordinários recebidos na mesma localidade.

O crédito também pode ser outro tema mais explorado através desse tipo de fontes, que podem ser reveladoras tanto direta quanto indiretamente, isto é, podem revelar no seu conteúdo recursos emprestados ao monarca ou, por outra via, podem oferecer indicações de rendeiros de rendas, importantes ou não, quem são, onde atuam, quais os valores envolvidos nas negociações e, no cruzamento de informações, constatar se são figuras relevantes ou não dentro do contexto administrativo-financeiro, ou se são capazes ou não de oferecer crédito, ainda que de curto prazo, mas essenciais dentro dessa conjuntura de gastos elevados em que vivia o reino. As quitações dos armazéns e das alfândegas também podem fornecer-nos pistas acerca do que entrava no mercado português, quanto pagavam, quem eram os negociadores e agentes, por onde entravam e para onde iam os bens de consumo adquiridos pelo monarca.

Mesmo o pagamento do oficialato régio, os produtos que circulavam dentro do reino, a riqueza que circulava em via de sentido duplo entre Portugal e as praças, e entrepostos comerciais portugueses conquistados podem ser analisados por via dessa documentação. Além disso, esse tipo de fontes é capaz de oferecer informações de produtos em particular, seus preços, quantidades importadas e exportadas, destinatários e pessoas

envolvidas nessas transações. A componente militar também pode dar pistas para a análise das finanças, tendo em vista as quitações que dão conta dos montantes arrecadados para o corregimento das fortalezas³³ e de equipamento bélico recebido³⁴ para as várias empresas realizadas no período. Estas podem servir de substrato para tentar dimensionar, ainda que de alguma forma, essa componente da despesa dentro da estimativa total de gastos, em razão das lacunas que a documentação possui e que não nos permite uma análise mais pormenorizada.

Comparativamente a outros corpos documentais, as cartas de quitação possuem uma maior riqueza de detalhes em relação, por exemplo, a algumas fontes fiscais canônicas. Enquanto as quitações trazem números, localidades, pessoas e agentes envolvidos nos tratos fiscais e, em muitas ocasiões, a origem e destino dos recursos, essa outra tipologia é mais restrita, normalmente em idioma latino, que descrevem a doação de “terças” ou de partes da arrecadação para determinadas finalidades. Podemos observar um exemplo na documentação referente à cedência de rendas eclesiásticas para a obra das muralhas de Beja (Pereira, 1998, p. 14).

Mesmo em relação aos corpos documentais municipais, como reclamações dirigidas ao monarca por prejuízos econômico-financeiros, na maior parte dos casos, não oferece dados concretos em relação a valores, mas sim os detalhes das pessoas envolvidas nos processos³⁵. Podem servir, entretanto, no cruzamento de informações para identificar agentes, rendeiros, funcionários da Coroa e outros. Nessa mesma linha, as atas municipais – as “vereações” – também pouco contribuem para a montagem de um quadro fiscal geral do reino em termos de quantias. Quando muito, trazem importâncias de multas e penalizações impostas pela administração concelhia para delitos e irregularidades³⁶, legislação municipal acerca da maneira como se deveria cobrar e coletar determinados impostos e contribuições, alvarás, traslados de reuniões de cortes

³³ ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 27, fl. 5v-6v; *Leitura Nova, Além-Douro*, liv. 1, fl. 26-26v.

³⁴ ANTT, *Leitura Nova, Estremadura*, liv. 5, fl. 99-101v.

³⁵ *Livro das posturas antigas*. Lisboa: CML, 1974, p. 316-318.

³⁶ Vereações: anos de 1401-1449 – O segundo livro de Vereações do município do Porto existente no seu arquivo/nota prévia de J. A. Pinto Ferreira. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, [impr. 1980], p. 245-246, doc. n. CVIII.

com referência a casos específicos de cada concelho, cartas de privilégio e outros.

Em todo o caso, as cartas de quitação ainda são um manancial de informação que pode e deve ser bastante explorado pelos historiadores dedicados à história das finanças, da fiscalidade e da economia de uma maneira mais ampla.

3. O “local” e o Estado: observação de um processo de encadeamento administrativo-financeiro

A serôdia territorialização fiscal do Estado é uma das características da história financeira de Portugal, quando comparada com outras realidades europeias, cujas raízes assentam na sua formação nos finais da Idade Média. No âmbito desse fenômeno residem muitas questões, como a delegação das tarefas de coleta a agentes indiretos, que contribuíram para uma idealização da imagem da efetividade e presença do poder, observados por Hespânia e destacados em outro texto (Sousa, 2012, p. 23-24). Por outro lado, os problemas decorrentes da falta de centralização produziram outro efeito na parte da despesa: a feudalização, isto é, a ideia de que cada unidade, tesouraria ou almoxarifado defendia o seu próprio balanço. Esses traços peculiares da fiscalidade portuguesa perdurariam até a época contemporânea, quando ocorreria a implantação da administração fiscal técnica e especializada na segunda metade do século XVIII (Silva, 2005, p. 239-240).

Entre os séculos XII e XIII, Portugal tinha o seu modelo fiscal alicerçado na cobrança de impostos diretos, isto é, na arrecadação de recursos que melhor se encaixariam na definição de direitos fiscais, em razão da sua essência consuetudinária (Merêa, 2006, p. 161). A concessão de cartas de foral, assentamentos, ocupações violentas e extorsões eram elementos centrais de um contexto de expansão territorial que seguia o ritmo da reconquista que, uma vez concretizada por D. Afonso III em 1249, pôs em xeque o paradigma da arrecadação em vigor. As inquirições realizadas por aquele monarca são sintomáticas de uma reestruturação fiscal, sob o ponto de vista da necessidade de se mapear e inventariar todas as possíveis fontes de arrecadação (Mattoso, 2001, p. 906-910; Gonçalves, 2013, p. 13). Nesse contexto, os estímulos econômicos reali-

zados, do que as cartas de proteção das feiras e a legislação fundiária e da atividade comercial são exemplos, refletem-se na recuperação das finanças da Coroa.

Por outro lado, as disputas que se seguiram pelo direito sucessório entre D. Dinis e seu filho Afonso – posteriormente, D. Afonso IV –, e entre este e D. Pedro I, lançaram Portugal em um período de conflitos que cobraria o seu preço (Sousa, 2006, p. 193-194). Para além disso, entra-se num momento de intensa atividade diplomática, comercial e militar em meados do século XIV, que exigiria maiores esforços financeiros por parte da Monarquia. Até então, a Coroa portuguesa não se encontrava estruturada no sentido de aumentar a sua capacidade proporcionalmente ao aumento das despesas (Marques, 1987, p. 305-307).

Ainda que o reinado de D. Pedro I (1359-1369) tenha terminado com as finanças em bom estado, muito em função de sua firmeza e da ausência de grandes conflitos (Sousa, 2006, p. 198), as guerras entre Portugal e Castela iniciadas no reinado de D. Fernando I e terminadas já no nascedouro da dinastia de Avis, com D. João I, forçariam o perfilhamento de uma nova dinâmica fiscal. Esta seria firmada sobre os impostos indiretos, isto é, a taxação sobre o consumo seria o elemento-chave de uma nova base de arrecadação em um momento crítico da situação política portuguesa.

Ao se analisarem os rendimentos locais, torna-se fundamental dissecar uma das principais fontes de arrecadação do erário, antes extraordinária e municipal e, posteriormente, tornada ordinária e estatal neste contexto: as sisas. Os primeiros surgimentos da sisa então se fazem entre os judeus, em 1316, “como aumento da arrecadação dos serviços concedidos ao monarca” (Henriques, 2008, p. 152-153). Concessões, na verdade, não são impostos municipais, mas sim outorgas feitas ao poder central, numa espécie de “parceria” em que claramente havia a parte favorecida e a parte prejudicada. Uma espécie de serviço, conforme em Castela.

A mudança na forma de cobrança das sisas alteraria a perspectiva das cidades acerca dessa nova modalidade de cobrança, mais onerosa do ponto de vista de quem consumia e, por consequência, mais suscetível as queixas. Antes, podia ser cobrada somente sobre um produto ou gênero em particular, em âmbito municipal ou nacional, e desde 1386 passou a incidir sobre todos os produtos vendidos e comprados. Vale

ressaltar que a inflação, nessa altura, é um dos condicionantes da maior relevância, ao se tomar essa opção pelo imposto indireto, estipulado e cobrado em percentual, em função da sua “imunidade”, ou seja, ainda que houvesse desvalorização, os montantes em dinheiro arrecadados estariam a salvo (Henriques, 2008, p. 157-161). As sisas também estão separadas em grupos: as gerais (cobradas na transação de qualquer produto, manufaturado ou não, de maneira mais ampla, como calçado, utensílios, armas, roupas etc.) e as específicas, sobre as commodities mais comuns em Portugal, naquela altura: pão, fruta, panos, panos de cor, vinho, carne, trigo, madeira, pescado, marçaria e a das herdades.

Oliveira Marques, no seu volume para a Nova história de Portugal (1987), já sentenciava que havia muito pouco trabalho produzido acerca desta temática fiscal sobre finanças locais ou senhoriais. Ainda assim, fez algumas considerações principalmente no que diz respeito ao ponto de vista do orçamento, isto é, a busca incessante de recursos para cobrir saldos negativos. Essa perspectiva vai de encontro ao que foi escrito por Antoni Furió Diego acerca do prevaecimento do que é despendido sobre aquilo que é arrecadado em termos de importância dentro dos “orçamentos medievais”. É o gasto que estimula o Estado a buscar rendimentos de que não dispõe de início e que, por norma, define o verdadeiro caráter das finanças públicas em qualquer âmbito (Diego, 1999, p. 64).

Para além disso, Duarte indicava que o mesmo Oliveira Marques circunscreve em oito pontos as receitas do reino já no século XIV: as sisas, a dízima; os direitos reais e os bens próprios da Coroa; as portagens e as ancoragens; as pensões dos tabeliães; as penas de justiça, os direitos de Chancelaria e os tributos específicos dos judeus (Duarte, 2006, p. 437). De fato, as quitaçãoes dadas a Gomes Martins, prior de Castelo de Vide, acerca do recebimento dos direitos de Chancelaria entre 1342 e 1344 (Marques, 1992, v. III, p. 316), e outra a Salvador Esteves, recebedor de dinheiros na Covilhã em 1342 (Marques, 1992, v. III, p. 266), demonstram um quadro financeiro que é ainda, em boa medida, senhorial. Ao observar as várias iniciativas de D. Afonso IV no sentido de reprimir os abusos dessa mesma nobreza, e da implementação de reformas da atuação parlamentar dos procuradores dos concelhos (Sousa, 2006, p. 194-195), com a redação do documento, no qual o monarca da conta e recado “dos dinheiros da mha moeda que tirou na dicta vila de Couilhaa”,

percebemos uma nova dinâmica. Um centralismo de um rei que quer estar mais presente, quer ser mais efetivo em termos de controle e que já vai de encontro ao processo de absolutização do poder abordado por Hespanha (2001) em direção à época moderna.

Conforme dissemos anteriormente, a alteração na forma como os diplomas eram escritos é sintomático de um processo de transformação. Uma adaptação aos novos tempos, de uma Monarquia atenta às mudanças econômicas do reino, e de uma necessidade de alteração das suas finanças. Estas deveriam acompanhar as novas demandas régias, impulsionadas por atividades militares, mais frequentes, e bastante mais exigentes do ponto de vista do esforço fiscal necessário para que fossem atendidas, fundamentalmente a partir do reinado de D. Fernando (Henriques, 2008, p. 238-272).

Observamos essa mudança já em diploma de quitação dado a João Eanes pelo Concelho de Bragança em 1370³⁷, no qual já surgem referências mais pormenorizadas e específicas de valores despendidos, segundo “o dicto Johann’Eannes despendera em [...] do dicto concelho cento e quarenta e oito libras e catorza soldos meos quatro dinheiros”. A preocupação com o detalhamento dos gastos passa a ser um dos pontos perceptíveis nas fontes que se apresentam em finais de Trezentos, para além de notarmos, no início, a designação dos juizes, vereadores, procuradores e tabelião do rei. Estes, então, “tomarom conto a Joham Annes da dicta vila de todo aquelo que recebeu e ouve das fyntas e rendas e prooes do concelho da dicta vila”, numa forma bastante semelhante ao protocolo das quitações do século seguinte. Essas mesmas fintas e rendas que, outrora, serviam aos municípios, passariam a atender ao Estado, incapaz de manter suas despesas ordinárias, e recorrendo, cada vez mais, às receitas extraordinárias (Gonçalves, 1964b, p. 16-18).

Mais adiante, já no reinado de D. João I, encontramos um exemplo ainda mais completo do que viria a ser o “formulário” das quitações por nós estudadas. Na carta passada a João Gonçalves, tesoureiro-mor do reino, “de todo aquello que por nosouue de amemistra e Reçeber e

³⁷ ADBGC, doc. n. 031 P. Publicado em Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre e Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, *Trás-os-Montes medieval e moderno: fontes documentais*. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança, 2003, doc. n. 42 (documento eletrônico).

despender”, entre os anos de 1424 e 1430³⁸, é esmiuçado em 11 fólios todo o seu conteúdo. Tudo o que fora recebido e gasto pelo oficial, em cada ano, entre panos, gêneros e quantias em dinheiro. Contudo, é importante sublinhar que o oficial em questão é auditado pelo contador-mor, Gonçalo Caldeira, já denotando uma tentativa de controle por parte do oficial maior da Casa dos Contos (Rau, 2009, p. 171-203), órgão central de controle fiscal. Nesse sentido, percebemos a transição em andamento relativamente a um esforço de construção de um aparato fiscal mais apertado, mais presente, sobrepondo camadas jurisdicionais umas sobre as outras, numa busca incessante por uma “eficiência” que nunca se materializa (Hespanha, 1982, p. 167-169). Por outro lado, também notamos uma mistura entre o Tesouro do rei e as finanças do Estado, característica marcante desse mesmo processo, ainda em fase de maturação, ao observar que

el Reçeebo de desvairados almoxarifes e Reçebedores E ofiçiaaes nosos e Requeredores moores de pedidos E sacadores E tiradores de dizimas de crellezias E Comunas de Judeus e mouros E de outras pessoas dos nossos Reinos.

Ou seja, a fonte dá-nos a indicação de que o tesoureiro-mor em questão, João Gonçalves, presta contas de arrecadações misturadas que, em princípio, deveriam ser de responsabilidade direta dos almoxarifes e recebedores para com o vedor da Fazenda, supervisor-geral das questões financeiras, estância intermediária entre estes e o monarca. Com isso, observamos que essas funções e respectivas atribuições também estavam em processo de modificação (Homem, 1990, p. 133), muito em razão da alteração do panorama fiscal observado por Vitorino Magalhães Godinho em relação às sisas e ao processo de “absorção” desse imposto por parte da Coroa como fonte de receita regular (Godinho, 2009, p. 147).

Com a instituição e consolidação dos almoxarifados, esse modelo diplomático de contabilidade das receitas e despesas ganharia força dentro das instâncias auditoras. No entanto, a opção para obter dados necessários e realizar estudos desse tipo é analisar amostras dessas cartas de quitação. Devido à falta de livros de contas sobreviventes, perdidos

³⁸ ANTT, Viscondes de Vila Nova de Cerveira, *Catálogo do cartório da casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 2, n. 1.

na destruição e nos incêndios que consumiram a Casa dos Contos nos eventos do terremoto de 1755 (Rau, 2009, p. 133-134; Pereira, 2003, p. 121), o historiador irá encontrá-las espalhadas pelos fundos do Corpo Cronológico e das Chancelarias régias concedidas pelos vários reis.

Em relação aos rendimentos extraordinários votados nas assembleias parlamentares pelos procuradores dos concelhos, eles eram, por norma, recolhidos e verificados em documentos próprios. Contudo, também podiam ser coletados e informados juntamente com rendimentos comuns, conforme se demonstra em quitação de 1442 passada a João Louvado, almoxarife de Lamego³⁹. Essa fonte fornece-nos informações importantes sobre o pedido de 1437 coletado naquela circunscrição fiscal, durante o governo de D. Duarte, a fim de reunir recursos para a tentativa fracassada de conquistar Tânger. É importante notar aqui a mistura de receitas: especificamente sobre essa ajuda extraordinária, o oficial responsável realizou um total de 24.738.049 libras em receitas e 24.057.315 libras em despesas. Comparativamente, a receita ordinária do mesmo ano, naquela mesma localidade, fora de 19.454.330 libras, cerca de 21% menos, embora a coleta extra tenha sido calculada na proporção de 1,5 (pedido e meio). Se a convertermos para uma proporção de 1, isto é, a um único pedido, encontramos um total de 16.038.210 libras, menos 3.500.000 libras, mas ainda muito próximo dos valores de um rendimento normal. Em outras palavras, o Tesouro Real poderia, conforme esse caso ilustra, dobrar suas receitas com os impostos extraordinários em determinadas situações e localidades. No entanto, os valores podem variar de acordo com a região do país onde era efetuada a recolha, não conferindo a esse caso a atribuição de “regra geral” do reino, que claramente não o era.

Para o século XV, nota-se dentro do conjunto documental reunido o detalhamento tanto da despesa regular quanto da extraordinária, essencialmente nas quitações que tratam do reinado de D. Afonso V e nos primeiros anos do reinado de D. João II. Do ponto de vista da crítica das fontes, isso pode ser interpretado como algo sintomático de uma Coroa aflita por colocar os seus gastos na ponta do lápis – ou da pena –, e fazer bem as suas contas de modo a procurar controlar bem os recursos, que não são muitos, e não gastar muito além das suas possibilidades. Outro

³⁹ ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 27, fl. 133-136v.

aspecto importante a ser salientado é o processo de consolidação de umas finanças “do Estado”, que pode ser comprovada através da constatação de uma presença quase que total dos impostos sobre o consumo, arrendados e cobrados em âmbito local, no rol de receitas.

Sabe-se que esse período, em particular, é relativamente atribulado, em grande parte, em função do próprio desejo de Afonso V em seguir os passos de uma dinastia que, para todos os efeitos, é ainda efêmera. Havíamos tido um rei cujo reinado havia sido longo, mas que era filho natural bastardo (D. João I) e que havia sido conduzido ao trono por uma conjugação equívoca de alianças sociais e de acasos políticos, seguido de um breve reinado de cinco anos de seu herdeiro, D. Duarte, e, dez anos depois, um reino em jogo numa breve guerra civil entre tio e sobrinho. Um turbulento processo de afirmação, que buscava consolidar-se, em boa medida, através do projeto monárquico do “Africano” da redistribuição direta dos rendimentos, ou seja, de manutenção financeira da nobreza em troca de apoio político e militar, visando a sua preservação e estabilização.

Já no reinado de D. Manuel I, as cartas de quitação pouco ou nada explicitam os gastos dos almoxarifados, fato este que também pode ser compreendido pelo outro extremo, isto é, como um sintoma de um período no qual abundavam os recursos, suportado ainda pela argumentação de que pouco ou nada se encontra acerca de documentação relativa a *pedidos* e *empréstimos* dali em diante. O registro mais avançado que levantamos diz respeito a uma quitação a Álvaro Pires Machado⁴⁰, escrivão dos contos na comarca de Trás-os-Montes, de tudo o que recebeu e despendeu pelos três pedidos concedidos para a guerra com Castela em 1475, o qual também sequer possui a discriminação da despesa em geral. Outros dois diplomas de quitação, um a Fernão Cardoso, recebedor no almoxarifado de Torre de Moncorvo e portos de Trás-os-Montes, de dinheiro que recebeu e despendeu entre 1455 e 1456⁴¹, e do pedido e meio tirado para o casamento da infanta Joana, e o outro a Martim Sobrinho, almoxarife de Torre de Moncorvo, de tudo o que recebeu e despendeu nos anos de 1508 e 1509 (Freire, 1906, p. 447), também ajudam a ilustrar esse quadro. O “Venturoso” e sua corte viveram uma nova

⁴⁰ ANTT, *Chanc. D. João II*, liv. 19, fl. 91.

⁴¹ ANTT, *Leitura Nova, Além-Douro*, liv. 4, fl. 104-104v.

conjuntura, da riqueza advinda pelos tratos do ultramar, que lhes facultou meios materiais, construções suntuosas, sofisticação, luxo e exotismo proporcionais a um rei que detinha um verdadeiro império (Costa, 2005, p. 219). No seu auge, em momentos de abundância, a despesa pouco importava em face de um monarca e um reino em viés de alta com as demais cortes europeias (Costa, 2005, p. 204), e isso efetivamente se reflete, também, na ausência de fontes que reportam receitas extraordinárias.

Contudo, o ponto fulcral, conforme a reclamação dos povos em cortes, eram os excessos, tanto nas doações e mercês concedidas a título de recompensa pelos serviços prestados nas praças africanas, quanto nas nomeações. Há relatos de oficiais frequentemente nomeados a mais e que tinham de esperar por uma colocação dentro da administração, entrando para o serviço os favoritos da nobreza e, ao mesmo tempo, passaria a ser “algo costumeira a hereditariedade destas posições” (Rau, 2009, p. 246-247). O discurso do rei e a sua governação emitiam sinais contraditórios, isto é, queriam controlar os gastos, mas não produziam medidas com esse efeito, receando algum tipo de ação que pudesse pôr em causa as relações com os eventuais prejudicados. Para além disso, os salários pagos teriam os seus valores reajustados de maneira descabida nesse período por nós estudado até meados do século XVI. Em 1452, o contador da Casa dos Contos de Lisboa auferia 4.116 reais de manutenção. Já, com D. Manuel I na governação, os mesmos contadores passariam a receber 30 mil reais – e os provedores recebiam ainda mais: 50 mil –, fora outros pagamentos como tenças e moradias. Isso, na verdade, serve como uma das muitas explicações de como da fortuna desenfreada do “Venturoso” se passou à pobreza angustiante das arcas do Estado com o rei “Pio” (Rau, 2009, p. 369-370).

Fica evidenciado, portanto, como o estudo da evolução da forma documental das quitações podem nos indicar uma série de possibilidades de análise das transformações de cunho administrativo-financeiro em Portugal e, para além disso, da observação das relações entre as diferentes regiões e suas especificidades com a pressão fiscal exercida pelo poder central, na tentativa de aumentar a sua arrecadação. Por outro lado, essa mesma pressão é sintomática do uso de um aparato fiscal, em processo de consolidação, como ferramenta de estabilização de uma dinastia. Era fundamental garantir o equilíbrio político num momento fundamental relativamente ao contexto da expansão ultramarina, iniciada no primeiro

quartel do século anterior e que começava a dar os seus primeiros frutos. Nesse contexto, a relação entre os concelhos e o poder central, e a transferência dessa jurisdição fiscal sobre as sisas, antes municipal e extraordinária, para as mãos da Coroa como receita de Estado e ordinária, será um dos pilares fundamentais desse processo.

Referências bibliográficas

Fontes e dicionários

- ALEGRE, Maria Cristina Almeida e Cunha; COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto. *Trás-os-Montes medieval e moderno: fontes documentais*. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança, 2003 (documento eletrónico).
- ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 3, fl. 13v-15.
- ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 18, fl. 63-65.
- ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 27, fl. 5v-6v.
- ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 27, fl. 65-65v.
- ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 27, fl. 116v.
- ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 27, fl. 133-136v.
- ANTT, *Chanc. D. João II*, liv. 19, fl. 91.
- ANTT, *Gavetas*, gav. 7, mç. 2, n. 6.
- ANTT, Leitura Nova, *Além-Douro*, liv. 1, fl. 26-26v.
- ANTT, Leitura Nova, *Além-Douro*, liv. 1, fl. 138v-139.
- ANTT, Leitura Nova, *Além-Douro*, liv. 4, fl. 104-104v.
- ANTT, Leitura Nova, *Estremadura*, liv. 5, fl. 99-101v.
- ANTT, Leitura Nova, *Livro dos extras*, fl. 91-91v.
- ANTT, Ordem de Cister, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2. incorporação, mç. 2, doc. n. 58.
- ANTT, Viscondes de Vila Nova de Cerveira, *Catálogo do cartório da casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*, cx. 2, n. 1.
- FREIRE, Anselmo Braancamp. Cartas de quitação del rei D. Manuel. *Archivo Historico Portuquez*, v. IV, 1906.
- LIVRO das posturas antigas*. Lisboa: CML, 1974.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (org.). *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*. Lisboa: INIC, 1992, 3 v.
- PEREIRA, Gabriel. *Documentos históricos da cidade de Évora*. Lisboa: INCM, 1998.
- VEREAÇOENS: anos de 1401-1449 – O segundo livro de Vereações do município do Porto existente no seu arquivo/nota prévia de J. A. Pinto Ferreira. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, [impr. 1980].

Bibliografia

- BARATA, Filipe Themudo; HENRIQUES, António Castro. Economic and fiscal history. In: MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, Maria João (eds.). *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 261-281.
- BELL, Adrian R.; BROOKS, Chris; MOORE, Tony. *Interest in medieval accounts: examples from England, 1272-1340*. Reading: ICMA Centre Discussion Papers in Finance DP2008-07, 2008, p. 1-26.
- BELL, Adrian R.; BROOKS, Chris; MOORE, Tony. *Did purchase power parity hold in medieval Europe?*. Reading: ICMA Centre Discussion Papers in Finance ICM-2014-01, 2014, p. 1-38.
- BELL, Adrian R. et al. *The evolutionary dynamics of the credit relationship between Henry III and the Flemish merchants, 1247-1270*. Reading: ICMA Centre Discussion Papers in Finance DP2011-25, 2011, p. 1-43.
- BONNEY, Richard (ed.). *Economic systems and State finance*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- BONNEY, Richard (ed.). *The rise of the fiscal State in Europe c. 1200-1815*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CARQUEJA, Maria da Assunção. *Documentos medievais de Torre de Moncorvo*. Torre de Moncorvo: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2007.
- CASADO, Imanol Víttores. Los recaudadores de las rentas de ferrerías de los señores de Vizcaya en los siglos XIV y XV. In: SÁNCHEZ, Ángel Galán; FERNÁNDEZ, Ernesto García; CASADO, Imanol Víttores (coord.). *En busca de Zaqueo: los recaudadores de impuestos en las épocas medieval y moderna*. Madrid: Ministerio de Economía y Hacienda, Instituto de Estudios Fiscales, 2012, p. 245-268.
- CHILOSI, David; VOLCKART, Oliver. Money, States and Empire: financial integration and institutional change in Central Europe, 1400-1520. *Journal of Economic History. Cambridge*, v. 71, n. 3, p. 762-791, 2011.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; DUARTE, Luís Miguel. A fiscalidade em exercício: o pedido dos 60 milhões no almoxarifado de Loulé. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, série II, v. 13, p. 205-230, 1996.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. *D. Manuel I: um príncipe do Renascimento*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e. *Estudos sobre a Ordem de Avis (séc. XII-XV)*. Porto: FLUP, Biblioteca Digital, 2009.
- DIEGO, Antoni Furió. Deuda pública e intereses privados. Finanzas y fiscalidad municipales en la Corona de Aragón. *Edad Media: Revista de Historia*. Valladolid, n. 2, p. 35-80, 1999.
- DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa. *O financiamento da Coroa portuguesa nos finais da Idade Média: entre o "Africano" e o "Venturoso"*. Porto: FLUP, 2013 (Tese de Doutoramento em História).



- DUARTE, Luís Miguel. A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, série II, v. 12, p. 75-112, 1995.
- DUARTE, Luís Miguel. A história económica do Portugal medieval (Sugestões para uma recuperação). Conferência proferida no VIII CONGRESSO DA AEHE (ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE HISTORIA ECONÓMICA), 2005, Santiago de Compostela, p. 1-12.
- DUARTE, Luís Miguel. A memória contra a história: as sisas medievais portuguesas. In: MENJOT, Denis (ed.). *Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales: estudios dirigidos por Denis Menjot y Manuel Sánchez Martínez*. Madrid: Casa de Velázquez, 2006, p. 433-445.
- FARELO, Mário. Payer au roi et au pape. Les décimes pontificales imposées au clergé portugais pendant l'époque avignonnaise. In: BAGET, Jordi Morelló (ed.). *Financiar el reino terrenal*. La contribución de la Iglesia a finales de la Edad Media (s. XIII-XVI). Barcelona: CSIC, Institución Milà I Fontanals, Departamento de Ciencias Históricas, Estudios Medievales, 2013, p. 55-106.
- FARO, Jorge. *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481*: subsídios documentais. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1965.
- FAVIER, Jean. *Les finances pontificales à l'époque du Grand Schisme d'Occident, 1378-1409*. Paris: De Boccard, 1966.
- FAVIER, Jean. *Finance et fiscalité au bas Moyen Âge*. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1971.
- FERNÁNDEZ, Ernesto García. Finanzas municipales y fiscalidad real en el País Vasco en el tránsito del Medioevo a la Modernidad. In: MENJOT, Denis (ed.). *Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales: estudios dirigidos por Denis Menjot y Manuel Sánchez Martínez*. Madrid: Casa de Velázquez, 2006, p. 171-196.
- FERREIRA, Sérgio Carlos. *Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: FLUP, 2007 (Tese de Mestrado em História Medieval e do Renascimento).
- GARDNER, Leigh. *To take or to make?: contracting for legitimacy in the emerging States of twelfth century Britain*. *Discussion Papers in Economic and Social History*. Oxford, University of Oxford, n. 73, 2008.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa, 1962.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Arcádia, 1963-1970, 2 v.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. A formação do Estado e as finanças públicas. *Ensaio II: sobre história de Portugal*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 2009.
- GONÇALVES, Iria. *O empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora*. Lisboa: Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, Centro de Estudos Fiscais da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, 1964a.





- GONÇALVES, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, Centro de Estudos Fiscais da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, 1964b.
- GONÇALVES, Iria. *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as inquirições de Afonso III*. Porto: Afrontamento/CITCEM, 2013.
- GONZÁLEZ, Juan Eloy Gelabert. Fisco real y fiscos municipales en Castilla (siglo XVI-XVII). In: DIOS, Salustiano de et al. (coord.). *Historia de la propiedad en España: bienes comunales, pasado y presente – II Encuentro Interdisciplinar*, Salamanca, 31 de mayo-3 de junio de 2000. Madrid: Centro de Estudios Registrales, 2002, p. 81-100.
- GROHMANN, Alberto. La fiscalità nell'economia europea, secc. XIII-XVIII. In: *Actas La fiscalità nell'economia europea (secc. XIII-XVIII) – 39th Settimana di Studi dell'Istituto "Francesco Datini" di Prato a cura di Simonetta Cavaciocchi*. Firenze: Firenze University Press, 2008, p. 5-50.
- HENRIQUES, António Maria Braga de Macedo de Castro. *State finance, war and redistribution in Portugal (1249-1527)*. York: Department of History, University of York, 2008 (Doctoral Thesis).
- HERNANDO, Juan Antonio Bonachía. Obras públicas, fiscalidad y bien común en las ciudades de la Castilla bajo medieval. In: ANTÓN, José Maria Monsalvo (coord.). *Sociedades urbanas y culturas políticas en la Baja Edad Media castellana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013, p. 17-48.
- HESPAÑA, António Manuel. *História das instituições: épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.
- HESPAÑA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC-UNESP, 2001, p. 117-182.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: Junta Nacional de Investigação Científica, 1990.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. Ideário para uma história económica de Portugal na Idade Média. *Ensaio de história medieval portuguesa*. Lisboa: Veja, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1987 (Nova História de Portugal, v. 4).
- MARQUES, André Evangelista de Oliveira. *Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI) – Ensaio metodológico*. Porto: FLUP, 2012 (Tese de Doutoramento em História).
- MARQUES, José. D. Afonso IV e a construção do alcácer do castelo em Olivença. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, série II, v. 2, p. 59-80, 1985.
- MARQUES, José. O príncipe D. João II e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela. *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*. V. I. Porto: Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, Separata, p. 201- 219.





- MARTÍNEZ, Manuel Sánchez (ed.). *La deuda pública en la Cataluña bajomedieval*. Barcelona: CSIC, 2009.
- MATA, Maria Eugénia. From pioneer mercantile State to ordinary fiscal State: Portugal, 1498-1914. In: YUN-CASALILLA, Bartolomé; O'BRIEN, Patrick K.; COMÍN, Francisco Comín (eds.). *The rise of fiscal States: a global history, 1500-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 215-232.
- MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno. *História económica de Portugal*. Lisboa: Presença, 1994.
- MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno. *The concise economic history of Portugal*. Coimbra: Almedina, 2011.
- MATTOSO, José. O triunfo da Monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política. *Análise Social*. Lisboa, v. 35, n. 157, p. 899-935, 2001.
- MATTOSO, José. 1096-1325. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. V. III: *A Monarquia feudal (1096-1480)*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.
- MERÊA, Paulo. Organização social e administração pública. *Estudos de história de Portugal*. Lisboa: INCM, 2006, p. 159-170.
- MIRANDA, Flávio Miguel Fernandes. *Portugal and the medieval Atlantic: commercial diplomacy, merchants, and trade, 1143-1488*. Porto: FLUP, 2012 (Tese de Doutoramento em História).
- NUNES, Duarte Gil. *A comenda de Noudar da Ordem de Avis no final da Idade Média*. Porto: FLUP, 2010 (Dissertação de Mestrado).
- ORMROD, W. M.; BONNEY, Margaret; BONNEY, Richard (eds.). *Crises, revolutions and self-sustained growth: essays in European fiscal history, c. 1130-1830*. Stanford: Shaun Tyas, 1999.
- PEREIRA, João Cordeiro. *Portugal na era de Quinhentos*. Cascais: Patrimonia, 2003.
- QUESADA, Miguel Ángel Ladero. *La Hacienda Real de Castilla (1369-1504): estudios y documentos*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2009.
- QUESADA, Miguel Ángel Ladero. *Fiscalidad y poder real en Castilla (1252-1369)*. 2. ed. Madrid: Real Academia de la Historia, 2011.
- RAU, Virgínia. *A Casa dos Contos: os três mais antigos regimentos dos contos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009 (a versão original é editada em Coimbra, em 1951).
- RODRIGUES, Ana Maria. Projectos de investigação em história medieval financiados pela FCT nos últimos 10 anos. *Medievalista*. Lisboa, n. 9, dez. 2010. Disponível em <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA9/rodrigues9002.html>>. Acesso em 20/2/2015.
- RODRIGUES, Teresa F. Para a história da administração da Fazenda Real no reinado de D. Afonso V (1438-1453). *Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa: Estampa, 1982, p. 273-289.
- RUBINAT, Max Turull. *El gobierno de la ciudad medieval: administración y finanzas en las ciudades medievales catalanas*. Barcelona: CSIC, 2009.



- SEQUEIRA, Joana Isabel Ribeiro. *Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: FLUP, 2012 (Tese de Doutoramento em História apresentada, em cotutela, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto e à École des Hautes Études en Sciences Sociales).
- SILVA, Álvaro Ferreira da. Finanças públicas. In: LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História económica de Portugal (1700-2000)*. V. I: *O século XVIII*. Lisboa: ICS, 2005, p. 237-261.
- SOUSA, Armindo de. 1325-1480. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. V. IV: *A Monarquia feudal (1096-1480)*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006.
- SOUSA, Rita Martins de. *Da Direcção-Geral das Contribuições Directas à Direcção-Geral dos Impostos (1849-2011)*. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais e Aduaneiros, 2012.
- VICENTE, Ricardo Emanuel Pinheiro. *Almoxarifés e almoxarifados no tempo de D. Afonso IV*. Coimbra: FLUC, 2013 (Dissertação de Mestrado).
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. Fiscalidade régia e rendimentos eclesiásticos: a imposição dos direitos episcopais no Portugal medieval (séc. XIII-XIV). In: MENJOT, Denis; MARTÍNEZ, Manuel Sánchez (eds.). *El dinero de Dios*. Iglesia y fiscalidad en el Occidente medieval. Madrid: Ministerio de Economía y Hacienda, Instituto de Estudios Fiscales, 2011, p. 51-70.
- YUN-CASALILLA, Bartolomé; O'BRIEN, Patrick K.; COMÍN COMÍN, Francisco (eds.). *The rise of fiscal States: a global history, 1500-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

40 years of slavery studies*

40 anos de estudos sobre a escravidão

Stanley L. Engerman**

Universidade de Rochester, Rochester, Nova York, Estados Unidos

ABSTRACT

In this lecture, read at the 7th Graduate Meeting of Economic History, held at Universidade Federal Fluminense, in 2014, Stanley Engerman examines 30 topics concerning academic studies about the social institution of slavery. He analysis since the first studies, which emphasized moral aspects of the compulsory and the free labor in Modern world, to studies of the working of slave systems in the Americas, as well as he dedicates special attention to the recent developments in this field of the historical knowledge. About this last topic, Engerman delves into the economic and demographic implications of the slave systems, seen in comparative perspective.

Keywords: Slavery. Historiography. Demography.

RESUMO

Nessa conferência, proferida no VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, realizado na Universidade Federal Fluminense, em 2014, Stanley Engerman examina 30 tópicos relativos aos estudos acadêmicos sobre a instituição social da escravidão. Analisa desde os primeiros estudos, que enfatizavam os aspectos morais das formas de trabalho compulsório e livre no mundo moderno, aos estudos sobre o funcionamento dos sistemas escravistas nas Américas, e dedica especial atenção aos recentes desdobramentos desse campo do saber histórico. Sobre esse último item, Engerman desenvolve considerações sobre as implicações econômicas e demográficas dos sistemas escravistas, tomados em perspectiva comparativa.

Palavras-chave: Escravidão. Historiografia. Demografia.

1. It is now about 40 years since I first co-authored (with Robert Fogel) a book, *Time on the cross*, a study of slavery primarily in the U.S. This paper will basically discuss what I learned over these years of study – and will indicate what were changes from an earlier generation's view of slavery. These have been most interesting and exciting times for scholars of slavery. This is true for the study of slavery, not only in the

* Submetido: 8 de setembro de 2014; aceito: 15 de maio de 2015.

** Titular da cadeira John Munro, no Departamento de Economia, da Universidade de Rochester, Nova York, Estados Unidos. *E-mail:* s.engerman@rochester.edu

U.S., but also in the Caribbean and in Brazil. As we shall see, there are generally some quite similar aspects of changing interpretations in all these places, although given my primary areas of research I will focus most of my attention on the American case.

2. It is useful to note that slavery is a very difficult area to study, given that it is always a highly charged issue – morally and politically – reflecting both the interpretation of the past and the meaning of the past for today’s events. Slavery is always used as a term denoting something evil, whether in the past or even today, even when certain things are described as slavery, if not quite the same as nineteenth century slavery in the Americas. The study of slavery has always posed controversy and disagreement. There is one key problem to consider when describing the nature of the slave system, the interaction of slaves and their owners. It is necessary to provide a consistent behavior pattern for slaves and owners – can the two patterns be reconciled? Owners can be seen as harsh or lenient, and slaves basically as destroyed or as people with agency and community life, but it seems difficult to have argued for slaves having great agency but with exceedingly harsh masters.

To make sense of slave–master interaction there must, however, be some consistency of belief and balance between the two major actors. The controls exercised by the master are influences upon, as well as influenced by, the slave. Cruel masters in a cruel system there were, but recent attention to slave culture and what the slaves did with the “space” allowed them (the slave’s agency) can be presented not as part of a pro-southern defense but as beliefs of those with strong antislavery sentiments. This is telling us a great deal not only about the slaves but also about the masters. To make these patterns consistent may, however, run into moral objections since conditions of slave accomplishments means things were perhaps not always as harsh and destructive as they could be, although this may have been the way things were. This makes it often difficult to describe what is regarded as accommodation by slaves and what is resistance. As was commented by the bishop of Marseilles in the fifth century, dealing with French slavery, “if slaves obey their masters according to their own judgment they are not obedient even when they obey”. Actually the attack on slavery need not have rested upon the specific cruelty of particular masters, in contrast with slavery’s basic evil – that the rights of individuals (slaves) were given to their owners and potential owners.

In the U.S., Frederick Douglass stated:

First of all, I will state, as well as I can, the legal and social relation of master and slave. A master is one (to speak in the vocabulary of the Southern States) who claims and exercises a right of property in the person of a fellow man. This he does with the force of the law and the sanction of Southern religion. The law gives the master absolute power over the slave. He may work him, flog him, hire him out, sell him, and in certain contingencies, *kill* him, with perfect impunity. The slave is a human being, divested of all rights – reduced to the level of a brute – a mere ‘chattel’ in the eye of the law – placed beyond the circle of human brotherhood – cut off from his kind – his name, which the ‘recording angel’ may have enrolled in heaven, among the blest, is impiously inserted in a *master’s ledger*, with horses, sheep and swine. In law, the slave has no wife, no children, no country, and no home. He can own nothing, possess nothing, acquire nothing, but what must belong to another. To eat the fruit of his own toil, to clothe his person with the work of his own hands, is considered stealing. He toils that another may reap the fruit; he is industrious that another may live in idleness; he heats unbolted meal, that another may eat the bread of fine flour; he labors in chains at home, under a burning sun and a biting lash, that another may ride in ease and splendor abroad; he lives in ignorance, that another may be educated; he is abused, that another may be exalted; he rests his toil-worn limbs on the cold, damp ground, that another may repose on the softest pillow; he is clad in coarse and tattered raiment, that another may be arrayed in purple and fine linen; he is sheltered only by the wretched hovel, that a master may dwell in a magnificent mansion; and to this condition he is bound down as by an arm of iron.

From this monstrous relation, there springs an unceasing stream of most revolting cruelties. The very accompaniments of the slave system, stamp it as the offspring of hell itself. To ensure good behavior, the slaveholder relies on *the whip*; to induce proper humility, he relies on *the whip*; to rebuke what he is pleased to term insolence, he relies on *the whip*; to supply the place of wages, as an incentive to toil, he relies on *the whip*; to bind down the spirit of the slave, to imbrute and destroy his manhood, he relies on *the whip*, the chain, the gag, the thumb-screw, the pillory, the bowie-knife, the pistol, and the bloodhound. These are necessary and unvarying accompaniments of the system. Wherever slavery is found, these horrid instruments are also found. Whether on the coast of Africa, among the savage tribes, or in South Carolina, among the refined and civilized, slavery is the same, and its ac-

companyments one and the same. It makes no difference whether the slaveholder worships the God of the Christians or is a follower of Mahomet, he is the minister of the same cruelty, and the author of the same misery. *Slavery* is always *slavery* – always the same foul, haggard, and damning scourge, whether found in the Eastern or in the Western hemisphere.

There is still a deeper shade to be given to this picture. The physical cruelties are indeed sufficiently harassing and revolting; but they are but a few grains of sand on the sea shore, or a few drops of water in the great ocean, compared with the stupendous wrongs which it inflicts upon the mental, moral and religious nature of its hapless victims. It is only when we contemplate the slave as a moral and intellectual being that we can adequately comprehend the unparalleled enormity of slavery, and the intense criminality of the slaveholder. I have said that the slave is a man. ‘What a piece of work is man! How noble in reason! How infinite in faculties! In form and moving how express and admirable! In action, how like an angel! In apprehension how like a God! The beauty of the world! The paragon of animals!’ The slave is a man, ‘the image of God’, but ‘a little lower than the angels’; possessing a soul, eternal and indestructible; capable of endless happiness, or immeasurable woe; a creature of hopes and fears, of affections and passions, of joys and sorrows; and he is endowed with those mysterious powers by which man soars above the things of time and sense, and grasps with undying tenacity, the elevating and sublimely glorious idea of a God. It is *such* a being that is smitten and blasted. The first work of slavery is to mar and deface those characteristics of its victims which distinguish *men* from *things*, and *persons* from *property*. Its first aim is to destroy all sense of high moral and religious responsibility. It reduces man to a mere machine. It cuts him off from his maker, it hides from him the laws of God, and leaves him to grope his way from time to eternity in the dark, under the arbitrary and despotic control of a frail, depraved and sinful fellow-man. (Douglass, 2000, p. 166)

To Douglass, even if the food and material treatment provided the slave were adequate, it was the loss of freedom of action that was the primary evil of enslavement.

3. In recent years the history of slavery has attracted much academic as well as non-academic attention. It has become widely emphasized that slavery existed not just in the U.S. South, the European colonies in the Caribbean, the Spanish colonies of South and Central America, and

Brazil, but in most of the rest of the world and also at almost all earlier times. Slavery was a ubiquitous institution, and it posed many of the same issues everywhere, such as problems of devising labor incentives and the allocation of rewards to get slaves to produce. In general, the enslaved were considered outsiders, not only based on race, but also at various times and places, on religion, nationality, and ethnicity. Moreover, in many cases it was based on a long-distance slave trade bringing slaves to locations where they could be productive, and were too far from home for slaves to easily run away and escape. Many slaves were military captives. There was some kidnapping, but this was generally less prevalent than was enslavement as the outcome of warfare.

4. I shall first deal with some general issues to give some comparative perspectives on slavery in the U.S., Brazil, and elsewhere in the modern world, and its various relations to the emerging dominance of “free labor” and to the other forms of coerced labor.

Slavery had existed in many societies, in many times, from ancient societies into the 20th century, in the Americas, Europe, Asia and Africa. Other forms of what is regarded as coerced labor have also long existed, including serfdom, convict labor, debt bondage and indentured servitude. Thus within the U.S. or Brazil, the presence of slavery is not historically unique. Indeed, the U.S. South wasn't the first of the British or European New World settlements to have slavery, nor was it the last area in New World to end slavery (that was Brazil in 1888). And slavery's ending in Africa and Asia was often at least one-half century later than that in Brazil. It is often still argued that slavery persists in some parts of the world today, whether in the prevalence of sex slavery, debt bondage, and long-term contracts, as well as in quasi-legal forms in places like Mauritania and the Sudan.

Much discussion of modern slavery, by contemporaries and by subsequent scholars, has been about the Americas, Europe, and Africa. It has often taken place at a specific juncture in historical time, with the rise of industrialization or modernization and with emerging views about the sanctity of the individual, for religious and other reasons. There was an expansion of so-called free labor (both wage labor for others, as well as self-employment). Much of the economic discussion of slave labor then, was based, implicitly or explicitly, on comparisons of slave and free labor, as part of defining the positive role of free labor and of

freedom; and with the crime of slavery in moral terms, by comparison, to have as an absence of individual freedom as well as being a cause of economic backwardness. These arguments tied in with the impact of Enlightenment beliefs, still widely held today, a conviction that “all good things come together,” and thus what was moral was economic (and presumably vice versa), contentions that still remain central to beliefs about the nature of slavery.

Much of the new understanding of U.S. slavery has come not only from the study of slavery itself at a specific time and place, but also from examinations of several related topics which have also recently become studied in some detail. First concerns the philosophic differences between slavery and freedom. Is slavery unique in its evils, which makes other forms of labor control seem less bad, or is it part a spectrum of systems making slavery seem less bad since its evils are then not seen as unique. Related is the attention given to the other forms of so-called coerced labor (the attempt at definition of which has given rise to many important points for understanding slavery) – such as indentured or contract labor, convict labor, and the various laws limiting the rights of nominally free labor (or, as some call it, wage slavery).

There has been increased attention to trying to determine the causes of the ending of the slave trade and of slavery in various parts of the world. While it previously seemed relatively easy to earlier argue either for the rise of a heightened sense of morality or else the clear impact of economic decline in slave societies, it turns out that detailed studies suggest more subtlety is needed in understanding the ending of the slave trade and, then about a quarter or a half-century later, of slavery itself. The importance of political, economic (itself viewed in several different ways), and other factors in its endings are widely debated. And this has meant an increased sensitivity to the complex political, cultural, and ideological factors that accompanied slavery and emancipation. The interest in the slave trade has also shown us more about the nature of the slave trade in Africa – and the role of wars, kidnapping, and other means of acquiring slaves within Africa, and then sending slaves to the coast by Africans for sale to Europeans. African traders gained from the rising slave prices due to the increased demands from the Americas. Slavery played a significant role in Africa before, during, and after the transatlantic trade. Slavery was generally ended by European colonizers,

since an indigenous African anti-slavery movement was quite limited. Indeed, in many cases the maintenance of slavery was seen to be essential for the survival of African societies. There is now greater understanding of what happened in those societies that had slavery after slavery ended, when a new and sometimes quite different economic system was introduced. These adjustments did vary in terms of output, structures, income levels, and the health of ex-slaves. It is interesting, for example, to compare changes in Haiti where freedom was accomplished by a slave uprising, to be followed by a complete decline in plantations and export production; with, say, Barbados, which maintained plantations with resident labor, or Trinidad, which re-established plantations but with indentured labor mainly from India. In the U.S. cotton production was maintained by a movement of white labor into cotton farms, while in Brazil it meant the introduction of southern Europeans, particularly Italians, into coffee production. By seeing how things evolved once the extreme controls of slavery ended, more can be understood about what slavery meant in social and economic terms. The patterns of adjustment to the labor constraints introduced with the end of slavery indicates both what the ex-slaves took out of slavery economically, culturally, and socially, and also what ex-owners and ex-slaves did given legal differences in labor supply constraints.

5. Because of our contemporary concerns with racial differences, and their past and future, the writing of slavery and post-slavery has always taken a rather moral tone. This is because slavery has always been justified by regarding slaves as others – outsiders to society, and thus enslavable, unlike our own, and this set of attitudes usually persisted after slavery ended. There are obvious difficulties in generalizing about something like slavery as a concept, and also in trying to generalize about the experience of slaves, given its many thousands of masters and millions of slaves, and particularly given the differences in location, size, crops, etc. (These factors, however, have stopped few past and present historians from generalizing about slavery, or indeed, many other issues).

6. Perhaps the majority view of slavery in the Americas, including the U.S. and Brazil, when Fogel and I began our studies was a belief in the weakness of slaver personality and community, based on the destructive impact of the slave system and of the slaveowners on slaves. The cruelty of the system was thought to explain not only the behaviors

under slavery, but also many of today's social problems based on the legacy of slavery. Why? The harshness of masters was seen in Kenneth Stampp's discussion of owner control as a way to make profits, control not only by physical measures but also by giving rise to a set of racial beliefs in society limiting options of slaves. This was an argument, with the related belief in the backwardness of black Americans, which, depending upon the attitudes towards races and slavery, was based either on genetic factors as part of the pro-slavery argument, or, as argued by abolitionists, based on the sociological impact of slavery on the individual. Agreements persisted about slave backwardness throughout antebellum times, but the differences as to causes remained. This argument was very important in describing what slaves, once freed, would be able to accomplish and it also influenced the discussion of the process of emancipation and of the time required to educate the ex-slaves for freedom.

7. This view of black inferiority was an essential part of the analysis of the influential southern historian, Ulrich B. Phillips, who argued that the slave system had kind, tolerant masters and who described the plantation as a school, unfortunately unsuccessful, to educate Africans. In the past, it was widely argued that slavery was not economically-oriented and was not a productive system, an argument made by Marxists, liberals, and southern conservatives. This backwardness was attributed to various reasons, including the manner by which the day-to-day resistance of slaves affected their productivity, or else because the masters viewed slavery as more a matter of conspicuous consumption than one of maximizing profits. It is accepted, however, that the system did not permit industry to develop, leading to an economic structure that was backward relative to the North. It was accepted that slavery could persist for nonpecuniary reasons, such as the love to domineer or the desire to show-off expensive assets.

It was often thought probable that slavery would soon grind to a halt economically and end of its own accord, with the slaves ultimately freed voluntarily by their owners. In general, it was argued that slavery created a backward economy compared to North, strengthening the earlier belief in Yankee superiority, and that the South would not be able to maintain itself much longer – but how long remained a question.

8. To start to describe U.S. and other slave systems, I want to begin

where we started – the economic issues, since they will help to open up many other significant issues. The first basic question was: was slavery profitable to the owners? The answer to this was determined using slave price data. There are many sources of slave price data, reflecting the commercial nature of the southern system, e.g.:

- a) commercial records;
- b) wills and decedent probate inventories;
- c) plantation records;
- d) bills of sale in slave markets;
- e) newspaper advertisements;
- f) insurance policies;
- g) market newsletters of slave traders.

There have been (at least) two major interrelated broad shifts in interpretations of slavery in recent years, that have been influential in the U.S., Brazil, and elsewhere. In regard to economics and demography, views have shifted from seeing slavery as the cause of a backward and declining economy with slavery now come to be seen as a system that was often booming and quite productive, but some accepted some future decline and relative loss was always conceivable. These future declines were, however, generally seen to be sometime in a rather distant future, a point with significant political as well as economic implications.

The key demographic issue has been the different patterns of population growth in the United States and elsewhere in the Americas – the U.S. had an unusually high rate of population growth, while elsewhere there was a negative rate of growth, with total slave imports from Africa exceeding the slave and black population at the time of emancipation. Brazil's rate of decline was less than that in most of the Caribbean, but the total of the slave and free black population in 1888 was less than the total of slaves received in Brazil from Africa between 1500 and 1851. Brazil was the largest recipient of African slaves, about 40 percent of the total, as it started early and ended relatively late, the only New World nation that ended its slave trade later was Cuba.

From demographic studies of the slave trade and slavery, we have learned (or relearned since it was known to people at the time), that the U.S. received only about 5 percent of the transatlantic slave trade.

Yet the U.S. had more than 1/3 of all New World blacks in 1830. This growth reflected a very high rate of natural increase, based on unusually high level of fertility and relatively lower mortality than for slaves elsewhere. The other slave areas had a natural decrease of the slave population, with fewer blacks alive than had arrived in the slave trade. This was reflected in the higher mortality and considerably lower fertility among slaves in the British West Indies, and, no doubt, Brazil than in the U.S. It was the high southern slave fertility – as high as that of northern and southern whites at the time – in combination with the westward movement of the slave population that give rise to arguments of so-called slave-breeding, of a deliberate interference with slaves reproduction to make money for planters, a contention I shall return to.

9. The U.S. differed dramatically from the British West Indies, having fewer slave imports and thus more native-born in the slave population at any time. In 1800 it was estimated that about 90% of U.S. slaves were born in the U.S., while it was about one-half in Jamaica. The British West Indies were 90% black slave and the U.S. South only 40% slave. The U.S. overall as only about 10–15% black slave at most, even before the impact of emancipation in the North. Free blacks were generally only about 10% of the whole population, a considerably smaller portion than in Brazil. In the BWI, there were many units of 150 to 250 slaves laboring on sugar plantations, while U.S. cotton plantations generally had between 20 and 50 slaves. Thus there were considerably more contact with whites and less continuous contact with the African-born in the U.S. than in the British West Indies and other slave powers. Large units and recent slave imports via the transatlantic slave trade were in Cuba (the slave trade ending in the 1860's) and Brazil (when the slave trade ended c. 1850). In all these places, African patterns continued to flourish.

The demography of the Brazilian black population was unusual for the Americas. While the slave population varied over time, by 1872 slaves amounted to about 16 percent of the overall Brazilian population. What was unique in Brazil was that the population of free colored in that year was about 2.8 times the slave population, even larger than was the free white population.

In terms of the slave economy, Brazil had some resemblance to the U.S., with dramatic changes in major crops produced and large-scale

geographic relocations. From the early importance of the production of gold, Brazil specialized in the production of sugar in the northeast through the first part of the nineteenth century, and then shifted to become the world's major producer of coffee in the southeast. This shift in the location of the slave population was due, in part, to a shift in the location of arrival of slaves from Africa, as well as the internal slave trade. These demographic differences among the slaveholding areas led to differences in the extent and stability of slave families, an influence on the rates of fertility.

10. The link between economics and culture points to some differing views about what makes the economic system operate in an effective manner. Did economic profitability mean that owners were always harsh and destructive – or did it mean a certain reduction of harshness and allowing of “space” as a means of having slaves becoming more productive? The slaves did not, of course, work effectively to please the master but, rather as the result of how the system was structured, for the slaves own purposes in providing for themselves and their families (as were, e.g., those free workers receiving wages, who were also producing for their own reasons, and not really to please their bosses).

11. What were the key anti-slavery *economic* arguments and why did they persist? What do they tell us about both the contemporary perceptions and the actualities of slavery?

The slave economy was long-argued to be backward and declining, because it was seen to be unprofitable to the individual owner and ultimately nonviable (not survivable) for the region. Thus ending slavery would free individuals to work harder and produce more (the “free” labor ideology), but this could mean either positive incentives (emphasized by Smith) or less positively, to a desire to avoid starvation (Hume). These economic conditions – backward and declining – meant, it was argued, slavery's end would increase the income of ex-slave owners, and of these regions as a whole, and also permit non-slave free workers to earn higher incomes.

It was argued by Marxists, liberal Marxists, and southern defenders that because of the political power of the slaveowning “elite”, slavery was permitted to exist and retard the desire for there to have been a shift to industry and commerce, where, it was believed, future higher incomes were to be earned. It was then and later argued that a slave

economy had a rather different structure, to its detriment, than did a free labor economy, since slaves generally producing crops to be exported to northern and European consumers. The most important of these crops were sugar, cotton, coffee, and tobacco, grown only in certain climates. To some, such as Mill and McCulloch, the link of climate and crops explained the high productivity of slave labor, since working conditions and the size of producing units made plantation work undesired by free workers.

Actually, as we shall see, this argument of relative gains from changing the structure need not imply slavery was unprofitable, backward, and declining. The claim of increasing unprofitability was used by the first Prime Minister of Trinidad and Tobago, Eric Williams, to argue that the ending of the British slave trade and later slavery was based upon the declining profitability of sugar production for their West Indian slave-owners, which reduced their political power within Britain, and increased the financial gains to the British from its abolition. But what is politically essential for abolition may not depend on the level of slavery's profits, but rather on the relative importance of slavery to the British economy. This might mean that the slave trade and slavery had then become relatively inexpensive to give up. Or, as Adam Smith suggested concerning the Pennsylvania Quakers, that they ended slavery indicated that it was unprofitable to them; the demand for morality is downward sloping. It is easier for individuals and societies to behave morally when the costs of morality are considered low.

12. Slave prices varied with year of the transaction and the age of slave at time of sale, as well as sex, skills, color, and physical and behavioral attributes. These variations indicate that someone was calculating prices over time by adjusting for characteristics and changing productivity. Thus, by studying slave price trends over time and the value of slave characteristics, clearly, we can observe that some economic calculation existed. To estimate profitability over time, planters used calculations based on changes in output and prices, mainly of cotton in the U.S. and sugar and coffee in Brazil, regarding amounts produced and crop prices. The prices of slaves were also affected by the consumption allowed to the slaves and to their families, their health, and their life expectation. Actually, the expected lifetime of an individual as a slave, was either the expected lifetime of a slave at the date of purchase or else the

expected duration of the system of slavery (net of any compensation that might be expected). For females, planters considered the expected value and number of children. Also considered were variations in age and in productivity, and the expected productivity changes over time as slaves aged. Thus, the prices of slaves can be used to estimate the planter's expectations of how much longer they expected the slave system to continue, either on economic or political grounds. An important study of Brazilian emancipation by Pedro de Mello provides an interesting examination of the effects of legal changes regarding the timing of emancipation in the 1880's upon slave prices, using the ratio of slave prices to slave rental costs to see how many years of income that the slaveowner would be willing to pay for, thus giving a measure of when final legal emancipation was expected to occur.

13. The economists study of profitability to the slaveowner begins in the "modern" (post-1957) period with the 1958 work of two economists, Alfred Conrad and John Meyer, on the U.S. before the Civil War. Although they pointed to need for a systematic collection of various data to be used, they based their analysis on only secondary sources. Subsequently work has used primary archival sources to provide the needed information. And the study of the profitability of slavery has also been undertaken in other slaveholding areas of the Americas, using similar types of data sources and generally reaching similar conclusions.

The basic information needed for such calculations which are needed to estimate profitability came from slave sales advertisements and planters records. These sources also indicate that much was generally known about each slave, and his or her background. Note that collecting these types of data has led to related studies of demography (both mortality and fertility), southern capital markets (to determine interest rates), and the impacts of food and nutrition on physical development. Since the U.S. passed legislation to stop the international slave trade from Africa, at a time when there was also an internal slave trade using coastal waters, each individual slave shipped by sea was recorded on what were known as Coastal Shipping Manifests, with descriptive information, including age and height, and these have become widely used as a basis to study the material treatment of the slave population.

14. A general pattern of slave prices in most societies, including the U.S., was that the profits from slave production over time fluctuated, in

response to cotton output and prices in U.S., and for sugar and coffee in Brazil and the Caribbean. Slave prices adjusted to world economic conditions. The prices for males were greater than for females. Prices rose with age to about 28. This age-price pattern was used to determine the period of apprenticeship and the timing of manumission by owners when freeing slaves, asking what were costs paid to raise children to productive ages, and how much surplus over the annual costs of subsistence the owners would then claim as an offset. Prices for females included the anticipated value of children, which was about 20–25% of the total female value, a sum that reflected the female age at which children were born and the spacing between children, as well as the time it took for children to grow to productive maturity. Slave prices rose with the price of cotton and sugar over time. Prices in the U.S. rose through the 1850's, reflecting the expectation that slavery would continue. The same upward price pattern existed for slaves elsewhere, including for Brazilian and Cuban slavery. Even late in the slave era slavery was still profitable and planters did not expect decline to be immediate.

Profits to planters were basically considered normal, since there were rising costs of purchasing slaves from Africa, as well as costs to raise slaves to productive ages. Southern planters, however, were among the wealthiest individuals in the U.S., with large investments in land, slaves, livestock, and machinery.

Production apparently responded to market signals, and clearly profits were a goal of planters. This led to concern with means of getting high output from the labor force. The usual discussion of labor incentives starts with Adam Smith, who presumed the absence of incentives under slavery. Smith himself didn't fully believe this, since he thought that the French in the West Indies did better as slaveowners than did the British, suggesting that there was some ability to influence productivity. Some incentives were negative and harsh, while others were more positive, allowing higher consumption of food and clothing, days off, plots for subsistence gardening, and some personal space to slaves in terms of living and family life. An earlier (very early) example of positive incentives, even with payments to slaves made in kind, was provided by the Greek Xenophon, who rewarded his more productive slaves with higher quality consumer goods.

15. There are other specific economic questions that can cast light on slavery issues. One is viability, or the ability of the slave economy to continue, based on economic or other grounds. The test for visibility is based on the comparison of the value of slave output with either the cost of raising and maintaining slaves, or with the costs of importing slaves from Africa (or elsewhere) when this was possible. Buysbreed was often discussed in Brazil and the British West Indies but not so much in the U.S., where slave fertility was high, even with fewer inducements to influence reproduction as elsewhere, where births were often rewarded with time off from working in the field. Some scholars argue that the U.S. Civil War was unnecessary since slavery would soon be nonviable. A famous argument was made by the southern historian Charles Ramsdell who discussed the natural limits of slavery and anticipated an ending within 10 years. Abraham Lincoln, in the debates with Stephen Douglas in 1858, argued to not end slavery where it existed but by not permitting it to expand into the territories, estimated the slavery's demise would occur without a war, based on the law of diminishing return, but would not occur for about 100 years. Other contemporary estimates were similar, consistent, in general, with the finding of long-term viability of U.S. slavery obtained from examining the rising prices of slaves in the antebellum period. Territorial expansion could defer the ending of slavery pushing it even longer in the future, making territorial expansion a heated political debate. Similar results, of wherexpected continuation on slavery on economic grounds, are also suggested by studies of other slave-holding areas (such as Cuba, Brazil, Jamaica, Barbados, Puerto Rico) in the Americas for the nineteenth century, where increased prices and values of slaves meant that planters were optimistic and that slavery was not soon expected to end. This desire to hold on to profitable slaves meant that, however morally perverse it now seems, compensation was often paid to slaveowners, either in funds or in rights to labor time. Societies did differ in regard to the frequency of a manumission, where self-purchase, not as a free gift, was the most frequent form of manumission for slaves.

What was the relative southern level of income and its rate of growth? This is a question that we answer today using national income accounts (GNP), which are measures of the final output of a given region or nation. While the full conceptual apparatus of national income accounts

was not developed until the 1930's, by Nobel Prize winner Simon Kuznets, attempts at regional comparisons of output were a periodic exercise in the antebellum period, and in at least two cases, George Tucker in Virginia (in the 1840's) and the mid-westerner Ezra Seaman (in the 1850's), there were rough approximations to measures of our present national income concepts based on the census measures of agricultural and manufacturing output. Curiously, perhaps, both placed the South in a better position relative to the North than did other contemporary writers, and were more accurate than the conceptually inaccurate 1850's measure of the racist Hinton Rowan Helper. But it is Helper who is still frequently cited by historians, mainly because, unlike the estimates of Seaman and Tucker, they became the basis of the political debates at the time.

The historiography on the issue of regional economic growth took a sharp turn with the publication of regional income estimates, based on U.S. Census data, by economic historian Richard Easterlin in 1961. Easterlin's findings indicated that from 1840 to 1860 the South grew about as rapidly as did the North, and that although its income was below that of the Northeast it was above that of the agricultural Midwest.

There were criticisms of various aspects of Easterlin's measures – (1) were the years studied atypical, particularly 1860, which saw a major cotton boom? (2) how far back from 1840 could these growth rates and levels be extrapolated? (3) and, of course, what would have happened after 1860 in the absence of the Civil War? Brief answers to the questions are: (1) 1860 was a good year for cotton, but this doesn't offset Easterlin's conclusion, since cotton was only about 20% of southern output and, the cotton boom was at the expense of a marked decline in the production of corn, livestock and other southern crops in that year, with a shift to cotton production, with both a movement to cotton plantations from other crops and from urban areas in the South and shifts among crops on southern plantations; (2) economic growth was as rapid as in the South as in the North at least back to the start of the nineteenth century, and the South had also done quite well in colonial times; (3) there was a sharp measured decline in southern output when slavery ended, but this occurred with the end of plantation system, as generally happened with emancipation elsewhere, so the implications

regarding what might have happened with the ending of the slave economy are not obvious.

There were also conceptual points – what was the best measure of final output – one that excluded goods going to provide for slaves, given the arguments that only the free were final consumers and members of society? Or should the slave consumption be included to provide for comparisons of productivity with other regions without allowing for differences in the form of labor institutions? More generally, even for today, how well did any of these concepts measure welfare, particularly when the distribution of this output among the population is allowed for? Would a society with more modern industry than traditional agriculture be expected to experience more rapid growth in the future, whatever the present income level? In other words, are industrialization and urbanization better measures of relative economic standing and power than are measures of aggregate output which include various agricultural commodities and services? But, of course, industrial societies themselves had significant social and economic problems, including skewed income distribution, as the pro-slavery defense duly pointed out. Note, however, that none of these relative economic arguments need imply an unprofitable, inefficient southern economy, and there are now quite different political implications drawn than in earlier views. It had long been argued that the South had limited industry while its major crop was presumably *soon* to be experiencing a major decline, since the South's structural problems limited the flexibility of adjusting to changing condition. Yet the indications are clearly that the southern economy was flexible in movement – among regions, among crops, in shifts between rural and urban locations, and in shifts between agriculture and industry. And, although it is not clear exactly what it proves, cotton became more important to the south in 1880 than it was in 1860.

Clearly Brazil provides a good indication of the flexibility of a large slave economy, at least within the agricultural sector. Over the course of the nineteenth century Brazil experienced a major change in the location of many slaves and in the major crop that they produced, from 53 percent of slaves in the northeast primarily producing sugar as late as the 1820s, to 67 percent of the slaves in the southeast in 1887 primarily producing coffee, Brazil then being the world's exporter of coffee. This shift was accomplished both by an extensive internal slave trade,

and a change in the area of African slave arrivals before 1850. There was also a westward shift with a crop shift in Cuba, from coffee to sugar, entailing an adjustment in the labor force and in land ownership and entrepreneurial input. The flexibility in production and marketing characterized most slave societies in adjusting to changes in world market conditions.

16. All of these economic developments held for most slave societies in the New World and elsewhere. They were most dramatic in the New World, but they were not the only societies where slavery was profitable, or where slavery was seen to provide high economic returns. In no major case in modern times did slavery simply grind to a halt; all ended slavery via politics, laws, war, or other forms of coercion. (The only possible earlier exception was Roman slavery.) In none of these cases was slavery seen as economically declining. Moreover, there was no major case of a substantial economic decline prior to the end of slavery. Thus the arguments of Eric Williams describing the ending of slavery in the British colonies were not correct. There were cyclical fluctuations with world economic changes, as cyclical fluctuation did occur as well for non-slave production at the same time, as well as before and after. But, in general, the slave price trend was upwards to the end of slavery. This meant that the U.S. Civil War could be seen as necessary to end slavery. Slavery would not have ended on economic grounds without war or an aggressive political movement, at least within a relatively short time. Thus the key role of abolitionism and politics in ending slavery in the U.S. and elsewhere, rested on moral factors or at least political factors, not directly related to a declining economic return from slavery.

17. One key question now raised, particularly for the U.S. South and for Brazil, which has become central to the economic debate on slavery, is why did slave economies tend to have limited industry? There are a number of alternative explanations, which we can examine to point out the wide range of views, the different corollaries of particular “facts,” and also different portrayals of the slave economy.

a) Limited natural resources and an unfavorable climate. The argument based on resources is frequently made in the context of North-South comparisons and is often used when trying to explain the higher relative measured efficiency result for southern than for northern

agriculture and their different regional crop-mixes. With less attention, however, given to other differences in natural resources that were probably more favorable to the North.

b) Limited local demand for manufactured goods – due to a presumably more adverse distribution of income and wealth than in the North. This, however, was not true for the free population, given the extent of urban inequality in the North; and the low or, it was sometimes argued, zero consumption allowed slaves, overlooking the point that slaves must be fed to stay alive and be productive. These presumably led to a lower demand, and a different structure of demand, because of the presumed greater degree of inequality within the white and the overall population of the South than in the North.

c) An inability to use slave labor in urban, industrial pursuits, either because of a lack of skills of slave labor to do such complicated tasks (the earlier racist view) or else the inability to control slaves in areas of high density (the more recent liberal view). Neither, however, explains very much. Frederick Douglass was unique in his escape from slavery, not in his self-hire in a major urban area.

d) The political control of banking, transportation, etc. by the planter class was accomplished in such a manner that it limited the opportunities for industry to emerge more rapidly. Again, such divergent economic interests had also existed in the North, reflected in debates about tariffs, internal improvements, banking policy, and related issues. Also, argued is that the entrepreneurial skills developed on slave plantations were not transferable to more modern tasks, while the desire to limit white and black education meant an unskilled labor force not able to deal with factories.

While still more variants can be presented, this should indicate the quite different arguments used to explain the southern lack of industry, which often have quite different implications for other issues. Briefly, on these points: The North had a very favorable climate and resources for certain types of crops and production. Slaves did not have zero consumption; obviously they were given goods or allowed to produce their own food as owners were concerned with their physical well-being and morale. Urban controls were generally effective – and rather similar control problems existed in regard to immigrants in the urban North.

18. There are other aspects of the economic structure arguments to note:

a) It is argued that there was at the time or in the near future (quite different points), an over-dependence on cotton, which presumably would soon be experiencing a decline in demand, and the over-specialization of resources in that sector would limit any adjustment by shifts to other crops.

b) Further, it was often argued that there was a need for a westward movement to avoid the problems created by the destruction of soil due to mismanagement of slave labor, and the problems expected when the land available for cotton or other slave-grown crops would run out – which was to be, presumably quite soon.

c) The westward movement, it was argued, was influenced by the failures in older areas of the South, due to soil exhaustion. These older regions, however, were presumed to be able to make profits from the sale of slaves bred for that purpose to the newer areas of the South. Thus slave-breeding was seen as essential to the maintenance of the slave economy, but this was a source of profits that could not last indefinitely. The argument for slave-breeding was based ultimately on the unusually high slave fertility in the U.S. South – about as high as for southern whites and considerably higher than in most other slave and free white societies.

In examining such questions, however, we might note, as an indication of slavery's flexibility, that in the U.S. for its first two hundred years (three-quarters of the time of its existence) slavery produced different crops (mainly tobacco and rice) than it did for its last 50 years. It had remained tied to the eastern coast to the start of the nineteenth century, quite different from the pattern of the slave society in the nineteenth century, with the growth of cotton and the westward relocation at a rapid pace. Indeed, some now argued that the South was too flexible, since slaves could be moved to new locations to produce crops, but not it was not as inflexible in adjusting to changes as was the northeast, where enough labor did not move west, possibly giving rise to the labor force that led to industrial development.

19. The discussion of slave labor became one major debate among

economic historians after 1974. The claim that southern agriculture was more productive than northern in 1860, and that within the South it was the slave plantation that accounted for higher productivity aroused considerable disagreement, perhaps more than any other aspects of *Time on the cross*.

First, some background on concepts will be helpful:

a) The measure of efficiency is one quite familiar to economists and has been applied to numerous intertemporal and international comparisons. Indeed it is in the newspapers quite often, in discussions of U.S. productivity trends and in comparisons with other countries. It is, simply, a measure of the relation of outputs to inputs (although the specifics of measuring outputs and inputs are obviously not simple). Efficiency is not morality – unless we add in various of what economists call non-pecuniary components. But then we have a different question than previously asked, which has historically always been related to conventionally-measured outputs from different labor systems. It had sometimes been claimed, by contemporaries and subsequent writers, that slave labor produced more than free, not that it produced less, with the higher production offset by the disutility of the slave's work and their loss of control over life and work.

b) North-South comparisons of output, productivity, and efficiency had a long history in the antebellum period, by both northerners and southerners, and in the historical writings on slavery. There had seemed little objection when these indicated the North was more productive. It was only when the result went in a different direction that all the attention was drawn to the difficulties of measurement. Note that many of the objections to the measure – arguing that 1860 was atypical for cotton output and cotton prices, that land input and labor input (particularly the length of the work year) were mismeasured, and that differences in crop-mix made measures impossible – have only a minor effect on the results, and for many of the problems it is not obvious what direction the bias goes. And to the extent that climate and natural resources (for example, when considering the North's coal and iron) are used to explain the results, it is not obvious in which direction the full interregional comparison of resources and climate will go. The debate on efficiency emerged once it became clear that antebellum slavery was

profitable and viable and the southern economy was growing rapidly and had a relatively high level of income. The question then was whether it had as high a level of income as it could have – did it get the maximum output from its basic resources? We should note that while a higher measured labor force participation rate (more workers) in slave labor economies did raise southern incomes, it need not have an effect on measures of efficiency, since all of this labor is considered among the inputs.

c) No matter what crops were grown, however, it would still have been possible for the slave economy to be inefficient as well as unprofitable. Some say that the southerners' survival was due merely to luck – being in the right place at the right time with the right outputs. Perhaps, but this argument would seem to understate the human capacity for getting things wrong. As the American baseball executive who brought Jackie Robinson, the first black, into major league baseball, Branch Rickey, was fond of saying, “luck was the residue of design” and of extensive planning.

What was needed was entrepreneurs anxious to make money, willing to take and seek new measures to achieve that aim, able to adapt production to the changing economic environment and also to work out arrangements with slaves to get them to be productive laborers, whatever the slaves might have done with their non-working time. The most popular of anti-slavery arguments was Adam Smith's claim about slave labor lacking incentives and therefore not being productive. Smith may have known about this possible lack of incentives, but so did every slaveowner. Planters understood the central importance of labor-management relations and providing incentives, such as the task system, however skewed were the basic power relations. Thus the analysis of plantation operations provides an insight into planter class behavior and belief, as well as into the basic nature of slave life.

20. Since planters wanted to (and did) make money from their operations, they were not as frequently cruel and harsh as many believed. There were constraints imposed on their behavior by the health, well-being, and morale of the slaves. Thus, the treatment of slaves often entailed provisions of better consumption amounts than was legally necessary. A reasonable diet is shown by measures of food consumption, as well as

by measures of achieved height. More living space was given than was previously thought. More personal space was allowed – more agency, and a more flexible set of family relations were generally, but not always, allowed. We must remember that to the extent that slave agency did exist, it basically was at the sufferance of owners who had complete and unlimited legal and physical power over the slaves. And, of course, of perhaps more importance to both parties than the expropriation of labor was this power over slaves by other individuals.

21. In regard to the structure of the economy there are still other arguments that compare North and South before the Civil War, emphasizing the modernizing aspect of the North in terms of industry, urban growth, education, attraction of immigrants, etc. The corollary to this has been the argument that the South was falling behind, and southern decline, whether absolute or relative, was accelerating. The South's major problem, it was claimed, was that it was too much in agriculture and too rural due to slavery. Whether this was because of the presumed problems of backward labor as earlier argued, or to the existence of highly productive plantations (two quite different views both presented by contemporaries and in the literature) – has long been a source of debate. Slavery presumably had further effects in weakening the political, economic, and social position of non-slave-holding whites, and thus limited immigration relative to the North. Nevertheless, literacy of southern whites, which was often argued about, was almost 90 percent that of the North, and far above anywhere else in Latin America and Europe.

22. In recent decades we have expanded our knowledge of the demography of American slavery, and analyzed the marked differences between the demographic behavior of the British West Indies, Brazil, and the United States. It has been clear that, outside of the U.S., slave societies did not have a growing population, and the number of slaves imported exceeded the number of slaves there after the ending of the slave trade. The U.S. was quite different, with a very high rate of positive population growth and an excess of fertility above mortality. The differences between these regions have important implications for the continuity of the slave trade, as well as other cultural and economic issues. The basic data on fertility and mortality come from plantation records of birth and deaths, as well as, for the U.S., from the federal census.

The basic statistics show that the major differences between the regions were the result of the fertility rate. Fertility in the British West Indies and in Brazil was at the European level of about 30 per thousand, while that of the U.S. slaves was at the same level as U.S. whites, a Malthusian rate of about 55 per thousand. Death rates were closer together, the rate for the BWI slaves being higher than in the U.S., but differences were not nearly as large as the fertility rates. An initial explanation for the higher U.S. slave fertility, that infant children were of potential value to masters. There were thus assertions of slave breeding, meaning a deliberate interference with slave sexual activity to create both more children, as well as, it was also argued, some selective breeding for desired characteristics. This charge was often made in the abolitionist literature, but recent interpretations of the slave experience suggests that this was not as frequent an occurrence as sometimes argued, and, indeed, there were more subsidies to childbirth provided in the BWI than in the U.S. A decomposition of the childbearing pattern serves to highlight certain points. First, it appears that childbearing began at an earlier age in the U.S., reflecting better health and the earlier onset of menarche caused by a higher caloric intake. Next, it appears that there was a later age of last birth, again partly reflecting better health. Third, the childbearing interval was shorter in the U.S., related to the impact of differences in the length of the nursing period. The West Indian and Brazilian nursing pattern was for a 3-4 year interval, reflecting the patterns of African populations, while that of slaves in the U.S. was closer to one year, similar to European patterns. This is what might be expected given the wider availability of milk as well as better maternal health in the U.S. Finally, the percent of childbearing females was greater in the U.S. suggesting a greater frequency of marriage or stable relationships. Thus, the higher fertility of U.S. slaves reflects considerations such as health, available foodstuffs in the U.S., a higher stability of cohabiting, and an adaptation away from African patterns of nursing.

Of interest is that several non-sugar growing areas, such as in the Dutch Antilles, had patterns of fertility more similar to that in the U.S. than to British West Indian colonies.

23. In the absence of politics and war, how was it thought that slavery would have ended? The basic argument about slavery's decline was on the basis of the land-labor ratio. As the U.S. economist Domar and,

earlier, the Dutch sociologist H.J. Nieboer argued, as labor increases relative to land, slave prices fall. This was not expected to be something that would soon happen. And, curiously, the same argument was made for the demise of the northern free labor economy. Some estimates made circa 1860 suggest the end of slavery in the U.S. was not imminent: in the U.S., owners were paying higher prices for slaves, and northerners were willing to keep investing and lending in the South.

As noted above, there were several arguments made to forecast the ending of U.S. slavery. The president Lincoln (1858) estimated that slavery would be ended voluntarily by slaveowners in about 100 years, if slavery was kept from expanding into the new territories. This, he argued, would be the best way to end slavery, since it would be without a war.

a) Virginia economist George Tucker, writing in the 1840s and 1850s, initially estimated (based on the 1840 Census) an ending in about 80 years, based on the land-labor ratio at the time of the English ending of serfdom. After the 1850 Census and the U.S. annexation of Texas, he raised the time before slavery ended, because of the increased land available.

b) The Irish economist Cairnes, writing in 1863, wrote, after the start of the Civil War, slavery would end in an estimated 25 to 40 years, a slow and gradual ending but this would occur only if southern political and demographic power did not increase.

There were also interesting estimates made in England about when slavery would end after the abolition of the slave trade to the BWI. Both Wilberforce and Pitt, in the early 1800's, estimated it would take over 200 years, but only if the British added no more Caribbean islands.

24. It might be noted that the British and the U.S. first attacked the slave trade as more probably successful than an attempt to attack slavery itself. Generally the slave trade was ended by most nations 25 to 50 years ahead of slavery. This was true for Brazil, where the slave trade was ended in response to British actions in 1850 and slavery ended in 1888. Thus whatever was argued about the relative benefits of free labor vs. slave labor systems, the long delay in ending slavery meant that it was anticipated that slavery would have a long future before the probability of collapse.

As a further sign of profitability, except for the rather unusual case of the U.S., in all major cases compensation was paid to slaveowners, not slaves, to get them to agree to emancipation. Payments of cash, bonds, land, and labor time were paid at the ending of slavery. Similar, at about the same time, payments were made to the lords for serfdom to end.

The ending of most cases of New World slavery and European serfdom occurred in the first half to two-thirds of the nineteenth century, and generally was the result of political movements to end the system. In most cases of emancipation, slavery was not ended immediately but was done quite gradually over a protracted period of years. The reason for gradualism reflected both economic factors to reduce the cost of the process of emancipation by adding to the period over which the slaves would be producing for their owners, but it was also influenced by the belief that time was needed to overcome the negative impact of the slave experience. In Brazil, gradual slave emancipation came with the so-called “law of the free womb,” which entailed a period of apprenticeship for those born after the passage of the law. Over time the terms of emancipation were liberalized ending with the final uncompensated emancipation in 1888. Some period of control was expected to provide an opportunity for slaves to be educated for the process of freedom and to adjust to their new status.

Thus there was an attempt to avoid the problems experienced at emancipation and afterwards in Haiti. Haiti itself was seen as a political and economic disaster, in which output fell continuously after emancipation, internal civil wars were frequent, and Haiti fell from being possibly the world’s richest area to the one part of the Americas that had a sub-Saharan level of income in recent years.

25. Let me briefly note some major issues in recent works, mainly regarding implications for slave economic life and culture, influenced by the findings regarding the slave economy, and the issues they raise for understanding the post-emancipation experience.

a) More attention is now being given to what is called the internal economy of the slaves “the slave’s economy”, with slaves producing on, garden plots for their own consumption or for sales to masters and others, with master permission or acceptance. Note this would effect the distribution of income among slaves, and impose some variations in

living conditions, as well as provide a basis for labor incentives given by owners. This differential effect on incomes is seen also in attention to the reliance on positive incentives in agricultural, urban, and industrial slavery, which also permitted inequalities in wealth and work input.

b) Emancipation saw a sharp decline in U.S. southern per capita income. In Brazil there was a definite decline in coffee output. In both cases there was an adjustment via movement to smaller farms. In the U.S. there were unfavorable changes in the health and mortality experience for rural ex-slaves, with a probable three-decades long decline in life expectation. Such declines in the output of staple crops and a shift away from plantation labor characterized almost all societies when slavery ended, except where population density was very high, as in Barbados and Antigua, or where it was possible to obtain migrant indentured labor, most frequently from India, but also from other areas, which led to output increases – Trinidad, British Guiana, Martinique, and Suriname.

There is some debate concerning the disappearance of ex-slaves from coffee plantations after emancipation in Brazil to be replaced by white migrants from southern Europe. Some argue that the ex-slaves left the plantation area, requiring the need for import of white labor if coffee production was maintained, but others claim that it was the ability of planters to import immigrants that forced the ex-slaves to leave the plantation sector.

c) There were also dramatic changes in southern laws, politics, and education after 1870 but also a sharp reversal of many conditions after 1890, with the rise of different aspects of racism in the U.S. Was this 1890's change in U.S. ex-slave conditions related to economic or to other factors? It does indicate, however, that there was some period of at least limited progress made by the ex-slaves before the pattern was sharply reversed at the end of the century, and continued for about another half-century. In general more attention is now being given to the diversity of slave and ex-slave experience – the result of different crop and production patterns, different geographic locations, for blacks as opposed to mulattos, for free blacks vs. slaves, and of the particular combination of African background and American environment that influenced cultures. These examinations can pose difficulties, so many questions are still open.

The ex-slaves desired independent land-holding after emancipation, and there was a relatively rapid increase in ex-slave land-ownership after emancipation, a pattern found in the ex-slave societies from Haiti onward. A debate remains as to whether black ex-slaves, as did whites, wanted farmer independence was desired to permit work to obtain higher income or rather to withdraw from the market while achieving subsistence. In either case, the intent seemed more family-orientated than communally-based.

26. I want to describe several more points relevant to separating slavery from the post-slave experience in the U.S., with implications for other countries. One, with a similarity to Brazil, concerns the nature and stability of the black family. There has been a recent controversy in the U.S. concerning the black family. From about 1870 to 1930, roughly 30% of black households were female-headed. After a sharp rise after 1960, this figure is now over 50% and illegitimacy rates rose from 25% to about 75%. Is the current circumstance to be regarded as a legacy of slavery, or is it to be seen as a response to current economic conditions, welfare policy, or post-slavery discrimination? If the current U.S. conditions are a legacy of slavery, why was it so long deferred, and on what did it depend on to take place?

Also to be noted is the differential success of West Indian ex-slaves in contrast with those from the southern states when both began to move to the northern U.S. in the early 20th century. Did slavery have such different social and cultural effects, despite the greater hardship associated with West Indian sugar production?

27. When did racial attitudes of Americans and Europeans harden into scientific racism? Did this occur under slavery or afterwards? Also, relevant is that U.S. ex-slaves advanced more rapidly between 1870 and 1890 than subsequently, in terms of education, land ownership, voting, and social progress. It appears that racism and Jim Crow legislation becomes significant thirty years after the ending of slavery, not immediately after emancipation.

Whatever coercive measures of labor control were attempted after the legal ending of slavery, there was always a great difficulty getting free labor to work on plantations. The one key exception was Barbados, due to its high population density, which later led to outflows of population when permitted. Initially the abolitionists considered Barbados

to be a great success in its ending of slavery, and held it out as an example to other areas. Several other areas had increased output from plantations after emancipation, but only after several decades. These were British Guiana, Trinidad, and Suriname, where indentured labor, a form of coerced labor new to these areas, was introduced. Workers, mostly from Asia and, for Suriname, from Java, another Dutch colony, were brought in to work on plantations for about 5–8 years. This institution lasted until the first part of the twentieth century. Another post-emancipation pattern emerged in the final two countries ending New World slavery where plantation labor by ex-slaves did not persist. Brazil and Cuba brought in southern Europeans to produce export crops on small farms, probably less efficiently than under slavery. In the U.S. the decline of the cotton slave plantation meant an adjustment that had small white farms producing a larger part of the cotton crop, in competition with ex-slave labor, leading to extensive political problems in the 1890s when there was a world-wide decline in cotton demand.

28. To repeat, the U.S. has had a rather diverse set of conditions affecting blacks after slavery. In the period of 1870 to 1900, there was a growth in incomes, education (schooling and education expenditures), and voting. The period 1900–1940 saw a sharp relative decline in black educational expenditures, and increases in lynchings, but at the same time a growth of black literacy and life expectation, as well as declining infant mortality.

After the period of WWII with the Civil Rights Movement, there were some important gains achieved for the black population, with the integration of the armed forces and the *Brown vs. Topeka* decision, which gave a legal commitment to school integration. There was a reduction of the income differential between whites and blacks through the mid-20th century. In 1965, the Voting Rights Act led to significant political changes throughout the country. Also of interest was the movement into college and professional sports, spearheaded by the signing of Jackie Robinson by the Brooklyn Dodgers in 1945, and the emergence of a wealthy group of black entertainers and athletes.

29. There has emerged a widespread interest in recent decades in a new set of demands by ex-slaves, the payment of what has been called reparations. This has led to increased attention to examining the circumstances of the ending of slavery and its aftermath. With the major

exception of the United States, slaveowners were compensated for the loss of slaves. The U.S. is an understandable special case because of the large-scale military action and the 600,000+ deaths of the Civil War. Some minor Latin American slaveholding countries also ended slavery without compensation. Otherwise, at the ending of slavery (and also serfdom in Europe) the slaveowners received some form of compensation. This could take various forms, or some combinations of methods. A popular set of measures was payment in part, in cash or bond, combined with payment in the form of a coerced period of labor requirements by the enslaved or apprentices. A more widely practiced method was what was called in Brazil “the law of the free womb”, where a child born to a slave mother was considered to be legally free, but subject to a period of apprenticeship to the mother’s owner for a period, depending on the country, of 15–30 years. This varied by gender in some cases, but this method meant that none of the present enslaved were freed. The length of time of the apprenticeship was meant to equal the time that it took a child to cover its rearing costs. Thus, the costs to taxpayers were held down and it was expected that they would be more accepting of the emancipation of slaves. The first New World emancipation was in Vermont in 1777, freeing a total of 19 slaves with a period of apprenticeship up to 12 years, followed by New Hampshire and Massachusetts in the 1790’s. By 1804, five northern five northern states had passed “free womb” legislation to end slavery, but because of the provisions of the legislation, slavery existed in some northern states until the 1840s. At times it was argued that the slaves, not the owners, should be compensated for the theft of their labor, but this argument was infrequently made, and never carried out. Rather, there was no sustained attack on the importance of defending property rights, which justified the compensation paid to slaveowners.

There were a few calls to compensate ex-slaves after the Civil War, but in the U.S. and elsewhere there was not a determined calling for what came to be called reparations until the 1960s. This followed the post-World War II German payments, mainly to Jews, for the holocaust and confiscation of assets. The call for reparations in the U.S. was based on the cost to today’s blacks of both the legacy of slavery as well as racial discrimination in the post-slavery period. Estimates of the magnitude of reparations were based in part on the income exploited from

slave labor, and in part the shortfall in black welfare, economic and cultural, in today's world that could be attributed to the prior existence of slavery. The estimated cost of reparations, including the accrued interest for over 100 years, is astoundingly high. It is not clear exactly who should receive payments and who should be responsible for making them. Reparations could be made to individual blacks, or else, as others proposed, grants made to the black community. Although there has been considerable agitation on the issue, and a bill has been before Congress for several years, no reparations have been paid due to slavery. Indeed several states have apologized for slavery, but this has been with the provision that this is in lieu of any payment of reparations.

Since the 1960s there have been frequent calls for reparations for slavery and also for similar payments to various indigenous populations. Payments to American and Canadian Indians and Australian aborigines had the benefit, for legal purposes, of the prior ownership of land. There are also claims made for those nations in Africa which argued that they suffered due to colonization and the slave trade, as well as for many other groups that suffered harm, economic or cultural, due to European actions. One interesting aspect of the past several years is how unsuccessful requests for reparations have been. There has, however, been the rise of a new form of government action. This is the widespread use of apologies. The form of apologies has become standard. The evil action has been apologized for, indicating the recognition of some inappropriate action, but it is specified that no compensation or reparation will be paid. There are several cases where apologies are not given because of the possibility that it might lead to a legal basis for reparations.

As of recent years the spectrum of apologies include:

United States:

- by 8 states, including 4 southern, for slavery;
- by the Federal government for the late nineteenth century overthrow of the Hawaiian government;
- by the State of Illinois for the expulsion of the Mormons in 1846;
- by Congress (2005) for slavery and discrimination laws.

Britain:

- for the Irish Famine;
- for slavery and the slave trade (two times);
- by the City of London for the slave trade;
- to the Maoris of New Zealand (this made by the Queen personally).

Catholic Church:

- for the Inquisition;
- for slavery and the slave trade;
- for Mary Tudor;
- for the Crusades;
- for St. Bartholomew's massacre;
- for the treatment of Jews;
- for child abuse by priests.

Netherlands:

- for the colonization of Indonesia.

France:

- for slavery, recognizing slavery as a crime against humanity.

Germany:

- for the holocaust;
- for massacres in South-West Africa.

Australia:

- for the treatment of Aborigines.

Canada:

- for the treatment of Indigenous peoples.

Japan:

- for Korea; both for the early 20th century colonization, and later for the “comfort women”.

Ghana and Benin:

- for their role in the slave trade.

Papua New Guinea:

- to Fiji for cannibalizing four missionaries in 1878.

Given the recent increased frequency of apologies we should anticipate that this will become a standard measure in future years. It might be noted, however, that in many, perhaps most, cases, “apologies” have been really stated as “regrets”, a less guilty and contrite statement, since it deals with actions for which no responsibility is accepted.

30. I have given my presentation more attention to slavery in the U.S., the British West Indies, and Brazil, because it is what I know best and also because these are the largest of the nineteenth century slave powers. This, however, has not done justice to the study of slavery in the colonies of other European powers, nor to the many other historical cases of enslavement.

Referências bibliográficas

(Rather than giving citations to individual points, I list below the major works for the study of U.S. and Brazilian slavery.)

DOUGLASS, Frederick. *Selected speeches and writings*. Philip S. Foner e Yuval Taylor (eds.). Chicago: Lawrance Hill Books, 2000 (1845).

ENGERMAN, Stanley L. *Slavery, emancipation, & freedom: comparative perspectives*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2007.

FOGEL, Robert William. *Without consent or contract: the rise and fall of American slavery*. New York: Norton, 1989.

FOGEL, Robert W.; ENGERMAN, Stanley L. *Time on the cross*. Boston: Little, Brown, 1974, 2 v.

- FREYRE, Gilberto. *The masters and the slaves: a study in the development of Brazilian civilization*. New York: Knopf, 1946.
- GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, roll: the world the slaves made*. New York: Pantheon, 1974.
- KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. *Slavery in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- KOLCHIN, Peter. *American slavery, 1619-1877*. New York: Hill and Wang, 1993.
- MELLO, Pedro Carvalho de. *The economics of labor in Brazilian coffee plantations, 1850-1888*. University of Chicago, 1977 (unpublished PhD Dissertation).
- PAQUETTE, Robert L.; SMITH, Mark M. (eds.). *The Oxford handbook of slavery in the Americas*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery, 1850-1888*. Stanford University, 1975 (unpublished PhD Dissertation).
- STAMPP, Kenneth M. *Slavery in the antebellum South*. New York: Knopf, 1956.

acumulação de fortuna e negócio de fornecimento indireto de mão de obra escrava na corte, rio de janeiro, a partir do inventário de vicente pereira da silva porto (1865)*

fortune accumulation and indirect supply business of slave labor to the court, rio de janeiro, based on vicente pereira da silva porto's inventory (1865)

Carlos Engemann**

Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Adriana Ribeiro Ferreira da Silva***

Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este artigo objetiva analisar o negócio de fornecimento indireto de mão de obra escrava na Corte a partir do inventário de Vicente Pereira da Silva Porto (1865). Sendo, sem dúvida, o caso desse empresário atípico, utilizar-se-á da sua bem-sucedida trajetória como proprietário de escravos ao ganho para tecer algumas considerações sobre os mecanismos envolvidos no fornecimento e utilização indireta de mão de obra cativa, seja pelo ganho, seja pelo aluguel. Serão considerados também alguns aspectos que estiveram envolvidos na construção da fortuna de Vicente Porto, como a possível compra de escravos no mercado clandestino, eventualmente com alteração da etnia deles.

Palavras-chave: Escravos ao ganho. Aluguel de escravos. Contrabando de escravos. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the business of indirect providing of slave labor in the Court from the inventory of Vicente Pereira da Silva Porto (1865). Is undoubtedly an atypical case of a businessman. From this successful trajectory as a slave owner, it will be set forth considerations about the mechanisms involved in the provision and use of indirect captive labor, either by gain, or through rent. We also consider some aspects that were involved in building up fortunes of Mr. Vincent Porto, like the possible purchase of slaves in the illegal market, eventually with modification of the same ethnicity.

Keywords: Gain slaves. Rental slaves. Smuggling slaves. Rio de Janeiro.

* Submetido: 16 de julho de 2014; aceito: 13 de julho de 2015.

** Professor pesquisador da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). *E-mail:* carlos.engemann@gmail.com

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). *E-mail:* adriana.r.ferreira.s@gmail.com

Afinal, quantos lados tem o mundo no parecer dos olhos do camaleão?

Mia Couto, *Contos do nascer da Terra*

1. Um imigrante português em uma jovem nação

Alguns homens parecem olhar o mundo pelos telescópicos olhos do camaleão. Veem nele tantos cantos que têm ganas de melhorar de vida mudando de canto a canto, num globo sem quinas. Vicente Pereira da Silva Porto parece ter sido um desses donos de camaleônico olhar sobre a paisagem, perambulou bastante antes de se estabelecer na Corte do Rio de Janeiro. Nascido em Vila Nova de Gaia, Portugal, deslocou-se, por caminhos ainda por serem inventariados até aportar em Salvador, na Bahia, em 8 de maio de 1836, com vistas a alcançar as Minas Gerais¹. Ali permaneceu, até onde se sabe, cerca de uma semana, desde a sua chegada no patacho² de nome Minerva, até pelo menos 13 de maio de 1836, quando aparece nos registros de movimentação de portugueses no Brasil. É possível que tenha sido ali, nas ruas de Salvador, seu primeiro contato com a escravidão em larga escala.

Sendo Vila Nova de Gaia unificada em 1834, no final da Guerra Civil Portuguesa, tornou-se, pouco antes da partida de Vicente, um município importante na castigada região do Porto. Por certo o desenrolar da guerra marcou profundamente a adolescência de Vicente. Se, quando chegou ao Brasil em 1836, ainda contava 18 anos, significa dizer que durante a guerra, da qual o rio Douro que corta a cidade foi uma das fronteiras entre os lados beligerantes, Vicente tinha entre 10 e 16 anos de idade. Não é de admirar que se tenha ido das terras banhadas pelo rio fronteiro, possivelmente saindo do Velho Continente pelo norte, mais precisamente pelo Porto, senão indo de lá a Lisboa e dali para Salvador. Os anos de penúria e incertezas gerados pelos conflitos

¹ Informações constantes no Registro de movimentação de portugueses no Brasil, Arquivo Nacional, código 0381, v. 8, fl. 252.

² Um tipo de embarcação que começou a ser utilizado no final do século XVI. Com deslocamento variando entre 40 e 100 toneladas, o barco era utilizado para o transporte de cargas e reconhecimento. Cf. Brasil Mergulho, *Descrição dos tipos de embarcações*. Disponível em <<http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragios/descricao/index.shtml>>. Acesso em 31/5/2014.

políticos, genealógicos e ideológicos teriam, por suposição, levado o jovem Vicente a tomar a decisão de buscar novas oportunidades de vida e fortuna do outro lado do Atlântico, das terras de onde viera D. Pedro IV, e onde este ainda era conhecido como D. Pedro I, denominação com a qual teria que se acostumar. Essa suposição se assenta em dois indícios: o contexto de conflito da sua região de origem e o tipo de embarcação na qual veio – um patacho –, uma embarcação tipicamente de carga e não de passageiros.

Nesse percurso todo, muito pouca coisa poderia ter preparado o ânimo de Vicente para o espetáculo de povos, fâlas e crenças que presenciaria em solo soteropolitano. A data de sua chegada pode, em grande medida, ter potencializado suas impressões da sociedade escravista. Apenas um ano antes, a cidade passara por uma efervescência provocada por africanos islamizados chamados de malês. Embora não fosse a maior parcela da população escrava da cidade, estes compunham a quase totalidade dos rebelados (Reis, 2003). É possível que, ao se assuntar sobre a vida dos escravos na cidade, tenha ouvido falar desse episódio preocupante.

Outro contato que pode ter marcado a imaginação de Vicente é o uso de escravos de outros senhores para executar tarefas curtas e definidas a troco de um soldo, prática disseminada nas cidades brasileiras e conhecida como *ganho*. Embora, como por hipótese aqui se postula, Vicente fosse razoavelmente desprovido de fortuna, pode ser que com ele tenha se dado um estranhamento semelhante ao ocorrido com o inglês John Luccock. Este conta:

no momento em que se retirava a minha bagagem de bordo, entendi de carregar nas minhas próprias mãos um bacamarte de baioneta envolvido numa capa de lã. Não tinha ido muito longe, quando um senhor inteiramente desconhecido para mim fez-me parar, pedindo-me que entregasse o que eu estava carregando a um dos servos, acrescentando que não era direito privar os pretos do seu ganha-pão e que isso fazendo eu incorreria em grave risco. Mais tarde ele se explicou, assegurando-me que até contra ofensas imaginárias gente das classes mais baixas às vezes exercia vinganças sérias. (Luccock, 1942, p. 75)

A exemplo do que se passara com o inglês que desembarcou no Rio de Janeiro com pouco ou nenhum conhecimento dos meandros da sociedade escravista, Vicente também pode ter sido constringido a con-

tratar um escravo ao ganho em Salvador, ao menos para carregar sua bagagem. Ninguém poderia prever, nem mesmo ele, que, anos mais tarde, ao deixar este mundo, em paragens bem distantes dali, seria ele o rico proprietário de um pequeno exército de cerca de 250 escravos ao ganho. Este pode ter sido o primeiro contato de Vicente com a escravidão e com o que aqui tratamos por fornecimento indireto de mão de obra escrava, quando o cativo é posto a trabalhar para outrem, gerando renda para o seu senhor.

Os caminhos que levaram o filho do senhor Manoel Pereira da Silva e de dona Ritta de Cassia e Silva até o Rio de Janeiro podem apenas ser pontuados. É possível que, como indica o documento de movimentação de portugueses, ele tenha seguido de Salvador para a província de Minas. Se assim o foi, de lá seguiu para o sul, chegando a São Paulo, onde nasce sua primeira filha com dona Maria dos Prazeres, sua prima e com quem já havia se casado, uma vez que Amélia Augusta Pereira da Silva Porto era filha legítima. Sabe-se que voltou a Portugal e à Bahia porque figurou em listas de passageiros, publicadas nos jornais cariocas, em várias ocasiões³.

O próximo registro que se encontra de Vicente é uma solicitação feita à Câmara Municipal do Rio de Janeiro no dia 22 de novembro de 1849, isto é, com cerca de 30 anos. Nessa solicitação, Vicente faz o requerimento para pôr ao ganho apenas um escravo de nome Cassio de nação Mina⁴. O agora, sabidamente, senhor de escravos Vicente, após pagar o valor de 1\$000 (mil-réis), obteve sua autorização, a de n. 4.743, que deveria ser registrada numa chapa, sendo esta carregada pelo escravo por onde ele circulasse. Como o requerimento era de um único escravo, pode ser que tenha sido um de seus primeiros pedidos, senão o primeiro.

O investimento inicial, aí pela metade do século XIX, para se ter um escravo africano, com idade entre 20 e 30 anos, licenciado para o ganho na cidade do Rio de Janeiro era da ordem de 520\$000 (quinhentos e vinte mil-réis). Esse preço, apenas um valor médio, foi obtido com base

³ No Correio da Manhã, 13/5/1851, 8/8/1851, 20/1/1856; no Diário do Rio de Janeiro, 16/12/1854, 20/1/1856, 28/3/1856, 25/3/1862; no Correio da Tarde, 11/3/1859.

⁴ Esse registro encontra-se no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Série Escravidão, código 6.1.44.

numa amostra de inventários de proprietários de grandes plantéis⁵. Dentre os escravos desse universo, 94 eram africanos, homens, tinham idade entre 20 e 30 anos e possuíam o seu preço registrado. A média final dos preços foi 516\$170 (quinhentos e dezesseis mil, cento e setenta réis), mas, como a intenção é apenas tomar uma ordem de grandeza, o valor foi arredondado para 520\$000 (quinhentos e vinte mil-réis), incorporando pequenas variações de valores, inerentes a esse tipo de cálculo, e já incluída a taxa de licenciamento de 1\$000 (mil-réis). Mesmo arredondando para cima, o preço médio ficou muito menor que a média dos preços dos três escravos, em iguais condições no inventário de Vicente, feito 16 anos mais tarde. Em 1865 o valor de um escravo africano, entre 20 e 30 anos de idade e licenciado ao ganho, chega a 1:450\$000 (um conto e quatrocentos e cinquenta mil-réis). O que significa dizer que o preço do escravo triplicou em pouco mais de uma década e meia.

Não obstante a isso, quando se retoma a base de dados construída com as listas nominativas dos escravos das grandes fazendas da Província do Rio de Janeiro, e compara-se os dados para meados da década de 1860 com as informações do inventário de Vicente, encontra-se um escravo consideravelmente mais barato no meio rural, cerca de 1:100\$000 (um conto e cem mil-réis), 75% do valor urbano. Isso pode significar que no espaço urbano, após o término da vigência do tráfico lícito, tenha havido uma diferenciação considerável nos preços dos escravos africanos. Comparativamente aos crioulos, a diferença média de preços dos africanos, entre os espaços urbano e rural, é maior. Para os crioulos, os valores são: no inventário de Vicente, 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil-réis), e na média dos proprietários rurais do mesmo período fica em cerca de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil-réis), o que equivale a aproximadamente 86% do valor estabelecido por um avaliador urbano. Certamente o fim do tráfico lícito foi o fator que determinou o nível da diferença de preço entre crioulos e africanos. Mas, de qualquer forma, comprar um escravo na cidade parece ter sido mais dispendioso que no Vale do Paraíba.

⁵ Esse banco de dados foi construído com inventários de grandes proprietários de terras e escravos na Província do Rio de Janeiro, no século XIX, cobrindo desde 1820 até 1880. Somam mais de 17 mil registros no total, porém aqui só foram usados os homens entre 20 e 30 anos, com as procedências e os períodos assinalados no texto.

2. Formas indiretas de obter renda com a escravidão (o ganho e o aluguel)

Segundo Moses Finley, o que dá o sentido da escravidão em sociedades escravistas é a renda apropriada pelo senhor aos seus escravos. Sendo esta capaz de produzir distinção social e econômica em relação a seus pares (Finley, 1991). Porém havia vários meios para que os cativos produzissem a dita renda que era expropriada, a bem do *status* e fortuna de seus senhores. No meio urbano, uma das principais formas de se beneficiar da mão de obra cativa pode ter sido a renda indireta, termo com o qual aqui foram tratadas situações nas quais os escravos geravam renda ou executavam tarefas para um terceiro, que remunerava o seu senhor diretamente ou por meio da remuneração do próprio escravo, na chamada escravidão ao ganho. É preciso notar que, ainda que o escravo receba um pagamento contra prestação de serviço, isso não lhe configurava um assalariamento, uma vez que a maior parte desse montante estava comprometida com o seu senhor.

De um modo geral, o negócio do ganho consistia em pôr os escravos a perambular nas ruas, oferecendo seus serviços a quem os necessitasse. No final do dia ou de um período previamente acertado pelo senhor, entregavam a este a quantia estipulada. O excedente ficava para o escravo, que poderia, assim, acumular algum pecúlio. No entanto, era com o valor retido pelo escravo que este custeava a sua própria manutenção, desde as refeições e até a moradia, quando não morasse com o proprietário. A esse respeito, informa Manolo Florentino que, na metade do século XIX, era

comum escravos viverem em moradias por sua própria conta, desfrutando de ampla autonomia espacial. É o que enviezadamente mostra o ofício da polícia enviado à Câmara Municipal da Corte em 19 de março de 1860: “Ilmo. Snrs, existe nessa cidade um grande número de casas alugadas diretamente a escravos, ou a pessoas livres, que parcialmente a sublocam a escravos. Os males resultantes de uma tal prática são notórios, ninguém ignorando que essas casas, além de serem valhacoutos de escravos fugidos e malfeitores, e mesmo ratoneiros livres, tornam-se verdadeiras espeluncas, onde predominavam o vício baixo de mil formas diferentes. Urgente seria, pois, reprimir severamente tal abuso, proibindo-se alugar, ou sublocar qualquer casa, ou parte dela a escravos, ainda mesmo munidos de autorização do seu senhor”. (Florentino, 2003, p. 111)

Embora detentores de certa liberdade espacial e da possibilidade de acumular um pecúlio que lhes facultasse adquirir a alforria, a escravidão ao ganho não era menos escravidão por isso. Como aponta Luiz Carlos Soares, os ganhadores

eram obrigados a perambular o dia inteiro pela cidade com cestos ou tabuleiros de mercadorias. Eram forçados a transportar pesadas cargas ou a se arriscarem no mar a qualquer hora do dia ou da noite, conduzindo embarcações de pesca ou de passageiros. (Soares, 2007, p. 144)

Era o preço pela mobilidade e pelas maiores chances de socialização no espaço urbano (Florentino, 2003, p. 112). Como materialização do que Florentino chama de “as pequenas conquistas tendentes a alargar sua autonomia na escravidão”, foi tomada a imagem de um escravo ao ganho, imortalizado pela foto de Cristiano Jr., cuja data precisa da confecção se desconhece, mas pode ser situada em cerca de 1866, quando aparece anunciada pelo *Almanak Laemmert* junto com outras, retratando os “costumes e tipos de pretos”. Nela se vê um escravo dito ao ganho, com uma roupa surrada, mas com um chapéu-coco numa das mãos, um charuto entre os dedos, uma sacola ao braço, um cordão em sua casaca – a moda de relógio de bolso – e uma pose bastante elegante, possivelmente parodiando o comportamento dos senhores. Muito provavelmente, essa miríade de objetos ostentados na foto foi comprada, mesmo que de segunda ou terceira mão, com os poucos rendimentos do trabalho ao ganho. Quiçá, nesse caso específico, artefatos tidos como mais importantes que a própria alforria, posto poderem ser usados como signos distintivos entre os seus pares.

Assim, gerando proventos muito estáveis aos seus proprietários e certa possibilidade de autonomia para os escravos, o ganho poderia ser exercido nas mais variadas atividades pela cidade, como acender a iluminação ao entardecer, procedimentos de saneamento e esgoto sanitário, distribuição de água, venda de mercadorias e alimentos no centro da cidade e seus arredores. Nesse sentido, a renda obtida pelos senhores de escravos ao ganho era segura e certa, sendo inclusive, até certo ponto, imune às flutuações de mercado. De modo geral, esse meio de geração de renda tem sido reputado a pequenos proprietários, famílias empobrecidas urbanas ou profissionais liberais, mas, quase sempre, como

geração de meios de sobrevivência ou ganhos financeiros complementares.

No entanto, outras modalidades do ganho indireto com o trabalho de seus escravos também forneciam aos senhores rendimentos elevados e igualmente constantes. O fato é que o negócio de aplicação indireta dos escravos poderia se converter numa empresa de considerável lucratividade, distinguindo-se do ganho de rua e compondo uma categoria específica de investimentos, que não necessariamente demandava a propriedade de homens e mulheres escravizados: os alugadores de escravos. No aluguel de escravos, tal como figura nos anúncios das páginas do *Almanak Laemmert*, não havia a parte do escravo, sendo, pois, por isso mais lucrativo para o senhor e mais árdua a tarefa do escravo para conseguir reunir algumas economias.

O *Almanak Laemmert* publicou anúncios regulares em uma seção intitulada Alugadores de Escravos desde 1848. Entre 1848 e 1871, figuram entre o mínimo de dois e o máximo de seis nomes de empreendedores individuais ou associados (assinalado pelo & C.) sob a rubrica de alugadores de escravos, próximos às seções dos alugadores de cavalos, alugadores de carroças etc. A partir de 1872, aos tradicionais alugadores de escravos, juntam-se os escritórios e casas de consignação e sublocação de escravos, que também negociam imóveis, títulos do Tesouro e outras atividades correlatas. Esse negócio não é exatamente novo, mas até então o que havia era apenas anunciantes de sublocação de escravos, como o caso de José Pinto Guimarães, com endereço na Travessa do Ouvidor, n. 24, que anunciava ter “sempre para alugar escravos de ambos os sexos, e recebe-os por sua conta pagando com pontualidade os aluguéis sempre adiantados, não tendo seus senhores dias perdidos e seus escravos bem tratados” (*Almanak Laemmert*, 1856, p. 603).

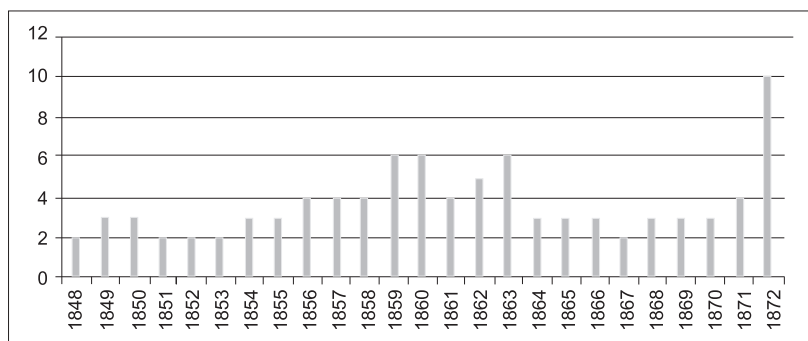
Tabela 1 – Número de anunciantes de locação de escravos por ano no *Almanak Laemmert*, de 1848 até 1872

ANO	NÚMERO DE ANUNCIANTES
1848	2
1849	3
1850	3
1851	2
1852	2
1853	2

1854	3
1855	3
1856	4
1857	4
1858	4
1859	6
1860	6
1861	4
1862	5
1863	6
1864	3
1865	3
1866	3
1867	2
1868	3
1869	3
1870	3
1871	4
1872	10

Fonte: *Almanak Laemmert* (1848-1872).

Gráfico 1 – Número de anunciantes de locação de escravos por ano no *Almanak Laemmert*, de 1848 até 1872



Fonte: Tabela 1.

A partir de 1874, os alugadores de escravos desaparecem das páginas do *Almanak*, passando a compor a rubrica Alugadores de Escravos apenas os escritórios e casas de consignação e sublocação. Desse momento em diante, o aluguel de escravos se mistura com outros negócios, como

compra e venda de escravos e imóveis, arrematações em leilões públicos e negócios do Tesouro. Esse período, que vai até 1880, é o período em que anúncios maiores apresentam empresas de corretagem imobiliária no negócio de compra, venda e locação de escravos. A partir de 1881, os grandes anúncios desaparecem e voltam a figurar nomes em lista na seção de escritórios para compra, venda e aluguel para sublocação. Por fim, a partir de 1883 a seção muda novamente de título, passando-se a se chamar Criados, acrescentando-se a expressão “alugar pessoas para o serviço doméstico” ao título “casas de comissão ou agências para alugar, comprar ou vender escravos”. Na seção de Criados, em 1886, aparece o anúncio de uma agência francesa de locação de serviços, tornando mais complicado para saber-se o estatuto jurídico dos servidores utilizados pela agência.

Com isso, foi percorrido muito rapidamente o percurso de crescimento e declínio dos anúncios de locação de escravos que inicia como um negócio em si mesmo, sendo depois absorvido por empresas especializadas em outros tipos de empreendimentos comerciais. Provavelmente, a partir de 1872, após a Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Ventre Livre), a mão de obra escrava disponível para compra tenha escasseado no meio urbano. Logo, agenciar a compra, venda e locação de escravos tornou-se um grande negócio na praça do Rio de Janeiro. Curiosamente, Vicente Pereira da Silva Porto não figura nem entre os alugadores nem entre os sócios das casas de corretagem, sua única aparição no *Almanak* será na seção Capitalistas.

Nesse cenário haveria escravos que atuavam nas mais variadas funções, dentro de duas categorias: escravos ao ganho e escravos de aluguel. Na busca por elementos diferenciadores, é possível pensar, como Marilene Rosa da Silva, que o negro ao ganho foi “um autônomo, pois esse escravo deveria com seu trabalho prover o próprio sustento e ainda levar para o proprietário parte do rendimento de sua jornada” (Silva, 1988, p. 87). Assim, nas palavras de Leila Mezan Algranti, “o escravo ao ganho era aquele que saía às ruas em busca de serviço, dispondo de seu tempo e força de trabalho por um período limitado, e que recebia pelo serviço prestado remuneração em dinheiro” (Algranti, 1988, p. 66).

Já o escravo de aluguel, a outra forma rentável de se aplicar a mão de obra cativa por meio indireto que mencionamos, produzia a facilidade de, não querendo ou a tarefa não justificando o dispêndio de adquirir

um escravo, poder se alugar um e, tendo este resolvido seu interesse, logo se encerraria o acordo. É possível imaginar que um bom exemplo do aluguel de escravos seria o das “amas de leite”, já que, sendo úteis apenas por um tempo determinado, mas não curto o suficiente para uma escrava ao ganho, e logo passada a necessidade, esta poderia ser devolvida e o acordo findado. Nesse sentido, na extremidade oposta à ama de leite estaria a prostituta, prestadora de serviços de curta duração, não se configurando um aluguel, estaria bem ao feitio do que alguns senhores imaginavam ser o ganho ideal de suas escravas (Malheiros, 1976, p. 129). Assim, veja-se o que diz Luciano Rocha Pinto a respeito dessa distinção:

enquanto o escravo ao ganho está perambulando pela cidade em busca de serviço para angariar dinheiro, para si e para seu senhor, o alugado está a serviço de alguém específico, no qual exerce funções específicas, sem ver “a cor do dinheiro”, que é pago a seu locatário. Além disso, o escravo colocado no ganho goza de uma liberdade que o alugado não possui, pelo menos não completamente, pois uma vez a serviço da Câmara, por exemplo, ou numa atividade, cujo locador esteja presente ele estará sempre sendo vigiado, o que não ocorre no ganho, cuja presença fiscalizadora é menos sentida. Sem falar que no ganho existe a possibilidade de se fazer um “pé de meia”, o que não parece ocorrer com o escravo alugado. (Pinto, 2005, p. 57)

Como indica o autor citado, talvez uma das maiores fontes de renda dos alugadores de escravos tenham sido as câmaras municipais, consumindo consideráveis homens/dia de trabalho nas obras públicas. Já Stuart Schwartz aponta que as fontes fornecedoras de braços para essas obras seriam as escravarias governamentais⁶ e o aluguel de escravos de particulares.

O aluguel de escravos não era destinado apenas a particulares. Houve casos onde o próprio Senado da Câmara alugava escravos. Este era o centro da vida política e todos os aspectos da vida municipal estavam sob seu controle, assim, solicitava a particulares o serviço de seus escravos para colocá-los a seu serviço nas obras municipais. (Schwartz, 1999, p. 405)

⁶ Nesse caso, principalmente os contingentes subtraídos aos padres jesuítas, quando da expulsão deles, e que não foram leiloados. Cf. Engemann (2007).

Em resumo, a distinção entre o escravo ao ganho e o escravo alugado era, basicamente, feita pela aplicação da sua mão de obra, pelo tempo de vínculo com o contratante e pela relação deste último com o proprietário ou locador.

No entanto, seja no ganho ou no aluguel, o uso indireto da mão de obra cativa gerou lucros para muitos proprietários, pois a grande seara dos serviços urbanos estava disponível a eles, produzindo, com a progressiva redução da oferta de mão de obra escrava, uma demanda cada vez maior. Assim, pois, dos serviços mais simples e tidos como pouco dignos, como a limpeza dos lampiões ou mesmo os carregadores de estrumes, até os que exigiam maiores preparos e conhecimentos de ofício, todos demandavam braços escravos cada vez mais raros e caros para a compra.

Outra pequena observação sobre os alugadores de escravos em relação aos senhores de escravos ao ganho faz-se necessária. Os alugadores de escravos têm, em geral, seu ponto fixo, um endereço comercial, para atuarem, estabelecem-se em casas comerciais e a partir dali tecem suas redes de locatários e fornecedores de escravos para sublocação, valendo-se de expedientes simples e pouco sofisticados para se fazer conhecer, como os simplórios e até discretos anúncios no *Almanak Laemmert*.

De fato, embora o objetivo fosse o mesmo, a renda a ser produzida pelo trabalho cativo e expropriada, há diferenças significativas entre ser um alugador de escravos e um senhor de escravos ao ganho. Mas, além das elencadas acima, uma se destaca para a compreensão de uma possível dinâmica de enriquecimento de Vicente: os alugadores não são necessariamente, e no mais das vezes de fato não o eram, os proprietários dos escravos que alugam, sendo tão somente intermediários no processo. Essa distinção, somada à clara indicação “ganhador” junto aos nomes dos escravos na lista presente no inventário de Vicente Porto, assim como os pedidos de licenciamento feitos antes e depois da sua morte, por ele mesmo, pelo espólio (ainda em seu nome) e pela sua viúva e pelo seu filho, nos permitem indicar que os escravos do senhor Porto poderiam ser vistos nas ruas das freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro a oferecer os seus serviços, a fim de saldar a sua sempiterna dívida com seu senhor.

Alguns deles foram vistos, de fato, perambulando pelas ruas das freguesias da Candelária e de São José. Trata-se de escravos presos sob a

acusação de furto. Como ocorreu com Benedito. Este foi preso por ter furtado uma barrica de cerveja de João Antônio da Costa Carvalho, comerciante, dono de um depósito na Rua do Hospício, n. 33. Benedito, quiçá por não ter logrado saldar o seu compromisso com seu senhor, entrou no estabelecimento de João, entre 2 e 3 horas da tarde, logo após a hora da sesta, do dia 5 de dezembro de 1857, e furtou uma barrica de cerveja. A barrica foi levada para uma taberna situada na Rua Senhor dos Passos, pertencente ao português Manoel Gomes da Costa Leite Guimarães, onde Benedito foi preso ao deixá-la. Manoel afirmou em depoimento que não conhecia o escravo e que Benedito deixou o dito vasilhame em seu estabelecimento com o objetivo de guardá-la, quando foi preso. Tudo indica, mas nada o prova, que Benedito estivesse vendendo a barrica de cerveja a Manoel Gomes, que a revenderia, em doses, aos seus clientes.

Ainda no campo das possibilidades não descabidas, é factível pensar que Benedito circulou por alguns quarteirões, procurando por bares e tabernas que se dispusessem a comprar o pequeno tonel de cerveja. Isso porque houve tempo de João Antônio acionar as autoridades e ir ao encaço de Benedito, vindo a encontrá-lo quando estava com a barrica no estabelecimento de Manoel, que possivelmente comprara o produto do furto malfadado. Outra possibilidade seria que Benedito tivesse levado a dita barrica para saldar uma dívida de consumo de álcool e mantimentos na taberna de Manoel. Infelizmente, os pormenores dessa desventura permanecerão ocultos, já que o processo anexo ao inventário é bastante sumário.

O caso é que, tanto o português Manoel, um jovem de 25 anos nascido em Santa Maria, profissão negociante, alfabetizado, quanto o negro Benedito, que ignorava sua idade e seus pais, sendo solteiro, carregador e analfabeto, foram réus no processo. Outro escravo de nome Pompeu, também pertencente a Vicente Pereira Porto, foi citado nos autos. Esse imbróglio todo nos mostra o tipo de relação social, econômica e, eventualmente, criminosa que poderia ser tecida entre escravos e livres nas ruas do Rio de Janeiro. Muito longe das velhas dicotomias senhores-brancos/escravos-negros, que imaginam relações sociais assépticas e bem definidas, episódios como estes ajudam a ilustrar certa promiscuidade e fluidez de fronteiras nas relações sociais entabuladas na urbe da Corte.

No desenrolar dos trâmites processuais, Vicente Pereira Porto teve que desembolsar 300\$000 (trezentos mil-réis) pela fiança de seu escravo Benedito, valor pago na Primeira Delegacia de Polícia, no dia 24 de dezembro daquele ano. Com isso, Benedito passou o Natal fora das grades. Não há nada que indique se tal gesto de desembolsar cerca de um terço do valor de um escravo africano como Benedito, para colocá-lo novamente em circulação, foi movido pela compaixão natalina ou por cálculo financeiro, envolvendo as rendas perdidas com o escravo detido.

Já no dia 8 de fevereiro de 1858, passada a oitava de Natal e a Festa da Epifania, Vicente, voltando a cuidar dos negócios terrenos, nomeia como seu procurador Antônio Luís Saião, para tratar de seus negócios de defensoria de demandas cíveis e criminais. No dia 29 de abril do ano de 1858 foi dada por encerrada essa disputa judicial, tendo o júri absolvido os réus da referida acusação com sete votos a favor (conforme consta no anexo do Inventário de Vicente Pereira da Silva Porto). De toda esta mixórdia, importa-nos reter que Benedito e Pompeu tiveram algum tipo de envolvimento no caso do comerciante contra o senhor de escravos ao ganho. E que, ademais dessas relações, os africanos, ditos no processo como carregadores, circulavam em ruas da freguesia da Candelária.

Mas Benedito e Pompeu não foram os únicos e nem os primeiros escravos de Vicente a caírem nas malhas da polícia. Em 28 de dezembro de 1855, foi publicada uma pequena nota no *Correio da Tarde*, do Rio de Janeiro, dando notícia de que havia sido preso o “preto” Miguel, escravo de Vicente Pereira da Silva Porto, por roubar um barril de vinho e levá-lo a vender na taverna situada no n. 11A, da Rua dos Barbonos, atual Rua Evaristo da Veiga, onde vendeu a Manuel Ferreira Netto, proprietário do estabelecimento, também alvo da lei. Em nota menor ainda, o *Correio Mercantil*, de 2 de setembro de 1863, informa apenas: “Entra em julgamento hoje no jury o processo do afiançado José, escravo de Vicente Pereira da Silva Porto”. Não se sabe qual o motivo que levou José à prisão, mas o que se sabe, por outra nota do mesmo jornal publicada dias depois, é que ele foi inocentado.

3. Escravidão ao ganho e fortuna no Inventário de Vicente Pereira da Silva Porto

Ainda que seus escravos causassem a Vicente dores de cabeça e despesas extras aqui e ali, foram eles também, em larga medida, os responsáveis pela fortuna por ele amealhada. A leitura de seu inventário nos revela uma grande soma em escravos, investimentos diversos e três propriedades próximas a sua residência. A casa n. 44 da Rua dos Arcos, sua residência, continha no primeiro andar uma sala de visitas com dois gabinetes, um de cada lado. Uma saleta após a primeira sala, com um quarto do lado direito e outro do lado esquerdo, uma sala de jantar, uma sala de engomação, outro gabinete. Aos fundos, cozinha, enfermaria (certamente para os seus escravos) e mais um gabinete.

Analisando, ainda que rapidamente, a disposição do primeiro andar da mansão dos Porto, é possível vislumbrar Vicente sentado em um desses gabinetes todas as manhãs, como um patrício romano, confortavelmente instalado no seu *tablinium*⁷ tropical, ao fundo do seu luso-brasileiro *atrium*, controlando, desde as primeiras horas da manhã, o fluxo dos seus clientes negros a lhe prestar uma pecuniária reverência e renovada fidelidade, tomando as devidas medidas punitivas aos que se furtavam a esse sagrado compromisso. Embora não seja certo que este tenha sido o processo de controle no relacionamento entre senhor e escravo, parece mais sensato supô-lo, do que a um senhor percorrendo a cidade atrás de seus escravos para lhes cobrar o devido.

No segundo andar, por certo um espaço mais privado, havia uma sala da frente, uma capela, quatro gabinetes, sendo dois apenas com camas e outros dois com camas e lavatórios, e uma sala dos fundos. As outras duas casas de Vicente, também de sobrado, ficavam na mesma rua, nos números 42 e 56, e ainda havia um terreno no Largo da Lapa, n. 66, contendo três fontes, que, por hipótese, supomos, pudessem abastecer os eventuais escravos aguadeiros que possuísse.

⁷ Cômodo situado ao fundo do *atrium* – grande salão situado na parte anterior – das ricas residências romanas, usado pelos patrícios para receber os cumprimentos e compromissos de seus agregados. Cf. Wallace-Hadrill (1994, p. 84).

Tabela 2 – Distribuição da fortuna de Vicente Pereira da Silva Porto (1865)

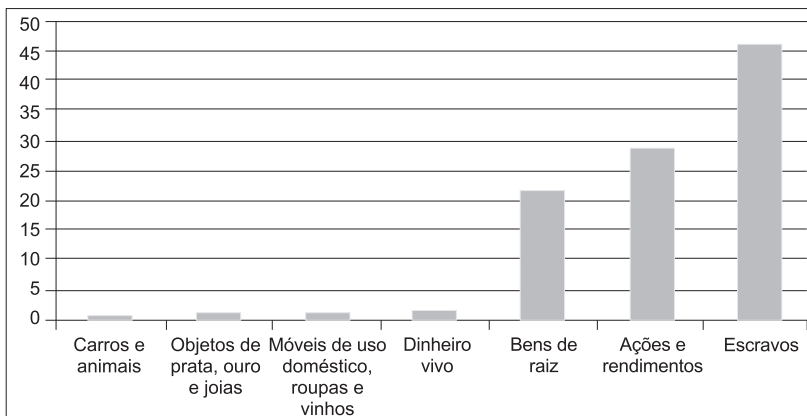
TIPOS	VALORES	%
Carros e animais	3:560\$000	0,5
Objetos de prata, ouro e joias	5:788\$000	0,8
Móveis de uso doméstico, roupas e vinhos	7:577\$000	1,0
Dinheiro vivo	9:015\$000	1,4
Bens de raiz	139:000\$000	21,4
Ações e rendimentos	186:197\$000	28,7
Escravos	299:900\$000	46,2
Total final	651:037\$000	100

Fonte: Inventário *post-mortem* de Vicente Pereira da Silva Porto, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

A fortuna de Vicente faz dele, longe de qualquer dúvida, um daqueles poucos homens no Brasil que seriam ricos em qualquer lugar do mundo. Para mero efeito de comparação, a casa da moeda cunhou, segundo o *Almanak Laemmert*, no ano de 1863, 976:871\$000 (novecentos e setenta e seis contos, oitocentos e setenta e um mil-réis) em moedas de ouro e prata. A fortuna amealhada ao longo da vida por Vicente consumiria, facilmente, algo da ordem de dois terços das moedas produzidas pelo Brasil em 1863. Outra comparação útil para a compreensão da magnitude da riqueza em questão é considerar que em 1865 a saca de café era vendida por aproximadamente US\$ 18 (Ocampo, 1983, p. 457). Tomando a taxa cambial de longo prazo para minimizar a brusca queda ocorrida nos anos de 1864–1866, mil-réis/dólar como 2 para 1 (Moura Filho, 2007, p. 9), chega-se a aproximadamente 36\$000 (trinta e seis mil-réis) por saca de café. Logo o valor final do inventário permitiria aos herdeiros converter os valores somados das suas heranças em 18.084 sacas de café. Uma última comparação, com um cafeicultor de Valença com um número semelhante de escravos: o comendador Manoel Pereira de Souza Barros, falecido em 1872 – ou seja, sete anos mais tarde –, somava entre terras, escravos, colheita e bens menores, 399:000\$000 (trezentos e noventa e nove contos de réis). O que coloca Vicente em pé de igualdade com algumas das grandes fortunas do Império.

A composição dessa fortuna ora aproxima, ora afasta Vicente da lógica político-econômica do seu entorno. Os imóveis urbanos foram apreciados no momento de seu inventário, no dia 17 de outubro de 1865, com o valor de 139:000\$000 (cento e trinta e nove contos de réis), o que não chega a ser uma aberração para sua época, embora não

Gráfico 2 – Distribuição (%) da fortuna de Vicente Pereira da Silva Porto (1865)



Fonte: Tabela 1.

fossem exatamente casas de aluguer, que lhe facultasse enriquecer com suas rendas. Os escravos, investimento cada vez mais incerto, representavam a maior soma dos investimentos de Vicente, no valor de 299:900\$000 (duzentos e noventa e nove contos e novecentos réis). Respondiam por quase metade de toda a sua fortuna. Em seguida estão as ações e os rendimentos, que se aproximam de 30% do montante do inventário. Já os móveis, louças, cristais, objetos da casa, roupas, vinhos (certamente barris vindos de Portugal, conforme anunciado no *Diário do Rio de Janeiro*, de 5 de fevereiro de 1863), carros e animais totalizavam 16:925\$000 (dezesseis contos e novecentos e vinte e cinco réis).

Essa fortuna certamente foi o motivo de, no dia do seu falecimento, o *Correio Mercantil* publicar uma nota, classificando-o como “capitalista”. As características da distribuição dos investimentos de Vicente apontam para um tipo diferente de “capitalista”, já que seus escravos, além de representarem a maior parte de sua fortuna, eram também a sua maior fonte de renda direta. Ao que tudo indica, o dinheiro obtido dos escravos era também aplicado em novos escravos e, em menor escala, em ações e outros investimentos financeiros.

No Gráfico 2, visualiza-se o expresso na Tabela 1: que o grosso da fortuna de Vicente Pereira da Silva Porto estava investido em cativos, bens de raiz e em investimentos financeiros. Nesse sentido, Vicente era uma síntese da própria cidade que escolheu para viver. Fazia conviver elementos de cunho modernizador, como os papéis e investimentos que

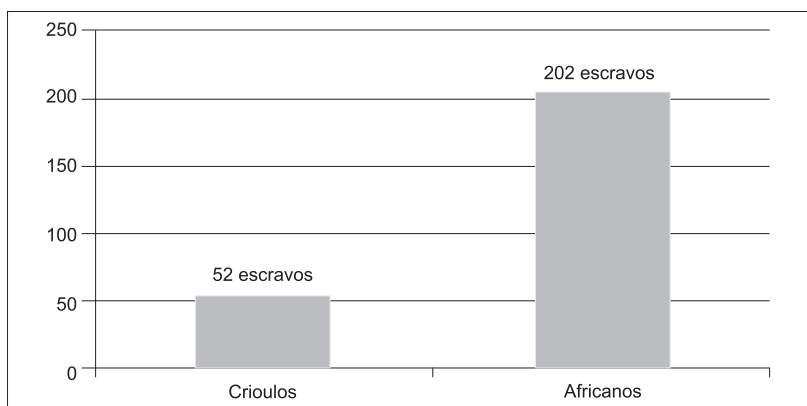
possuía, com a velha hierarquia da sociedade escravista, sem ver nesse antagonismo nenhum obstáculo às suas práticas econômicas e sociais. Como também o fazia a *madame*, costurando moda francesa por trás da mesa polida e cercada de suas “negras”, na Rua do Ouvidor, que Ernest Ebel viu quando por lá passou (Ebel, 1972, p. 98).

4. A fonte da fortuna escrava de Vicente Pereira Porto na praça do Rio de Janeiro

Do total de 254 escravos pertencentes ao senhor Vicente, ao final de seu inventário, 219 (86%) foram registrados como trabalhadores ao ganho. Estes, pelos fatores já apresentados, supõe-se, andavam pelo centro do Rio de Janeiro oferecendo os seus préstimos. Dentre a escravaria total, os homens somavam 201 cativos (79%) e 51 escravas (21%), padrão populacional condizente com o recurso a frequentes compras no mercado atlântico de almas (Florentino, 1997, p. 58-60). Há ainda 2 cativos cujos nomes, por ilegíveis, não permitiram a identificação do sexo, mas que também se encontravam ao ganho. Entre as demais ocupações, encontramos 32 escravos com vários ofícios diferentes, dentre os quais figuram 3 escravas como cozinheiras, 6 pedreiros, 4 carpinteiros, 4 copeiros, 2 cocheiros, 2 aprendizes de cocheiros, 1 pajem, 06 mucamas, 1 lavadeira e 1 engomador, estes últimos possivelmente a serviço do próprio Vicente.

Como é possível perceber no Gráfico 3, outra característica interessante da escravaria de Vicente é que o número de africanos era muito elevado, sendo todos catalogados no inventário como da Costa da Mina. O que não se pode deixar passar é que desde 1831, quando se inicia a proibição de tráfico até 1865, ano do inventário, houve um interregno de 34 anos. Logo, todos os escravos africanos com menos de 34 anos são necessariamente procedentes do tráfico ilícito. Levando em conta que os escravos chegavam, em média, com 15 anos (Karasch, 2000, p. 69-70), pode-se concluir que os escravos com idade inferior a 49 anos, possivelmente, também entraram no Brasil de forma ilegal. Desse modo, duas questões se levantam: a primeira é se todos foram descritos como procedentes da Costa da Mina e o que realmente pode significar isso. E uma segunda, como Vicente poderia ter vários de seus escravos declaradamente africanos em plena vigência da proibição do tráfico.

Gráfico 3 – Distribuição da escravaria de Vicente Pereira da Silva Porto por origem assinalada no inventário (1865)



Fonte: Inventário *post-mortem* de Vicente Pereira da Silva Porto, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Foi comum, não só no Brasil, mas em outras áreas alcançadas pelo tráfico, o uso frequente de alguns termos incorporados ao nome dos escravos, para designar que sua origem era o outro lado do Atlântico. Desta feita, termos como “preta-mina”, “de nação angola”, “gentio da Guiné” ou apenas a origem – Cabinda, Moçambique, Monjolo, Angola, Congo, Quilimane, apenas para citar alguns – eram acrescentadas ao nome de batismo para designar os africanos, podendo ainda ser acompanhadas de características físicas e comportamentais, formas de vestir, línguas e crenças como alcunhas. Segundo Mariza Soares,

combinadas umas às outras, essas descrições permitem vislumbrar uma enorme variedade de critérios a partir dos quais os africanos são enquadrados na sociedade: os escravos apropriados ao trabalho doméstico, os que melhor servem às atividades mineradoras e, no caso das mulheres, porque não, as mais desejáveis parceiras sexuais. (Soares, 1998)

Na verdade, para governo do leitor menos familiarizado com essas discussões, faz-se necessário que se diga que, mesmo que a designação usada no lado de cá do Atlântico seja imensamente díspar daquela usada no lado de lá, uma vez dotados de tais classificações, os homens e as mulheres escravizados podiam utilizá-los para reorganizar e remodelar as suas identidades, reconstruindo alianças ou forjando novas, a partir do

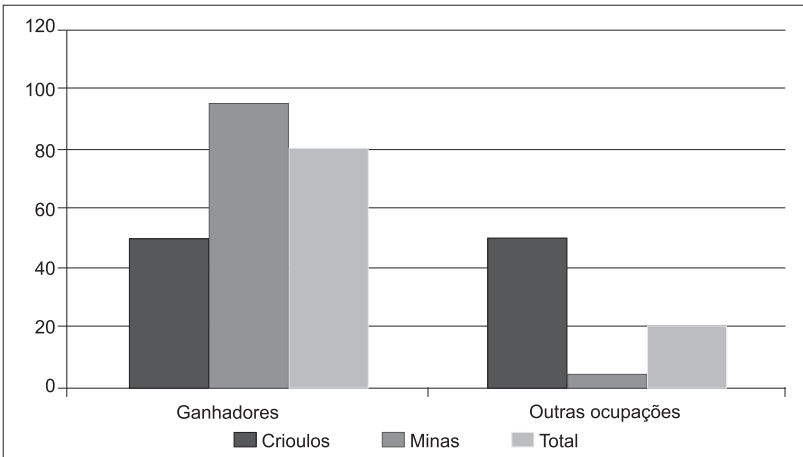
que se lhes foi atribuído pelos senhores ou párocos, ou quem quer que seja. Assim, continua de grande valia a análise pelo prisma da origem africana (Mina) ou brasileira (crioulos).

Tabela 3 – Distribuição dos escravos de Vicente Pereira da Silva Porto por ocupação e origem (1865)

	GANHADORES		OUTRAS OCUPAÇÕES		TOTAL	
	N.	%	N.	%	N.	%
Crioulos	26	50	26	50	52	100
Minas	193	95,5	9	4,5	202	100
Total	203	79,9	35	20,1	254	100

Fonte: Inventário *post-mortem* de Vicente Pereira da Silva Porto, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Gráfico 4 – Distribuição dos escravos de Vicente Pereira da Silva Porto por origem e ocupação (1865)



Fonte: Tabela 3.

O Gráfico 4 nos permite ressaltar que metade dos crioulos era de ganhadores, enquanto a outra exercia atividades diversas. Além disso, fica claro que os africanos eram essencialmente do ganho e que, no âmbito geral, a escravaria de Vicente Pereira Porto se dedicava majoritariamente ao ganho. Dito de outro modo, esse imigrante português constituiu uma escravaria com franca maioria africana, sem especialização e masculina, para se dedicar fundamentalmente aos serviços ao ganho,

gerando uma renda extremamente elevada e segura. Certamente essas características – ganhos elevados, baixa despesa e periodicidade segura – permitiram o crescimento vertiginoso da fortuna de Vicente. É possível, inclusive, pensar que ele tenha comprado seu primeiro escravo em 1849, como visto anteriormente.

Se, de fato, o africano Cassio foi o primeiro escravo ganhador, aquele que deu origem ao negócio, apenas 16 anos separam o início com 1 escravo ao montante de 203 cativos no ramo. O crescimento exponencial daria, em média, uma dobra no número de escravos a cada ano e meio, ou cerca de 30% por semestre. Por outros meios, começando em 1849 com um único, em meados de 1851 seriam 2, em 1853 seriam 4, em meados de 1855 já seriam 8 e em 1857, 16, e assim por diante ao menos 8 vezes. As mais difíceis de serem imaginadas seriam as últimas dobras, 32 escravos, ano e meio depois 64 escravos, outro ano e pouco, 132 escravos. Difíceis de acreditar não apenas pelo volume, mas também pelo contexto de escassez crescente de escravos à venda.

No entanto, alguns anos depois de seu inventário, a viúva Maria dos Prazeres Porto deu entrada em um pedido de licenciamento para 49 escravos ao ganho, todos ditos como da Costa da Mina. Destes, assim como dentre os 202 escravos constantes no inventário, alguns certamente eram de idade incompatível com o tráfico lícito. Contas feitas, o resultado é o que está exposto na Tabela 4:

Tabela 4 – Distribuição da escravaria assinalada como “Mina” de Vicente Pereira da Silva Porto (1865)

FAIXA ETÁRIA	PERÍODO DE NASCIMENTO	NÚMERO DE ESCRAVOS	% DE ESCRAVOS
De 27 a 33 anos	1832 a 1838	28	14
De 34 a 48 anos	1817 a 1831	172	85
Acima de 49 anos	1816 ou antes	2	1
Total	–	202	100

Fonte: Inventário *post-mortem* de Vicente Pereira da Silva Porto, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

A Tabela 4 foi construída considerando que o tráfico era ilícito desde 1831 e o inventário foi constituído no ano de 1865. Assim, escravos entre 27 e 33 anos, isto é, nascidos entre 1832 e 1838, necessariamente foram adquiridos após a vigência da lei regencial contra o tráfico. Aqueles que nasceram entre 1817 e 1831, ou seja, tinham até 15 anos (idade média da chegada de africanos no Brasil, nesse período), quando a lei

regencial contra o tráfico entra em vigor, possivelmente foram adquiridos igualmente de modo ilícito. Apenas os nascidos antes de 1817, o equivalente a 1% da escravaria de origem africana, já tinham mais de 15 anos de idade e provavelmente chegaram ao Brasil antes da proibição do tráfico. Considerando que Cassio, o primeiro escravo que encontramos licenciado ao ganho por Vicente só aparece em 1849; é possível que, se foram adquiridos diretamente do tráfico atlântico, tenham sido todos eles adquiridos ilicitamente.

De fato, como observam Marquese e Tomich (2010), as autoridades governamentais pouco ou nada fizeram para garantir que o efeito maior da lei de 7 de novembro de 1831 chegasse aos seu beneficiários. Dito de outro modo, não obstante a lei garantisse que os africanos chegados ao Brasil após 1831 fossem libertados, a aplicação dela foi, para dizer o mínimo, deficitária o suficiente para que surtisse pouquíssimo efeito.

Apesar de pouco eficaz, a lei de 7 de novembro de 1831 em seu primeiro artigo ordenava a libertação de todos os escravos que, a partir daquele momento, entrassem no território brasileiro. Dito de outro modo, os cativos que chegassem a solo brasileiro depois dessa data seriam homens e mulheres livres, não podendo mais ser convertidos em escravos. No entanto, se tomarmos Salvador, cidade por onde Vicente entra no Brasil e à qual volta ao menos duas vezes, a título de exemplo, apesar da queda inicial nas vendas de escravos, em 1840 já estava plenamente instalado o comércio clandestino.

Certamente os navios não mais aportavam no cais de Salvador tão livremente. Não obstante a isso, as estimativas dão conta de que entre 1831 e 1850 chegaram a Salvador cerca de 116 mil africanos, com uma média de 6 mil por ano. Pelo menos 162 navios saíram de Lagos ou de outros portos do golfo do Benin durante esses anos, antes de o comércio ser definitivamente fechado no início da década de 1850 (Graham, 2012, p. 35). Mesmo proibido, o tráfico ilícito foi capaz de ajustar-se a novas situações e novos problemas que resultaram da interferência britânica, logrando se manter de pé, graças à conivência das autoridades locais, participantes da nova cadeia formada pelo comércio, suborno e lucro que a ilicitude gerou. Assim,

nem um só juiz de paz ou qualquer outro funcionário público pensaria em intervir em qualquer parte do negócio. Sendo o tráfico essencial à riqueza

e progresso do país e as autoridades impedidas de cumprir seu dever por cumplicidade, medo, ou pela opinião pública, a nação como um todo desdenhava essa lei que ameaçava os mais ricos e respeitáveis cidadãos do império com julgamento e prisão. (Conrad, 1985, p. 110)

A manutenção do tráfico negreiro é facilmente compreendida em função dos preços dos escravos nos mercados africano e brasileiro, termômetro monetário das condições de oferta e procura nos dois continentes. O preço dos escravos na costa africana caiu para a quarta parte de seu nível anterior. No mercado do Rio de Janeiro, por outro lado, no coração da região cafeeira, onde era maior a demanda por escravos, os preços estavam subindo em abril de 1831. De acordo com Conrad, “o Rio de Janeiro e suas vizinhanças é agora um grande mercado de escravos” (Conrad, 1985, p. 135). Certamente foi a esse “grande mercado” – no Rio ou em Salvador – que Vicente recorreu para comprar alguns, senão todos, os cativos a serem licenciados e postos ao ganho.

Algumas considerações finais

Como dito anteriormente, não sabemos em quais condições financeiras teria o jovem Vicente, com seus 18 anos, aportado no cais soteropolitano. Postulamos, com base em um punhado de indícios, que tenha chegado sem fortuna. Mas o mesmo não se pode dizer de quando partiu para o cais da Eternidade, talvez para uma das barcas narradas por seu compatriota e também Vicente. Por certo mesmo se tem é que, em mais ou menos meio século, amealhou uma invejável fortuna distribuída em escravos, bens de raiz e investimentos. Vicente pode ter sido um *self made man* luso-brasileiro, mostrando que iniciativa e espírito liberal não eram visceralmente incompatíveis com a escravidão. Até onde sabemos, trata-se de um caso único de terceirização de mão de obra em larga escala. É possível que outros empresários não tenham sido tão bem-sucedidos como Vicente, mas é igualmente possível que o negócio da escravidão ao ganho tenha sido um pouco mais amplo no século XIX do que se costuma pensar.

Paroxismo de uma prática ou caso único, o inventário de Vicente Pereira da Silva Porto é uma daquelas fontes que nos deixam com mais

perguntas que respostas, um daqueles documentos que nos ajudam a repensar alguns axiomas repetidos à exaustão, mas que nem sempre se sustentam perante a pesquisa empírica.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

- INVENTÁRIO *post-mortem* de Vicente Pereira da Silva Porto, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1865.
- REGISTRO de movimentação de portugueses no Brasil, Arquivo Nacional, códice 0381, v. 8, fl. 252.
- SOLICITAÇÃO feita à Câmara Municipal do Rio de Janeiro no dia 22 de novembro de 1849, com o requerimento para pôr ao ganho o escravo Cassio de nação Mina. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Série Escravidão, códice 6.1.44.

Fontes impressas

- ALMANAK Laemmert*, vários anos. Disponível em <<http://www.crl.edu/brazil/almanak>>.
- COLEÇÃO das leis do Império do Brasil*. Tomo XXXI, parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial, 1871.
- PERIÓDICOS cariocas: *Correio da Manhã*, 13/5/1851, 8/8/1851, 20/1/1856; *Correio da Tarde*, 11/3/1859; *Diário do Rio de Janeiro*, 16/12/1854, 20/1/1856, 28/3/1856, 25/3/1862 (consultados via Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

Bibliografia

- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822). Petrópolis: Vozes, 1988.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. V. I. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1954 (1. ed. em francês de 1835-1839).
- EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- ENGEMANN, Carlos. Os escravos do Estado e o estado de seus escravos: o caso da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820). *Cadernos de Ciências Humanas Especiaría*, v. 10, n. 18, p. 591-622, jul.-dez. 2007.
- FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.



- FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro imperial. *Revista USP*. São Paulo, n. 58, p. 104-115, jun.-ago. 2003.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz da senzala*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. Ser Mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Afro-Ásia*, n. 45, 2012.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tomadas durante uma estada de dez anos, de 1808 a 1818. São Paulo: Martins, 1942.
- MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico, jurídico, social. V. II. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1976.
- MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 3 v.
- MOREIRA, Carlos Eduardo. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.
- MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Taxas cambiais do mil-réis contra o dólar (1795-1913). VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e 8ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2007, Aracaju, p. 1-17.
- OCAMPO, José Antonio. O mercado mundial do café e o surgimento da Colômbia como um país cafeeicultor. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 449-482, out.-dez. 1983.
- PINTO, Luciano Rocha. *O avaliador de escravos e o mercado de almas da praça carioca (1808-1831)*. Rio de Janeiro: s.ed., 2005.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart. O Brasil colonial: c. 1580-1750. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. V. II: *A América Latina colonial*. São Paulo: EDUSP/FUNAG, 1999.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/CNPq, 1988.
- SOARES, Luiz Carlos. *O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7 Letras, 2007.
- SOARES, Mariza de Carvalho. Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. *Revista Tempo*, v. 3, n. 6, dez. 1998.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- WALLACE-HADRILL, Eliot. *Houses and society in Pompeii and Herculaneum*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.





crédito hipotecário na expansão e auge da economia da borracha: características da praça de belém do pará (1870-1899)*

mortgage credit in the expansion and the boom of the rubber economy: belém do pará features market (1870-1899)

Leonardo Milanez de Lima Leandro**

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

Renato Leite Marcondes***

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

Fábio Carlos da Silva♦

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

RESUMO

O estudo analisa o crédito hipotecário em Belém do Pará. O objetivo foi identificar as características desse recurso financeiro dentro da economia da borracha, sendo um

ABSTRACT

This paper analyzes the mortgage credit on Belém do Pará. Objective was to identify the characteristics of this financial resource inside of the rubber economy, being a pioneer

* Este artigo resulta de um trabalho de cooperação entre os grupos de pesquisa em História Econômica e Planejamento Público na Amazônia, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), e História da Economia Cafeteira, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP), apoiado pelo CNPq através de uma bolsa SWP, Processo n. 300.119/2012-7. Agradecemos os comentários dos congressistas do VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 5ª Conferência Internacional de História Econômica que estiveram presentes na Sessão Ordinária Brasil e América Latina no Século XIX: Crédito e Finanças no Brasil do Século XIX, presidida pela professora doutora Rita Almico, e, especialmente, à Comissão Científica do evento pela indicação deste texto à publicação na *Revista História Econômica & História de Empresas*. Agradecemos ainda aos comentários e sugestões dos revisores do periódico.

Submetido: 21 de outubro de 2014; aceito: 21 de março de 2015.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo mesmo programa. *E-mail*: leo.milanez@gmail.com

*** Professor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP. Doutor em Economia pela USP. *E-mail*: rlmrcon@usp.br

♦ Professor do NAEA/UFPA. Doutor em História Econômica pela FFCH/USP. *E-mail*: fcsilva@ufpa.br



estudo pioneiro para a região. Os dados analisados correspondem aos registros de 2.175 documentos, que foram coletados no Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém, especificamente do Livro de Registro de Hipotecas (livros 2 – A, C, F), abrangendo o período de 1870-1899. Os resultados da pesquisa apontaram para uma dinâmica de crédito local, com pouca participação de agentes ou capitais de fora do país ou mesmo da região amazônica. Supõe-se, portanto, que tal recurso foi utilizado para estimular os investimentos não somente na produção de borracha, mas na própria economia paraense, dinamizando-a nessa fase da expansão e do auge da atividade gomífera.

Palavras-chave: Hipoteca. Borracha. Crédito local. Comércio. Belém.

study for the region. The data analyzed correspond the registers of 2,175 documents, collected in the Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém, specifically of the Livro de Registro de Hipotecas (books 2 – A, C, F), covering the period 1870-1899. The research results indicated a dynamic of local credit, with few participation of agents or capital out of the country or even of the Amazon region. It is assumed, therefore, that this resource was used to stimulate the investments not only in the production of rubber, but in the state of Pará economy, stimulating it on this phase of expansion and peak of rubber activity.

Keywords: Mortgage. Rubber. Local credit. Commerce. Belém.

Introdução

O extrativismo é o fundamento da formação econômica da Amazônia (Prado Jr., 2008; Furtado, 2007; Santos, 1980; Costa, 2010, 2012). A borracha, em específico, foi o principal e hegemônico produto da economia regional no século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Ampliando sua contribuição para a economia nacional num movimento crescente de sua participação relativa na cesta de produtos exportados pelo Brasil¹, desde a década de 1860 já representava mais de 60% das exportações do Pará (Pará, 1870a).

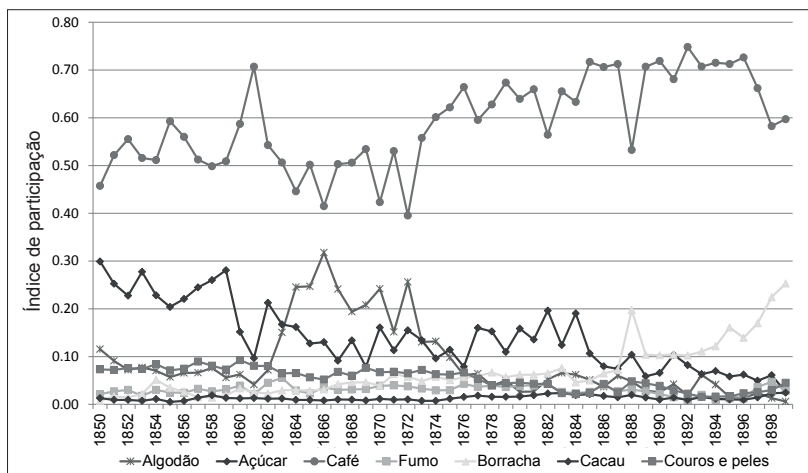
No âmbito nacional, desde o ano de 1869 a economia da borracha já havia superado, em participação relativa, a posição ocupada pela exportação de fumo e equiparava-se à exportação de couros e peles. Entre os produtos exportados pelo Brasil, estava atrás apenas do café, do açúcar e do algodão, os três principais produtos da agricultura brasileira, sobre os quais havia sido erguida boa parte de sua estrutura socioeconômica.

¹ Embora haja indícios de que sua participação, entre as mercadorias exportadas pelo Brasil, tenha sido iniciada já no século XVII, após carmelitas portuguesas, em missões no alto Solimões, noticiarem seu uso entre os indígenas daquela região (Penna, 1864), os dados oficiais disponíveis apontam a sua presença, na pauta de exportações do Brasil, apenas a partir do ano de 1827.



Contudo, a economia algodoeira, assim como a açucareira, não demoraria muito a ceder espaço à economia da borracha. Ao final do período imperial, a produção para exportação de borracha havia se tornado a segunda atividade de maior importância para a acumulação de capital e arrecadação de tributos à Fazenda Pública do Brasil (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Participação relativa dos principais produtos para a exportação do Brasil (1850-1899)



Fonte: Dados brutos (quantidade e valor das exportações), IBGE (1990). Tabulação dos dados e elaboração dos autores.

Ainda na primeira metade do século XIX, as inovações introduzidas por Thomas Hancock, Charles MacIntosh e Charles Goodyear consolidaram as pesquisas iniciadas no século XVIII, com vistas ao aproveitamento e à aplicação industrial da goma elástica amplamente utilizada pelos indígenas da Amazônia, e criaram uma demanda primitiva para aplicação industrial, definitivamente difundindo o uso da borracha como matéria-prima.

De acordo com Santos (1980), as manufaturas de borracha começaram a ser produzidas industrialmente por volta de 1803, quando a primeira fábrica foi aberta perto de Paris. Em Viena, a segunda fábrica foi aberta em 1811 e a terceira, em 1820, começou a operar na Inglaterra, onde as inovações e invenções de Hancock ampliaram a escala de produção da indústria de borracha na Europa. Persistia, contudo, o problema da

estabilização da borracha, que pelos métodos de tratamento conhecidos ficava pegajosa ao calor e inflexível no frio. Tal problema foi parcialmente resolvido por Macintosh por volta de 1823, na Escócia, mais definitivamente transposto por Goodyear em 1839, quando descobriu o processo de vulcanização nos Estados Unidos, onde a primeira fábrica havia surgido em 1833.

Estavam postas as bases de um setor do departamento industrial que criou uma demanda crescente pela borracha amazônica, ligada às necessidades de bens de consumo (roupas e calçados impermeáveis, borrachas de apagar) e ao mesmo tempo às necessidades industriais (correias, mangueiras, blocos amortecedores, lâminas contra infiltração em embarcações etc.). As inovações e os processos de tratamento descobertos por Macintosh e Goodyear foram patenteados em 1844, na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente. Isso representou o ponto de partida de uma trajetória econômica da região amazônica, e outras zonas tropicais, tendo como principal força motriz a exploração florestal da goma elástica, cujo uso vinha sendo amplamente difundido. A partir daí, intensificou-se a demanda pelo produto, implicando o impulso necessário à pujança observada na economia amazônica pelas sete ou oito décadas seguintes.

A exportação das primeiras 31 toneladas, registrada em 1827, dez anos mais tarde já havia se multiplicado em seis vezes, chegando em 1840 com a marca de 418 toneladas exportadas pelo valor de 257 contos de réis. Nos quatro anos seguintes, a produção exportada declinou a quase metade da produção de 1840 e tomou novo impulso com o aprimoramento da vulcanização, com seguidos incrementos na produção, até registrar 879 toneladas exportadas em 1850 pelo valor de 375 contos de réis, e ultrapassou a barreira das mil toneladas já no ano seguinte, quando a exportação registrou 1.395 toneladas, ao valor de 1.047 contos de réis.

Na década de 1850, o Barão de Mauá passou a explorar a navegação na região, promovendo a incorporação dos navios a vapor ao seu sistema de transportes, desse modo transpondo um dos limites da economia da borracha: o tempo de transporte das mercadorias, diminuindo os riscos das operações de abastecimento dos seringais e do escoamento da crescente produção de borracha. Já em 1854 a quantidade exportada superou a casa das 2 mil toneladas, mantendo-se nesse patamar médio

até 1862, e alcançando a média de 3,3 mil toneladas até 1866. Com o movimento crescente das exportações, até mesmo o setor de transportes cresceu de modo que outras companhias fluviais passaram a navegar pelos rios da região, atendendo o comércio interior e a demanda pelo transporte da borracha. A essa altura, por meio do Decreto n. 3.749, de 7 de dezembro de 1866, lido em cerimônia, em Belém, aos 7 de setembro de 1867, o rio Amazonas e outros estavam abertos à navegação estrangeira².

A descoberta do processo de vulcanização havia deflagrado um novo estímulo externo, cujo vigor e duração deram novo impulso à economia amazônica. O privilégio de navegação dos rios oferecido ao Barão de Mauá, depois quebrado e instituído o direito de outras empresas de “nações amigas” a executarem os serviços de transporte a vapor pelos rios da região resolveu o problema técnico dos transportes para o abastecimento das zonas produtivas de gêneros extrativos e de escoamento da produção desses gêneros. Contudo, a demanda ainda era muito superior à oferta, criando possibilidades para que outras zonas tropicais, como a América Central, a África e a Índia, viessem a colocar suas produções no mercado mundial, mas sem ameaçar, ainda, a posição hegemônica e quase exclusiva da Amazônia (Santos, 1980; Ajayi, 2010; Boahen, 2010).

Mas permanecia ainda o problema da escassez de mão de obra. Para ampliar a oferta, era necessário ampliar a força de trabalho empregada na extração, pois à técnica, simples e rudimentar, não havia sido oferecida solução para melhorar a produtividade³. Tal problema começou a ser resolvido com deslocamentos intrasetoriais de mão de obra, além dos deslocamentos intrarregionais de pessoas em direção à região (Fur-

² O referido decreto foi lido pelo Sr. Joaquim Raimundo Lamarc, presidente e comandante das armas da Província do Pará, a bordo da corveta a vapor *Pavaense*, ao noroeste da ilha de Cotijuba. Participaram da cerimônia três vapores da Cia. de Navegação e Comércio do Amazonas, *Belém*, *Soure* e *Inca*, a corveta a hélice *Metheroy*, da frota imperial, o vapor *Odorico Mendes*, da Cia. de Navegação Costeira do Maranhão, e ao vapores do governo *Jurupense* e *Pará*, a serviço da província. Estiveram presentes na ocasião, além do que de mais representativo havia da alta sociedade paraense, representantes de “nações amigas”, tais como França, Portugal, Áustria, Alemanha e Dinamarca (cf. Arquivo Público do Pará, Fundo da Secretaria da Presidência da Província, códice n. 1.408).

³ Há que se notar que até os dias atuais, na Amazônia, a técnica de extração do látex se mantém a mesma, consistindo na realização de uma incisão na casca das árvores, por onde escorrerá o látex a ser aparado em vasilhame assentado ao final da incisão.

tado, 2007; Santos, 1980). A expansão da atividade gomífera, motivada pelos lucros crescentes, absorveu a mão de obra de outras atividades, o que resultou no esvaziamento das lavouras e dos campos de criação, e de núcleos de povoação em formação (Bello, 1986).

A economia do aviamento, lastro dos negócios da borracha, atravessava uma fase de franca ampliação de seu volume, contando com a crescente incorporação de força de trabalho e zonas produtivas. Santos (1980) estima que a população ocupada nos negócios da borracha saltou de 5 mil para 31 mil indivíduos entre 1850 e 1870, atraídos de outras províncias ou desviados de outras atividades no setor primário, sobretudo das atividades agrícolas.

Tendo como polo principal a praça comercial de Belém, a mais importante do Norte do Brasil, a expansão da economia da borracha mobilizou recursos materiais e humanos, para aproveitar a oportunidade de colocação, no mercado internacional, da matéria-prima, cuja rápida expansão era resposta à demanda crescente das economias industrializadas, mesmo antes da indústria de pneumáticos, elo da cadeia automobilística, que revolucionou o mundo dos transportes ao final daquele século (Furtado, 2007). Restava ainda uma estrutura de financiamento para o empreendimento extrativo, o que ocorreu sob o signo do aviamento, uma modalidade de crédito simultaneamente para produção e consumo.

Apesar dos excelentes estudos no campo da história econômica e história de empresas (Santos, 1980; Weinstein, 1993; Benchimol, 1999; Costa, 1993, 2012), o desenvolvimento e as características dessa economia gomífera ainda carecem de estudos historiográficos que apontem especificidades de seu funcionamento. Há que se notar o ensaio realizado pelo professor Roberto Santos (1968), que caracteriza o *modus operandis* da firma aviadora, discutindo as possibilidades de equilíbrio da firma, e os significados institucionais das relações que são estabelecidas na cadeia hierárquica do aviamento, indicando os vínculos que possibilitavam a articulação das “áreas mais interiorizadas com o mercado evoluído do exterior e dos centros mais adiantados do país” (Santos, 1968, p. 24), com a ressalva de que a pouca monetização dessa economia limita tal articulação.

Mesmo na excelente caracterização e análise da origem do capital e do sistema de crédito empreendida em *História econômica da Amazônia*,



Santos (1980) não esmiúça as facetas que assumiam a parcela do crédito da cadeia do aviamento. Por outro lado, os estudos apontam alguns dos instrumentos utilizados para dinamizar as atividades consideradas socialmente relevantes e economicamente rentáveis na Amazônia. Entre esses instrumentos, as hipotecas.

Tal instrumento também é apontado por Barbara Weinstein (1993, p. 38), quando comenta sobre os agentes envolvidos na cadeia do aviamento, comparando, inclusive, as formas de dívida que implicavam um regime de servidão, tanto do seringueiro para com o patrão, quanto do patrão seringalista para com as casas aviadoras: “a síndrome do débito afligia o desprezado patrão tanto quanto os seringueiros, uma vez que ele próprio era um ‘escravo’ das casas comerciais das grandes cidades, que poderiam ameaçá-lo com a execução de sua hipoteca”⁴.

De modo pioneiro, analisam-se, aqui, os registros de hipotecas. Com as transformações estruturais em curso na segunda metade do século XIX, quais as características e que importância tal instrumento veio a ter na indução da dinâmica das atividades produtivas no Pará, especialmente no aviamento?

As hipotecas como fontes e outros dados

Utilizou-se, como fonte de dados primários, o Livro de Registro de Hipotecas (livros 2 – A, C, F), localizado no Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém (1SRI), de onde foram compulsados 2.175 registros de hipotecas, compreendendo os anos entre 1870 e 1899. Os registros informam datas das operações, local de moradia e profissão de credores e devedores, valores, prazos e taxas de juros das operações, localização, tipo e características do imóvel ou direito oferecido em garantia⁵.

⁴ Santos (1968) e Weinstein (1993) apontam, entre outros documentos, as hipotecas como prováveis meios para financiar a produção de borracha, sem, entretanto, analisar, como aqui se fará, as características desse mercado. Note-se que, apesar de levantar essa possibilidade, os objetivos de seus trabalhos não é realizar tal análise. Apontam a possibilidade de utilização do meio sem pretender analisar suas características.

⁵ Além dos imóveis, carta de patente e partes que cabiam aos devedores em partilhas de bens deixados em herança foram oferecidos como garantias de algumas hipotecas.



Oferecem, portanto, considerável riqueza de dados que permitem fazer análises a respeito da conformação do mercado de crédito⁶.

Adicionalmente, foram consultados os Relatórios dos Presidentes da Província do Pará, na intenção de observar as análises a respeito dos efeitos da atividade gomífera, bem como da situação econômica da província, além do que oferecem dados sobre produção de gêneros diversos que permitem aproximações e inferências interpretativas. Outros dados foram obtidos no Banco de Dados do IPEA, e em documentos disponíveis nas bases da Biblioteca Virtual do IBGE e Biblioteca do Ministério da Fazenda (Memória Estatística do Brasil).

A utilização dessas fontes para investigar questões específicas do funcionamento da economia brasileira, e mais especificamente da economia cafeeira, tem oferecido boas perspectivas para a compreensão de seus processos de financiamento. Veja-se, por exemplo, o papel que exerceu na economia e cafeicultura, fornecendo subsídios para a instalação e manutenção de lavouras em áreas do Vale do Paraíba (Sweigart, 1980; Marcondes, 2002).

Investiga-se o crédito hipotecário, a fim de identificar as características desse mercado de crédito na economia paraense, no período de expansão e auge da economia gomífera, ou seja, a partir da década de 1870, quando a economia açucareira, em trajetória descendente, dando os sinais de seu esgotamento desde a década de 1830, vai ceder à borracha espaço relativo na cesta de produtos exportados pelo Brasil. De 1888 até 1917, a borracha foi o segundo produto de exportação mais importante da economia brasileira. No tocante ao crédito para o financiamento das atividades produtivas na Amazônia, essas fontes menos usuais têm significativa relevância para a compreensão da dinâmica de acumulação na região, mas ainda não haviam sido consultadas.

Supõe-se, portanto, que as hipotecas foram utilizadas para estimular a economia paraense, alavancando-a nessa fase da expansão e dinamizando-a no período do auge da atividade gomífera.

O texto está organizado em cinco seções, a contar desta introdução. Na sequência, são pontuadas as transformações na população e econo-

⁶ A nova legislação hipotecária (Lei n. 1.237, de 24 de setembro de 1864, e o referido regulamento de 1865) possibilitou a ampliação dessa forma de crédito, por meio de maior publicidade, especificidade e garantia dos empréstimos.

mia do Pará, especialmente em Belém, um breve comentário a respeito do crédito na economia do aviação, para então serem analisadas as características do crédito hipotecário na praça de Belém. As considerações finais encerram o estudo.

1. O Pará ao final do século XIX: população e economia

O Pará era a principal zona da economia gomífera e Belém, a capital da borracha e o centro dinâmico da economia da Amazônia, que experimentou, ao final do século XIX, um expressivo crescimento demográfico, muito superior a Manaus. Mesmo que os habitantes de Manaus representassem algo pouco superior à metade da população do Amazonas, indicando uma concentração urbana maior que Belém, era essa cidade que se constituía na metrópole da borracha (Klein, 2012). A exploração de seringais mais ao interior, no curso alto dos rios Purus e Acre, só viria a oferecer uma contribuição significativa no século XX.

Em 1872, ano do primeiro e sistemático recenseamento realizado, a população de Belém era de 61.997 pessoas, representando mais de um quinto da população paraense, que totalizava 275.254 habitantes. Enquanto a população do Pará foi aumentada a uma taxa anual de 2,43%, alcançando 445.356 habitantes no recenseamento realizado em 1890, a população de Belém sofreu uma baixa de 11.933 pessoas e totalizou 50.064 habitantes⁷. Ainda assim, contabilizava 11.344 pessoas a mais que em Manaus. Na realização da contagem de 1900, o Pará mantinha-se com uma população que representava quase o dobro da do Amazonas (445.356 contra 249.756) e Belém seguia na mesma esteira em relação a Manaus (96.560 contra 50.300). É a partir da análise desses números que Klein (2012) conclui ser Belém o principal polo da economia amazônica.

Os incrementos observados derivaram, em grande parte, do fluxo migratório de populações localizadas no Nordeste brasileiro, sobretudo na região semiárida, especialmente no Ceará, em direção à Amazônia.

⁷ É provável que a contagem não tenha considerado os contingentes libertos pelos expedientes de 1871 (Lei do Ventre Livre), de 1885 (Lei dos Sexagenários) e 1888 (Lei da Abolição). Em Belém, o Censo de 1872 anotou 8.847 pessoas como escravas, entre os 61.997 habitantes.

Segundo Muniz (1916), até 1889 haviam entrado no Pará 18.173 pessoas consideradas imigrantes, e 17.166 foram cearenses expulsos pelas secas ocorridas nos anos de 1877-1878 e 1888-1889. Note-se que os dados discutidos pelo autor estão referidos às anotações oficiais de contratos de colonização e dos serviços de colocação de imigrantes, ou seja, correspondem às anotações dos programas oficiais de colonização levados a termo pelo governo paraense. Desse modo, são dados subestimados para o conjunto do movimento migratório para a Amazônia.

Foi ainda na década de 1870 que o governo provincial deu início a uma política sistemática de colonização de áreas consideradas próprias para a atividade agrícola. Tal política de colonização, privilegiando, por fatores ideológicos (Emmi, 2009), a população branca europeia, teve início no ano de 1872, quando da instalação da colônia de Benevides a cerca de 29 quilômetros de Belém. Essa política de colonização se estendeu pelas décadas seguintes, todavia sem oferecer as contribuições que dela se esperava.

Não são de contribuição significativa para o total da população as imigrações de estrangeiros no Pará, embora seja notável sua importância nos domínios econômico, técnico, profissional e cultural (Emmi, 2009). Vale lembrar que as imigrações estrangeiras no Pará foram patrocinadas pelo governo provincial, tendo como projeto-âncora a Estrada de Ferro de Bragança (Leandro; Silva, 2012). No período de construção da ferrovia, diversas colônias agrícolas foram fundadas na Zona Bragantina do Pará, com vistas a diversificar a economia da província fundamentada no extrativismo. Essas colônias foram localizadas nas margens da ferrovia e eram o fundamento econômico desta. Com a ferrovia, a produção nos núcleos agrícolas teria transporte rápido para a capital, assim abastecendo a cidade e mesmo seringais mais próximos.

Contudo, boa parte dos imigrantes trazidos para essa região preferiu se dirigir para os centros urbanos, especialmente Belém⁸. Exerceram atividades de prestação de serviços, criaram estabelecimentos comerciais, pequenas fábricas de calçados, alfaiatarias, ourivesarias e desempenharam funções consideradas subalternas, como as de engraxates, jornaleiros,

⁸ Os programas oficiais de colonização trouxeram imigrantes de diversas nacionalidades. Todavia, era de origem portuguesa a maior parte desse contingente, seguidos dos de origem italiana e depois pelos espanhóis.

verdureiros, carregadores, estivadores, ferreiros e outras profissões de menor prestígio social. Os italianos, especificamente, desempenharam atividades comerciais, principalmente nos ramos de gêneros alimentícios, materiais de construção, joias, confecções e calçados, por vezes produzidos nos próprios estabelecimentos (Emmi, 2009).

Entre os portugueses, maioria absoluta na imigração de estrangeiros para o Pará, muitos desempenharam atividades no comércio, em que constituíram, pela experiência acumulada, parte do capital comercial responsável pelo comércio internacional através da importação de mercadorias para o aviamento e abastecimento das casas comerciais da praça de Belém, daí partindo para os seringais no interior. Baseada em sólida documentação, Edilza Fontes (2003) aponta o trabalho no comércio como a principal atividade exercida por esses imigrantes. Com o crescimento urbano de Belém, os postos de trabalho abertos pelos bancos, casas aviadoras e serviços urbanos foram ocupados, em parte, por esses imigrantes portugueses, constituindo-se num contingente de significativa importância para a formação do mercado de trabalho em Belém, ao final do século XIX (Fontes, 2009).

Sobre os deslocamentos intrarregionais mencionados acima, tendo em mente que a atividade gomífera era criticada pela elite política e agropecuária por demandar força de trabalho empregada em outros setores da economia paraense, e que algumas localidades nas cercanias de Belém foram formadas com base da agricultura de exportação, sobretudo na produção açucareira, observem-se algumas deduções simples com os dados dos Censos de 1872 em relação ao de 1890.

As freguesias de Barcarena e Acará, tradicionais na produção açucareira, a primeira pertencente ao município de Belém e a segunda, ao município de Moju, no Censo de 1872 contavam uma população de 4.409 e 5.917 pessoas, respectivamente. No ano de 1890, foram computados 3.042 habitantes em Barcarena e 3.909 no Acará. As duas freguesias, já consideradas municípios em 1890, perderam, somadas, 3.375 moradores em 18 anos.

Por outro lado, as freguesias de Breves e Anajás, que formavam o município de Breves, apresentaram 694 e 5.028 habitantes, respectivamente, no ano de 1872. Essas freguesias estão localizadas na chamada região das ilhas, onde se iniciou a exploração de borracha voltada especificamente ao mercado mundial. No ano de 1890, as freguesias, agora

municípios, receberam um considerável fluxo migratório, passando Breves a contabilizar 12.593 habitantes e Anajás um total de 6.065 pessoas. Nos 18 anos que separaram os levantamentos populacionais, um contingente de 12.936 pessoas incrementou as populações desses municípios. Pode-se inferir que as antigas zonas de produção agrícola para exportação estavam mesmo em decadência, em função da saída de trabalhadores em direção as zonas de produção de borracha.

A borracha tornou-se o principal produto da economia paraense e, ao final da década de 1860, já representava mais de 70% das suas exportações. No ano fiscal de 1868-1869, chegou à marca dos 72,9% do total, movimentando a quantia de 7,8 mil contos de réis (Pará, 1870a, p. 36; Pará, 1870b, p. 32). Cabe lembrar que alguma fração dessa produção exportada tem origem em seringais do Amazonas. Como em Belém estavam situadas as principais casas aviadoras e exportadoras, a maior parte da produção, mesmo de outros países limítrofes, era reunida em Belém, para depois seguir para os portos da Europa e dos Estados Unidos.

A quantidade de borracha exportada cresceu de modo surpreendente, chegando ao patamar das 4,7 mil toneladas em 1870, e mantendo-se num patamar médio de 5,4 mil toneladas até 1874, quando teve um pico de exportação da ordem de 6,7 mil toneladas, perfazendo o valor de 10,5 mil contos de réis. A demanda crescente pela borracha processou transformações na estrutura produtiva da economia amazônica, provocando deslocamentos intrassetoriais de mão de obra, além dos deslocamentos intrarregionais de pessoas em direção à região (Furtado, 2007; Santos, 1980).

No quinquênio de 1875-1879, o patamar médio das exportações de borracha oscilou em torno das 6,1 mil toneladas, mantendo-se o valor médio na casa dos 10 mil contos de réis. No ano fiscal de 1879-1880, a exportação de borracha chegou a representar 79% das exportações com origem na Amazônia, com um total de 6,8 mil toneladas exportadas. Juntos, borracha, castanha e cacau, os três principais gêneros de exportação da Amazônia, totalizaram nada menos que 94,9% das exportações naquele ano fiscal. Implica isso em dizer que as rendas do Pará e Amazonas provinham quase que exclusivamente da indústria extrativa, especificamente do ramo gomífero. A borracha já havia se tornado o terceiro produto mais importante do Império e não tardaria ultrapassar a produção de açúcar.

No quinquênio seguinte, esse patamar médio subiu um degrau na casa dos milhares no que se refere à quantidade exportada, alcançando as 7,4 mil toneladas médias, enquanto o valor médio da exportação marcou 11,9 mil contos. Atente-se para os anos de 1883 e 1884, que registraram um total de 7,5 e 9,1 mil toneladas exportadas, respectivamente. Por outro lado, uma significativa queda nos preços e mesmo nas relações de câmbio fez com que a marca dos 14 mil contos de réis anotados em 1883 caísse a 9,4 mil contos no ano de 1884.

A partir de 1885, a atividade retoma novo vigor até o período da transição republicana, quando a borracha definitivamente ultrapassará o açúcar em participação relativa na economia brasileira, mantendo-se nessa posição por todo o resto do século XIX, chegando a quase emparelhar com o café em 1910. O patamar médio da quantidade exportada no quinquênio 1885-1889 ficou em torno das 12,9 mil toneladas, partindo de 7,9 mil em 1885, passando pela marca das 17 mil toneladas no ano de 1888 e retraindo-se a 16 mil toneladas exportadas em 1889. Embora os preços externos tivessem sofrido uma retração, a desvalorização da moeda nacional fez com que o valor total da exportação chegasse à incrível marca dos 38 mil contos de réis.

O processo de vulcanização havia se vulgarizado e era amplamente difundido nas economias industriais da Europa e dos Estados Unidos. Tal fato operou na economia da Amazônia como um novo impulso para a demanda externa, estendendo a aplicação da borracha a praticamente todos os usos modernos, desde mangueiras, correias e calçados até equipamentos cirúrgicos, artigos esportivos e isolantes térmicos e elétricos (Santos, 1980). Até então, Weinstein (1993) avalia que o mercado da borracha esteve relativamente calmo. Para a autora, seu período mais agitado viria logo após a invenção de J. B. Dunlop, em 1888: a roda pneumática, e a “mania da bicicleta”. Tal evento foi precursor para a definitiva vinculação da indústria automobilística à atividade extrativa da borracha já no século XX.

Nos anos da transição republicana, as exportações mantiveram-se na casa das 16 mil toneladas, e o valor na casa dos 30 mil contos, graças à marca atingida em 1889, pois a inflação do período do encilhamento forçou os preços internos e externos para baixo, de tal modo que as 15,3 mil toneladas exportadas em 1890 totalizaram 25 mil contos de réis. Mesmo com a retração apresentada no ano seguinte, a elevação do

câmbio fez com que as 16,6 mil toneladas exportadas rendessem 27 mil contos de réis em 1891. E a partir daí, até o ano de 1895, continuou em trajetória ascendente, desde a quantidade exportada até a participação relativa da borracha na cesta de produtos da economia brasileira, chegando a alcançar um quarto das exportações em 1899. Isso se deveu às flutuações do câmbio, pois, em se tratando de uma mercadoria negociada no mercado internacional, remunerada em moeda estrangeira, a desvalorização da moeda nacional fez com que os valores das exportações computassem altas significativas. Após a elevada produção de 1895, da ordem de 27,7 mil toneladas, a queda nos preços internacionais de 1896 foi compensada pelo câmbio em favor da moeda estrangeira, que patrocinou a elevação do preço interno e um incremento da ordem de 30% no valor da produção exportada, mesmo que a quantidade fosse inferior ao ano anterior.

Embora a base econômica do Pará fosse o extrativismo, há que se considerar a tradição pecuária iniciada ainda no século XVIII pelos jesuítas, quando da instalação de fazendas de criação no arquipélago do Marajó. Em meados do XIX, além das fazendas do Marajó, o curso baixo do Amazonas, onde estão localizados os municípios de Santarém, Alenquer e Óbidos, entre outros, também se tornou uma importante zona de criação para o abastecimento regional⁹. A praça de Belém era abastecida com o gado criado no Marajó, que mesmo insuficiente era considerado de excelente qualidade até a década de 1870. Após isso, as dificuldades de transporte para Belém e as péssimas condições a que eram submetidos os animais a serem abatidos na capital rebaixaram a qualidade desse abastecimento. Por outro lado, exercia uma função de notável relevância na alimentação da população regional, juntamente com a atividade pesqueira (Santos, 1980).

Passado em revista o quadro geral da formação econômica regional, que aos poucos foi incorporando a força de trabalho necessária à am-

⁹ Essa zona do curso baixo do rio Amazonas e mais a do arquipélago do Marajó, em meados da década de 1850, contavam com pelo menos 22 fazendas de criação com registros de títulos de marca de sinal de gado (cf. Arquivo Público do Pará, códice n. 1.285A, Fundos da Presidência da Província). Entre os registros hipotecários coletados, 2 deles colocaram em garantia, além das terras da fazenda, mais de 9 mil cabeças de gado, evidenciando uma atividade com razoável possibilidade de abastecer o mercado de Belém.

pliação da oferta ao mercado internacional e definitivamente colocou Belém no circuito comercial internacional, por concentrar a maior parte das atividades comerciais necessária à viabilização da produção e exportação da borracha, em função dos impulsos externos criados pela vulcanização e pela invenção do pneumático, resta inquirir sobre a origem e as características do crédito para o aviamento do trabalho nos seringais.

2. O crédito na economia do aviamento

O esquema esboçado por Santos (1980), para delinear a composição das grandes categorias de agentes produtivos responsáveis pelo crescimento econômico regional, fornece a pista sobre a origem dos capitais que incitaram a descoberta de zonas produtivas e a ocupação destas, portanto a origem e o circuito que percorriam o capital que forneceu o crédito necessário para a expansão da economia amazônica e seu posterior desenvolvimento. De acordo com o autor, antes mesmo de a borracha começar a ter espaço na economia regional, sua procura era limitada basicamente pelos Estados Unidos e pela Europa, daí, portanto, partindo o capital inicial para dinamizar a produção ainda nas primeiras décadas do século XIX.

Esses agentes tinham a dupla função de exportar a produção extrativa e fornecer mercadorias importadas e crédito aos aventureiros ávidos pelo lucro rápido da atividade extrativa. Com o tempo, o número desses agentes dispostos ao financiamento se expandiu por imitação, abrindo espaço para a concorrência. Ocorre que os comerciantes portugueses já haviam desenvolvido um sistema peculiar de financiamento, assumindo os riscos da produção extrativista. Estavam postas as bases do aviamento, uma modalidade de crédito simultaneamente para produção e consumo, que consiste basicamente no fornecimento de mercadorias a crédito em troca de algum gênero extrativo (especialmente a borracha), numa cadeia de relações que vincula as casas exportadoras localizadas em Belém e Manaus aos produtores localizados nos seringais pelo interior da região amazônica e estes ao mercado internacional (Santos, 1968).

Nesse momento, ocorre uma divisão de funções, passando os agentes europeus e norte-americanos a se especializarem na exportação, deixando

a cargo dos portugueses, acostumados à prática do aviamento, a importação de mercadorias para o abastecimento do comércio e das zonas de extração. Contudo, essa oferta inicial de crédito se manteve dependente de agentes extrarregionais estrangeiros, que se aplicaram ao capital de risco, aos empréstimos a governos locais e ao financiamento de importações, tornando-se central para a produção de borracha.

Só depois da chegada do Barão de Mauá, na década de 1850, que, convidado pelo governo imperial, constituiu um dos maiores aportes de capital particular na região e passou a navegar os rios amazônicos em vapores, é que outros agentes privados de origem extrarregional, mas nacionais, participariam mais diretamente do financiamento de atividades na economia extrativista. Dedicaram-se a fornecer capital de giro para a manutenção de seringais através do financiamento de importações de cabotagem e, eventualmente, dinheiro. Desse modo, abasteciam as casas aviadoras, por sua vez responsáveis pela distribuição entre os aviados (comerciantes e seringalistas) e daí para o abastecimento dos comércios locais, que mediavam as trocas com os núcleos interioranos, e dos baracões nos seringais.

Outros comerciantes, sem reconhecimento legal e mesmo apontados como agentes clandestinos, portanto nocivos aos negócios da borracha, desempenharam papel fundamental no comércio interior: os regatões. Abastecidos na praça de Belém com toda sorte de mercadorias, navegavam pelos rios em demanda dos seringais, a fim de trocá-las por borracha, na intenção de realizar a produção obtida diretamente com os seringueiros, sem o conhecimento dos patrões seringalistas.

Para aviar o trabalho nos seringais, os seringalistas, e aspirantes ao posto, teriam que recorrer a determinados mecanismos financeiros, pois, detendo direitos exclusivos com seus subordinados, precisavam manter os seringais supridos dos gêneros essenciais à subsistência dos trabalhadores. O mecanismo usual para o financiamento era o aviamento: o financiamento por agentes exportadores localizados em Manaus e Belém.

Todavia, até que essa estrutura cooperativa entre várias frações de capital comercial (Costa, 2012) estivesse em perfeito funcionamento, empreendedores aspirantes a seringalistas utilizaram outros mecanismos para a obtenção do crédito necessário ao investimento na produção da borracha. Supõe-se que as hipotecas desempenharam papel relevante, mesmo depois da estruturação da cadeia do aviamento.

3. O crédito hipotecário na praça de Belém

Os dados analisados nesta seção correspondem aos registros de 2.175 documentos, coletados nos livros 2 – A, C, F, localizados no Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém. Note-se que a série de dados não corresponde, ou não é completa, a todo o período referido. Na época da pesquisa, os livros B, D, E não foram localizados no cartório, uma vez que se encontravam em processo de restauração. Assim, para traçar as características e inferir sobre o mercado de crédito em Belém, o conjunto dos dados foi analisado de modo a abranger as fases de expansão (1870–1874), correspondendo aos dados do livro 2 – A, do auge primário (1880–1885), correspondendo aos dados do livro 2 – C, e do auge mediano (1896–1899), correspondente aos dados do livro 2 – F.

Credores e devedores foram classificados em dois grandes grupos: particulares, composto por homens, mulheres e filhos menores representados por algum tutor, e coletivos, em que figuram bancos, companhias, instituições públicas, instituições vinculadas à Igreja, instituições de caridade e sociedades comerciais. As sociedades comerciais, em particular, correspondem a grupos de pessoas cujos dados não possibilitaram sua identificação enquanto pertencentes a uma mesma família. As companhias foram identificadas pelo caractere “&” na denominação.

Cumprir lembrar que a ausência de padronização nos registros implica certa dificuldade para uma identificação precisa e classificação quanto às ocupações. Por vezes, o nome era grafado com letras distintas (por ex., Souza e Sousa, Marcellino e Marcelino); um credor foi identificado como comerciante numa operação e noutra como negociante, e numa terceira como capitalista. Em outras situações, um capitalista também foi identificado como proprietário. O credor particular foi classificado como comerciante da mesma forma que uma companhia, ocorrendo o mesmo com a classificação de negociante. Houve até mesmo casos em que o perfil profissional do credor foi apontado numa operação e em outra não. Para estes, o registro sem profissão foi corrigido pelo que havia profissão apontada. De todo modo, os nomes foram padronizados em função da maior ocorrência, assim como para as identidades profissionais.

3.1 A fase de expansão (1870-1874)

No ano de 1870, foram registradas 83 hipotecas (13,8%) e o movimento de registro acompanhou a flutuação dos preços de exportação da borracha, ou seja, nos anos de preços altos houve uma correspondente elevação do número de registros de hipotecas, decrescendo esse número no ano de baixa do preço de exportação¹⁰.

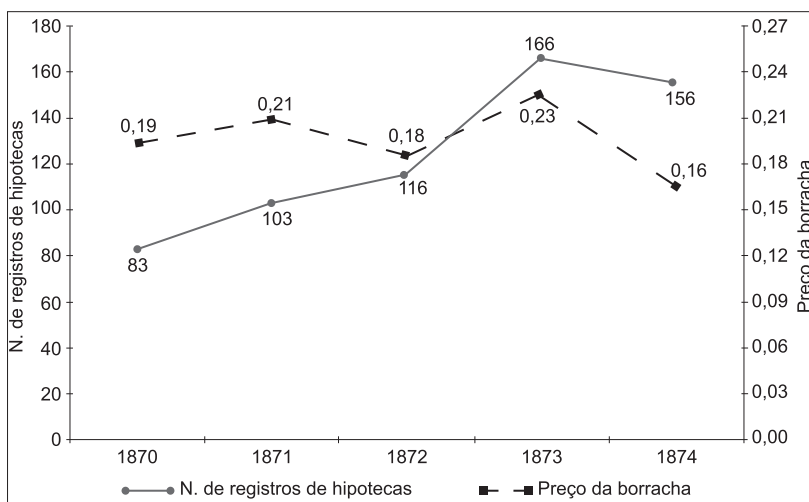
O ano com maior número de registros foi o de 1873 (27,5%), ano em que a borracha para exportação apresentou os melhores preços desde o primeiro registro de sua exportação, em 1827. Na série coletada, os meses com maior número de registros foram os de maio (11,2%), julho (10,7%) e março (10,5%). A distribuição em relação aos meses foi mais ou menos homogênea, tendo os mínimos de 5% e 6,7% nos meses de novembro e dezembro, respectivamente. Lembre-se de que há certa defasagem em relação aos registros desses meses, conforme anotado. Por estimativa, o número de registros no ano de 1874 pode ter chegado a algo em torno de 156 hipotecas, movimentando um valor não inferior a mil contos de réis¹¹. Assim corrigida, a série apresenta os meses de novembro e janeiro como os de menor número de registros.

Na fase de expansão, o valor total de crédito disponibilizado foi da ordem 3.369 contos de réis, colocados à disposição da economia paraense na seguinte proporção: 43,1 % pelos homens, 24,8% pelas companhias, 14% pelas instituições públicas, 12,2% pelos bancos, 5,3% pelas mulheres, 0,4% pelas sociedades comerciais e 0,3% por instituições vinculadas à Igreja católica. O valor médio das hipotecas ficou em torno de 5,6 contos de réis, com valores entre o máximo de 150 contos de réis e o mínimo de 129 mil-réis, tendo 5 documentos que não foram descritos valores em negociação, sendo 1 correspondente a um lançamento por equívoco do tabelião e 1 inscrição sem efeito com lançamento cancelado. O prazo médio foi de 13,5 meses, variando entre o má-

¹⁰ A série de documentos coletados é incompleta para o ano de 1874, pois a última inscrição do livro 2 – A foi realizada em 30 de outubro de 1874. Para completar a série até o final do ano, seria necessário dispor do livro 2 – B, que na ocasião da pesquisa não foi localizado no cartório.

¹¹ Registre-se que, sem a série completa, a estimativa sugere uma retração no número de registros que pode não ter havido. Em todo caso, o volume de recursos transacionados denota o caráter expansivo do mercado de crédito.

Gráfico 2 – Preços de exportação da borracha e número de registros de hipotecas por ano (1870-1874)



Fontes: Dados brutos (quantidade e valor das exportações), IBGE (1990); Livro 2 – A, Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém. Tabulação dos dados e elaboração dos autores.

ximo de 240 meses e o mínimo para pagamento imediato, no dia de registro no cartório de notas e ofícios¹², contendo a amostra 55 documentos em que não foram informados prazos e outros 3 com prazo indeterminado. Os juros médios foram de 13,5% ao ano, com variação entre o máximo de 36% e o mínimo de 6%, e em 31 registros não havia juros informados. Registrem-se, ainda, 53 documentos que não informavam nem prazo nem juros.

a) Perfil dos credores

Os particulares foram credores em 440 operações (73,3%), e os coletivos registraram 160 hipotecas (26,6%), tendo ainda 1 registro sem identificação do credor (0,2%). Entre os primeiros estão homens e mulheres, e entre os credores coletivos podem ser enumerados companhias, instituições públicas, bancos, Igreja e sociedades comerciais. Dos credores particulares, os homens estiveram à frente de 385 operações

¹² Possivelmente já vencida, que era formalizada para facilitar o recebimento.

(87,5%) e as mulheres, em 55 (12,5%). Dos credores coletivos, 106 hipotecas eram encabeçadas por companhias (66,3%), 36 por instituições públicas (22,5%), 14 por bancos (8,8%), tendo ainda 2 registros cujos credores eram instituições vinculadas à Igreja católica (1,3%), e 2 registros tendo como credores sociedades comerciais (1,3%). A maioria absoluta desses agentes (86,2%) residia no Pará, e 51% estavam domiciliados na zona urbana de Belém. Em 36 casos (6%) não foi registrado o domicílio, 2 pessoas residiam na Província do Amazonas e 5 na corte do Império (Rio de Janeiro).

Para 130 casos (21,6%) não houve indicação da ocupação dos agentes. Entre esses casos estão 105 credores homens, 16 credoras mulheres, 8 companhias e o lançamento sem a identificação do credor. Entre as companhias estão incluídas algumas de relevo na economia do Pará, como a Companhia Estrada de Ferro Paraense, as firmas Barata, Paiva, Miranda & Cia. e Bento Rebelo de Andrade & Cunha, e o Cartório José de Castro. Assim, não foi possível estabelecer uma classificação ocupacional para o total de 122 casos. As identidades profissionais, ou ocupações, mais frequentes foram as de negociantes (20,8%), seguidas pelos comerciantes (17,5%), depois pela classificação genérica de proprietários (16%). Destaquem-se ainda as participações de empregados públicos (5,2%), capitalistas (2,5%), bancos (2,3%) e lavradores e médicos (2% cada).

Tabela 1 – Ocupação dos credores (1870-1874)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Negociantes	125	20,8
Comerciantes	105	17,5
Proprietário	96	15,9
Instituições Públicas	36	6,0
Empregado público	31	5,2
Capitalista	15	2,5
Banco	14	2,3
Lavrador	12	2,0
Médico	12	2,0
Outros	25	4,2
Sem registro	130	21,6
Total	601	100

Apesar das dificuldades em estabelecer uma precisa classificação, foram identificados pelo menos 340 agentes distintos.

b) Perfil dos devedores

Entre os particulares, que estiveram envolvidos em 570 hipotecas, 86,3% apresentaram homens e 13,7% apresentaram mulheres como titulares das dívidas. As coletividades eram titulares das demais 31 dívidas, entre as quais 51,6% eram as sociedades comerciais e 48,4% eram companhias. À exceção de 2 registros, todos os demais devedores eram domiciliados no Pará. Mais de três quartos tiveram seus domicílios registrados no município de Belém e suas freguesias (79%), e em 29,5% dos casos o registro do domicílio apontou apenas Belém, sem designar a freguesia. Ademais, nas freguesias que se pode considerar o núcleo urbano de Belém (e mesmo do Pará), estavam localizados 45,9% dos titulares das dívidas registradas. Os 2 registros de domicílio fora do Pará correspondem a 1 domicílio no rio Madeira, na Província do Amazonas, e 1 em Lisboa, Reino de Portugal.

Para 191 casos (31,8%) não houve registro de profissão para os devedores, e entre esses casos constam como devedoras a Companhia Estrada de Ferro Paraense, a sociedade comercial encabeçada pelos senhores Gentil Augusto Cardoso e Francisco Henrique de Mattos acompanhados das respectivas esposas, além do senhor Amaro Mauricio Marques¹³. Das identidades profissionais, foi mais frequente a classificação genérica de proprietários (38,4%). Depois, seguem-se lavradores (8%), comerciantes (5,2%), artistas (4,5%), negociantes (3,5%) e empregados públicos (3%). Os demais 34 casos foram identificados com diversas profissões, como advogado, engenheiro, farmacêutico, médico, tabelião, capitalista, caixeiro, carapina (carpinteiro), carroceiro, fazendeiro, ferreiro, joalheiro, padeiro, trabalhador etc. Entre os casos sem registro de profissão, estão incluídos 160 homens, 26 mulheres e 4 sociedades comerciais (Tabela 2).

¹³ A Companhia Estrada de Ferro Paraense realizou o maior empréstimo do período ora tratado, movimentando, no Banco Mauá & Cia. o montante de 150 contos de réis (livro 2 – A, fl. 289); a sociedade dos senhores Gentil Cardoso e Francisco Mattos tomou emprestada da firma Barata, Paiva, Miranda & Cia. a quantia de 115 contos de réis, configurando a segunda maior operação (livro 2 – A, fl. 139); e o senhor Amaro Mauricio Marques, na quarta maior operação do período, tomou emprestada da casa aviadora de Elias José Nunes da Silva & Cia., uma das mais importantes de Belém, a importância de 75 contos de réis (livro 2 – A, fl. 176).

Tabela 2 – Ocupação dos devedores (1870-1874)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Proprietário	231	38,4
Lavrador	48	8,0
Comerciantes	31	5,2
Artista	27	4,5
Negociante	21	3,5
Empregado público	18	3,0
Outros	34	5,6
Sem registro	191	31,8
Total	601	100

Os homens tomaram emprestado um valor total de 2.188 contos de réis em 492 operações, realizadas por 392 distintos agentes. As sociedades comerciais, que, em 16 operações realizadas por 13 agentes, fizeram empréstimos hipotecários no valor total de 542,8 contos de réis. As companhias tomaram emprestados, em 15 operações realizadas por 11 agentes distintos, 402,3 contos de réis. Por fim, as mulheres estiveram à frente da garantia de dívidas de um montante de 235,8 contos de réis, tomados emprestados em 78 operações por 74 pessoas diferentes.

c) Das garantias

Dos 601 registros compulsados, 97,2% foram garantidos com imóveis e o 2,8% restante correspondendo a 12 garantias com direitos, 1 com embarcação, 1 sem bens ou direitos descritos, 1 com a designação de “todos os bens móveis, imóveis e semoventes”¹⁴, e o documento corresponde ao lançamento por engano e o que teve a inscrição cancelada. Dos bens imóveis correspondem a 55,7% os prédios ou casas; 14,3% eram sortes de terras ou terrenos; 12,3% eram terrenos edificados ou benfeitados; 9,8% correspondiam a sítios, engenhos, fazendas ou ilhas; 3,3% a chácaras ou rocinhas; 1,3% eram estabelecimentos diversos, como oficinas, serrarias, olarias, além da ferrovia “com todo trem rodante e materiais a *ella* pertencentes; o terreno [...] e o privilégio concedido á mesma Estrada”¹⁵. Em relação à localização dos imóveis, 81,5% estavam

¹⁴ Livro 2 – A, fl. 162.

¹⁵ Livro 2 – A, fl. 289.

em zonas urbanas, 18,4% em zonas rurais, além de 1 imóvel localizado no Reino de Portugal. Todavia, tal classificação é limitada e imprecisa, uma vez que os imóveis descritos genericamente como rocinhas, por exemplo, podem se localizar em zonas intermediárias entre o urbano e o rural ou mesmo nelas inseridas.

Pouco mais de quatro quintos dos imóveis oferecidos estavam localizados em Belém, a maior parte localizada no núcleo urbano de Belém, ou seja, nas freguesias de Nossa Senhora da Graça da Sé (23%), Santíssima Trindade (22%), Sant'Anna da Campina (19,1%) e Nossa Senhora de Nazareth do Desterro (17,5%), e os demais em freguesias deslocadas do núcleo urbano da capital, entre as quais se destacam a de São Francisco Xavier de Barcarena e a de São Miguel de Beja, além de Nossa Senhora da Conceição de Benfica. Os outros imóveis de Belém estavam localizados em São Vicente de Inhagapy, Sant'Anna do Capim, São Domingos da Boa Vista e Nossa Senhora do Ó do Mosqueiro.

O segundo município onde havia mais imóveis hipotecados era Moju, com 11 imóveis na freguesia do Divino Espírito Santo de Moju, 13 imóveis na freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Cairary e 2 em São José do Acará. Depois o município de Igarapé-Mirim, onde 11 imóveis estavam localizados na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté e 3 na freguesia de Sant'Anna de Igarapé-mirim. Cumpre ainda anotar os 6 imóveis de São Miguel do Guamá e os 2 de Nossa Senhora da Piedade de Irituia, sendo as duas freguesias do município de Ourém.

Por fim, cabe lembrar que 96,7% dos registros informaram garantias com imóveis localizados no Pará. Excetuando-se as 11 garantias com direitos e as 5 sem informações, os 4 empréstimos restantes foram garantidos 1 com imóvel em Manaus e outras propriedades nos rios Madeira e Uruapiara, na Província do Amazonas, e 3 foram garantidos com casas e terras em Portugal.

3.2 O auge primário (1880-1885)

O livro 2 – C inicia a série de dados a partir de fevereiro de 1880 e encerra em novembro de 1885, totalizando 773 registros. No primeiro ano foram registradas 108 hipotecas e no último, 160. A estimativa é que em janeiro de 1880 tenham sido realizadas pelo menos 8 hipotecas,

resultando em 116 registros naquele ano. Estimados os registros para dezembro de 1885 em 11 hipotecas, o total de registros no ano pode ter sido de 171. Contudo, o ano com maior número de registros foi o de 1885 (20,7%), quando a borracha para exportação apresentou preços equivalentes a pouco mais da metade daqueles registrados em 1870, ou menos da metade do melhor preço registrado desde o início dos registros de exportação, em 1873. Para a série, os meses com maior número de registros foram os de junho (10,6%), outubro (10,1%) e julho e agosto (9,3% cada mês). Os meses com menor número de registro foram os de dezembro (5,7%) e setembro (7,1%).

Nessa fase do auge primário, o comportamento dos registros difere um pouco do comportamento da série anterior, embora, no geral, apresente-se equivalente. À exceção do ano de 1884, as retas de preços da borracha e número de registros de hipotecas têm comportamento relativamente idêntico¹⁶. Por outro lado, ainda que as trajetórias sigam os mesmos traçados, a amplitude da variação é menor.

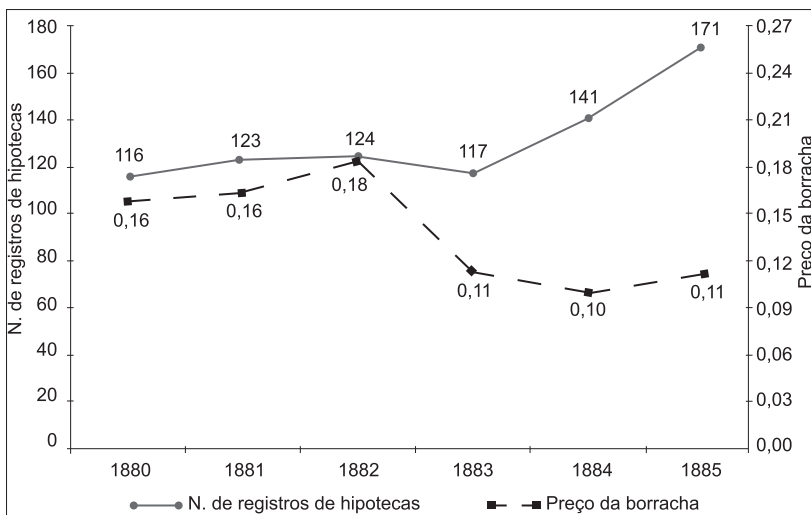
Na fase inicial do auge gomífero, o valor total de crédito disponibilizado foi da ordem 6.117 contos de réis, colocados à disposição da economia paraense na seguinte proporção: 37,3% pelos homens, 22,5% pelas companhias, 19,2% pelos bancos, 9,4% pelas instituições públicas, 6,1% pelas sociedades comerciais, 5,3% pelas mulheres, além de uma operação encabeçada por filhos menores e 1 por instituição vinculada à Igreja católica. O valor médio das hipotecas ficou em torno de 7,9 contos de réis, com valores entre o máximo de 300 contos de réis e o mínimo de 44 mil-réis. O prazo médio foi de 14,3 meses, variando entre o máximo de 72 meses e o mínimo de 1 mês. Os juros médios foram de 12,8% ao ano, com variação entre o máximo de 42% e o mínimo de 2%. Registre-se, ainda, que em 64 documentos não informaram prazos e 78 não tinham juros informados.

a) Perfil dos credores

Igualmente classificados em dois grandes grupos, os particulares,

¹⁶ A série de documentos coletados é incompleta para os anos de 1880 e 1885. A primeira inscrição do livro 2 – C é de fevereiro de 1880 e a última inscrição de 1885 é de novembro de 1885. Para completar a série até o final do ano, seria necessário dispor dos livros 2 – B, D, que na ocasião da pesquisa não foram localizados no cartório.

Gráfico 3 – Preços de exportação da borracha e número de registros de hipotecas por ano (1880-1885)



Fontes: Dados brutos (quantidade e valor das exportações), IBGE (1990); Livro 2 – C, Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém. Tabulação dos dados e elaboração dos autores.

credores em 590 operações (76,3%), e os coletivos, que registraram 183 hipotecas (23,7%). Entre os primeiros estão homens, mulheres e filhos menores, e entre os credores coletivos podem ser enumerados companhias, instituições públicas, bancos, instituições vinculadas à Igreja e às sociedades comerciais. Dos credores particulares, os homens estiveram à frente de 546 operações (92,5%) e as mulheres em 43 (7,3%), tendo ainda 1 registro cujos credores eram os filhos órfãos do Dr. Antonio Vicente Magno. Dos credores coletivos, 127 hipotecas eram encabeçadas por companhias (69,4%), 26 por instituições públicas (14,2%), 24 por bancos (13,1%), 5 por sociedades comerciais (2,7%), tendo ainda 1 registro cujo credor era uma instituição vinculada à Igreja católica (0,5%). A maioria absoluta desses agentes (96,8%) residia no Pará, e 85,3% estavam domiciliados na zona urbana de Belém. Em 2 casos não foi registrado o domicílio (0,3%), em outros 2 foi registrado o Rio de Janeiro, 1 pessoa morava na Bahia, 2 no Amazonas, 1 em Hamburgo e 17 em Portugal. Desse modo, 97,4% dos registros tinham credores residentes no Brasil e 2,3%, no exterior.

Para 17 casos (2,2%) não houve indicação da ocupação dos agentes. Entre esses casos estão 8 credoras mulheres, 1 credor homem e 7 companhias, além do registro cujos credores eram os filhos órfãos. Assim, não foi possível estabelecer uma classificação ocupacional para o total de 10 casos. As identidades profissionais mais frequentes foram as de comerciantes (27,7%), seguidos pela classificação genérica de proprietários (18%) e pelos negociantes (14,7%). Destaquem-se ainda as participações de capitalistas (7,9%), empregados aposentados (4,1%), artistas (3,4%), bancos (3,1%) e advogados (3%) (Tabela 3). Foram identificados 378 agentes distintos.

Tabela 3 – Ocupação dos credores (1880-1885)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Comerciantes	195	25,2
Proprietário	175	22,6
Negociantes	117	15,1
Capitalista	81	10,5
Público	26	3,4
Banco	24	3,1
Advogado	23	3,0
Artista	21	2,7
Médico	17	2,2
Empregado público	16	2,1
Outros	61	7,9
Sem registro	17	2,2
Total	773	100

b) Perfil dos devedores

Entre os particulares, que estiveram envolvidos em 736 hipotecas, 84,9% apresentaram homens e 15,1% apresentaram mulheres como titulares das dívidas. As coletividades eram titulares das demais 37 dívidas, entre as quais 67,6% eram companhias, 27% eram sociedades comerciais e em 2 casos os titulares das dívidas eram instituições de caridade. Apenas 1 registro não forneceu o local de domicílio do devedor, outros 3 eram domiciliados em Portugal, 5 no Amazonas e 2 no Rio de Janeiro. Todos os demais devedores eram domiciliados no Pará. Em 87,7% dos registros, o domicílio apontado era uma das freguesias da zona urbana de Belém, sendo 20,6% na Sé, 20,8% em Sant'Anna, 24,6% na Trindade e 21,7% em Nazareth.

Para 15 casos (1,9%) não houve registro de profissão para os devedores. Das identidades profissionais, foi mais frequente a classificação genérica de proprietários (48,1%). Depois, seguem-se os negociantes (12,3%), comerciantes (7,1%), artistas (6,3%), lavradores (5,8%) e empregados públicos (5%). Os demais 103 casos foram identificados com diversas profissões, tais como advogado, engenheiro, farmacêutico, industrial, médico, notário público, costureira, pedreiro, prático, professor, quitandeira etc. Entre os casos sem registro de profissão, estão incluídos 9 homens, 4 mulheres, 1 sociedade comercial e 1 companhia (Tabela 4).

Tabela 4 – Ocupação dos devedores (1880-1885)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Proprietário	372	48,1
Negociante	95	12,3
Comerciantes	55	7,1
Artista	49	6,3
Lavrador	45	5,8
Empregado público	39	5,0
Outros	103	13,4
Sem registro	15	2,0
Total	773	100

Os homens tomaram emprestado um valor total de 4.432,8 contos de réis em 625 operações, realizadas por 409 distintos agentes. As companhias tomaram emprestados, em 25 operações realizadas por 22 agentes distintos, 755,6 contos de réis. As sociedades comerciais, que, em 10 operações realizadas por 10 agentes, fizeram empréstimos hipotecários no valor total de 508,4 contos de réis. Por fim, as mulheres estiveram à frente da garantia de dívidas de um montante de 412,5 contos de réis, tomados emprestados em 112 operações por 83 pessoas diferentes, além das 2 operações realizadas por 2 diferentes instituições de caridade no valor total de 8 contos de réis.

c) Das garantias

Das 773 hipotecas registradas no período, 99,3% foram garantidas com imóveis e o restante correspondendo a 4 garantidas com benfeitorias, 1 com todos os bens para assegurar pagamento de ação conde-

natória e 1 registro cujo lançamento era sem efeito. Entre os bens imóveis, 57,4% eram prédios ou casas, 21,3% eram terrenos edificadas ou com benfeitoria, 11% eram sortes de terras ou terrenos, 4,8% eram engenhos, fazendas ou sítios e 3,6% eram chácaras ou rocinhas, além de 8 estabelecimentos diversos, entre os quais 2 olarias, 1 serraria e 1 oficina. Em relação à localização dos imóveis, 87% estavam em zonas urbanas, 13%, em zonas rurais.

Dos imóveis oferecidos, apenas 5 não apontaram a localização. Os demais 99,4% dos registros foram garantidos com imóveis no Pará, e 89,5% estavam localizados no núcleo urbano de Belém.

3.3 O auge mediano (1896-1899)

Os registros do livro 2 – F têm início no mês de setembro de 1896 e encerram em agosto de 1899, totalizando 801 documentos. As hipotecas inscritas em 1896 correspondem a 66 registros, cujas estimativas apontam para algo em torno de 205 transações. Para o ano de 1899, foram registradas 182 hipotecas, que estimadas podem chegar a 268 operações de crédito¹⁷.

O ano com maior número de registros foi o de 1898 (39,3%), quando os preços da borracha já haviam tomado nova trajetória ascendente. Na série coletada, os meses com maior número de registros foram os de julho (11,6%), agosto (10,5%) e março (9,5%), tendo ainda o mês de junho com 9,4% dos registros. Corrigida pelas estimativas, a série apresenta os meses de fevereiro e setembro como os de menor número de registros (6,2%).

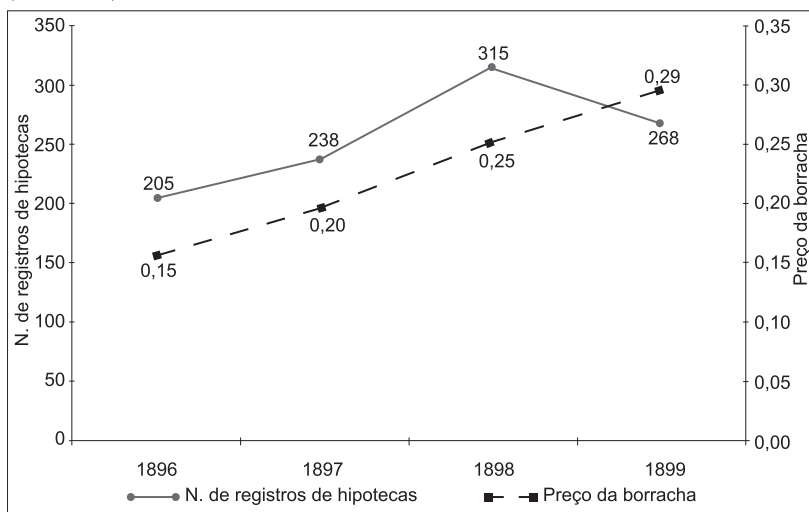
Observado o comportamento do número de registros em relação aos preços, apenas no ano de 1899 as retas se movimentam antagonicamente¹⁸. Embora os preços externos estivessem em baixa, o câmbio e a

¹⁷ A série de documentos coletados é incompleta para os anos de 1896 e 1899. A primeira inscrição do livro 2 – F é de setembro de 1896 e a última inscrição é de agosto de 1899. Para completar a série até o final do ano, seria necessário dispor dos livros 2 – E, G, que na ocasião da pesquisa não foram localizados no cartório.

¹⁸ Do mesmo modo que para a série entre os anos de 1870 e 1874, as estimativas aqui sugerem uma retração que pode não ter havido. Se forem analisados os volumes transacionados anualmente, perceber-se-á que o mercado de crédito se mantém numa trajetória crescente.

alta dos preços internos ofereceram condições para o excelente resultado apresentado naquele ano. Provavelmente o volume de recursos transacionados e o decréscimo no número de registros de hipotecas são funções daquele resultado.

Gráfico 4 – Preços de exportação da borracha e número de registros de hipotecas por ano (1896-1899)



Fontes: Dados brutos (quantidade e valor das exportações), IBGE (1990); Livro 2 – F, Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Belém. Tabulação dos dados e elaboração dos autores.

No período, o valor total de crédito disponibilizado foi da ordem 15.942 contos de réis, colocados à disposição da economia paraense na seguinte proporção: bancos 42,2%, homens 24,5%, sociedades comerciais 16,6%, companhias 16,2%, mulheres 4,9%, instituições públicas 1,7%, filhos menores 1,08% e instituições vinculadas à Igreja 0,02%. Note-se que na categoria bancos estão incluídos empréstimos realizados pela Sociedade de Crédito Popular, com a participação de 6,4%. O valor médio das hipotecas ficou em torno de 19,9 contos de réis, com valores entre o máximo de 2.600 contos de réis e o mínimo de 350 mil-réis¹⁹.

¹⁹ Dado que apenas 1 dos empréstimos realizados no ano de 1896, que teve como credora a Companhia Estrada de Ferro Paraense negociando um valor de 2,6 mil contos de réis, um valor muito significativo para o conjunto dos dados que influenciará na elevação do valor médio das hipotecas para o período, tal distorção pode

O prazo médio foi de 20,4 meses, variando entre o máximo de 314,1 meses e o mínimo de 1,23 mês. Os juros médios foram de 10,7% ao ano, com variação entre o máximo de 42% e o mínimo de 1%. Registre-se, ainda, que em 1 documento não foi informado os valores em negociação e em outros 2 os valores foram informados em libras esterlinas e em francos. Os prazos não foram informados em 32 documentos, e em 135 não havia juros informados. Entre os 135 documentos sem juros informados, estão incluídas 81 hipotecas realizadas nos bancos, que no campo reservado aos juros informa que seriam cobradas as taxas semanalmente estipuladas para o desconto das letras. Por outro lado, seguindo a pista de 2 hipotecas realizadas no Banco Norte do Brasil, cuja informação sobre os juros versa que seria cobrada a “taxa *media* de descontos do Banco e nunca inferior a dez por cento ao *anno*”²⁰, e aplicado o teste para verificar a taxa da moda dessa série (12% ao ano), então a taxa média de juros terá um leve acréscimo, girando em torno de 11,5% ao ano.

a) Perfil dos credores

Os credores particulares realizaram 419 operações, e em 376 delas os titulares eram homens, em 38 eram mulheres e 5 registros informaram filhos menores. Entre os coletivos, que registraram 382 hipotecas, os bancos estiveram à frente de 281 empréstimos, as companhias em 91, as instituições públicas em 4 e as sociedades comerciais e associações civis em 3 cada. A maioria absoluta desses agentes (95,7%) residia no Pará, e 37,9% informaram os domicílios na zona urbana de Belém. Em 5 casos não foi registrado o domicílio e 21 registros apontaram países da Europa como domicílio, entre os quais Portugal se destaca com 13 registros, além da França, especificamente Paris, com 2 registros, 1 em Londres,

ser minimizada se for observado o valor da hipoteca da moda, que para aquele ano foi de 2 contos de réis, e para todo o período foi de 3 contos de réis. Em todo caso, esses valores ainda correspondem a menos da metade do valor médio das hipotecas nas fases de expansão e do auge primário. Mesmo se for suprimido o valor do empréstimo realizado pela Companhia Estrada de Ferro Paraense, o valor médio da hipoteca para aquele ano será de 16,5 contos de réis, implicando uma diminuição do valor médio das hipotecas para todo o período de apenas 3,3 contos de réis.

²⁰ Livro 2 – F, fl. 66, 75.

na Inglaterra, e a designação genérica de Europa nos demais 5 casos. Do estado do Amazonas, foram 7 os registros, e 1 do Rio de Janeiro.

As identidades profissionais mais frequentes foram as de comerciantes (32,5%), seguidos pelas instituições financeiras (22,8%), depois pela classificação genérica de proprietários (12,5%), pelos bancos (12,2%), pelos capitalistas (3,6%), pelos empregados públicos (2,2%) e pelos negociantes (2,1%). Em 12 casos (2%) não houve registro de profissão ou ocupação e um total de 85 casos apresentaram profissões variadas, destacando-se os advogados (1,4%) e industriais (0,7%), e mais médicos, guarda-livros, artistas, empregados no comércio, barbeiro, maquinista e prendas domésticas (Tabela 5).

Tabela 5 – Ocupação dos credores (1896-1899)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Comerciantes	260	32,5
Instituição financeira	183	22,8
Proprietários	100	12,5
Bancos	98	12,2
Capitalistas	29	3,6
Empregados públicos	18	2,2
Negociantes	17	2,1
Outros	84	10,5
Sem registro	12	1,6
Total	801	100

Para os 12 casos em que não houve indicação da ocupação dos agentes, estão os 5 registros de filhos menores, 5 credoras mulheres, 1 credor homem e 1 sociedade comercial. Assim, não foi possível estabelecer uma classificação ocupacional para apenas 11 casos.

b) Perfil dos devedores

Entre os particulares, que estiveram envolvidos em 749 hipotecas, 80,6% apresentaram homens, 19,2% apresentaram mulheres como titulares das dívidas. Dos 52 registros nos quais eram titulares das dívidas as coletividades, as sociedades comerciais responderam por 55,8%, as companhias por 42,3% e 1 empréstimo foi solicitado por uma associação civil. A maioria absoluta dos devedores era domiciliada no Pará, com

90% dos registros apontando Belém ou freguesias de seu núcleo urbano. Dos 10 registros de domicílio fora do Pará, 4 eram do estado do Amazonas, 1 do Rio de Janeiro, 4 de Portugal e 1 com a designação genérica de Europa.

Para 6 casos não houve registro de profissão para os devedores. As identidades profissionais mais frequentes correspondem à classificação genérica de proprietários (54,6%), seguidos dos comerciantes (20,2%), dos artistas (4,2%), dos empregados públicos (3,5%), dos negociantes (2,6%) e dos industriais (1,6%). Os demais 100 casos foram identificados com diversas profissões, das quais se destacam os lavradores (1,1%) e advogados (1%), além de médicos, agentes de leilões, magistrados e notários públicos, engenheiro, capitalista, guarda-livros, litógrafo, padre, empreiteiro, agricultor, professor etc. Entre os casos sem registro de profissão, estão incluídos 4 homens, 1 mulher e 1 fábrica de papel (Tabela 6).

Tabela 6 – Ocupação dos devedores (1896-1899)

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE REGISTROS	%
Proprietários	430	53,7
Comerciantes	160	20,0
Artistas	37	4,6
Empregados públicos	33	4,1
Negociantes	20	2,5
Industriais	14	1,8
Outros	101	12,6
Sem registro	6	0,7
Total	801	100

Os homens tomaram emprestado um valor total de 8.949,8 mil contos de réis em 604 operações, realizadas por 456 distintos agentes. As companhias realizaram 22 operações, encabeçadas por 20 agentes, tomando emprestado o valor total de 4.026,9 contos de réis. As sociedades comerciais tomaram emprestados, em 29 operações realizadas por 28 agentes distintos, 1.488 contos de réis. Por fim, as mulheres estiveram à frente da garantia de dívidas de um montante de 1.454,6 contos de réis, tomados emprestados em 144 operações por 105 pessoas diferentes, além da associação civil, que realizou 1 empréstimo hipotecário no valor de 12 contos de réis.

c) Das garantias

Todas as hipotecas foram garantidas com imóveis no Pará, e 88,4% dos imóveis estavam situados especificamente no núcleo urbano de Belém, município no qual estavam 98,5% dos imóveis oferecidos. Os demais 11,9% estavam localizados em zonas rurais. Prédios ou casas corresponderam a 51,9% dos imóveis, 32,6% eram terrenos edificadas ou com benfeitorias, 10,1% eram sorte de terras ou terrenos, 1,5% eram engenhos, fazendas ou sítios, 0,9% eram chácaras ou rocinhas e os 3% restantes eram de estabelecimentos industriais diversos, tais como olarias, serrarias, fábricas de cerâmica, saboaria, fábrica de gelo, 2 usinas elétricas, sendo 1 da Companhia Estrada de Ferro Paraense e outra de Freitas & Santos.

Por fim, cabe lembrar ainda que, dos imóveis rurais, alguns estavam situados ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, o instrumento de operacionalização da política de colonização da Zona Bragantina (Leandro; Silva, 2012). Destaque-se a Vila do Pinheiro, com 25 imóveis, e o núcleo de Benfica, com 18 imóveis. Cabe lembrar ainda de Castanhal e Marapanim, além de Jambu-Açu, Marituba. Nesses núcleos coloniais, criados na década de 1890, à exceção de Benfica, ainda da década de 1870, os imóveis hipotecados se referiam a lotes de terras agrícolas ou estabelecimentos industriais de olarias, serrarias, engenhos de moer cana, terrenos na margem da Estrada de Ferro de Bragança.

Considerações finais

Com uma economia assente em bases extrativas, a Amazônia pode gozar, por um razoável período, da virtual exclusividade no fornecimento da borracha que era crescentemente demandada pelo departamento industrial das economias capitalistas centrais, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Essa dinâmica processou transformações significativas na estrutura produtiva do Pará, que assistiu as tentativas relativamente fracassadas das elites tradicionais em salvaguardar a economia regional dos efeitos fugazes da extração da borracha.

Após os impulsos externos oferecidos pela vulcanização, a economia amazônica, de base extrativa, será expandida, e as estruturas produtivas

montadas para explorar a floresta, que inicialmente estiveram assentes em bases caboclo-camponesas, valeram-se dos deslocamentos intrassetorias na própria economia paraense e depois aproveitaram os deslocamentos inter-regionais para ampliar a produtividade a partir do incremento da mão de obra aplicada na extração, aumentando sensivelmente a produção exportada.

A classe de seringalistas em formação na Amazônia estava sendo composta, em sua maioria, por pessoas emergentes, oriundas da classe de comerciantes portugueses, que se diferenciavam da elite tradicional, entre outras características, pela ânsia de lucro rápido. Observando as oportunidades que se desenhavam, esses aventureiros podem ter optado pela diversificação de seu portfólio de investimentos, hipotecando seus imóveis para obter os recursos necessários aos investimentos nos seringais.

Os problemas históricos que haviam colocado a economia amazônica num impasse haviam sido transpostos no início da metade do século XIX: a mão de obra incorporada aos seringais em função de deslocamentos inter-regionais no Brasil e intrassetoriais na estrutura econômica da região; o avanço técnico no sistema de transportes, com a introdução do barco a vapor e de companhias estrangeiras concorrendo para o escoamento da pujante produção extrativista; e a formação de uma massa de capital privado que fizesse girar a máquina do aviamento.

Ao analisar o conjunto dos registros de hipotecas, dois traços característicos são informados pelos dados: (1) o crédito oferecido era majoritariamente privado e individual, e (2) quase exclusivamente nacional, mas de origem estrangeira (majoritariamente lusitana), de onde advinham os integrantes da classe comercial do Pará. Essas duas características não sofrem alterações significativas ao longo do tempo.

Embora os aportes iniciais de capital na região tenham sido indiscutivelmente realizados por estrangeiros, a acumulação realizada em períodos anteriores fez com que esse excedente fosse reinvestido na região, financiando novos empreendimentos florestais, o comércio e o incipiente setor industrial, além de alguns serviços urbanos.

No período da expansão, o crédito será exclusivamente nacional, com a devida ressalva de sua origem. A participação de capitais estrangeiros no período seguinte será da ordem de 6,2% do total dos recursos, retraindo-se a 2,5% no último período analisado. E é no último período, aqui denominado de auge mediano em relação à economia da borracha,

que se observa o auge dos empréstimos hipotecários no século XIX, sofrendo um aumento da ordem de 373% em relação ao volume de recursos transacionados, enquanto a variação no número de registros foi positiva na ordem de 33%.

Os principais agentes na oferta de crédito nas duas primeiras fases analisadas foram os homens e as companhias. Os homens com uma fatia de mercado em torno dos 40% do volume de recursos, enquanto as companhias dominavam outros 20%, em média. No final do século, essa participação cairá a 24,5% e 9,8%, respectivamente. Esses agentes perderam espaço para as instituições financeiras, que em todo o período não figuram em nenhuma operação como devedores. A ampliação da participação dos bancos fez com que esses agentes chegassem ao final do século XIX como os principais agentes na oferta de crédito na praça de Belém, mais que dobrando o tamanho de sua fatia de mercado, chegando ao auge mediano com uma participação da ordem de 42,2% dos recursos emprestados.

Tal crédito foi absorvido majoritariamente pelos homens, grupo que se manteve como o principal tomador de empréstimos tanto em relação ao volume de recursos transacionados, quanto ao número de operações em cada período analisado. Contudo, assim como as sociedades comerciais, esses agentes cederam espaço às mulheres e companhias em relação aos recursos captados. As companhias mais que dobraram o percentual da captação de recursos ao longo do período, e as mulheres também aumentaram sua participação como devedoras.

A participação das mulheres merece um destaque por se manter relativamente estável na expansão e no auge. Enquanto credoras, mantiveram-se com uma fatia de mercado em torno dos 5,3%, retraindo-se a 4,2% no auge. Como devedoras, captaram um valor em torno de 7% dos recursos oferecidos, ampliando sua participação em torno de 30% ao longo de todo período. As instituições vinculadas à Igreja, outrora importantes fontes de empréstimos, especialmente no período colonial, viram diminuir sua participação nas operações como credoras, enquanto novos agentes foram ingressando no mercado. Retrai-se, consideravelmente, a participação das instituições públicas, que, de um montante de recursos relativos a 14% de todo o volume emprestado, chegou a apenas 1,7% ao final do século XIX.

As condições dos empréstimos tenderam a melhorar com o tempo,

tendo os prazos ampliados e os juros diminuídos. Os volumes transacionados também cresceram sobremaneira, indicando o caráter expansivo da economia paraense, que, fundamentada na exploração da borracha, era praticamente dependente dela.

Contudo, a grande maioria do crédito hipotecário financiou outras atividades produtivas da economia paraense, que, direta ou indiretamente, apoiaram a expansão da economia gomífera. Por outro lado, a despeito do capital estrangeiro, notadamente o britânico, ter sido a principal fonte de financiamento da economia da borracha, o crédito hipotecário, levantado em fontes de financiamento de instituições nacionais e regionais, também ajudou a financiar, em menor escala, o capital de giro de alguns seringais amazônicos.

Referências bibliográficas

- AJAYI, J. FADE. (ed.). *História geral da África*. V.VI: *África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.
- BELLO, Wenceslão. Extração da borracha. In: *Brasil: séries estatísticas retrospectivas*. V. 2: *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*. Tomo 1: *Introdução, indústria extrativa*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.
- BENCHIMOL, S. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer, 1999.
- BOAHEN, A. A. (ed.). *História geral da África*. V.VII: *África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
- COSTA, Francisco de Assis. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência da Ford no Tapajós*. Belém: NAEA, 1993.
- COSTA, Francisco de Assis. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. *Nova Economia*, v. 20, n. 1, p. 167-206, jan.-abr. 2010.
- COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: NAEA, 2012.
- EMMI, Marília. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos. In: ARAGÓN, Luis E. (org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- FONTES, Edilza Joana Oliveira. *“Preferem-se portugueses(as)”*: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). Campinas: UNICAMP, 2003 (Tese de Doutorado).
- FONTES, Edilza Joana Oliveira. Imigração e mercado de trabalho na Amazônia do fim do século XIX: o caso dos portugueses em Belém do Pará. In: ARAGÓN, Luis E. (org.). *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- KLEIN, Daniel da Silva. A Amazônia no ciclo da borracha: populações e economia no Acre, Amazonas e Pará entre 1880 e 1920. *Revista Estudos Amazônicos*, v. VIII, n. 2, p. 165-189, 2012.
- LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. A Estrada de Ferro de Bragança e a colonização da Zona Bragantina do estado do Pará. *Novos Cadernos do NAEA*, v. 15, n. 2, dez. 2012.
- MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura do Vale do Paraíba paulista (1865-87). *Revista Brasileira de Economia*, v. 1, n. 56, p. 147-170, jan.-mar. 2002.
- MUNIZ, Palma. *Estado do Grão-Pará: imigração e colonização – História e estatística (1616-1916)*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.
- PARÁ (Província). Presidente (João Alfredo Corrêa de Oliveira). Relatório do presidente da Província do Pará, doutor João Alfredo Corrêa de Oliveira, passando a administração da mesma ao 4º vice-presidente, doutor Abel Graça. Pará, 1870a. Disponível em <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/535/>>. Acesso em nov. 2013.
- PARÁ (Província). Presidente (Abel Graça). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 17ª legislatura, pelo quarto vice-presidente, Dr. Abel Graça. Pará, 1870b. Disponível em <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/535/>>. Acesso em nov. 2013.
- PENNA, Domingos Soares Ferreira. *O Tocantins e o Anapu – Relatório do secretario da provincia*. Pará: Typ. de Frederico Rhossard, 1864. Disponível em <<http://brasil.crl.edu/bsd/bsd/528/000001.html>>. Acesso em abr. 2014.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2008.
- SANTOS, Roberto. O equilíbrio da firma aviadora e a significação econômico-institucional do aviação. *Pará desenvolvimento*. Belém: IDESP, 1968, p. 9-30.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SWEIGART, Joseph Earl. *Financing and marketing Brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. University of Texas, 1980 (Tese de PhD em História).
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, 1993.



a cafeicultura, a economia de abastecimento e as transações imobiliárias no setor rural – município de franca (sp), 1890-1920*

the coffee, the supply economy and real estate transactions in the rural sector – the city of franca, brazil, 1890-1920

Lélio Luiz de Oliveira**

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

RESUMO

Análise das transações imobiliárias no setor rural diante do incremento da cafeicultura e da economia de abastecimento interno, no município de Franca (estado de São Paulo), entre os anos de 1890 e 1920.

Palavras-chave: Cafeicultura. Economia de abastecimento interno. Transações imobiliárias do setor rural.

ABSTRACT

Analysis of real estate transactions in the rural sector forward to increased coffee production and domestic supply economy in the city of Franca (São Paulo), between 1890 and 1920.

Keywords: Coffee. Domestic supply economy. Real estate transactions in the rural sector.

Introdução

Na medida em que ocorreu o avanço da cafeicultura no estado de São Paulo, os impactos foram sentidos de forma diferenciada nas diversas regiões (Colistete; Lamonier, 2014). Entre os anos de 1890 e 1920, o município de Franca, localizado no nordeste do estado de São Paulo, foi integrado efetivamente no contexto da cafeicultura de exportação,

* Submetido: 11 de setembro de 2014; aceito: 10 de novembro de 2014.

** Docente do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. *E-mail:* lelio@fearp.usp.br

cujos impulsos principais teriam sido a chegada da ferrovia no final do século XIX (1887) (Tosi, 2002). Porém, de forma específica, esse município teve sua ocupação territorial desde os finais do século XVIII, consolidando, durante o século XIX, a pecuária (e derivados) e a produção de alimentos destinados ao mercado interno (Oliveira, 1997). Processo diferenciado ao comparar, por exemplo, com a região de Campinas, onde as plantações de açúcar teriam precedido o café (Petroni, 1968; Melo, 2009), ou com o município de Ribeirão Preto e arredores, onde a pequena produção de subsistência foi substituída diretamente pela cafeicultura moderna de larga escala (Marcondes, 2007).

Diante disso, o objetivo deste trabalho é compreender os impactos da cafeicultura nas transações imobiliárias do setor rural, empreendidas no município de Franca (estado de São Paulo), entre 1890 e 1920, levando em consideração os preços e as quantidades negociadas do café, os valores médios do hectare, os números e valores das escrituras de venda e compra, bem como os negócios relativos aos produtos destinados ao abastecimento interno.

Os números da produção são aqueles indicados nas transações realizadas através da ferrovia, principal meio de transporte para o escoamento dos produtos. Portanto, não será levada em conta a produção comercializada e consumida no mercado local, sabendo que foi um período de crescimento populacional considerável (Oliveira, 2006). No que se refere aos preços, especialmente do café, as análises levarão também em conta os valores de mercado da época indicados em pesquisas já realizadas sobre o tema. Os dados sobre as transações imobiliárias foram extraídos de todas as escrituras de venda e compra lavradas nos dois cartórios de notas (1ª e 2ª ofícios) existentes na época, totalizando 2.190 títulos. As balizas temporais – 1890–1920 – foram escolhidas por constituir um período em que a cafeicultura promoveu a reacomodação da estrutura produtiva do município em questão, e ciente de que após 1920 a dinâmica econômica regional passou a ter outro perfil.

A hipótese a ser confirmada é a de que no município de Franca o estímulo para a realização das transações imobiliárias no setor rural – aquisição de terras – ocorria principalmente naqueles anos de preços favoráveis dos produtos agrícolas, notadamente do café. Ou seja, a influência para a realização dos negócios decorria muito mais dos bons preços dos produtos do que da quantidade colhida ou transacionada.

Este artigo é dividido em duas partes. A primeira parte contextualiza e demonstra o trajeto da ocupação do nordeste paulista e os percursos das atividades econômicas até a chegada da ferrovia e do dinamismo da cafeicultura, ressaltando as especificidades dos antecedentes da região. Na segunda parte, ocorre a demonstração e análise dos dados relativos às transações imobiliárias *vis-à-vis* às quantidades e aos preços dos produtos rurais excedentes e comercializados, inter-relação esta que remodelou em parte o perfil agrário do município de Franca entre 1890 e 1920.

1. Antecedentes históricos

O território compreendido pelo nordeste paulista foi primeiramente ocupado pelos índios kayapó, que, incomodados pelos migrantes paulistas e posteriormente pelos mineiros, rumaram para o “Oeste, alcançando o Mato Grosso e daí para o Norte até a bacia do Xingu” (Presotto; Ravagnani, 1970, p. 55). A área passou a ser ocupada, ao mesmo tempo, pelos mercadores da “rota de comércio, que, em fins do século XVIII, atravessavam o Nordeste da Capitania de Estado de São Paulo” (Lima, 1973, p. 74), visando atingir as minas de Goiás, e por grupos pequenos e dispersos oriundos de São Paulo, constituindo-se os pousos que serviam àqueles viajantes do sertão do rio Pardo (Chiachiri Filho, 1982). Contudo, a efetiva ocupação populacional é obra de mineiros (Cunha, 2014), que, desde os fins do século XVIII, em decorrência da ampliação das atividades destinadas ao abastecimento interno da colônia, com destaque para a pecuária (Martins, 1982), e pela concomitante diminuição das atividades mineradoras (Furtado, 1985, p. 85), deslocaram-se da Comarca do Rio das Mortes, para se estabelecerem em “São Paulo, na região que flanqueia a serra oeste, de Franca a Moji-Mirim (sic)” (Prado Júnior, 1987, p. 198).

No *sertão e Caminho dos Goyazes*, foram surgindo pequenos e dispersos núcleos de povoamento, constituídos de uma família, poucos escravos e alguns agregados. Esses núcleos tiveram na pousada, na agricultura de sobrevivência e na criação de alguns animais suas principais atividades econômicas (Oliveira, 2013). A pequena parcela de mercantilização devia-se ao fornecimento de mantimentos àqueles que trafegavam pela estrada dos *Goyazes*. Parte do lucro dos comerciantes e boiadeiros que

por ali transitavam ficava nos *pousos*, quando pagavam por um local de dormir, alimentação, bebida e aluguel das invernadas para o descanso dos animais (Chiachiri Filho, 1982).

“Esse papel desempenhado pelos pousos serv[iu], inclusive, para justificar solicitações de sesmarias” (Chiachiri Filho, 1982, p. 31). Outras justificativas são descritas nas 51 solicitações de títulos de terras, incluídas em publicações do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), a saber: “muita família e criação de gado vacuum’, ‘cultivo de terras e criação de gado’, ‘fazer suas plantações e ter suas criações de gado para conveniência dos mineiros e andantes’, ‘povoar e fazer suas plantas’, ‘plantar para sustento dos seus escravos’” (APESP, 1944).

Datam de 1726 as primeiras sesmarias dadas no “Caminho dos Goyazes”. [...] Coincide este período com a fase de desbravamento que se sucede à descoberta das minas de Goiás. Outra fase de grande concessão de sesmarias verifica-se quando no Sertão do Rio Pardo a Freguesia de Franca é criada, coincidindo, portanto, com a afluência mineira. [...] As dimensões das sesmarias variavam de 0,5; 1,0; 2,0 e 3,0 léguas. Somente as de Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva e Bartolomeu Pais de Abreu chegavam a 6 léguas. (APESP, 1944, p. 55)

Nos primeiros tempos, a ocupação das terras no nordeste paulista não foi plena, talvez devido a certa descrença com o tráfego pouco volumoso para as minas de Goiás, que não tiveram a mesma importância se comparadas às de Minas Gerais, desfazendo as expectativas de lucros nos pousos com o abastecimento dos tropeiros e aventureiros (Chiachiri Filho, 1982, p. 55).

Muitas sesmarias talvez nem tenham sido visitadas pelos seus donos que mandavam em seus lugares os administradores e, às vezes, nem isso. Outras, supomos, foram abandonadas pois, em 1779, raros são os habitantes do Sertão do Rio Pardo que se encontravam na relação dos agraciados com sesmarias (mesmo como descendentes destes). (Chiachiri Filho, 1982, p. 78)

Na segunda década do século XIX, quando Franca foi elevada a *vila* em 1824 (era *freguesia* desde 1804) (Marques, 1985, p. 276), a ocupação do nordeste paulista já tinha sido parcialmente efetivada não somente pela concessão de sesmarias (lotes que em parte não foram assumidos

pelos seus donos), mas também pela simples posse de áreas, o que era costume em razão do descaso e da incapacidade do estado em fiscalizar o uso das terras devolutas (Petroni, 1975).

A posse das terras muitas vezes era o recurso utilizado até a obtenção da sesmaria. Essa modalidade “tornou-se a única via de acesso a terra entre 17 de julho de 1822, quando se proibiu a concessão de sesmarias, até 1850, depois de longos debates finalmente se publicou a Lei de Terras”, que definia o acesso à propriedade da terra somente pela compra. “A Lei de Terras, decretada no Brasil em 1850, proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras através de posses e através de doações da Coroa.” A Lei de 1850 deu prazo de 4 anos para os registros das posses na paróquia mais próxima, o que incentivou o apossamento de várias regiões com rapidez (Garcia, 1993, p. 74). Para termos uma ideia da partilha das primeiras áreas ocupadas na região em estudo, sabemos que foram abertos 404 Processos de Divisão e Demarcação de Imóveis, no período de 1791 a 1889, atualmente arquivados no Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF).

Quanto às formas de ocupação da região em estudo durante o século XIX, pode-se afirmar que esta ocorreu a partir do crescimento econômico gradativo, sendo sua economia favorecida pelo caráter mercantil, ambiente que propiciava aos proprietários do município de Franca recursos necessários à acumulação de riqueza. A expansão da economia de abastecimento mineira favoreceu a ocupação das terras do nordeste paulista e criou vínculos comerciais dessa região com a então Província de Minas Gerais e com o Rio de Janeiro. A dinamização da economia paulista, principalmente a agricultura da região de Campinas, revitalizou as relações comerciais do nordeste paulista com outras regiões da província, inclusive com a cidade de São Paulo. A diversificação das atividades econômicas era a característica predominante na região francana: pecuária e seus derivados, comércio do sal, agricultura para a subsistência e para os mercados regionais, engenhos de açúcar e aguardente, tecelagem, garimpo, atividades artesanais e plantações de café. A pecuária foi o motor da economia do nordeste paulista durante o século XIX, exercendo um efeito multiplicador, gerando outras atividades correlatas (Oliveira, 1997).

Sobre as décadas finais do século XIX, Brioschi afirma que

a cidade de Franca deixou a criação de gado e a agricultura para abastecimento interno em um segundo plano e passou a fazer parte do conjunto privilegiado das regiões produtoras para o mercado externo. [...] Ou, em outros termos, [ocorreu] um processo em que a cultura do café foi tomando espaço à criação do gado e à cultura de subsistência. (Brioschi, 1999, p. 76)

Visão esta possível de ser contestada porque o município de Franca, segundo novos dados, não teria diminuído sua produção mercantil de alimentos para o mercado interno em favor de uma cultura de exportação, o café. A expansão rápida da cafeicultura, inclusive, promoveu o crescimento do setor de abastecimento interno. As bases econômicas tradicionais não foram destruídas pela cafeicultura, pelo contrário, foram dinamizadas (Oliveira, 2003).

2. As vendas e compras de terras, os produtos e os preços

Na historiografia sobre o processo de ocupação das terras no Brasil, há uma tendência em ressaltar a predominância da grande propriedade rural, o que é notório. Historicamente, a manutenção do latifúndio – também na Primeira República – ocorreu por várias razões, entre elas o dinamismo econômico dessas propriedades (muitas vezes mais bem localizadas) dedicadas, em grande parte, às atividades de exportação. Porém, conviviam com numerosas pequenas propriedades especializadas na produção direcionada ao mercado interno ou à mera subsistência (Andrade, 1996, p. 147). Soma-se a essas características, oriundas de longo tempo, certos movimentos ligeiros de concentração da terra nas mãos de alguns, como afirma Zamboni para o caso do município de Ribeirão Preto:

ao estudar o processo das transformações fundiárias ocorridas numa área que passa de uma agricultura de subsistência para uma agricultura de mercado [...], é possível analisar a concentração da terra em mãos de poucos proprietários. A terra, sendo um meio de produção, fica dependente do capital, alijando da propriedade da terra o homem que nela trabalha e que não tem capitais. (Zamboni, 2001, p. 187)

O município de Franca, mesmo que geograficamente muito próximo a Ribeirão Preto, diante da ampliação das lavouras de café, não seguiu o modelo descrito por Zamboni (ver também Calsani, 2014, p. 131-157), ou seja, manteve suas especificidades e preservou com certa autonomia o padrão básico da distribuição fundiária.

Diante do exposto, cabe uma análise detida das transações imobiliárias do setor rural no município de Franca, no período de 1890 a 1920, tendo consciência que a área em estudo já era amplamente utilizada para a produção de bens destinados ao mercado e que, portanto, gerava renda aos seus detentores, inclusive renda monetária. No mínimo, “a existência de uma ‘renda’, embutida no preço da terra, demonstra que este meio de produção não era destituído de valor” (Faria, 1986, p. 365). Assim sendo, deve-se considerar que em Franca, na Primeira República (até 1920), o processo concentração/desconcentração da propriedade, bem como os valores atribuídos aos imóveis rurais, foram fortemente influenciados pelas possibilidades da exploração mercantil (Tosi; Faleiros; Teodoro, 2005). Deve-se, também, levar em conta as diferentes formas de trabalho que foram implementadas nas diversas propriedades: familiar, arrendamento, colonato e assalariado (Faleiros, 2008). Além disso, considerar que nas negociações sofriam grande influência da demanda pelos produtos de mercado interno e externo e por fatores como “trabalho realizado, fertilidade, localização e dimensão” (Zamboni, 2001, p. 188) e pela chamada *renda diferencial* de dois tipos, assim sintetizada por Ciro Cardoso:

A diferença entre os tipos I e II de renda diferencial consiste em que, no primeiro caso, a base é a fertilidade natural e a localização mais ou menos favorável (em relação a mercados, meios de transporte, etc.) do terreno, enquanto no segundo caso a renda diferencial resulta da intensificação da agricultura (emprego, por unidade de superfície, de instrumentos mais aperfeiçoados, adubos, etc., ou de maiores investimentos de trabalho, em oposição à exploração extensiva, cuja ampliação é puramente “espacial”: novas superfícies cultivadas, novos pastos, etc.). (Cardoso, 1979, p. 56)

Além dos fatores assinalados, deve-se levar em conta que, mesmo que a região estivesse integrada de longa data aos mercados do Centro-Sul do Brasil, o processo de modernização das propriedades teria ocorrido de forma heterogênea, o que teria influenciado para mais e para menos

os preços e os interesses dos compradores e vendedores. Havia a convivência de diversas formas de exploração da terra, que vai desde o sítio caipira, especializado na produção para o autoconsumo, passando pela tradicional fazenda de criação de gado – especialmente bovino e suíno – e produção de abastecimento interno, destinada aos trabalhadores da localidade e/ou aos mercados locais e regionais (ver Franco, 1969; Cândido, 1987; Mariutti, 1998, p. 1–17), chegando até a propriedade cafeeira, que mantinha ao mesmo tempo a produção de bens para o autoconsumo e abastecimento regional.

A convivência de modelos diferenciados de propriedades deve-se ao gradativo processo de capitalização, que não atingiu a região do nordeste paulista, ao norte do rio Sapucaí até o rio Grande, nas divisas com Minas Gerais, de forma homogênea. Noutros termos, a lógica plena do capital não atingiu as áreas com uniformidade (Cardoso, 1979, p. 57).

Dentro dessas bases, buscando atingir os objetivos, foram arrolados 4.210 transações imobiliárias – *escrituras de compra e venda* (Tabela 1). Desse total, 2.020 (47,8%) escrituras são relativas à área urbana e 2.190 (52,2%) referem-se aos imóveis rurais (base da análise).

Na busca de algumas razões que teriam influenciado a ocorrência das transações imobiliárias e as novas acomodações da estrutura agrária, é possível chegar a algumas considerações iniciais, observando o Gráfico 1, em que se verifica as taxas de crescimento do número de escrituras, dos preços do hectare e dos valores totais das transações por ano, a partir da base 1890 = 100.

Primeiramente, ao *confrontar o número de escrituras com os preços médios do hectare* (Gráfico 1), percebe-se que, na maior parte do tempo, não há uma relação direta entre a queda do valor do hectare e a demanda por terra. São poucos os anos em que há coincidência entre os dois fatores – queda nos preços e demanda –, que devem ser mais bem analisados. Entre os anos de 1896 e 1897, enquanto o valor do hectare sofreu uma redução de 72,55%, o número de propriedades adquiridas aumentou somente 17,46%, o que resulta em uma *procura plenamente inelástica* (0,2). Em outros anos o fenômeno foi semelhante. Nos anos 1899 e 1900, 1906 e 1907, 1910 e 1911, e finalmente 1918 e 1919, o valor do hectare diminuiu 37,17%, 32,25%, 34,85% e 53,61% respectivamente, enquanto a demanda nos mesmos anos aumentou 28,94%, 18,27%, 20% e 21,62%. Portanto, em todos os casos, a *procura* apresentou-se como *inelástica* (0,77,

0,56, 0,57 e 0,40), ou seja, a queda nos preços do hectare, ocorrida nos anos citados, teve pouca influência no comportamento dos compradores de imóveis rurais.

Ao se verificar pelo lado da oferta de terras, ou seja, ampliação dos negócios, como decorrência da alta dos preços do hectare, tem-se o diagnóstico a seguir: nos anos 1890-1891, 1892-1893, 1894-1895, 1904-1906, 1908-1909, 1911-1912 e 1916-1917, o preço do hectare foi elevado em 19,40%, 285,18%, [25,77%, 71,45%], 143,35%, 83,92% e 50,83% respectivamente. Isso teria resultado em uma expansão da oferta de terras nestas proporções: 17,19%, 47,46%, [7,04%, 39,48%], 4,23%, 10,26% e 32,14%. Também, pelo viés da oferta, identifica-se em 100% dos casos a incidência da oferta inelástica (0,8, 0,1, 0,2, 0,5, 0,03, 0,1 e 0,6). Somente entre os anos de 1891-1892 é que se encontra a maior proximidade da elasticidade-preço da oferta unitária (0,8). Na realidade, na maioria dos anos havia uma oferta anelástica, rígida, como exemplifica os anos 1908-1909 (0,03). Dizendo em outras palavras, a subida dos preços do hectare não provocava grande impacto na oferta de terras, apesar da incidência dos períodos de alta ter uma relação parcial com o aumento dos negócios.

Ao comparar o número de transações com seus respectivos valores, sabe-se que houve uma tendência no seguinte sentido: por ano, o valor total das escrituras acompanhou a sobrevalorização do hectare, apesar de não haver a coincidência em todos os anos. Entretanto, o aumento do valor do hectare não foi proporcional ao crescimento do total dos valores transacionados. Em outras palavras, a tendência de valorização da terra não determinava um incentivo direto à procura por imóveis rurais em larga medida.

Nos anos ou períodos não assinalados anteriormente, não há uma relação direta entre a elasticidade-preço da oferta e da procura, ou seja, ao mesmo tempo os preços e a procura por terra estavam em queda, o que foi característico entre os anos de 1893-1894, 1895-1896, 1907-1908, 1912-1913 e 1919-1920. No entanto, em contrapartida, houve anos em que a alta dos preços inibiu a procura por terras: 1898-1899, 1909-1910, 1913-1914 e 1917-1918.

Ao continuar a análise sobre o movimento de compra e venda de terras e a conseqüente transformação na estrutura rural, passa-se ao *confronto dos números de transações com outros fatores que teriam poder de influenciar tal movimento.*

“Até o ano de 1889 a Mogiana já havia percorrido o trajeto até Casa Branca, Ribeirão Preto, Batatais, Franca e havia atingido as margens do Rio Grande” (Tosi, 2002, p. 55). A chegada da ferrovia em Franca, no ano de 1887, com certeza facilitou o escoamento dos produtos locais, como toucinho, fumo, animais e café, provocando a ampliação e dinamização das práticas econômicas.

A cafeicultura, que não era até então a principal atividade ao norte do rio Sapucaí – município de Franca e arredores –, passou a ser uma nova opção para os proprietários de terras, sem deixarem de lado as práticas tradicionais (pecuária e gêneros do país destinados ao abastecimento interno).

Foi a ferrovia que trouxe a cafeicultura capitalista para Franca, como de resto as transformações dela decorrentes. Embora houvesse algumas fazendas de café, elas poderiam ser classificadas como inexpressivas frente às quantidades do produto que passaram a ser produzidas posteriormente, de modo que seria incorreto pensar a cafeicultura como tendo atraído a ferrovia, tanto quanto imaginar a existência de “cafelistas” de expressão no município antes da sua chegada. [...] Portanto, não foi Franca que se ligou às demais cidades pela força de seus senhores, que, àquela altura, não se igualavam em expressão aos senhores do café, foi o complexo cafeeiro que projetou seus tentáculos por meio da ferrovia e fez reproduzir em Franca os padrões que o caracterizam. (Tosi, 2002, p. 68)

A seguir, é possível verificar a influência da produção de café em Franca, destinada ao mercado externo, no movimento das transações imobiliárias do setor rural (Gráficos 2 a 5).

Entre os anos de 1890 e 1895, as taxas de crescimento da produção cafeeira, verificadas através do aumento das toneladas embarcadas na ferrovia, são muito semelhantes àquelas relativas ao preço do hectare. A terra foi parcialmente valorizada nos anos de maior produção cafeeira (Gráfico 2). No entanto, o número de transações imobiliárias, nesse período, coincide muito mais com a variação dos preços do café. Inclusive, o número de escrituras teve uma elasticidade superior à valorização desse principal produto de exportação (Gráfico 3).

Parece claro que, nos anos de 1890 a 1895, ocorreu a gestação do crescimento vertiginoso da produção do café dos anos posteriores (Gráficos 2 a 5). As fontes para os investimentos desse período teriam vindo

de recursos abundantes já existentes e parcialmente utilizados, sendo nesse caso a terra o principal fator (Furtado, 1985, p. 137). Outra parte dos recursos veio da acumulação realizada em anos anteriores, demonstrada nos inventários *post-mortem* dos francanos, do período de 1875 a 1885, que tinham parte do *monte mor* composta por moeda circulante e dívidas ativas, oriundas de empréstimos em dinheiro, além de bens negociáveis como o gado bovino e suíno (Oliveira, 1997). Além disso, num sentido conjuntural, os anos em pauta coincidem com um aumento rápido do estoque de moeda e dos preços, acompanhado de maiores facilidades para o crédito (Peláez; Suzigan, 1981, p. 137-138; Tosi; Faleiros; Teodoro, 2007, p. 1-22).

Nessa primeira fase (1890-1895), o alto preço do café nos mercados internacionais, que no ano de 1895 chegou a valer 13\$475 a partida de 10 quilos (Delfim Netto, 2009, p. 31), influenciou diretamente a quantidade de transações imobiliárias. Contudo, a pecuária continuava sendo um dos pilares importantes da economia regional. Prova disso é que a taxa de crescimento da quantidade de animais embarcados na Companhia Mogiana e dos seus preços médios foi amplamente superior à mesma taxa relativa ao número de escrituras, o que representa uma ampliação dos negócios também no setor pecuário (Gráfico 6). Nesse caso, é preciso ressaltar que nem todo o gado vendido era embarcado e transportado pela ferrovia. Grande parte era tangida pelos caminhos boiadeiros. Assim sendo, nossos números relativos ao comércio do gado nada mais é do que uma boa amostra.

Outro indicador que se relaciona com a procura e a oferta de terras pode ser o volume de produtos como cereais, fumo e toucinho saídos através da ferrovia. São excedentes da produção local destinados aos mercados. No Gráfico 7 as curvas relativas às taxas de crescimento desses produtos seguem o traçado semelhante ao número de escrituras de compra e venda realizadas. Isso nos indica que as receitas obtidas com os referidos produtos poderiam ser também importantes na acumulação de recursos para a aquisição ou venda de imóveis.

Depois de 1896 até os anos iniciais do século XX, notamos um descompasso extremo entre o número de escrituras lavradas e a quantidade de café embarcado na Companhia Mogiana (Gráfico 4). O mesmo fato é verificado em relação ao preço do hectare de terra, especialmente até 1902 (Gráfico 2). A queda nos preços do café teve muita

influência na quantidade de transações imobiliárias do setor rural. Há uma coincidência direta com a queda dos preços do café, que a partir de 1897 entrou em queda livre. Em 1896, 10 quilos desse produto valia 12\$959, chegando a ter o preço de 8\$817 em 1900, ou seja, uma queda de 32%. Cabe ressaltar que no ano de 1899 o preço do café chegou a ser de 8\$034 (Delfim Netto, 2009, p. 31). Noutros termos, nos Gráficos 3 e 5, a curva (para baixo) do número de escrituras acompanha o declínio do preço do café no mercado internacional, e o mesmo não acontece nos Gráficos 2 e 4, quando ocorre uma disparidade visível entre o número de títulos de propriedade, as quantidades de café e o preço do hectare.

Em 1895, a cafeicultura [em Franca] ultrapassava, pela primeira vez e definitivamente, as 2 mil toneladas embarcadas. Em 1901 o município contava com 4.222.500 pés de café plantados, sendo cadastrados 294 produtores. Apenas 28 deles, com plantações acima de 50 mil pés controlavam grande parcela da produção local com seus 2,04 milhões de pés. Do ponto de vista do complexo cafeeiro, não havia produtores de expressão, já que apenas 4 deles possuíam mais de 100 mil pés. Eram eles: João de Faria, com 185 mil, Cândido Cyrino de Oliveira com 170 mil pés, Hygino de Oliveira Caleiro com 130 mil e Brandão e Irmão com 100 mil. (Tosi, 2002, p. 72)

O mercado regional, entre 1896 e 1902, foi influenciado pelo movimento conjuntural da economia cafeeira, conforme os ensinamentos de Celso Furtado:

A elasticidade da oferta de mão de obra e a abundância de terras, que caracterizavam os países produtores de café, constituíam clara indicação de que os preços desse artigo tenderiam a baixar a longo prazo, sob a ação persistente das inversões em estradas de ferro, portos e meios de transporte marítimo que se iam avolumando no último quartel do século XIX. (Furtado, 1985, p. 177)

A partir da crise de 1893, que foi particularmente prolongada nos EUA, começaram a declinar os preços no mercado mundial. O valor médio da saca [de café] exportada em 1896 foi 2,91 libras, contra 4,09 naquele ano. Em 1897 ocorreu nova depressão no mercado mundial, declinando os preços nos dois anos seguintes até alcançar 1,48 libras em 1899. (Furtado, 1985, p. 178)

Depois de 1893 até 1902, houve uma séria depressão nos negócios relativos à pecuária. Ao mesmo tempo em que foram deprimidos os preços dos animais, houve queda notória no número de embarques na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. O mais relevante é que essa queda ocorreu de forma semelhante com o número de escrituras. Ou seja, a pecuária muito possivelmente continuava a ter sua influência relativa no mercado de terras (Gráfico 6).

Por outro lado, ocorreram variações na quantidade produzida de bens como fumo e toucinho. As taxas de crescimento relativas à quantidade desses produtos vendidos para regiões mais distantes (transportados pelos trilhos da ferrovia) acompanharam, mesmo com certa distância, o número de escrituras, ressaltando que o fumo é o produto que teve sua produção mais ampliada nesse período (Gráfico 7).

Esse período de diminuição dos negócios em Franca coincide com

as políticas excessivamente austeras do Ministro Murtinho, 1898/1902, [que] causaram declínio do estoque da moeda, valorização artificial do câmbio e deflação. Pela primeira vez na economia cafeeira houve declínio das receitas nominais das exportações cafeeiras, que caíram à taxa de 10,2% ao ano entre 1901 e 1904. Naqueles anos formou-se o movimento de intervenção no mercado cafeeiro. (Peláez; Suzigan, 1981, p. 40)

Nos anos iniciais do século XX, marcados pelas políticas de intervenção, visando à manutenção do preço do café no mercado internacional (Fritsch, 2014), ocorreram oscilações constantes nos preços e na quantidade de café embarcado na Estação de Franca, no valor médio do hectare e na quantidade de escrituras. Nesse último item as oscilações são bem menores, se comparadas aos outros (Gráficos 2 e 5).

Ao realizar as comparações entre as *taxas de crescimento* médias, entre os anos de 1902 e 1913, considerando as oscilações citadas no parágrafo anterior, sabe-se que os números relativos às escrituras (quantidades) são bem maiores do que os demais, atingindo 183,91%, enquanto para o preço do hectare foi de 49,26%, o que reflete no valor total das escrituras realizadas: +116,18%. Isso pode demonstrar que, com o incentivo para a manutenção dos preços do café, teria promovido uma maior procura por terras com preços mais acessíveis em determinados momentos (1907 e 1912), porém em alta.

Depois de 1902, a procura por terras não foi influenciada somente pelo recrudescimento da cafeicultura, mas também pelo incremento da economia especializada nos produtos de abastecimento interno, que passam a ser destacados nos relatórios da Companhia Mogiana.

A tradicional agricultura de alimentos passou a contribuir significativamente no conjunto dos bens exportados [para outras regiões brasileiras], indicando que a cafeicultura encontr[ou], em Franca, um regime de produção praticamente autossuficiente em alguns alimentos básicos. (Tosi, 2002, p. 54)

A afirmação acima é pertinente quando se percebe que as taxas médias de crescimento (em quantidade) de outros itens foram próximas àquelas relativas ao café, tendo, portanto, seu peso relativo na influência do número de transações (+183,91% em média). Entre os anos de 1902 e 1913, as quantidades de cereais, fumo e toucinho embarcadas nos vagões na Companhia Mogiana tiveram as seguintes taxas médias de crescimento respectivamente: 112,82%, 261,40% e 115,62%. A mesma taxa relativa à quantidade de animais ficou em 207,77%, apesar de os preços unitários terem um crescimento médio de 104,66% ou 50% menor.

Durante a Primeira Guerra Mundial, houve um declínio no número de escrituras, mas que já vinha acontecendo antes do início do conflito. As oscilações positivas e negativas também ocorreram, mas, após o término da guerra (1919), os negócios com terras voltaram ao patamar próximo ao ano de 1907, tempo em que foi lavrado o maior número de escrituras. Nesse contexto parece, novamente, que a influência maior foi realmente do preço do café, e não da quantidade embarcada, conforme o Gráfico 3.

Ao mesmo tempo ocorreram oscilações bruscas com os preços dos animais, tendo uma queda na quantidade de embarques. Concomitantemente, o gado bovino e suíno abatido no Matadouro Municipal, a partir de 1902, teve bastante estabilidade, mantendo o consumo local. Os cereais e o toucinho continuaram com o seu peso relativo, com vigor maior para o caso do fumo (Gráfico 7).

Considerações finais

As flutuações econômicas, entre 1890 e 1920, verificadas a partir dos dados pesquisados conduziram para que a análise proposta fosse realizada em três períodos interligados. No primeiro período – 1890-1895 – houve sintonia entre os fatores analisados. Era o tempo dos bons resultados dos investimentos na cafeicultura induzidos pela conjuntura econômica, incluindo a expansão da ferrovia facilitadora dos transportes. As lavouras de café novas no auge da produção, as safras crescentes, os preços (em declínio, é verdade) ainda compensatórios, o que induzia a novas aquisições de terras em quantidades maiores (poucas escrituras com valores altos), isso mesmo com a valorização do hectare. Somam-se os bons negócios à continuidade da dinâmica da pecuária.

No segundo período – 1896-1900 – os dados seguem rumos diferentes. Apesar de a quantidade de café embarcada ser cada vez maior, no mesmo período, os itens a seguir foram declinantes, a saber: os preços do café, o valor médio do hectare, o número e o valor total das escrituras. As grandes safras da rubiácea, com preços piores, reduziram os negócios da terra. Nesse caso se acrescenta, também, a piora dos negócios da pecuária (notadamente entre 1893 e 1902).

No terceiro período – 1902 a 1913 – houve um paralelismo entre a melhora do preço do café (tempo de intervenções governamentais), do valor médio do hectare e do aumento correlato das transações imobiliárias. Juntamente a essa tendência colhiam-se as grandes safras de café, com ápice em 1907. Nessa fase, os produtos tradicionais – cereais, fumo e toucinho –, com a pecuária e derivados, refletiam o seu peso relativo nas cargas da Companhia Mogiana.

No último período analisado – 1914-1920 –, percebe-se constante disparidade e flutuação dos fatores elencados. Dois itens confrontados refletem uma tendência à concentração da propriedade rural: o *número de escrituras* com *valores* bastante elevados (em comparação aos períodos anteriores). As safras de café se equilibravam, e, desde um pico em 1902, não foram ampliadas. Porém, verifica-se que, especialmente nos anos de 1918 e 1919, uma correlação direta entre o número de transações imobiliárias e nova valorização do café.

A despeito de todas as variações dos dados analisados no decorrer do período – 1890-1920 –, percebe-se que o impacto da cafeicultura no

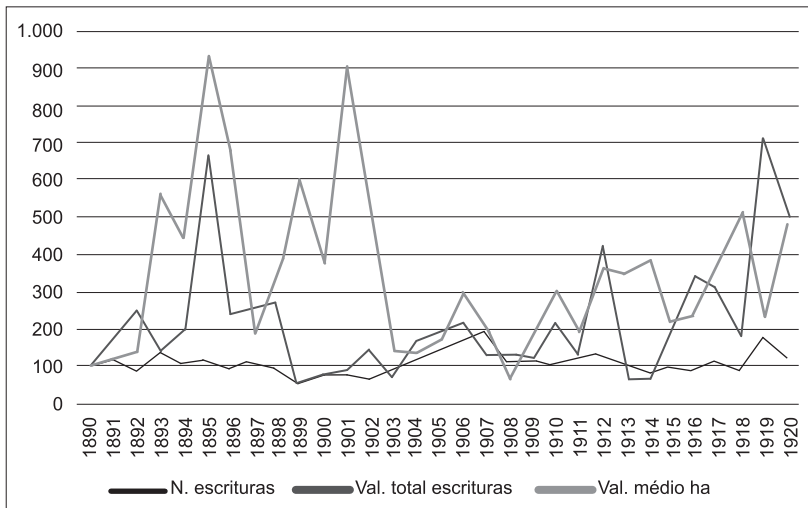
município de Franca, visto a partir de uma tendência geral, foi no sentido de dinamização das diversas atividades econômicas rurais. A economia de abastecimento foi impactada positivamente, ou seja, ampliou a produção e não foi retraída pela rubiácea. Assim, é notório que o ritmo das transações imobiliárias rurais, em uma região tradicionalmente voltada para o abastecimento interno e impactada pela cafeicultura que ditou uma nova lógica econômica, foi influenciado por vários fatores entre aqueles aqui correlacionados e outros, como, por exemplo, o acesso ao crédito por parte dos proprietários (bem como os custos do crédito), o crescimento populacional somado à entrada de imigrantes, o ingresso de novos capitais, entre outros. Contudo, os recursos novos obtidos pela dinamização da economia em boa parte eram reinvestidos na aquisição de terras, e neste trabalho fica evidente que o grande incentivo ou freio para as transações – vendas e compras – decorria dos aumentos e recuos dos preços do café no mercado internacional. Tudo isso somado às influências contínuas das atividades de abastecimento interno com o seu peso relativo. Enfim, melhores preços dos produtos – nem sempre correspondentes às boas safras – resultavam em mais negócios de venda e compra de terras.

Tabla 1 – Quantidade geral de transações (escrituras de compra e venda), 1890-1920

Ano	RURAL			URBANO			TOTALS					
	N. trans.	%	Valor	N. trans.	%	Valor	Total	%	Valor total	%		
1890	64	2,92	148.664\$700	35	1,73	49.700\$000	1,13	99	2,35	198.364\$700	1,35	
1891	75	3,42	252.786\$800	45	2,13	101.540\$000	2,32	118	2,80	354.326\$800	2,41	
1892	59	2,69	376.820\$800	36,5	2,52	138.670\$000	3,16	110	2,61	515.490\$800	3,50	
1893	87	3,97	214.732\$600	2,08	42	2,08	116.980\$000	2,67	129	3,06	331.712\$600	2,25
1894	71	3,24	287.999\$830	2,79	47	2,32	139.350\$000	3,18	118	2,80	427.349\$830	2,90
1895	76	3,47	986.300\$800	9,57	43	2,13	120.500\$000	2,75	119	2,82	1.106.800\$800	7,53
1896	63	2,87	356.800\$000	3,46	37	1,83	102.520\$000	2,34	100	2,37	459.320\$000	3,13
1897	74	3,38	377.535\$800	3,66	41	2,03	144.170\$000	3,29	115	2,73	521.705\$800	3,55
1898	60	2,74	402.891\$360	3,90	40	1,98	68.901\$000	1,57	100	2,37	471.792\$360	3,21
1899	38	1,73	79.895\$000	0,77	31	1,53	75.150\$000	1,71	69	1,64	155.045\$000	1,05
1900	49	2,23	107.420\$000	1,04	27	1,33	47.355\$000	1,08	76	1,80	154.775\$000	1,05
1901	48	2,19	138.029\$000	1,34	36	1,78	61.600\$000	1,40	84	1,99	199.629\$000	1,36
1902	42	1,92	221.080\$000	2,14	29	1,43	68.204\$000	1,55	71	1,68	289.284\$000	1,96
1903	54	2,46	114.004\$330	1,10	61	3,02	86.950\$000	1,98	115	2,73	200.954\$330	1,36
1904	71	3,24	248.891\$000	2,41	62	3,07	67.270\$000	1,53	133	3,15	316.161\$000	2,15
1905	89	4,06	288.958\$000	2,80	62	3,07	76.566\$000	1,74	151	3,59	365.524\$000	2,48
1906	104	4,75	326.755\$000	3,17	79	3,91	121.465\$000	2,77	183	4,35	448.220\$000	3,05
1907	123	5,61	204.534\$667	1,98	89	4,40	142.271\$600	3,24	212	5,03	346.806\$267	2,36
1908	71	3,24	204.893\$000	1,98	53	2,62	73.466\$000	1,67	124	2,94	278.359\$000	1,89
1909	74	3,38	193.861\$113	1,88	58	2,87	113.457\$000	2,59	132	3,13	307.318\$113	2,09
1910	65	2,97	326.690\$800	3,16	39	1,93	68.801\$000	1,57	104	2,47	395.491\$800	2,69
1911	78	3,56	203.625\$934	1,97	67	3,31	155.090\$000	3,54	145	3,44	358.715\$934	2,44
1912	86	3,92	632.480\$000	6,13	84	4,16	119.400\$000	2,72	170	4,03	751.880\$000	5,11
1913	70	3,19	115.524\$000	1,12	79	3,91	177.549\$000	4,05	149	3,54	293.073\$000	1,99
1914	54	2,46	96.330\$000	0,93	87	4,30	128.798\$000	2,94	141	3,35	225.128\$000	1,53
1915	64	2,96	314.286\$800	3,04	84	4,16	197.852\$000	4,51	148	3,51	512.138\$800	3,48
1916	56	2,56	518.307\$000	5,02	130	6,43	283.874\$000	6,48	186	4,42	802.181\$000	5,46
1917	74	3,79	458.830\$801	4,45	122	6,04	217.648\$000	4,97	196	4,65	676.594\$801	4,60
1918	58	2,65	284.793\$000	2,76	96	4,75	263.609\$000	6,01	154	3,65	548.402\$000	3,73
1919	113	5,60	1.062.153\$000	10,30	129	6,38	441.330\$000	10,07	242	5,75	1.503.483\$000	10,23
1920	80	3,65	761.758\$900	7,39	137	6,78	409.780\$000	9,35	217	5,15	1.171.538\$900	7,97
Totais	2.190	100,00	10.307.630\$035	100,00	2.020	100,00	4.379.932\$600	100,00	4.210	100,00	14.687.562\$635	100,00

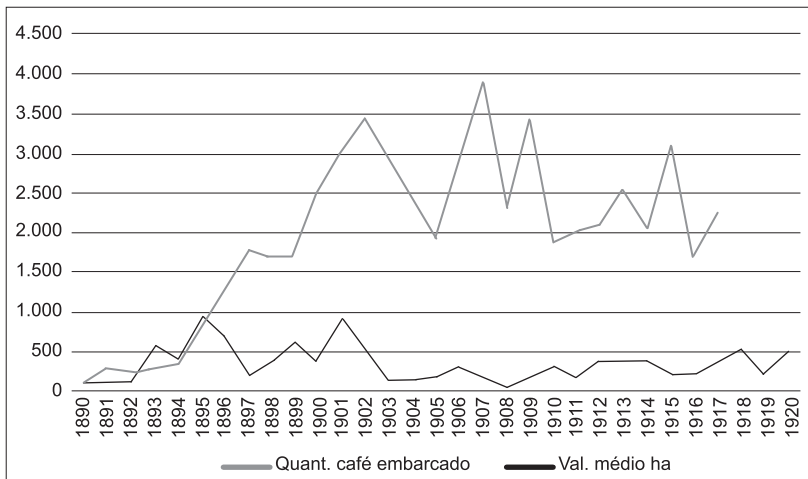
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF), Escrituras públicas de venda e compra de imóveis, 1890-1920.

Gráfico 1 – Dados comparativos entre número de escrituras, valor total das escrituras e valor médio do hectare, Franca (SP), 1890-1920 – Taxas de crescimento – Ano 1890 = base 100



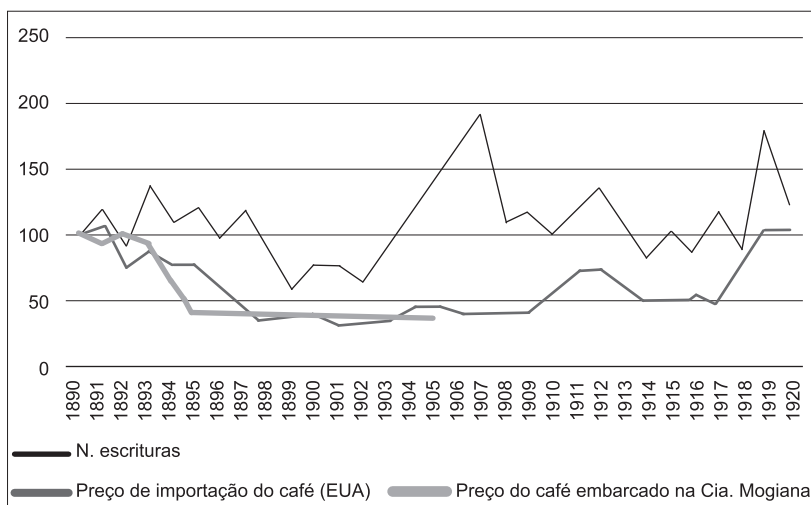
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF), Escrituras públicas de venda e compra de imóveis, 1890-1920.

Gráfico 2 – Dados comparativos entre quantidade de café embarcado na Cia. Mogiana, Franca (SP) e valor médio do hectare, 1890-1920 – Taxas de crescimento – Ano 1890 = base 100



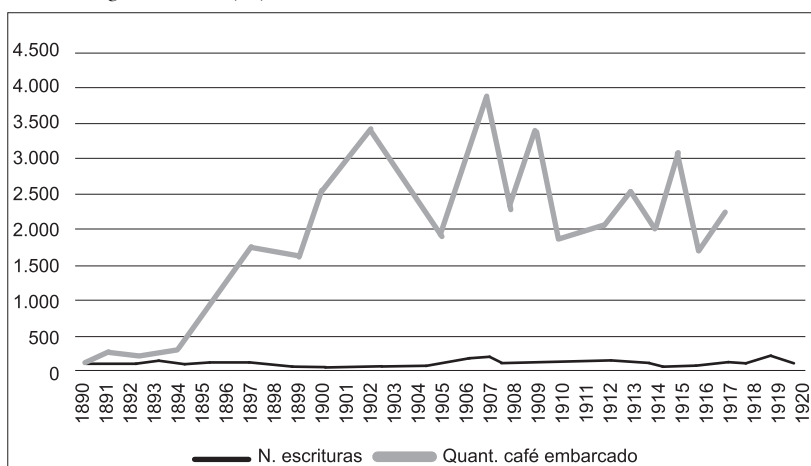
Fontes: Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF), Escrituras públicas de venda e compra de imóveis, 1890-1920. Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (RCM), 1890-1918.

Gráfico 3 – Dados comparativos entre número de escrituras, preço de importação do café (EUA) e preço do café embarcado na Cia. Mogiana, Franca (SP), 1890-1920 – Taxas de crescimento – Ano 1890 = base 100



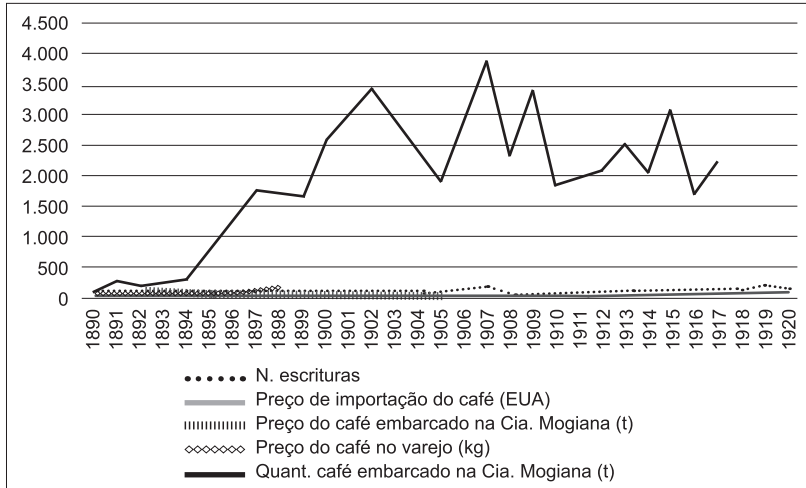
Fontes: Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF), Escrituras públicas de venda e compra de imóveis, 1890-1920. Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (RCM), 1890-1918.

Gráfico 4 – Dados comparativos entre número de escrituras e quantidade de café embarcado na Cia. Mogiana, Franca (SP), 1890-1920 – Taxas de crescimento – Ano 1890 = base 100



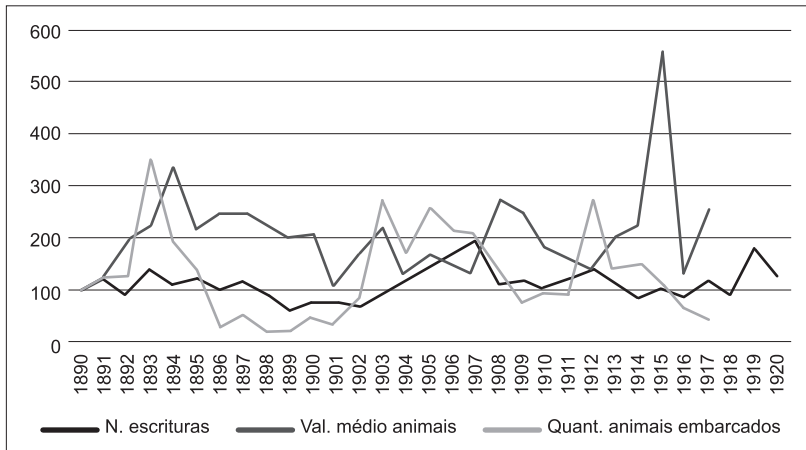
Fontes: Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF), Escrituras públicas de venda e compra de imóveis, 1890-1920. Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (RCM), 1890-1918.

Gráfico 5 – Dados comparativos entre número de escrituras, preço de importação do café (EUA), preço do café embarcado na Cia. Mogiana, Franca (SP), preço do café no varejo (kg), quantidade de café embarcado na Cia. Mogiana, Franca, (SP), 1890-1920 – Taxas de crescimento



Fontes: Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF), Escrituras públicas de venda e compra de imóveis, 1890-1920. Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (RCM), 1890-1918.

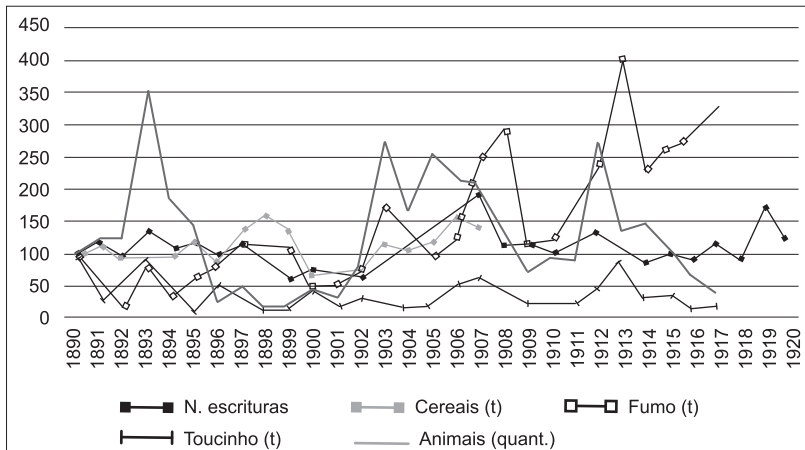
Gráfico 6 – Dados comparativos entre número de escrituras, valor médio dos animais e quantidade de animais embarcados na Cia. Mogiana, Franca (SP), 1890-1920 – Taxas de crescimento – Ano 1890 = base 100



Fontes: Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF), Escrituras públicas de venda e compra de imóveis, 1890-1920. Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (RCM), 1890-1918.



Gráfico 7 – Dados comparativos entre número de escrituras, cereais (tonelada) fumo (tonelada) toucinho (tonelada) e animais (quantidade), embarcados na Cia. Mogiana, Franca (SP), 1890–1920 – Taxas de crescimento – Ano 1890 = base 100



Fontes: Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF), Escrituras públicas de venda e compra de imóveis, 1890-1920. Relatórios da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (RCM), 1890-1918.

Documentos

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FRANCA (AHMF). “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro”. Prefeitura Municipal de Franca, AHMF, Escrituras públicas de venda e compra de imóveis, 1890-1920.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). *Repertório de sesmarias concedidas pelos capitães-generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821*. V. 4. São Paulo: Tipografia Globo, 1944.

RELATÓRIOS da Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (RCM), 1890-1918 (dados cedidos pelo professor doutor Pedro Geraldo Tosi, docente da FCHS-UNESP).

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão da terra na Primeira República. In: SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 1996.

BRIOSCHI, Lucila Reis. Fazendas de criar: In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, L. R. (orgs.). *Na estrada do Anhanguera*. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.





- CALSANI, Rodrigo de Andrade. Nos corredores dos cafezais: o cotidiano econômico dos italianos na terra “rossa” (1887-1914). In: PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; MELLO, Rafael Cardoso de. *No tempo das cidades. História, cultura e modernidade em Ribeirão Preto-SP (1883-1929)*. Jundiá: Paco, 2014.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1982.
- COLISTETE, Renato P.; LAMOUNIER, Maria Lúcia. Land inequality in a coffee economy: São Paulo during the early twentieth century. *Working Papers*, Department of Economics, 2014.
- CUNHA, Maísa Faleiros da. Estudo das migrações internas no norte paulista, século XIX. XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2014, São Pedro – São Paulo. *Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 1, 2014, p. 1-20.
- DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo/Campinas: UNESP/FACAMP, 2009.
- FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café, 1880-1920*. Ribeirão Preto: Holos, 2008.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goitacazes (1850-1920)*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1986 (Dissertação de Mestrado em História).
- FRANCO, Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB-USP, 1969.
- FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República, 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- GARCIA, Maria Angélica M. A legislação sobre apropriação de terras. *Trabalho e resistência: os trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto (1890-1920)*. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 1993 (Dissertação de Mestrado em História).
- LIMA, Sílvia Maria Jacintho. *Transformações na pecuária bovina paulista: o exemplo da região de Franca*. Franca: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973 (Tese de Doutorado em Geografia).
- MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto, 1890-1940. *História Econômica & História de Empresas*, n. 10, p. 171-192, 2007.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. As transformações capitalistas no campo e o desajuste da “vida caipira”. *Leituras de Economia Política*. Campinas, n. 6, p. 1-17, jun.-dez. 1998.
- MARQUES, M. E. de A. *Apontamentos da Província de São Paulo*. Tomo 2. São Paulo: Martins, 1985.





- MARTINS, Roberto. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Têxto para Discussão*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, n. 10, 1982.
- MELO, José Evando Vieira de. *O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009 (Tese de Doutorado em História Econômica).
- OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Economia e história*. Franca, século XIX. Franca: FHDSS-UNESP/Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997 (História Local, 7).
- OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Ao lado do café*. Produção de exportação e de abastecimento em Franca, 1890-1920. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003 (Tese de Doutorado em História).
- OLIVEIRA, Lélío Luiz de. A população do nordeste paulista e a chegada da cafeicultura (1890-1920). XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO CRESCIMENTO ZERO – ABEP, 2006, Caxambu.
- OLIVEIRA, Marina Costa de. *Dinâmica populacional no sertão do rio Pardo, 1801-1829*. Franca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2013 (Dissertação de Mestrado em História).
- PELÁEZ, Carlos; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981 (Coleção Temas Brasileiros, 15).
- PETRONE, Maria Thereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PETRONE, Maria Thereza S. Terras devolutas, posses e sesmarias no Vale do Paraíba paulista em 1854. *Revista de História*, n. 103, p. 375-400, jul.-set. 1975.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRESOTTO, Zélia M. N.; RAVAGNANI, Oswaldo M. Dados históricos e arqueológicos dos primeiros habitantes do nordeste paulista. *Boletim de História e Ciências Correlatas*. Franca, ano 2, n. 4, p. 50-57, 1970.
- ROVARON, Carlos Eduardo. O processo de formalização legal das transações de terras. *Xadrez imobiliário*. As peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (século XIX). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014 (Tese de Doutorado em História).
- TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior*. Franca e a história da indústria coureiro-calçadista, 1860-1945. Franca: FHDSS-UNESP, 2002.
- TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva. Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais. Franca/São Paulo, 1890-1914. *História*. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 291-327, 2005.
- TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva. Crédito e pequena cafeicultura no Oeste Paulista: Franca, 1890-1914. *Revista Brasileira de Economia*, v. 61, p. 1-22, 2007.
- ZAMBONI, Ernesta. Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto, 1874-1990. *Estudos de História*. Franca, v. 8, n. 2, p. 187-208, 2001.





resenha bibliográfica*

book review

Mário Danieli Neto**

Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, Minas Gerais, Brasil

SANTOS, Nilton Pereira dos. *A Fábrica de Ferro S. João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

O livro de Nilton Pereira dos Santos é fruto de pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O autor trata de um tema que vem sendo objeto de estudo em anos recentes, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Sorocaba (SP). De início, a grande contribuição da pesquisa feita por Santos é uma abordagem histórica e historiográfica nova em relação ao referido estabelecimento fabril. Utilizando fontes já conhecidas e outras inéditas até a publicação desse livro, Santos posiciona o empreendimento de Ipanema dentro do escopo de projetos políticos do Estado imperial brasileiro, discussão que revela a originalidade da abordagem do livro em questão.

Uma análise prévia da trajetória histórica da fábrica é feita no primeiro capítulo, desde as origens do empreendimento em 1810 até sua

* Submetido: 8 de outubro de 2014; aceito: 30 de abril de 2015.

** Professor adjunto 3 de História do Brasil, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). *E-mail*: mariodanieli@uol.com.br

decadência em 1860. Nesses 50 anos, o autor analisa com detalhes as diferentes administrações que estiveram à frente da companhia, confrontando relatos da época, como, por exemplo, as obras de Eschwege e Vergueiro, mas buscando sempre confrontar estes com documentos que comprovem ou apontem novas direções para a história da fábrica. Nesse capítulo, merece destaque uma abordagem pioneira do período pós-Independência e que se estende até 1842, ou seja, todo o período do Primeiro Reinado e das regências. A relevância dessa análise está na inexistência, até então, de uma história da fábrica referente a esse período. Com base em documentos inéditos, entre os quais relatórios da companhia e do Ministério da Guerra, Santos recompõe a história de uma época praticamente esquecida do empreendimento. Aliás, esse é um período importante para a fábrica, pois é desse momento em diante que o governo do Império passa a dar maior atenção ao empreendimento, contratando novos técnicos e comprando equipamentos na Europa. No entanto, a trajetória errática da fábrica no tocante à produção e venda de seus artigos leva a um período de decadência e desorganização. Por volta de 1860, o empreendimento é praticamente abandonado e os equipamentos e a mão de obra (escravos) acabam se dispersando entre proprietários de terras locais. Algum maquinário e alguns escravos são enviados para Mato Grosso, onde o governo pretendia instalar outras manufaturas de ferro e pólvora. A estrutura física também sofre com o abandono, pois alguns edifícios encontravam-se nesse período em condições bastante deterioradas.

Nesse sentido, o capítulo 2 trata das tentativas de restauração da companhia, empreendidas basicamente por ordem do Império. São realizados vários estudos de viabilidade executados por renomados técnicos em metalurgia do século XIX, com objetivo de retomar o empreendimento. Tais esforços, segundo Santos, demonstram o interesse do governo em levantar novamente o empreendimento, considerado estratégico para o país tanto do ponto de vista do desenvolvimento técnico e econômico, como também sob a ótica militar. Santos analisa o impacto da Guerra do Paraguai para a produção de Ipanema e, curiosamente, constata que o conflito não deu novo impulso à fábrica, pelo contrário, foi justamente durante o conflito que a empresa se encontrava em decadência, e suas atividades só foram retomadas com o estado beligerante já em andamento, ainda assim de forma muito precária. O

que poderia ser um grande impulso para o empreendimento, na realidade, correspondeu a um revés, pois durante a guerra o governo imperial preferiu importar equipamentos e material bélico de fornecedores europeus, mesmo porque, de acordo com Santos, não seria possível manter o esforço de guerra contando somente com fornecedores locais e, no estado deplorável em que a fábrica estava, não era viável contar com sua produção durante o conflito.

Não obstante tais problemas, o governo continuou a apoiar a reconstrução de Ipanema e tomou para si a responsabilidade quanto aos repasses financeiros para fazer funcionar novamente o empreendimento. Houve, durante esse período de decadência, tentativas de arrendar a fábrica para particulares, mas, ao que consta, não se apresentaram interessados no negócio, cabendo ao próprio imperador defender a manutenção e o reequilíbrio dos edifícios da fábrica.

Com apoio financeiro do governo e sob o comando de um diretor de conduta ilibada, a Fábrica Ipanema pôde retomar sua produção durante as décadas de 1870 e 1880. Torná-la uma empresa de “primeira ordem” era o objetivo maior do governo. Para tanto, novos aportes de capital foram fornecidos, assim como também chegaram novos técnicos e equipamentos. Porém, mesmo com esforços constantes, a fábrica parecia não deslanchar como empreendimento financeiramente viável. Os *deficit* em vários anos constantes nos balanços da companhia dão indício de que problemas de outra ordem atravancavam o desenvolvimento da empresa.

Tal análise está definida no capítulo 3 do trabalho de Santos, em que o autor nos mostra com clareza que os principais obstáculos ao avanço de Ipanema não eram exatamente financeiros, mas, sim, diziam respeito a problemas como concorrência, transportes e mercado consumidor. No tocante à concorrência, Ipanema sofria com a entrada de produtos estrangeiros de maior qualidade e menor preço, pois não tinha condições de competir com fornecedores norte-americanos e europeus de ferro e aço. Empresas de capital estrangeiro, como a famosa Lidgerwood, levavam grande vantagem. Santos faz uma interessante análise dos anúncios encontradas em almanaques do século XIX, que mostram a presença de companhias mais bem aparelhadas e com a possibilidade de fornecer produtos importados sob encomenda, coisa que a Ipanema não tinha condições de realizar para seus consumidores. Mesmo no mercado in-

terno, a presença de forjas e pequenas oficinas em Minas Gerais e São Paulo contribuía para estreitar ainda mais as possibilidades da grandiosa Fábrica Ipanema, pois concorriam em um mercado restrito, atendendo às demandas de produtores agrícolas.

No que tange aos transportes, a companhia sempre encontrou grandes dificuldades, pois, se antes do advento das ferrovias, a produção era basicamente escoada por meio de tropas de mulas (considerando que o produto era deveras pesado), quando as primeiras estradas de ferro passaram a fazer parte do cenário da Província de São Paulo, a situação não pareceu melhorar. A distância dos principais mercados, a saber, São Paulo (capital) e Rio de Janeiro, era um entrave, pois os fretes encareciam o produto da fábrica, que já encontrava grandes dificuldades devido à concorrência externa e interna. Mesmo com a chegada de um ramal férreo que atenderia a companhia, a situação não melhorou muito.

Pretendendo resolver os problemas quanto à demanda pelo produto final, o governo decide, por volta dos anos 1880, que a fábrica passaria a fornecer ferro para os empreendimentos sob o controle do Império, em particular, as estradas de ferro. No entanto, tal medida que a princípio resolveria um dos mais graves problemas da companhia surtiu pouco efeito. Não obstante o incremento da produção, segundo Santos, Ipanema acumulava estoques de ferro, pois as compras do governo eram abaixo do esperado, visto que as estradas de ferro pertencentes ao Império se localizavam a grandes distâncias de Ipanema, o que dificultava e em alguns momentos até inviabilizava o transporte do produto.

O estudo de Nilton Pereira dos Santos revela ainda aspectos de grande interesse para entender a presença de um empreendimento tão problemático, financeiramente falando, nas contas do governo por praticamente um século de história. A estratégia de manter a companhia vinha do entendimento por parte do governo de que a exploração e extração de ferro deveria ser prerrogativa do Estado. Mas esse entendimento estava longe de ser consenso. Analisando os discursos quando dos debates sobre o orçamento governamental, Santos nos fornece rico material para observar que as ideias liberais, especialmente no campo econômico, faziam a cabeça de alguns políticos do Império. Argumentos contrários à maior dotação orçamentária para a fábrica demonstram o entendimento que se tinha no Brasil do final do século XIX: “o Estado é o pior industrial possível”; cabe ao Estado fomentar o desenvolvimento da

agricultura e não da indústria; a Fábrica Ipanema é uma verdadeira “esponja” que absorve os recursos públicos, são exemplos de frases colhidas na documentação pesquisada por Santos, que nos indicam a penetração de conceitos bastante caros ao liberalismo econômico da chamada “escola clássica”, especialmente D. Ricardo e J. B. Say.

Cabe ainda comentar a importante análise que o autor faz a respeito da mão de obra utilizada em Ipanema. Embora não seja o foco do trabalho, Santos nos oferece uma visão muito interessante da questão: ao longo do século XIX, fizeram parte do quadro da companhia técnicos estrangeiros (suíços, alemães, ingleses etc.), mas, em alguns momentos, grande parte do contingente era formado por trabalhadores nacionais. Desse grupo, destacam-se tanto homens e mulheres livres como também escravos e africanos livres, e muitos trabalharam juntos, não sendo este, aparentemente, um problema para a empresa, não obstante haver documentação referente à vigilância, à repressão e às fugas de escravos, assim como também se sabe de conflitos entre a administração da companhia e os africanos livres. No entanto, tais questões não foram a causa dos problemas da empresa ao longo do século XIX, cabendo sim avaliar, como faz Santos, as condições em que o empreendimento atuou dentro de uma sociedade escravista e agrária. Ainda no caso da mão de obra, interessa ressaltar a análise do autor acerca da qualificação dos trabalhadores de Ipanema. A presença de aprendizes e manutenção de uma escola dentro da fábrica mostra a preocupação da administração em levar adiante o empreendimento e formar novas gerações de trabalhadores. As visitas feitas por técnicos da Escola de Minas de Ouro Preto merecem atenção, pois se trata também de um caso pouco estudado pela historiografia brasileira. Santos não realiza um estudo aprofundado sobre esses temas, mas nos abre a possibilidade de continuidade da pesquisa, ao lançar questões novas sobre a fábrica.

Conclui o autor que a trajetória da Fábrica de Ferro São João de Ipanema não deve ser vista como uma dicotomia entre sucesso e fracasso, mas sim analisada no contexto da sociedade e economia do Brasil oitocentista, uma sociedade agrária e fundada no trabalho escravo. Decorre daí também um esforço de entender o período sob o avanço do capital industrial acelerado pela siderurgia e pela indústria pesada, nos países da Europa e nos Estados Unidos, abrindo-se um enorme fosso entre o Brasil e as áreas centrais do capitalismo mundial. Finalmente,

vale destacar que esse trabalho traz uma pesquisa bastante original, rica no uso de fontes inéditas, forte na reinterpretação de antigos documentos e inovadora quanto à abordagem historiográfica. Ressalte-se que o material iconográfico presente ao final do livro foi também produzido pelo próprio autor, que nos alerta para a necessidade urgente de preservação das edificações da antiga fábrica. A reconstrução da importância histórica e historiográfica de Ipanema foi feita com êxito por Santos, mas agora nos cabe lutar por sua manutenção como patrimônio da sociedade brasileira.

Diretrizes para Autores

I - Normas para submissão

Os trabalhos devem ser submetidos através do sistema Open Journal System (OJS) disponível aos autores depois de efetuado o cadastro no endereço <http://www.revistaabphe.uff.br> e também enviados por email para hehe.abphe@gmail.com

Os trabalhos devem ter no máximo 30 páginas.

Os trabalhos devem ser gravados em programas compatíveis com o ambiente Windows e conter título, resumo e cinco palavras-chave em português e inglês. Trabalhos submetidos em outros idiomas que não o português devem conter título, resumo e 5 palavras-chave no idioma da submissão e em português.

O resumo não deve ultrapassar 10 linhas.

Textos: devem seguir as seguintes especificações: fonte Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5

Tabelas: devem vir em arquivos Word, inseridas no texto.

Gráficos e planilhas: devem vir inseridos no texto e em arquivo Excel em anexo quando da submissão.

Figuras, gravuras, ilustrações edesenhos em geral: devem vir inseridos no texto e em arquivo anexo quando da submissão. As imagens digitalizadas devem ter resolução mínima de 600 dpi reais (não interpolados), em tamanho natural e salvas em formato JPEG e em cores RGB. Cromos ou slides devem ter resolução mínima de 2.500 dpi reais (não interpolados). Materiais provenientes de câmeras digitais devem ter resolução mínima de 3 megapixels sem compressão (módulo high definition)]

Todas as **tabelas, gráficos, figuras, gravuras, ilustrações edesenhos em geral** devem vir numeradas, acompanhadas de legendas e indicação de fonte (de acordo com as normas para citação).

Notas: devem ser restritas ao mínimo indispensável, inseridas como notas de rodapé. A menção a documentos ou a obras citadas deverá constar no item Referências e não nas notas.

II - Diretrizes para elaboração das citações e das referências

Fontes:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: 2002: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: 2002: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 07 p.

II.1 - CITAÇÕES

Todas as citações de obras em outros idiomas devem ser traduzidas para o idioma do texto submetido; a inclusão do trecho original em nota é opcional.

Nas **chamadas** no texto devem constar apenas o sobrenome e a data.

Nas **citações** diretas devem constar o sobrenome, a data e a(s) página(s) de onde as citações foram retiradas.

Citação direta com menos de 3 linhas

Exemplo:

Segundo Furtado, a desvalorização cambial estimulou a atividade industrial interna [...] “foi sobre a base desse novo nível de preços relativos que se processou o desenvolvimento industrial dos anos trinta” (Furtado, 1974, p. 204).

Citação com mais de 3 linhas: deve ser retirado do texto, com recuo de 2 cm na margem esquerda, fonte menor (11), espaçamento simples, sem aspas.

Exemplo:

Encarada sob esta perspectiva, isto é, à luz dos objetos mercantis que impulsionaram a expansão ultramarina, compreende-se por que, durante mais de um quarto de século, a descoberta do Brasil tenha permanecido um episódio de importância secundária para os portugueses. (Canabrava, 2005, p. 41)

II.2 - Referências

Nas **referências** a livros, dissertações, teses, artigos e similares devem constar todas as informações bibliográficas.

Para um, dois e três autores, mencionar **sobrenome**, Nome (para todos eles e separados por ponto e vírgula). Para mais de três autores mencionar **sobrenome**, Nome et al.

Quando houver mais de uma referência do mesmo autor, elas devem estar ordenadas cronologicamente por ano de publicação.

Para obras coletivas o(s) nome(s) do(s) organizador(es) substitui o auto e deve ser seguido pela abreviação correspondente entre parênteses: (org.) ou (ed.) ou (coord.)

Se o autor é desconhecido a referência inicia-se com o **título** da obra (só a primeira palavra do título e eventualmente o artigo que o acompanha devem estar em maiúsculas).

Se o autor é uma instituição que também edita a obra, o nome da editora não deve ser repetido.

Os nomes das cidades devem ser grafados como no original: New York (não Nova Iorque).

Eventuais informações adicionais podem ser registradas no final de cada referência.

Referências de fontes e documentos:

A forma geral, quando possível, deve seguir o modelo **sobrenome**, Nome. Título (ou tipo) do documento. Data do documento. Informações descritivas do documento, informações de localização do documento.

Alternativamente as fontes podem ser classificadas em “Manuscritas” (e organizadas por acervo) e “Impressas” (apresentadas em ordem alfabética de autor como as Referências bibliográficas). Ver como exemplo o artigo de Bruno Aidar no volume 2013.2

Referências de material obtido na Internet:

Seguir as normas acima e acrescentar as informações Disponível em seguido do endereço http. Acesso em dd/mm/aaaa

III - Exemplos de elaboração de referências e citações

Exemplo 1

nas referências:

FURTADO, Celso. Economia colonial nos séculos XVI e XVII. Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 2001.

em chamada à referência no texto: Furtado (2001).

em citação direta: (Furtado, 2001, p. x-y)

Exemplo 2

nas referências:

LAGO, Luiz Antônio Correa do; ALMEIDA, Fernando Lopes de; LIMA, Beatriz Mello Flores de. A indústria brasileira de bens de capital. Origens, situação recente, perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / Instituto de Documentação, 1979.

em chamada à referência no texto: Lago, Almeida e Lima (1979).

em citação direta: (Lago, Almeida e Lima, 1979, p. x-y).

Exemplo 3

Livros - mais de três autores

nas referências:

SOBRENOME, Nome et al. Título do livro. Complemento do título do livro. Local: Editora, ano de publicação.

em chamada à referência no texto: Sobrenome et al (ano)

em citação direta: (Sobrenome et al, ano, p. x-y)

Exemplo 4

Capítulo de livro:

nas referências:

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana – 1899-1989. Rio de Janeiro: Campus, p. 73-104, 1990.

em chamada à referência no texto: Abreu (1990)

em citação direta: (Abreu, 1990, p. 74-75).

Exemplo 5

Artigo em periódico:

nas referências:

LEVY, Maria-Bárbara e SAES, Flávio Azevedo Marques de. Dívida externa brasileira, 1850-1913: empréstimos públicos e privados. História Econômica & História de Empresas. São Paulo, v. 4., n. 1, p. 48-91, 2001.

em chamada à referência no texto: Levy e Saes (2001).

em citação direta: (Levy e Saes, 2001, p. 50-51)

Exemplo 6

Quando o autor é uma associação ou empresa:

nas referências:

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL (CCBB). Antes: histórias da pré-história. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Banco do Brasil. 2004

em chamada à referência no texto: CCBB (2004).

em citação direta: (CCBB, 2004, p. 50-51)

Exemplo 7

Quando o autor é um órgão público:

nas referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Aids no Brasil: um esforço conjunto governo sociedade. Brasília: Ministério da Saúde. 1998

em chamada à referência no texto: Brasil (1998)

em citação direta: (Brasil, 1998, p. 13-14)

Exemplo 8

Jornais quando não há autor:

nas referências:

JORNAL O Estado de São Paulo (OESP). Editorial. 12 de setembro de 2010, caderno A, p. 2

em chamada à referência no texto: OESP (2010).

em citação direta: (OESP, 2010, p. 13-14)

Exemplo 9

Trabalho completo ou resumo apresentado em congresso:

nas referências:

SZMRECSÁNYI, Tamás József Márton Károly. História econômica do período colonial. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 1, 2002, São Paulo. Resumo: Coletânea de textos apresentados. São Paulo: EDUSP-Hucitec, 2002.

em chamada à referência no texto: Szmrecsányi (2013)

em citação direta: (Szmrecsányi, 2013, p. x-y)

Exemplo 10

Se a instituição é o autor da obra e também o editor:

nas referências:

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD). Amazônia: Bibliografia, 1614-1962. Rio de Janeiro, 1963-1972.

em chamada à referência no texto: IBBD (1972).

em citação direta: (IBBD, 1972, p. 103-111)

Exemplo 11

Mmaterial disponível na internet:

nas referências:

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. Como fazer referências bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos. São Carlos, 2007. Disponível em <http://www.bu.ufsc.br/framerefer.html>. Acesso em 20 fevereiro 2014.

em chamada à referência no texto: Alves e Arruda (1972).

em citação direta: (Alves e Arruda, 1972, p. 3)

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. O texto apresentado está desidentificado

Para assegurar a integridade da avaliação por pares cega, para submissões à revista, deve-se tomar todos os cuidados possíveis para não revelar a identidade de autores e avaliadores entre os mesmos durante o processo. Isto exige que autores, editores e avaliadores (passíveis de enviar documentos para o sistema, como parte do processo de avaliação) tomem algumas precauções com o texto e as propriedades do documento:

1. Os autores do documento excluíram do texto nomes, substituindo com "Autor" e o ano em referências e notas de rodapé, em vez de nomes de autores, título do artigo, etc.
2. Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento (no menu Arquivo > Propriedades), iniciando em Arquivo, no menu principal, e clicando na sequência: Arquivo > Salvar como... > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Opções de segurança... > Remover informações pessoais do arquivo ao salvar > OK > Salvar.
3. Em PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, em Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.

3. URLs para as referências foram informadas quando possível.

4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.

5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.

6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

7. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".



SÓCIOS HONORÁRIOS

Alice Piffer Canabrava
in memoriam

Annibal Villanova Villela
in memoriam

Celso Furtado
in memoriam

Charles R. Boxer
in memoriam

Eulália Maria Lahmeyer Lobo †

Frédéric Mauro
in memoriam

Jacob Gorender

Manoel Correia de Andrade
in memoriam

Nelson Werneck Sodré
in memoriam

Roberto Cortés Conde

SÓCIOS FUNDADORES E EFETIVOS

Adalton Franciozo Diniz

Adalberto de Carvalho Graciano

Ademir Gebara

Afonso de Alencastro
Graça Filho

Agnaldo Valentin

Alcides Goularti Filho

Alexandre Macchione Saes

Alexandre Mendes Cunha

Alexandre Queiroz Guimarães

Alexandro Rodrigues Ribeiro

Amaury Patrick Gremaud

Amilcar Baiardi

Ana Claudia Caputo

Ana Lucia Nunes Penha

Ana Paula Sobreira Bezerra

Ana Sara Cortez

Anderson José Pires

André Arruda Villela

André Filippe de Mello e Paiva

Andre Luiz Passos Santos

Angelo Alves Carrara

Armando João Dalla Costa

Ary Cesar Minella

Augusto Fagundes da Silva
dos Santos

Benedicto Heloiz Nascimento

Bernardo Gouthier Macedo

Bernardo Kocher

Carla Maria Carvalho de
Almeida

Carlos Alberto Campello
Ribeiro

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Carlos Augusto de Castro Bastos

Carlos Eduardo de Freitas Vian

Carlos Eduardo Ferreira de
Carvalho

Carlos Edurado Suprinyak

Carlos Gabriel Guimarães

Carlos Henrique Lopes
Rodrigues

Carolina Miranda Cavalcante

César Teixeira Honorato

Cesare Giuseppe Galvan

Charles Achcar Chelala

Claudia Alessandra Tessari

Claudia Heller

Cláudia Maria do Socorro Cruz
Fernandes Chelala

Cláudia Musa Fay

Daniel do Val Cosentino

Danilo Barolo M. da Lima

Denise Mattos Monteiro

Diego de Cambraia Martins

Dilma Andrade de Paula

Domingos Savio da
Cunha Garcia

Dulce Portilho Maciel

Ebenezér Pereira Couto

Edison Antônio de Souza

Edneila Rodrigues Chaves

Edson Trajano Vieira

Eduardo Barros Mariutti

Eduardo da Motta e
Albuquerque

Eduardo Girão Santiago

Einstein Almeida Ferreira
Paniago

Elena Soihet

Eliana Lamberti

Eliana Tadeu Terzi

Elione Silva Guimarães

Elisa Maria de Oliveira Müller

Elisa Muller Sobral

Elisabeth von der Weid

Ema Elisabete Rodrigues
Camillo

Erika da Cunha Ferreira Gomes

Fábio Alexandre dos Santos

Fábio Antônio Campos

Fábio Carlos da Silva

Fabio de Silos Sá Earp

Fabio Ferreira Ribeiro

Fábio Pesavento

Fabio Ricci

Fabio Robson Casara Cavalcante

Fábio Rogério Cassimiro
Correa

Fania Fridman

Fausto Saretta

Felipe Pereira Loureiro

Fernando Antonio Abrahão

Fernando Carlos Greenhalgh de
Cerqueira Lima

Fernando César de Macedo
Mota

Fernando da Matta Machado

Fernando Franco Netto

Fernando Gaudereto Lamas

Fernando Tadeu de Miranda
Borges

Flávio Azevedo Marques de Saes

Flávio Rabelo Versiani

Francisco Eduardo Andrade

Francisco Luiz Corsi

Francisco Vidal Luna

Geneci Guimarães de Oliveira

Glaudionor Gomes Barbosa

Guilherme Babo Sedlacek

Guilherme Costa Delgado

Guilherme Grandi

Gustavo de Barros

Gustavo Pereira da Silva

Hamilton Afonso de Oliveira

Heitor Pinto de Mora Filho

Helena Carvalho de Lorenzo

Heloisia Helena Pacheco
Cardoso

Hernan Enrique Lara Sáez

Hernan Saez



Hernani Maia Costa
Hilário Domingues Neto
Hildete Pereira de Melo Hermes
de Araújo
Horácio Gutiérrez
Hugo Eduardo Araujo da Gama
Cerqueira
Irene Nogueira de Rezende
Ismênia de Lima Martins
Ivan da Costa Marques
Ivanil Nunes
Jacques Marcovitch
Jaques Kerstenetzky
Jeansley Charles de Lima
João Antonio de Paula
João Rodrigues Neto
Jocimar Lomba Albanes
Jonis Freire
Jorge Enrique Mendoza Posada
Jorge Luiz da Cunha
José Alberto Bandeira Ramos
José Flávio Motta
José Haroldo Aguiar Junior
José Jobson de Andrade Arruda
José Jonas Almeida
José Lannes
José Ricardo Barbosa Gonçalves
José Roberto Barsotti Baldin
José Roberto Novaes de
Almeida
José Sebastião Witter
Josemir Camilo de Melo
Josué Modesto dos
Passos Subrinho
Juanito Alexandre Vieira
Julio Cesar Bellingieri
Julio Cesar Zorzenon Costa
Julio Manuel Pires
Jussara França de Azevedo
Kleber Eduardo Men
Lafaiete Santos Neves
Laurent Azevedo Marques de
Saes
Leandro Braga de Andrade
Leandro do Carmo Quintão
Lelio Luiz de Oliveira
Ligia Maria Osório Silva
Lucas Araújo Carvalho

Luciana Suarez Lopes
Luís Augusto Ebling Farinatti
Luiz Felipe Bruzzi Curi
Luís Frederico Barreto
Rodrigues
Luiz Otávio Pano Tasso
Luiz Carlos Delorme Prado
Luiz Carlos Soares
Luiz Eduardo Simões de Souza
Luiz Fernando Saraiva
Luiz Mateus da Silva Ferreira
Luzia Monteiro Araújo Soares
Marcel Pereira da Silva
Marcelo Augusto Monteiro de
Carvalho
Marcelo Magalhães Godoy
Márcia Naomi Kuniuchi
Marcílio Alves Chiacchio
Márcio Luis Souza Marchetti
Márcio Luis Souza Marchetti
Marcos Lobato Martins
Maria Alice Rosa Ribeiro
Maria Antonieta Parahyba
Leopoldi
Maria Christina Siqueira de
Souza Campos
Maria Heloisa Lenz
Maria Isabel Basílico Celia
Danielli
Maria José Rapassi Magalhães
Maria Lucia Lamounier
Maria Lucília Viveiros Araújo
Maria Sylvia Macchione Saes
Maria Teresa Andrade Ribeiro
de Oliveira
Maria Thereza Miguel Peres
Mário Danieli Neto
Mario Marcos Sampaio Rodarte
Maximiliano M. Menz
Michel Deliberali Marson
Milena Fernandes de Oliveira
Mônica de Souza
Nunes Martins
Nelson Mendes Cantarino
Nelson Nozoe
Orlando José Bolçone
Oscar Graeff Siqueira
Ovidio Batista Valadão Neto

Palmira Petratti Teixeira
Paulo Cesar Gonçalves
Paulo Coelho Mesquita Santos
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Paulo Roberto de Almeida
Pedro Antonio Vieira
Pedro Cesar Dutra Fonseca
Pedro Paulo Zahluth Bastos
Pedro Ramos
Ramón Vicente García
Fernández
Raquel Glezer
Regina Maria D'Aquino
Fonseca Gadelha
Renato Leite Marcondes
Renato Perim Colistete
Ricardo Zimbrão Affonso de
Paula
Rita de Cássia da Silva Almico
Roberson de Oliveira
Roberto Borges Martins
Roberto Pereira Silva
Rodrigo Dominguez
Rodrigo Fontanari
Rogério Naques Faleiros
Rogério Vial
Rômulo Garcia de Andrade
Ronaldo Herlein Júnior
Rosana de Melo Louro
Rosângela de Lima Vieira
Rosângela Ferreira Leite
Rubem Roberto Sawaya
Rui Guilherme Granziera
Sérgio Marley Modesto
Monteiro
Sérgio Tadeu de Niemeyer
Lamarão
Silvia Fernanda de Mendonça
Figueiroa
Siméia de Nazaré Lopes
Solange Regina Marin
Sonia Regina de Mendonça
Stephen Anthony de Castro
Suzana Cristina Fernandes
Sylvio Mario Puga Ferreira
Tânia Maria Ferreira de Souza
Tatiana Pedro Colla Belanga
Teresa Cristina Novaes Marques

Théo Lobarinhas Piñeiro
Thiago de Novaes França
Thiago Fontelas Rosado Gambi
Thiago Marques Mandarino
Tomás Rafael Cruz Cáceres
Vera Lucia Amaral Ferlini
Victor Manoel Pelaez Alvarez
Walter Luiz Carneiro de
Mattos Pereira
Wilma Peres Costa
Wilson Suzigan
Wilson Vieira
Wolfgang Lenk
Zoia Vilar Campos

História econômica & história de empresas / Associação
Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. – Vol. 1
(1998) –. – São Paulo:
ABPHE, 1998–

Semestral
ISSN 1519-3314

tiragem desta edição: 200 exemplares

publicação da

© ABPHE — Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica
Esta Revista está sendo indexada pelo *Journal of Economic Literature*, nas versões
electronic on line e *CD-Rom*.

pedidos de números avulsos e de assinaturas

devem ser encaminhados à Secretaria da ABPHE:

ABPHE

Departamento de História – Instituto de Ciências Humanas – UFJF

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – Campus Universitário – Bairro São Pedro

Juiz de Fora – Minas Gerais – Brasil

36036-330

abphe1@gmail.com – www.abphe.org.br

Aos cuidados de Ângelo Carrara

